



REVISTA **CERRADOS**

Todos os artigos são de responsabilidade dos seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre o seu conteúdo ao Periódico Revista Cerrados.



Coordenação

Marina de Fátima Brandão Carneiro

REVISTA CERRADOS

Departamento de Geociências
da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

ISSN 1678-8346

REVISTA CERRADOS	Montes Claros	v. 12, n.1- 2014	p. 1- 346	jan./dez. 2014
------------------	---------------	------------------	-----------	----------------


EDITORA
Unimontes
Montes Claros
2014

REITOR

João dos Reis Canela

VICE-REITORA

Maria Ivete Soares de Almeida

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH

Diretor

Antônio Wagner Veloso Rocha

Chefe do Departamento de Geociências

Antônio Maurílio Alencar Feitosa

REVISTA CERRADOS

Coordenação Editorial

Marina de Fátima Brandão Carneiro

Conselho Editorial

Anete Marlina Pereira

Expedito José Ferreira

Francisco Silva Costa (Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho - Portugal)

Gildete Soares Fonseca

Iara Maria Soares Costa da Silveira

Iara Soares de França

Jorge Alberto Sanabria (Universidad Nacional de Córdoba/Argentina)

José Antonio Tenedório (Universidade Nova de Lisboa/Portugal)

Maria Ivete Soares de Almeida

Maria Geralda de Almeida (UFG, Goiânia/GO)

Marina de Fátima Brandão Carneiro

Marcos Esdras Leite

Paulo Nono Maia Souza Nossa (Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho - Portugal)

Priscilla Caires Santana Afonso

Conselho Consultivo

Ailton Mota de Carvalho (UENF, Campos dos Goytacazes/RJ), André Roberto Martin (USP São Paulo/SP),

Beatriz Ribeiro Soares (UFU, Uberlândia/MG), Jorge Luis Silva Brito (UFU, Uberlândia/MG), José Bueno Conti (USP São Paulo/SP),

José Manuel Sayago (Universidad Nacional de Tucumán/Argentina) Lucivânio Jatobá (UFPE, Recife/PE), Oswaldo Bueno Amorim Filho

(PUC/Minas, Belo Horizonte/MG), Roberto Célio Valadao (UFMG, Belo Horizonte/MG), Rogério Haesbaert da Costa (UFF, Niterói/RJ)

William Rodrigues Ferreira (UFU, Uberlândia/MG).

Arte/ Impressão:

Imprensa Universitária Unimontes - Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro - Prédio 4.

Diagramação/ capa:

Jéssica Luiza de Albuquerque

Publicação Anual

UNIMONTES – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro - Departamento de Geociências

Caixa Postal: 126 - CEP: 39401-089 – Montes Claros – MG.

E-mail: geociencias@unimontes.br - Fones: (38) 3229.8238 ou 3229.8266 (GEPSA).

Catálogo: Divisão de Biblioteca Central Prof. Antônio Jorge – Unimontes

Revista Cerrados / Coordenação de Marina de Fátima Brandão Carneiro.
– v. 12, n. 1, (2014) – Montes Claros: Ed. Unimontes, 2014- v.12 ; 26 cm.

Anual

ISSN 1678-8346

1. Geografia. 2. Geociências. I. Carneiro, Marina de Fátima Brandão, (coord.). II. Universidade Estadual de Montes Claros. Departamento de Geociências. III. Título.

CDD 900 –Geografia
551 - Geociências

Foto capa: Ipê Roxo (*Tabebuia impetiginosa*)
Fonte: *Aceruo do Departamento de Geociências*

EDITORIAL

A Revista Cerrados 2014 apresenta, neste 12º volume, dezessete textos resultantes de trabalhos de pesquisas e projetos de vários autores locais e de outras regiões de Minas, do país e de Portugal, além de resumos de quatro teses de doutorados defendidas por professores pesquisadores do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, nos últimos três anos. Conclui esta edição com as normas para publicação e endereço para correspondência.

Na seleção dos textos, procurou-se reunir temas variados sobre a realidade da ciência geográfica e do espaço geográficolocal, regional, nacional e internacional na atualidade, apresentando-se assim uma pluralidade temática que inclui gestão de bacias hidrográficas, água, território, qualidade de vida urbana, unidades de conservação, associação de pequenos produtores rurais, monoculturas, certificação florestal e comunidades locais, educação ambiental, políticas públicas e saúde, uso plantas medicinais, mineração, produção do espaço urbano, índice de desenvolvimento humano, imigração, comércio internacional, epistemologia da Geografia, literatura e geografia.

Espera-se que esta edição da Revista Cerrados possa contribuir para um público ainda maior, preocupado com as complexas transformações do mundo atual, e que continue servindo de suporte às atividades desempenhadas por nossos leitores.

Boa leitura.

Marina de Fátima Brandão Carneiro
Coordenadora Editorial

SUMÁRIO/SUMMARY

ARTIGOS/ARTICLES

A LEGISLAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL E EM PORTUGAL: UM CONTRIBUTO ATUAL

HYDRIC RESOURCES LEGISLATION IN BRAZIL AND IN PORTUGAL: A CURRENT CONTRIBUTION

Sandra Célia Muniz Magalhães, Maria Araci Magalhães, Francisco Silva Costa, Paulo Nuno Maia Sousa Nossa.....13

ÁGUA E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DO CONFLITO E GESTÃO DA ÁGUA NO VALE DO RIACHÃO, MONTES CLAROS/MG

WATER AND TERRITORY: A ANALYSE OF MANNAGEMENT AND CONFLIT OF WATER IN RIACHÃO VALLEY, MONTES CLAROS/MG

Priscilla Caires Santana Afonso.....41

UMA DISCUSSÃO SOBRE O PARQUE AQUÁTICO 3J EM ARAGUAIANA-TO, E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA URBANA

A DISCUSSION ABOUT THE WATER PARK 3J ARAGUAINA-TO, AND ITS RELATIONSHIP WITH THE QUALITY OF URBAN LIFE

Reges Sodré da Luz Silva Dias, Aires José Pereira.....55

TERRA INDÍGENA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO XAKRIABÁ, NO NORTE DE MINAS GERAIS

LAS TIERRAS INDÍGENAS Y ÁREAS PROTEGIDAS: CONSIDERACIONES SOBRE EL TERRITORIO DE XAKRIABÁ EM EL NORTE DE MINAS GERAIS

SILVA, Cássio Alexandre, PEREIRA, Anete Marília, SANTOS, Rosselvelt José SALIS, Fabiana Santos.....73

IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DE *Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart.(MACAÚBA) PARA A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE RIACHO DANTAS E ADJACÊNCIAS, MONTES CLAROS/MG

SOCIO-ECONOMIC IMPORTANCE OF *Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart. (MACAÚBA) FOR THE ASSOCIATION OF SMALL FARMERS OF CREEK DANTAS AND VICINITY, MONTES CLAROS/MG

Wêverton Rodrigues Martins, Otávio Cardoso Filho, Anamaria Souza Cardoso, Franciellen Morais-Costa.....85

REVISTA CERRADOS	Montes Clarosv.	12, n.1- 2014	p. 1- 346	jan./dez. 2014
------------------	-----------------	---------------	-----------	----------------

NOVAS ESTRATÉGIAS PARA VELHAS PRÁTICAS: MONOCULTURAS DE EUCALIPTO, CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E CONSEQUÊNCIAS PARA COMUNIDADES LOCAIS

NUEVAS ESTRATEGIAS PARA VIEJAS PRÁCTICAS: MONOCULTIVOS DE EUCALIPTO, CERTIFICACION FORESTAL Y LAS IMPLICACIONES PARA LAS COMUNIDADES LOCALES
Rômulo Soares Barbosa, Tathiane Paraíso Silva.....103

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SERTÃO DAS GERAIS: DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VARZELÂNDIA/MG

SERTÃO OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN GENERAL: ENVIRONMENTAL AND SOCIAL DIAGNOSIS OF MUNICIPAL SCHOOLS VARZELÂNDIA / MG
FERREIRA, Adnéya Cristine de Souza, AFONSO, Priscilla Caires Santana.....127

AS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE BURITIZEIRO/MG E A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE NA SAÚDE PÚBLICA DA POPULAÇÃO

THE COMUNIDADES RURAIS OF THE MUNICIPALITY OF BURITIZEIRO/MG AND THE IMPORTANCE OF AUTONOMOUS WATER AND SEWERAGE SERVICE-SAAE ON PUBLIC HEALTH OF THE POPULATION
Ana Ivânia Alves Fonseca, Gustavo Lino Mendonça.....149

A MINERAÇÃO NO CONTEXTO DO NORTE DE MINAS GERAIS

MINING IN THE CONTEXT OF NORTHERN MINAS GERAIS
Marcos Esdras Leite, Rita Mariana Nogueira Silva.....165

O USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA ÁREA URBANA DE MONTES CLAROS-MG: REFLEXÕES A PARTIR DA POPULAÇÃO ATENDIDA NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DO BAIRRO MORRINHOS

THE USE OF MEDICINAL HERBS ON THE URBAN AREA OF MONTES CLAROS - MG: REFLEXIONS FROM THE POPULATION ASSISTED BY THE FAMILY HEALTH STRATEGY OF THE MORRINHOS NEIGHBORHOOD
Yara Maria Soares Costa da Silveira, Júlio César de Lima Ramires.....181

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A DINÂMICA IMOBILIÁRIA NA CIDADE MÉDIA DE MONTES CLAROS/MG

PRODUCTION OF URBAN SPACE AND THE REAL ESTATE DYNAMIC IN MONTES CLAROS/MG
Iara Soares de França, Maria Ivete Soares de Almeida, Ricardo dos Santos Oliveira, Caroline Gabriele Trindade Queiroz.....199

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) EM 2000 E 2010 DA MICRORREGIÃO DE SALINAS – NORTE DE MINAS

MUNICIPAL HUMAN DEVELOPMENT INDEX (IDHM) IN 2000 AND 2010 IN THE MICROREGION OF SALINAS - NORTHERN MINAS
Maria Ribeiro dos Santos, Gildette Soares Fonseca.....225

IMIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL

HAITIAN IMMIGRATION TO BRAZIL

Gildette Soares Fonseca, Duval Magalhães Fernandes.....249

COMÉRCIO INTERNACIONAL, REDES DE TRANSPORTES E FLUXOS DAS EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS EM MONTES CLAROS – MG

INTERNATIONAL TRADE, TRANSPORT NETWORKS AND FLOWS EXPORTS OF GOODS IN MONTES CLAROS-MG

Luiz Andrei Gonçalves Pereira, William Rodrigues Ferreira.....275

A NECESSIDADE DA UNIÃO EPISTEMOLÓGICA GEOGRAFIA FÍSICA – GEOGRAFIA HUMANA: UMA REFLEXÃO

THE NEED OF EPISTEMOLOGICAL UNION PHYSICAL GEOGRAPHY – HUMAN GEOGRAPHY: A REFLECTION

Marina de Fátima Brandão Carneiro.....295

CAPITAL NATURAL – PECADOS E VIRTUDES HUMANAS

NATURAL CAPITAL - SINS AND HUMAN VIRTUES

Gy Reis Gomes Brito, Juliana de Jesus Alves da Silva.....305

A HIDROGRAFIA NA TRAJETÓRIA DE RIOBALDO EM “GRANDE SERTÃO: VEREDAS”

HYDROGRAPHY IN THE TRAJECTORY OF RIOBALDO IN “GRANDE SERTÃO: VEREDAS” MSc. CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão.....315

RESUMOS DE TESES/SUMMARIES OF THESES TESE TES325

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA “CERRADOS”341

INSTRUÇÕES PARA AUTORES.....342

ORIENTAÇÃO EDITORIAL.....345

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA/PERMUTA.....346



ARTIGOS/ARTICLES

A LEGISLAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL E EM PORTUGAL: UM CONTRIBUTO ATUAL

Sandra Célia Muniz Magalhães¹
Maria Araci Magalhães²
Francisco Silva Costa³
Paulo Nuno Maia Sousa Nossa⁴

Resumo: Atualmente, o gerenciamento dos sistemas hidrográficos é uma temática largamente difundida no Brasil e em Portugal, pois a água é um bem essencial à vida e face aos seus usos vem apresentando conflitos em algumas regiões desses países em função do seu uso inadequado, devendo ser estruturado sistemas de gerenciamento que contemplem a proteção das fontes naturais, a conservação quantitativa e qualitativa da água, e o seu uso racional e justamente distribuído. Dessa forma, o objetivo desse artigo é analisar o arcabouço legal e institucional da gestão das águas ao longo da história no Brasil e em Portugal, como também o planejamento atual das bacias hidrográficas. A metodologia do estudo consistiu em levantamento bibliográfico e documental. A partir do estudo dos principais instrumentos de ordenamento e gestão dos recursos hídricos, foi possível fazer uma abordagem comparativa e compreender os modelos em vigor nestes dois países.

Palavras-chave: Gerenciamento de recursos hídricos. Brasil. Portugal.

1 Professora do Dep. Geociências – UNIMONTES -Brasil

2 Professora do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/Salinas - Brasil

3 Professor do Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho - Portugal

4 Professor do Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho - Portugal

HYDRIC RESOURCES LEGISLATION IN BRAZIL AND IN PORTUGAL: A CURRENT CONTRIBUTION

Abstract: Currently, management of hydrographic systems is an issue amply spread in Brazil and Portugal, once water is a consumer good essential to life and due to its uses it has presented conflicts in some regions of the country related to its inadequate use. Management systems which consider protection to natural water sources must be structured as well as water quantitative and qualitative maintenance and rational and equally distributed use. The aim of this article is to analyze the legal framework and institutional of water management along History in Brazil and Portugal, and the current plan for hydrographic basins. From the study of main instruments of regulation and management of hydric resources, it was possible to make a comparative approach and understand the models in effect in both countries.

Keywords: Hydric resources management. Brazil. Portugal.

Introdução

Portugal, como outros países que derivaram do Código Napoleônico, preservaram na legislação da água, marcas significativas da administração romana, mantendo um vínculo evidente ao direito romano. Com muitas variantes na administração da água, conservadas da base latina, há admissão de três tipos de propriedade: “patrimonial”, “pública” ou “comum”, com ênfase para as duas primeiras, e ainda a figura de “domínio público hídrico” (COSTA, 2008).

É sobre essa base que assenta o corpo estruturado da legislação da água – uma base antiquíssima, derivada do direito romano mais remoto. Caponera (1994) situa a diferenciação de estatutos entre águas públicas e águas privadas no período republicano da antiguidade romana (509-27 a.C.). Nesse período se dará a gênese do conceito de “domínio público das águas” como “res publica” e associado à captação livre de águas, regime que se prolongará até o último período do império, de monarquia absoluta (286-565 d.C.). No século IV d.C., há uma redução drástica dos “direitos públicos” e de “coisa pública”, associados ao conceito de “domínio público”, já que instalaram-se privilégios, abusos e exclusões da captação de água para uma reconstrução

do direito da água (TOVAR, 2006).

Embora não haja perfeita coincidência no seu fundamento, a distinção das águas, em públicas, comuns e particulares, que se encontra no código civil português já fora feita pelo direito romano, ao classificar as *res humani juris*. Os romanos consideravam públicas as coisas de que todos podiam usar, mas cuja propriedade era atribuída ao povo. Comuns eram as coisas cuja propriedade a ninguém era atribuída, por julgarem-nas insuscetíveis de apropriação, mas que todos os homens podiam usar. Serviam de exemplos: o ar (*a coisa comum, por excelência*), a água corrente (*aqua profluens*) e o mar. As particulares, por sua vez, eram as coisas cuja propriedade e uso eram atribuídos aos particulares. A essa categoria pertenciam os flumina torrentia, isto é, os rios que no verão costumavam secar, e a generalidade dos rivi, as pequenas correntes (TOVAR, 2006). O leito e as margens da corrente eram, para o direito romano, prolongamentos da propriedade marginal. É importante referir que a legislação romana associada ao domínio público tinha essencialmente o objetivo de garantir o “acesso aos espaços”, por via terrestre, fluvial ou marítima e não de administração ou proteção da água, nem de gestão das utilizações (CAEIRO, 1919).

Um dos princípios dominantes do regime feudal era o da atribuição ao proprietário do solo de todos, ou de quase todos, os direitos que constituíam a soberania. A soberania e a propriedade estavam fundidas, ou melhor, a soberania tinha a propriedade como base. A legislação feudal, porém, veio atribuir ao rei a propriedade dos rios navegáveis ou dos que se faziam navegáveis, como um direito seu. O direito romano considerava públicos, como vimos, os rios perenes, dessa forma, todo o povo romano podia usar das suas águas como seu proprietário que era. Por outro lado, vimos que uma aplicação restrita dos princípios feudais levaria a considerar sendo do rei, que era agora, robustecido o seu poder e o verdadeiro proprietário do reino, todas as correntes. Assim, muitas vezes se considerou na prática, pelo menos quanto às correntes de alguma importância. O uso dos rios era comum a toda a gente, mas a propriedade era do Patrimônio Real. Aos senhores feudais era concedido o domínio das pequenas correntes, reputadas como um acessório das suas terras (OLIVEIRA, 1986).

No período colonial (século XVI), os rios navegáveis, seus afluentes e os

cursos de água perenes do Brasil pertenciam aos direitos reais, sendo a sua utilização dependente de concessão régia. As Ordenações Filipinas não se manifestavam sobre os rios não navegáveis e, ao mesmo tempo, tratavam da proteção das águas, proibindo que fossem lançadas nos rios e lagoas substâncias suscetíveis de interferir na vida ali existente (FERREIRA, 2003).

Até o surgimento do Código Civil Português, em 1867, o regime jurídico das águas foi essencialmente caracterizado pelo predomínio dos direitos reais. Esse código foi promulgado pela Carta de Lei de 1º de Julho de 1867, que posteriormente foi revogado e substituído pelo Código Civil de 1966 (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de Novembro de 1966). As disposições legais que regulavam o aproveitamento das águas encontravam-se consignadas nas Ordenações do Reino e em compilações de leis, as quais tinham como um dos seus objetivos primordiais facilitar a aplicação do direito (CORDEIRO, 2001).

A situação existente no Brasil era a de livre derivação das águas de rios e ribeiros, que foi regulamentada pelo Alvará de 1804. Esse alvará preconizou o direito ao uso das águas pela pré-ocupação, ocasionando grandes abusos e obrigando as autoridades administrativas locais mandar demolir pesqueiros, açudes e viveiros construídos às margens dos rios navegáveis, em prejuízo do serviço público. O Alvará de 1804 ficou conhecido como a Lei de ouro da agricultura portuguesa, reconheceu a qualquer povoação ou casal, o direito de derivar água, por meio de aqueduto construído em terreno alheio. Nesse período, foram abolidos os direitos reais sobre águas e atribuído à Nação, o que consagrou a dominialidade pública de todos os rios navegáveis ou não navegáveis, fluviáveis ou não fluviáveis, águas que são integradas no domínio público ou comum e que podiam pertencer ao Estado ou às autarquias locais (OLIVEIRA, 1986). As correntes muito pequenas continuam a ser consideradas como particulares e como um acessório dos respectivos prédios.

Com a promulgação da Constituição do Império, as Ordenações Filipinas tornaram-se inaplicáveis no Brasil e os direitos e prerrogativas da Coroa passaram a ser definidos pela referida Constituição, omissa em relação à questão hídrica. Analisando a Constituição de 1824 no Brasil já independente, verificamos que não há uma preocupação com a questão da água, no que se refere ao seu uso, domínio e regulação. Em 1828, a lei que disciplinava

as atribuições das Câmaras Municipais, definiu algumas competências sobre as águas, bem como o “Ato Adicional” que estabeleceu a competência das Assembleias Legislativas provinciais para legislar sobre a navegação no interior de seus respectivos territórios (FERREIRA, 2003).

Após o término das lutas liberais, teve início, em Portugal, o período histórico da Regeneração, que assinalou a primeira fase de desenvolvimento de tipo industrial e consequente surto de atividade, no domínio das obras públicas, no que diz respeito ao aproveitamento dos recursos hídricos, quer para abastecimento público, quer para a navegação, quer ainda para fins agrícolas e industriais. A criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, materializada no reinado de D. Maria II, em 30 de Agosto de 1852, foi fundamental para a concentração dos meios necessários no desenvolvimento dessa atividade e na elaboração da primeira legislação portuguesa sobre águas. Nessa legislação foram definidos os regimes de propriedade, os condicionamentos de utilização e a proibição de poluir águas correntes (ESPÍRITO SANTO E COSTA, 1983).

O Código Civil Português de 1867 não se afastou da divisão tripartida, que o direito romano deu às coisas, em públicas, comuns e particulares, e que também foi aplicada às águas. Utilizando ainda essa divisão, lançou os princípios gerais do regime hídrico nacional tanto na disciplina jurídica das águas públicas e comuns como na disciplina das águas particulares, com sede necessariamente nos diplomas fundamentais do direito privado e do direito administrativo (SIGRHID, 1986). Apresentado em 1858, pelo conhecido jurisconsultor, Antônio Luís de Seabra, o Código Civil Português, conhecido como o Código de Seabra, codifica toda a matéria hídrica e classifica as águas em públicas, comuns e particulares, nos artigos 380, 381, 431 e seguintes. O Código Civil de 1867, considerado o ponto de partida da legislação portuguesa, no que diz respeito a recursos hídricos, veio definir a propriedade das águas particulares e os regimes e condicionamentos básicos da sua utilização e assentou sobre cinco conceitos gerais: universalidade, direito de preferência, garantia, responsabilidade civil e criminal e propriedade privada. (FIGURA 01).

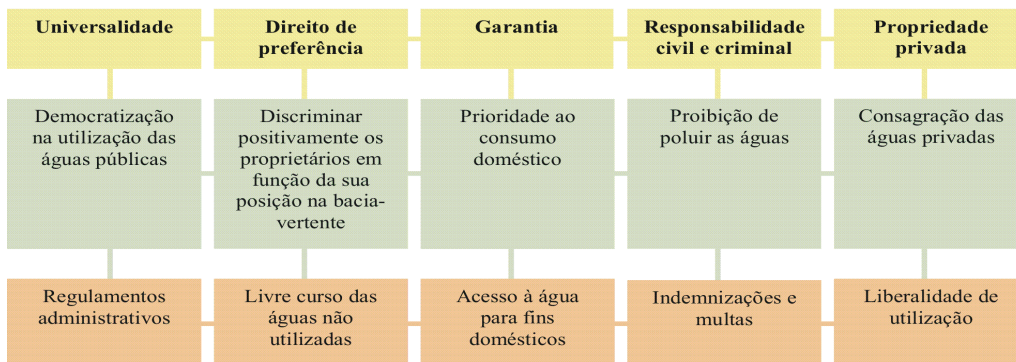


Figura 01 - Princípios gerais do Código Civil Português de 1867.

Fonte: COSTA, 2008

Mais tarde, em 1884, com a publicação do “Plano de organização dos serviços hidrográficos no continente de Portugal”, dá-se um passo importante na primeira tentativa de organização do território, com a proposta de divisão do país, em quatro circunscrições hidrográficas, utilizando como critério principal o agrupamento das bacias hidrográficas dos respectivos rios.

Em 1892, como reflexo das reformas referidas anteriormente, procedeu-se à organização e regulamentação dos Serviços Hidráulicos, com base em dois diplomas legais muito importantes: o Decreto com força de Lei n.º 8, de 1º de Dezembro de 1892, que promulgou a Organização dos Serviços Hidráulicos e do respectivo pessoal, e o Decreto de 19 de Dezembro de 1892, que promulgou o Regulamento dos Serviços Hidráulicos. Esses diplomas elaborados no âmbito do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, lançam as bases da organização e funcionamento dos Serviços Hidráulicos, bem como da definição dos usos e propriedade das águas e normas de gestão, entre outros aspectos (COSTA, 2008). Estruturam-se os serviços hidráulicos, dividindo o país em duas Circunscrições Hidráulicas, respectivamente com sede em Lisboa e no Porto, e definem-se as suas atribuições que são a execução de projetos e obras para o melhoramento e aproveitamento comercial, agrícola ou industrial dos lagos, lagoas, rios, valas, correntes. Bem como, a regulamentação da respectiva utilização e a sua conservação e polícia. Além disso, definem-se também as fontes de receita dos serviços. A Organização dos Serviços Hidráulicos constitui a primeira iniciativa de ordenamento hidráulico do País e possibilita a regulamentação, o ordenamento e o custeamento das

obras hidráulicas para aproveitamento, conservação e controle dos recursos hídricos das bacias hidrográficas, sobretudo, as que se destinam à agricultura, navegação, indústria, abastecimento e saneamento de aglomerados populacionais (COSTA, 2008). Do diploma e do seu regulamento, extraem-se passagens que tornam claro, que em épocas tão recuadas, já havia a noção da bacia hidrográfica constituir a unidade, por excelência, da gestão da água e dos Serviços Hidráulicos sendo organizados em consequência disso.

No Brasil, o alvará de 1804 continuava em vigor. Em 1890, o Código Penal, refere no art. 162, o estabelecimento de prisão de um a três anos para quem “corrompesse ou conspurcasse a água potável de uso comum ou particular, tornando-a impossível de beber ou nociva à saúde”. No ano seguinte, a primeira Constituição Republicana revelou-se omissa em relação a questão hídrica atribuindo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre navegação dos rios interestaduais ou transnacionais.

Fundamentalmente, a matéria sobre águas em Portugal foi regulada no Decreto nº 5787-III, de 10 de Maio de 1919, salvo algumas disposições que se encontravam no regulamento de 1892. A promulgação da Lei de Águas marca um dos pontos mais altos da legislação portuguesa relativa às águas. Publicada num passado recente, apontando já para alguns princípios fundamentais dum adequada política de gestão, tais como a consideração dos recursos hídricos como fator de riqueza nacional, a adoção da bacia hidrográfica como unidade básica de gestão e o carácter interdependente da utilização dos diversos recursos hídricos. Não se pretendeu, apenas com o Decreto nº 5787-III, de 10 de Maio de 1919, alterar a legislação até então em vigor. Mas foram reproduzidas também as disposições que não tinham sido por ele alteradas, mostrando-se claramente o intuito do legislador em “reunir e sistematizar todas as disposições aplicáveis ao uso das águas num único diploma” (COELHO, 1939).

É em face desse quadro do século XIX e princípio do século XX, observando as necessidades vitais da economia portuguesa e das condições técnicas da produção agrícola, que se devem estudar as disposições legais destinadas a regular o aproveitamento das águas. A este respeito levantam-se, no campo jurídico, os mais variados e interessantes problemas e, primeiramente, por ser fundamental, os que se referem ao domínio das águas.

A crise econômica de fins do século XIX e início do século XX, centrada na troca do modelo econômico – de agrário para industrial, exige uma maior utilização da energia elétrica para a geração de riquezas. Nesse contexto socioeconômico foi publicado o Decreto 24.643 em 10 de Julho de 1934, que aprovou o Código de Águas Brasileiro. Assim, dada a quase inexistência de legislação sobre gestão dos recursos hídricos e a necessidade de estimular o aproveitamento industrial das suas águas, foi criada, em 1934, a Lei de Águas. Com o Código das Águas, há a preocupação em elaborar normas legais de regulamentação e normalização da sua utilização. Ainda que voltado para a prioridade da energia elétrica, o Código de Águas de 1934 dá início a mudanças de conceitos relativos ao uso e a propriedade da água, abrindo espaço para o estabelecimento de uma Política Nacional de Gestão de Águas. Permanecendo fiel a seus princípios de valorização e valoração da água, encontram-se no Código de 1934 os primeiros dispositivos legais que ajudaram para que na atualidade o Brasil trabalhe com instrumentos de gestão que possibilitam a cobrança pelo uso da água. A aplicação do Código de Águas, juntamente com a evolução dos problemas socioeconômicos do Brasil, possibilitaram alterações no modelo de administração pública e de novas normas legais (SERIGNOLLI, 2009).

O Domínio Público Hídrico corresponde a um conceito que está na base da gestão tradicional dos recursos hídricos, prevalecente desde os tempos da Monarquia e consignado no Código Civil de 1867, tendo constituído uma importante base para o estabelecimento do Regime dos Serviços Hidráulicos em 1892 e da Lei de Águas de 1919, em Portugal.

A Lei de Águas terminou com a distinção tripartida entre águas públicas, comuns e privadas, eliminando a modalidade de águas comuns e integrando-as na modalidade de águas públicas. A propriedade das águas ficou fundamentalmente legislada na Lei de Águas (Decreto com força de Lei n.º 5787-III, de 10 de Maio de 1919) e no Código Civil (Decreto-Lei n.º 47344, de Novembro de 1966).

No código civil de 1966, as águas têm a designação de públicas e particulares, embora apenas, regule as segundas. Em 1971, o regime do domínio hídrico, foi revisto e unificado pelo Decreto-Lei 468/71 de 5 de Novembro, estabelecendo as noções de leito, de margem e sua largura, e de Zona Adjacente.

Com o estabelecimento desses regimes, o legislador pretendeu assegurar que, os proprietários de parcelas privadas de leitos ou margens públicas, não pudessem executar quaisquer obras, permanentes ou temporárias, sem a devida licença da administração central (COSTA, 2008).

No caso brasileiro, o código das águas de 1934 define nos artigos 1º e 2º as águas públicas de uso comum e dominicais. Nos artigos 3º ao 6º, afirma ser a perenidade a condição essencial para que as águas possam ser consideradas públicas. Mesmo as que secam em período de estio forte não perdem a característica de serem públicas por ter em algum ou em alguns de seus trechos percurso não navegável ou fluviável. São ainda consideradas públicas as águas de uso comum, todas as águas situadas nas zonas periodicamente assoladas pelas secas, e públicas dominicais todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não forem do domínio público de uso comum, ou não forem comuns. Diferencia-se as águas comuns das águas particulares, dessa forma, “Águas Comuns_ as correntes não navegáveis ou fluviáveis” e as “águas particulares_ as nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou as águas comuns”. Fica evidenciado na lei o direito de propriedade sobre as águas a quem as possuía por meio da propriedade privada.

As ações pioneiras, modernas e concretas na gestão das águas realizadas no Brasil o colocam em destaque no cenário internacional dos recursos hídricos. A inclusão do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos na Constituição Brasileira de 1988, a aprovação da Lei nº 9.433 de 1997, que estabelece a Política e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como a criação da Agência Nacional de Águas –ANA, em 2000, formalizou as ações relativas às águas no Brasil e as incorporou oficialmente à agenda política brasileira. Tendo como característica marcante o caráter democrático assumido pelo sistema hídrico nacional embasado na descentralização, na integração e principalmente, na participação dos usuários das águas, permitindo assim o planejamento sustentável desse recurso para as futuras gerações (BRASIL, 2007).

O planejamento das bacias hidrográficas no Brasil

Os recursos hídricos mundiais estão distribuídos de forma desigual, o que leva a existir grandes quantidades disponíveis de águas em determinadas áreas e escassez em outras.

Aproximadamente 12% da água doce do planeta encontra-se em território brasileiro, sendo que esta proporção torna-se maior ao considerar os fluxos provenientes de países vizinhos, fato que o coloca em situação estratégica no âmbito global em termos de disponibilidade hídrica (FIGURA 02).

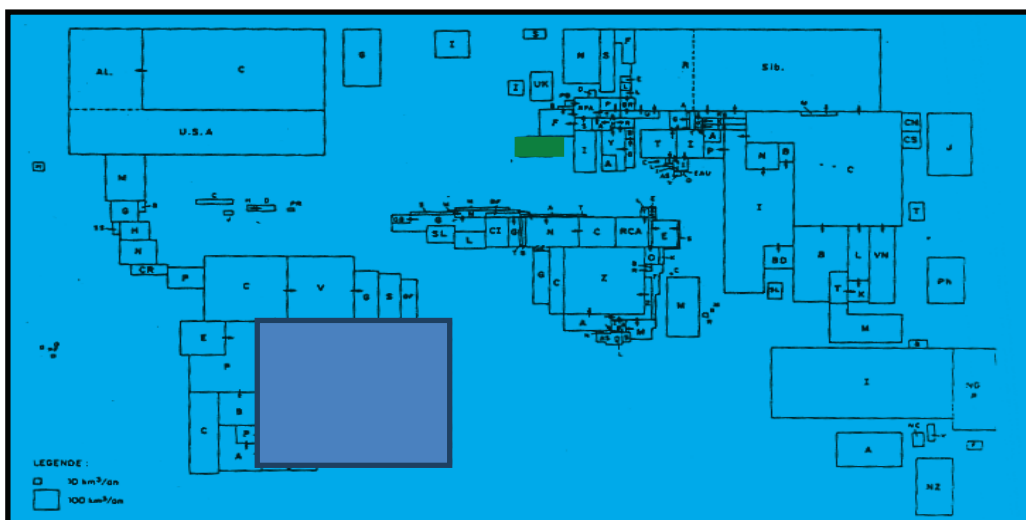


Figura 02:Relação superfície/recursos hídricos.
Fonte: SIRONNEAU, 1996

É importante observar que apesar da estatística de grande disponibilidade hídrica brasileira, devemos levar em conta uma série de fatores que influenciam direta e ou diretamente na quantidade e qualidade das águas nas diversas regiões brasileiras. Daí a importância de uma gestão eficiente desse recurso.

Nessa perspectiva, a Lei N° 9.433/97, citada anteriormente vem de encontro a essas necessidades, pois as suas diretrizes gerais de ação preconizam a importância não só da quantidade, mas também, da qualidade das águas. Isso justifica as ações de monitoramento propostas por órgãos de gestão

das águas tanto a nível estadual quanto federal, respeitando as diversidades locais e regionais com vistas a garantir a sustentabilidade dos recursos de forma harmônica e integrada em todos os níveis administrativos, ou seja, regionais, estaduais e federais. No Art. 2º dessa Lei consta ainda que a Política Nacional de Recursos Hídricos visa assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

Ao analisar a Política Nacional de Recursos Hídricos verificamos que se leva em consideração fatores que vem de encontro às necessidades de uma boa gestão das águas no país. Em primeiro lugar, a gestão dos recursos hídricos e sua adequação às diversidades física, biótica, demográfica, econômica, social e cultural das diversas regiões do país. Logo em seguida, comenta-se sobre a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e sua articulação com o uso do solo previsto nos planejamentos de âmbito regional, estadual e nacional e os setores usuários. Como terceiro fator, tem-se a integração da gestão de bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

O arranjo institucional proposto para o gerenciamento dos recursos hídricos brasileiros, é composto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, pela Secretaria de Recursos Hídricos - SRH, pela Agência Nacional de Águas - ANA, pelos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados – CERHs e pelos órgãos gestores federais, estaduais e municipais, cujas competências se relacionam com a gestão das águas, pelos Comitês de Bacia e as Agências de Água (FIGURA 03), atuando de maneira articulada.

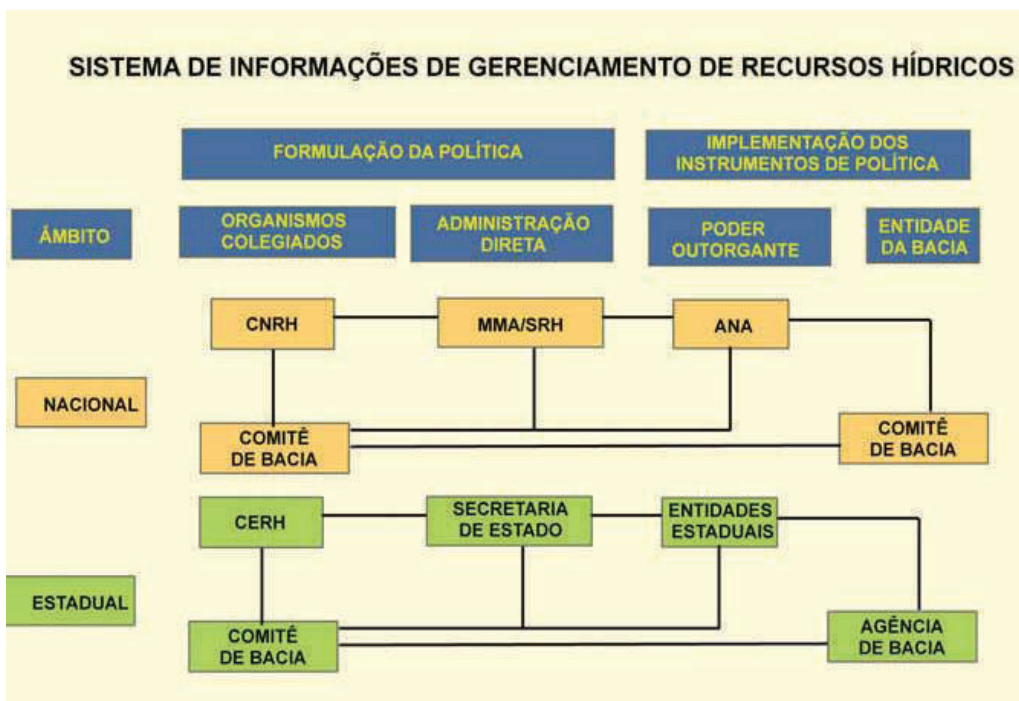


Figura 03: Sistema de gerenciamento de recursos hídricos.
Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos/MMA,PNRH, 2006

Nesse arranjo institucional, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH é o órgão máximo e principal fórum nacional de discussão sobre a gestão de recursos hídricos no país, criado em 1998, com vistas à harmonização do gerenciamento de águas de diferentes domínios.

Os comitês de bacia hidrográfica constituem a base do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, conhecidos também como “parlamento das águas”. São órgãos colegiados que contam com a participação dos usuários, da sociedade civil organizada, de representantes de governos municipais, estaduais e federal. Os Comitês de Bacias Hidrográficas têm as seguintes atribuições: I) promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos da bacia; II) articular a atuação das entidades que trabalham com este tema; III) arbitrar, em primeira instância, os conflitos relacionados a recursos hídricos; IV) aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia; V) estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; VI) estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Cabe aos Estados normatizarem a regulamentação referente aos Comitês de bacia dos rios de seu domínio. Alguns Estados brasileiros encontram-se em estágio avançado na implementação e condução dos processos participativos de gestão por meio dos comitês de bacia criados, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Outros estão em estágio medianos e ainda há aqueles em que esses comitês são praticamente inexistentes.

A Política Nacional de Recursos Hídricos normatiza e estabelece uma gestão descentralizada, participativa e integrada das águas através dos instrumentos de gestão (FIGURA 04). Tem como principais fundamentos estabelecer: I) Planos de Recursos Hídricos; II) enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes; III) a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos; IV) cobrança pelo uso dos recursos hídricos e V) sistema de informações sobre recursos hídricos.

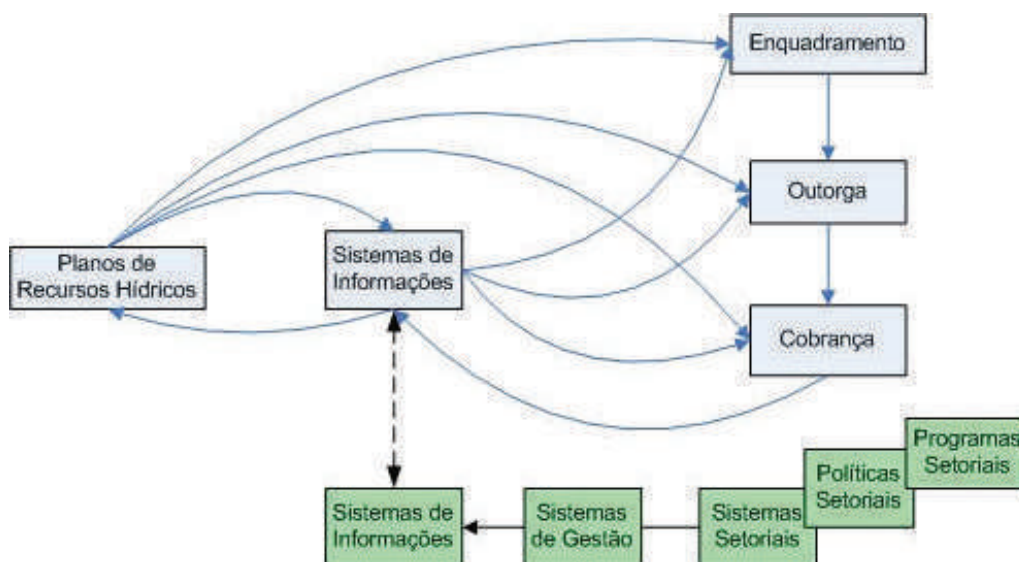


Figura 04: Relação de suporte entre os instrumentos de gestão da Lei n. 9.433/97.

Fonte: Christofidis (2001) apud Vendrusco

A Figura 04 mostra os instrumentos de gestão da política nacional de recursos hídricos. É válido ressaltar que, se utilizados de forma integrada, são importantes ferramentas para a implementação de ações que visem uma gestão refletida no

caráter participativo e descentralizado, seja na fundamentação das leis, seja na construção do PNRH. No entanto, a prática da cidadania e o exercício pleno de direitos dos cidadãos só ocorrerá mediante o conhecimento desses direitos para que se realize plenamente as mudanças propostas.

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH fundamenta-se nos seguintes princípios: I) a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico e por isso um bem de domínio público, que em situações de escassez, deve ter o uso prioritário para o consumo humano e animal; II) a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política de Recursos Hídricos; III) a gestão dos recursos hídricos deve promover o uso múltiplo das águas; IV) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e apostar na participação pública.

Tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e considerando a importância desse arranjo para o efetivo funcionamento do gerenciamento desses recursos foi instituída a divisão hidrográfica brasileira (FIGURA 05), através da Resolução N° 32, de 15 de outubro de 2003. Essa resolução levou em consideração metodologias de codificação e procedimentos de subdivisões expostas na Resolução N° 30, de 11 de dezembro de 2002.



Figura 05: Regiões hidrográficas brasileiras
Fonte: Resolução N 32, 2003

No parágrafo único da referida Resolução consta que é considerada como região hidrográfica “o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares”, ou seja, leva em conta uma série de fatores tendo em vista a orientação do planejamento e do gerenciamento dos recursos hídricos preconizados pela Lei 9.433/97.

Conforme apontado anteriormente, apesar da disponibilidade hídrica brasileira ser satisfatória, verificamos vários pontos de estrangulamento quanto a essa disponibilidade. Um dos pontos que deve ser levado em consideração é a sua má distribuição, pois enquanto em algumas regiões há grande disponibilidade, em outras ocorre a falta desse recurso. Como é o caso da região amazônica que possui o maior potencial hídrico brasileiro e uma densidade demográfica

baixíssima. O contrário ocorre na região sudeste, já que a disponibilidade é bem mais baixa e a densidade demográfica altíssima, como no Rio de Janeiro, por exemplo, que ultrapassa os 300 habitantes/Km². Devemos considerar ainda regiões como o nordeste brasileiro, onde apresenta irregularidades e má distribuição das chuvas, devendo ser analisada com mais cautela. Outro ponto a ser considerado é a questão dos grandes centros urbanos, onde já se convive com diversos problemas relacionados à falta de água de boa qualidade. Todos esses fatores apontam que é urgente e necessário uma gestão dos recursos hídricos que leve em consideração as especificidades de cada região brasileira.

Entretanto decorridos mais de dez anos da institucionalização da Política Nacional de Recursos Hídricos a aplicação dos instrumentos de gestão encontram-se ainda em andamento, não sendo possível avaliar os efeitos do uso desses instrumentos na maioria das bacias hidrográficas brasileiras. Embora seja do conhecimento dos órgãos responsáveis pela gestão das águas a urgência em modificar a situação de degradação em que se encontra grande parte dos mananciais de água do Brasil, sendo motivo bastante convincente para acelerar o processo de implementação desses instrumentos, ainda se verifica que esse processo vem ocorrendo de forma bastante lenta. Na Figura 06 é apresentada a situação da gestão de recursos hídricos no Brasil em 2010.

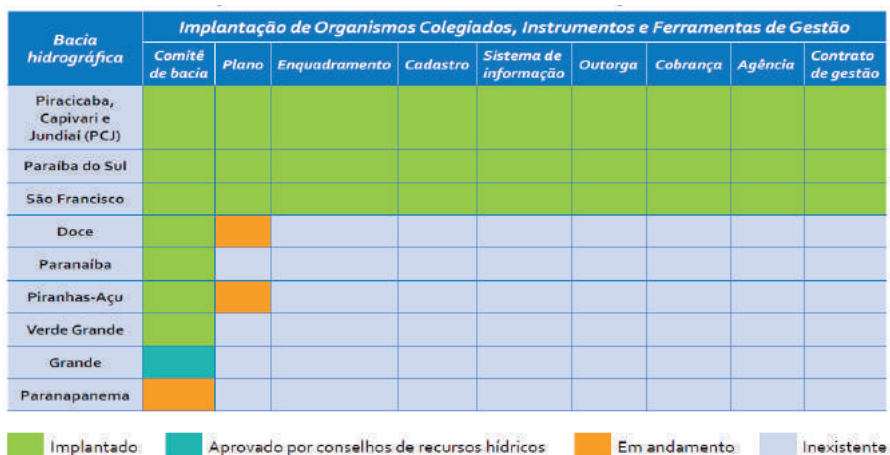


Figura 06: Evolução da Gestão de Recursos Hídricos no Brasil – situação em 2010
 Fonte: ANA, 2010

A partir da análise da figura 06 verificamos que são poucas as bacias brasileiras nas quais todos os instrumentos de gestão já foram implantados e encontram-

-se na atualidade (2011) em funcionamento, sendo a Piracicaba, Capivarí e Jundiá (PCJ), a Paraíba do Sul e a São Francisco. Nas outras bacias como a do rio Doce, Piranha-Açu, Grande, Verde Grande, Paranapanema, entre outras, encontram-se com um ou dois instrumentos funcionando. Entretanto, diversas bacias estão ainda em fase bastante incipiente, ou seja, estão apenas iniciando o seu gerenciamento de acordo com a Lei 9.433/97.

O planejamento das bacias hidrográficas em Portugal

Em Portugal, a necessidade de garantir uma gestão integrada da água, em conformidade com a funcionalidade dos ciclos hidrológicos e as especificidades regionais de índole econômica, social e ambiental reúne, desde várias décadas algum consenso. Concomitante a isso, tem-se acentuado a presença de novos riscos e desafios emergentes, sendo eles associados a fenômenos hidrológicos extremos, à fragilidade das zonas costeiras, à rejeição de substâncias perigosas e, não menos preocupante, à vulnerabilidade das origens de água perante conflitos sociais e políticos.

É nesse quadro que o Decreto-Lei nº45/94, de 22 de Fevereiro, aparece visando regular o processo de planejamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos em Portugal. O decreto aponta como princípios fundamentais do planejamento a racionalidade, a globalidade, a integração, a participação e a estratégia. A globalidade baseia-se numa abordagem conjunta e interligada dos aspectos técnicos, econômicos, ambientais e institucionais. A racionalidade, visa a otimização da exploração das várias origens da água e a satisfação das várias necessidades, bem como uma aplicação econômica dos recursos financeiros. Já a integração associa-se a articulação com o planejamento dos setores de utilização, com o planejamento regional, com o ordenamento do território e com a conservação e proteção do ambiente. A participação, por sua vez, envolve agentes econômicos e as populações diretamente interessadas e visa o alargamento de consensos. Por fim, a estratégia dá respostas imediatas face à informação disponível. É também aqui definida a tipologia de planos de recursos hídricos, tendo em vista a importância da elaboração do Plano Nacional da Água (PNA), que abrange todo o território nacional, na qual existem 15 planos de bacia hidrográfica (PBH).

Em 2000, o parlamento da União Europeia aprovou e publicou o Decreto-Lei N° 2000/60/CE, de 23 de Outubro, que elabora uma diretiva que, como se lê no seu primeiro ponto, considera importante a proteção da água como um patrimônio que deve ser preservado e defendido como tal. No ponto 2, percebe-se a importância que se dá a elaboração de soluções para as várias condições e necessidades do território. Já no ponto 14, aponta o êxito desta diretiva como resultante da cooperação em nível dos estados membros e a nível local, bem como da informação, consulta e participação pública. A Diretiva Quadro da Água (DQA) tem por objetivo conservar e melhorar o ambiente aquático na comunidade. Como se observa no ponto 19, esse objetivo diz respeito, antes de tudo, à qualidade das águas em questão. No que tange ao planejamento, a DQA aponta para a necessidade de os Estados-Membros garantirem a elaboração de planos de gestão de bacia hidrográfica, assegurando a coordenação entre si, no caso de bacias partilhadas.

Em 2002, o Ministério do Ambiente aprovou o Plano Nacional da Água (PNA). A gestão correta e moderna dos recursos hídricos passa necessariamente pela definição de uma adequada política de planejamento e, conseqüentemente, pela aprovação de planos de recursos hídricos, tendo em vista a valorização, respectiva proteção e gestão equilibrada dos recursos hídricos nacionais, bem como a sua harmonização com o desenvolvimento regional e setorial através da racionalização dos seus usos. O planejamento dos recursos hídricos nacionais é, de resto, uma exigência legal, emergente do referido Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de Fevereiro, que apontava em termos programáticos para a necessidade de elaboração de um plano nacional da água até o ano de 1997.

Tendo em vista a implementação de uma gestão equilibrada e racional destes recursos e de uma estratégia global de planejamento nacional dos recursos hídricos, que sempre foi assumida como uma das prioridades políticas, o Governo começou por aprovar em 2000, os planos de bacia hidrográfica dos rios internacionais (Minho, Douro, Tejo e Guadiana). Tendo inaugurado, por essa via, um novo instrumento de planejamento setorial - o dos recursos hídricos - constituindo um relevante passo na concretização de um modelo mais moderno, dinâmico e adequado à gestão das bacias hidrográficas. Subseqüentemente, o Governo aprovou todos os planos de bacia hidrográfica dos rios nacionais (Lima, Cávado, Ave, Leça, Vouga, Mondego, Lis, Sado, Mira, ribeiras do Algarve e ribeiras do Oeste), tendo em vista a implementação

da referida estratégia global de planeamento e a subsequente aprovação do Plano Nacional da Água.

Em 2005, a Assembleia da República aprova a nova Lei da Água (a anterior era de 1919) com o Decreto-lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro. A Lei da Água consagra elementos fundamentais para a protecção da água e dos ecossistemas aquáticos num quadro coerente com a valorização dos recursos hídricos e, por isso, também em articulação com o ordenamento do território, os aspectos quantitativos da água e os eventos extremos associados. A Lei da Água assegurou a transposição da DQA e contempla o Plano Nacional da Água (PNA), assim como, os Planos de Bacia Hidrográfica (PBH) e respectivos planos de gestão.

Nesse sentido, importa salientar que no n.º 2 do artigo 3.º da Lei da Água, a região hidrográfica é estabelecida como a unidade principal de planeamento e gestão das águas, tendo por base a bacia hidrográfica. Essa opção de planeamento dos recursos hídricos, está em conformidade com o disposto na DQA e condizente com a matriz de planeamento e gestão das águas, revista nessa lei, o que permite que a execução dos planos de gestão de bacia hidrográfica a serem elaborados em cada região hidrográfica estejam plenamente articulados entre si. Desse modo, alcança-se uma desejável harmonia no planeamento e gestão das águas, sem prejuízo da sua necessária articulação e harmonização com o Plano Nacional da Água.

Em Portugal, a Lei da Água (LA) transpõe para o direito interno a Diretiva Quadro da Água (DQA), estabelecendo que os Estados-Membros protegerão, melhorarão e recuperarão todas as massas de água de superfície, com o objetivo ambiental destas alcançarem o bom estado até o ano de 2015 (Artigo 4º, DQA). Essa diretiva tem por objetivo proteger as massas de água e fixou em 2000, o horizonte 2015 como o ano em que devem ser atingidos os objetivos ambientais.

Em se tratando de instrumentos de planeamento dos recursos hídricos, a Lei da Água prevê a existência de três tipos de planos: o Plano Nacional da Água (PNA), os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH) e os Planos Específicos de Gestão das Águas (PEGA), nos quais se incluem medidas de proteção e valorização dos recursos hídricos.

Nos termos da Lei da Água, uma região hidrográfica (RH) é definida como a “área de terra e mar constituída por uma ou mais bacias hidrográficas contíguas e pelas águas subterrâneas e costeiras que lhes estão associadas, constituindo-se como a principal unidade de gestão das bacias hidrográficas”. Através dessa Lei, oito regiões hidrográficas foram criadas para Portugal continental (FIGURA 07).

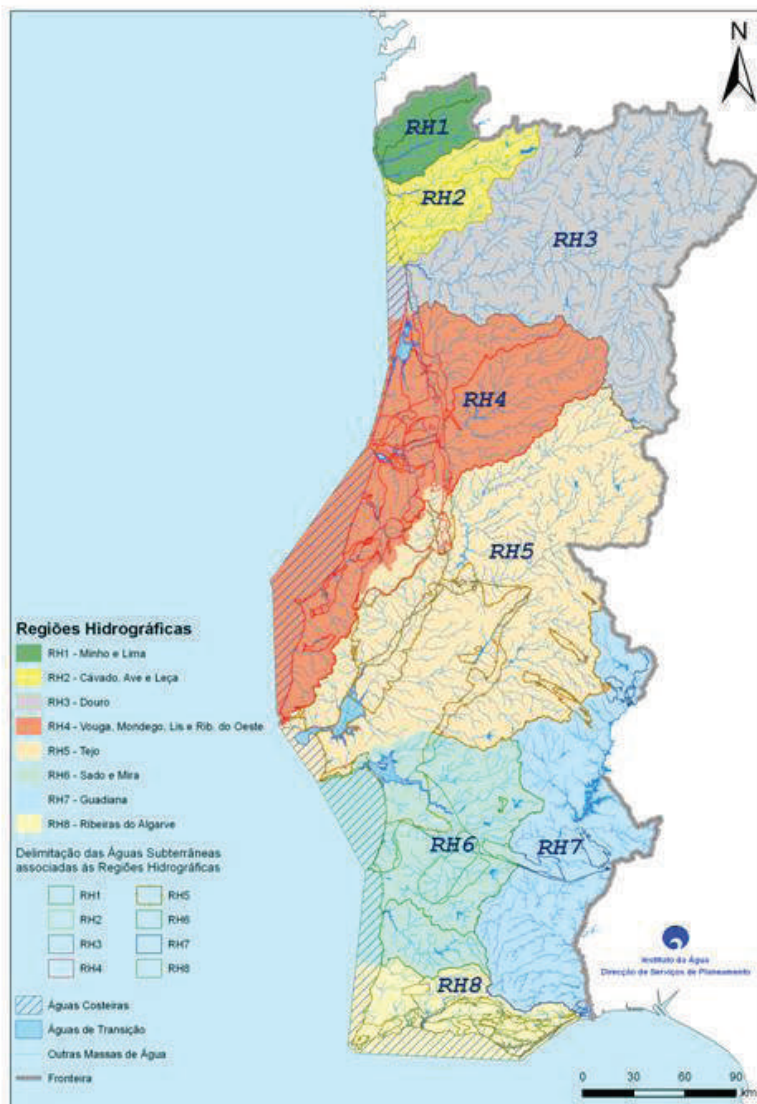


Figura 07: Regiões Hidrográficas de Portugal Continental.

Fonte: INAG (2007b)

Os PGRH têm natureza de planos setoriais de acordo com o definido no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e, simultaneamente, instrumentos de planejamento e gestão das águas. Os PRBH são, nos termos da lei, vinculados às entidades públicas e estão sujeitos à avaliação ambiental, participação e discussão públicas. Os Planos de Gestão de Região Hidrográfica são instrumentos de planejamento das águas que têm por objetivo constituírem-se como a base de suporte à gestão, à proteção e à valorização ambiental, social e econômica das águas.

Os PGRH, além de serem um instrumento de planejamento da gestão das águas, são um veículo para reportar à Comissão Europeia o andamento dos trabalhos de aplicação da diretiva, bem como instrumento de informação e consulta do público.

Quanto ao enquadramento legal a nível nacional, verifica-se que a Lei da Água, no Artigo 7º, diz que cabe ao Instituto da Água (INAG), como autoridade nacional da água, representar o Estado como garantia da política nacional das águas e definir a aprovação dos PGRH (Lei da Água, Artigo 8º).

Em nível de região hidrográfica, como prevê a Lei da Água no artigo 7º, as administrações das regiões hidrográficas, (ARH), prosseguem as atribuições de gestão das águas, incluindo o respectivo planejamento, licenciamento e fiscalização. Cabendo-lhe, entre outras competências, elaborar e executar os PGRH e os planos específicos de gestão das águas (Lei da Água, Artigo 9º).

Nos termos da DQA, cada Estado Membro deveria assegurar até 2009 a elaboração de um plano de gestão para cada RH ou parte de RH internacional situada no seu território, que deverá incluir um programa de medidas operacionais até 2012 que garanta a execução dos objetivos ambientais estabelecidos na Diretiva.

Os programas de medidas devem ser revistos e atualizados até 2015 e, posteriormente, de seis em seis anos. Nesse sentido, trata-se de um processo cíclico, em que cada etapa implica uma série de passos de elaboração, atualização, revisão, e eventual estabelecimento de novas medidas.

Para alcançar os objetivos propostos são identificados vários instrumentos que passam pela elaboração dos PGRH, bem como a aplicação das medidas

preconizadas no seu âmbito e a sua monitorização.

Depois de ser definido o calendário e o programa de trabalhos dos PGRH, com base no modelo organizacional de gestão do processo implantado, as ARH lançaram o programa de monitorização para as suas áreas de intervenção.

Cabe às ARH, a implementação/exploração das redes de monitorização das águas costeiras e interiores, assim como a avaliação do estado das respectivas massas de água ao nível das regiões hidrográficas sob a sua jurisdição. De acordo com a DQA, os Estados Membros têm a obrigação de classificar o estado das massas de água de superfície, sendo este definido em função de dois estados: o ecológico ou o químico. De modo a alcançar o objetivo do bom estado, a DQA requer que as massas de água de superfície atinjam pelo menos o bom estado ecológico e o bom estado químico. Sendo a prevenção da degradação do estado das massas de água outro dos objetivos primordiais dessa diretiva.

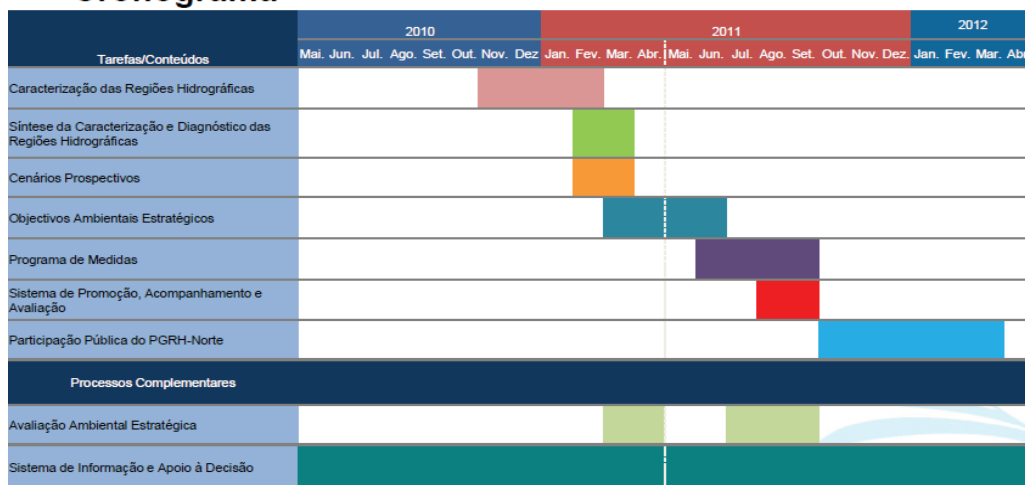
Com a aprovação da DQA e a sua transposição para a legislação nacional, a monitorização dos ecossistemas aquáticos abandonou a abordagem clássica da água como recurso, passando a encará-la como suporte dos ecossistemas (INAG, 2008).

Tendo em vista esses pressupostos, a partir de 2007 a rede foi alvo de uma reestruturação, tendo iniciado a monitorização do estado químico das águas superficiais e subterrâneas, com vista a dar cumprimento ao Artigo 8.º da Diretiva. Esse artigo impõe aos Estados-Membros a elaboração de programas de monitorização do estado das águas, de forma a permitir uma análise coerente e exaustiva do mesmo em cada região hidrográfica.

Foi o caso da ARH Norte I.P. (quadro 3) que a partir de 2007 esta rede iniciou uma série de reestruturações, implementando inicialmente (2007) a monitorização do estado químico e, em 2009, a monitorização do estado ecológico.

A atual rede de monitorização da ARH do Norte, I.P., encontra-se, mais uma vez, numa fase de reestruturação, no sentido de introduzir a monitorização do componente ecológico na avaliação das massas de água. Nesse momento, e tendo em conta o estado de desenvolvimento dos diversos componentes do PGRH-Norte, podemos apontar as principais datas de entrega dos documentos do PGRH-Norte, em 2011 e 2012, conforme o quadro 1.

Cronograma



Quadro 1 – Cronograma relativo a data de entrega dos documentos do PGRH-Norte em 2011 e 2012.

Fonte: Machado, 2011.

Independentemente das dificuldades e dos atrasos verificados, a conclusão dos PGRH será a base de suporte à gestão, à proteção e à valorização ambiental, social e econômica das águas de forma a atingir os objetivos ambientais preconizados na DQ/LA.

Considerações finais

A política de gestão e ordenamento dos recursos hídricos no Brasil e em Portugal trouxe enormes ganhos a nível ambiental na regulação dos usos e na conservação dos recursos, bem como a nível social propiciada pela maior participação popular e validação dos direitos dos cidadãos principalmente pela água ser reconhecida como um bem de domínio público.

Um aspecto de importância fundamental para o desenvolvimento da política de recursos hídricos nos dois países, foi o quadro legislativo e normativo bem definido e a sua adequação às diretivas e acordos internacionais.

A legislação brasileira assegura a sustentabilidade das águas, por meio da Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, que assegura a todos os cida-

dão o direito ao meio ambienteecologicamente equilibrado, e impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. E também pela Lei das Águas 9.433 que resguarda a gestão sustentável desse recurso.

A Descentralização das competências, no que diz respeito ao planejamento e a gestão das águas públicas, é sem dúvida uma mais-valia no que se refere ao Brasil. No entanto, a dificuldade apresentada no que tange a gestão integrada no Brasil é uma realidade e advém do fato de ser uma federação, sendo necessária a diplomacia na condução de ações integradas. A dimensão continental, a diversidade ecológica, cultural e econômica, além da organização federativa, impõe grandes desafios para o modelo de gestão das águas no Brasil.

Apesar de recentes, as demandas democráticas nos dois países propiciaram um avanço na legislação hídrica que normatizou a aplicação dos instrumentos de gestão voltados para a descentralização, transparência e participação tendo abacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão. Trata-se, sem dúvida, de mais um avanço significativo na forma de gestão dos territórios hidrológicos, de um desafio face à necessidade de um desenvolvimento sustentável das regiões que compõem esses dois países.

Independentemente das dificuldades e dos atrasos verificados, a conclusão dos PGRH no caso português e dos planos de recursos hídricosno caso brasileiro serão a base de suporte à gestão, à proteção e à valorização ambiental, social e econômica das águas como forma de atingir os objetivos ambientais preconizados nas leis das águas desses dois países.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA – ANA. **A Evolução dos Recursos Hídricos no Brasil/ The Evolution of Water Resources Management in Brazil.** Brasília, ANA. 2010.

_____. Disponibilidade e demandas de recursos hídricos no Brasil. **Cadernos de Recursos Hídricos.** 2007. Disponível em <<http://www.ana.gov.br/>>. Acesso em 2008.

BRASIL. **Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Disponível em <<http://www.ana.gov.br>>. Acesso em 22/07/2006.

_____. **RESOLUÇÃO N° 32, de 15 de outubro de 2003**. Disponível em <http://www.aesa.pb.gov.br/legislacao/resolucoes/cnrh/32_2003_divisao_hidrografica_nacional.pdf> Acesso em 26 de agosto de 2011.

_____. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Síntese Executiva. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília, 2006.

_____. **Conjunto de normas legais: recursos hídricos**. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. 7ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de Julho de 1934). Acedido em 27 de Abril de 2011 em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>.

_____. **Decreto-Lei n.º 77/2006. DR 64 SÉRIE I-A de 2006-03-30**. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Instituto da Água, I.P.

BRITO, A. G. **A reforma institucional para a gestão da água em Portugal**: As Administrações de Região Hidrográfica, 2008. Acedido em 22 de Abril de 2011: http://www.unizar.es/fnca/congresoiberico/documentos/ppt_p0402.pdf

CAEIRO, F. J. **Quedas de água: esboço econômico-jurídico**. França & Arménio, Coimbra, 1919.

CAPONERA, D.A. **The importance of water law and institutions for sustainable development**. International Conference of Water and Sustainable Development, Paris, 1998.

COELHO, A. R. P. **Lições de direito civil: da propriedade das águas, Casa do Castelo**, Coimbra, 1939.

CORDEIRO, J. M. L. **Indústria e energia na Bacia do Ave: [1845-1959]**, Cadernos do Noroeste, Série História, N°1. Braga, 2001.

COSTA, F. S. **A gestão das águas públicas: O caso da Bacia Hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973**, Dissertação de doutoramento,

Universidade do Minho, Braga, 2008.

ESPÍRITO SANTO, T. R., COSTA, J. S. **Problemas da gestão dos recursos hídricos em Portugal**. Problemas e perspectivas da gestão dos recursos hídricos, Seminário Organizado pela Secretaria do Ambiente e dos Recursos Naturais e pelo Instituto Europeu da Água, Lisboa, 1986.

FERREIRA, P. R. O. **Caracterização das Leis Hídricas do Brasil**. Campinas, SP, Outubro/2003. Acedido em 27 de Abril de 2011, em: <http://www.negowat.org/internal/docs/RelatorioBrazil.pdf>.

GRUPO DE TRABALHO DO MARN. **Plano Nacional de Política do Ambiente** 1991-1995. Documento de trabalho, Versão 1, MARN, Lisboa, 1990.

INAG-Instituto Nacional da Água, I.P. (2007a) - **Calendário e programa de trabalhos para elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica** – Participação pública, Acedido em 22 de Abril de 2011, em: http://dqa.inag.pt/dqa2002/port/p_dispos/pgrh/Documento_apoio_consulta_publica.pdf.

INAG-Instituto Nacional da Água, I.P. (2007b) –**Planos de Gestão de Região Hidrográfica – Sessão Técnica**. Acedido em 22 de Abril de 2011, em: www.inag.pt/inag2004/port/.../pgrh/PGRH_sessoespublicas.pps

INAG-Instituto Nacional da Água, I.P. (2008) - **Tipologia de Rios em Portugal Continental no âmbito da implementação da Directiva Quadro da Água**. I – Caracterização Abiótica, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Instituto da Água, I.P.

JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Outubro de 2000**. Acedido em 22 de Abril de 2011, em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2000:327:0001:0072:PT:PDF>

Machado, A. – 2011 - **Situação do processo de planeamento dos PGRH-Norte**. Documento ppt apresentado no 7º Conselho da Região Hidrográfica, Armamar, 25 de Janeiro de 2011, ARH do Norte, PDF.

OLIVEIRA, E. M. L. de. **Relatório da Comissão de Revisão da Legislação da água nomeada por Despacho Ministerial 24/1/1978**. Lisboa: Grupo Coordenador do SIGRHID- Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos, Vol. 1, Lisboa, 1986.

PORTUGAL. **Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.** P. Questões significativas da gestão da água no contexto transfronteiriço: a região hidrográfica do Douro. Jornadas Luso-espanholas de participação pública, 2009. Acedido em 22 de Abril de 2011, em: <http://www.arhnorte.pt/doc.php?co=2047>.

SÁ, S., MACHADO, A. **Questões significativas da gestão da água no contexto transfronteiriço:** a região hidrográfica do Douro. Jornadas Luso-espanholas de participação pública. 2009. Acedido em 22 de Abril de 2011, em: http://ww.chminosil.es/chms/documentos/file/planificacion/participacion_publica/2007_2009/contexto_transfronterizo/02_presenacion_ETI_parteportuguesa.pdf

SERIGNOLLI, P. P. G. **Histórico da Legislação Hídrica no Brasil:** Direito, Águas e Tributos. Blog do escritório Serignolli Advogados, 2009. Acedido em 27 de Abril de 2011, em: <http://serignolli.wordpress.com/2009/10/30/historico-da-legislacao-hidrica-no-brasil/>.

Silva, J. E. **Os sistemas institucionais estrangeiros e o modelo institucional português para a gestão dos recursos hídricos.** SIGRHID - Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos, Lisboa, 1986.

SIRONNEAU, J. **L'eau, nouvel enjeu stratégique mondial. Poche Géopolitique,** Economica, Paris, 1996.

TOVAR, L. **Para uma reconstrução do direito da água. Actas do V Congresso Ibérico sobre Gestão e Planeamento da Água,** Faro, 2006.

VENDRUSCOLO, Simone. **Interfaces entre a Política Nacional de Recursos Hídricos e a Política Nacional de Defesa Civil, com relação aos Desastres Hidrológicos.** Disponível em: http://www.labhidro.ufsc.br/Artigos/SIMONE_VENDRUSCOLO.pdf. Acessado em: 22/08/2011.

Recebido para publicação em dezembro de 2013
Aceito para publicação em março de 2014

ÁGUA E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DO CONFLITO E GESTÃO DA ÁGUA NO VALE DO RIACHÃO, MONTES CLAROS/MG

Priscilla Caires Santana Afonso¹

Resumo: Este trabalho discute as diversas concepções sobre território com o intuito de articular conceitos que nos ajude na reflexão sobre o conflito pelo uso e gestão da água pelas comunidades da sub-bacia do Riachão. A discussão teórica está estruturada segundo três vertentes distintas e complementares, a saber: 1) o território visto como forma de disputa e controle do poder; 2) o território enquanto estabelecimentos de vínculos e práticas sociais; 3) a multiterritorialidade e os conflitos por essa criados. Tivemos a intenção de discutir a perspectiva do Estado como agente territorializador, em seguida outras perspectivas da categoria dentro da ciência geográfica como o território entendido a partir das relações sociais o que delimitou a multiterritorialidade da sub-bacia do Riachão, que vem ocasionando conflitos pelo território (área, terra) e pelos recursos naturais, como água. Nesse sentido, foi utilizada uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica e pesquisas de campo, onde se estruturou as formas de gestão comunitária pelas comunidades.

Palavras-chave: Território. Territorialidades. Comunidades. Gestão comunitária. Sub-bacia do Riachão.

¹ Mestre em Geografia. Professora do Departamento de Geociências da Unimontes. Doutoranda em Geografia UFU. priscillacaires@yahoo.com.br.

WATER AND TERRITORY: A ANALYSE OF MANNA- GEMENT AND CONFLIT OF WATER IN RIACHÃO VALLEY, MONTES CLAROS/MG

Abstract: This research discuss lot of conceptions of territory with objective of articulate concepts that here is in reflection of conflict of management of water use from communities from sub-bacia of Riachão. The theoretic discuss is structured according three different and complementary directions to know: 1) the territory saw as a fight form and power control; 2) the territory as a kind of entail and social practices; 3) the multiterritorialidade and conflicts created for that. We had the intention of discuss the perspective from state as territorial agent, then other perspectives of category inside of geographic science as territory understood from social relations what put limits in multiterritorialidade from sub-bacia of Riachão, that cause territory conflicts (area, earth) and for natural sources, as water. In this sense, was used a methodology based in bibliographic research and camp researches, where we structured the forms of community management for communities.

Keywords: Territory. Territorialities. Communities. Community management. Sub-bacia of Riachão.

Introdução

Pensar o recurso água e na sua gestão implica em uma análise (trans) ou multidisciplinar. Dentro da ciência geográfica, entendemos essa discussão na perspectiva das categorias geográficas. Dentre essas a categoria território será enfocada nesse trabalho por permitir uma análise acerca da questão na perspectiva das relações sociais que envolvem o tema. O que objetivamos é discutir o conflito pelo uso da água e a gestão comunitária da água a partir da reflexão das teorias sobre território já elaboradas, procurando articular conceitos na busca por uma contribuição da ciência geográfica sobre o tema.

Nesse sentido, analisaremos o território como uma categoria norteadora desse trabalho como forma de disputa e controle do poder, sobe a perspectiva

do principal agente territorializador, o Estado. Em seguida, discutiremos o território e territorialidade em outra escala (micro), a dos atores sociais das comunidades de Lagoa do Barro, Lagoa da Tiririca e Pau D'Óleo, e como a partir das suas relações sociais e experiências acontece à gestão dos recursos naturais dando enfoque a água.

A intenção foi entender algumas das abordagens sobre o território, procurando refletir como poderíamos aplicar este conceito a um espaço ainda pouco estudado, o norte de Minas, especificamente a sub-bacia do Riachão. Pudemos observar a inexistência de estudos territoriais sobre o tema proposto.

O “lócus” da pesquisa compreende a área rural do município de Montes Claros/MG, o alto curso da sub-bacia. Para um maior entendimento, foi necessário um levantamento bibliográfico de alguns autores da Geografia e das Ciências Sociais que tratam da temática sobre o território. Dados de campo, realizados de agosto a setembro de 2008 também foram utilizados, com o intuito de compreender com maior precisão a realidade pesquisada.

Este artigo é fruto de estudos já realizado por outros autores e de nossa própria autoria sobre a sub-bacia, mas, têm caráter inédito por ainda não haver nenhum trabalho que trate a gestão comunitária da água centrada em reflexões sobre as discussões territoriais. O que procuramos até aqui foi trazer para a discussão a articulação de algumas abordagens, começando pela discussão do território enquanto poder.

Território e Poder

Muitas são as concepções em torno da significância da categoria território em diversas ciências. Autores como Haesbaert (2006, p.43-44) salientam a amplitude do conceito território, mas, afirma que para as várias áreas existe um “enfoque centrado em uma determinada perspectiva”, portanto cabe a Geografia o seu conceito central, porém sua amplitude ainda é bastante disseminada, perpassando por várias abordagens.

Aqui abordaremos a relação território e poder que para Raffestin (1980, p. 153), está relacionado com a dominação e com o controle exercido sobre os homens e sobre as coisas, “[...] exprime a relação que um grupo mantém com

uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação [...]” do território. Enfatiza que delimitar é “[...] isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa” (1980, p. 153).

O ‘poder’, no ponto de vista desse autor, refere-se à ação de um grupo social em determinado território. Foucault (2004) chama a atenção de que o poder pode ser negativo ou positivo. É negativo à medida que impõe limite, que castiga, que mutila; mas que pode ser algo positivo que proporciona relações, práticas de poder, como algo que se exerce, que funciona. Relaciona o poder a dois termos: à ‘repressão’ e à ‘opressão’. A primeira refere-se ao poder abusivo, dominante, “[...] seria a prática [...] de uma relação perpétua de força” (2004, p.177). A segunda ocorre quando o poder rompe os termos do ‘contrato’, ou seja, quando se excede, se torna arbitrário, tirânico.

Ao refletimos sobre território e poder voltaremos nossas análises sobre o principal agente territorializador, o Estado-nação moderno. Para Giddens:

O Estado-nação, que existe em um complexo de outros Estados-nação, é um conjunto de formas institucionais de governo, mantendo um monopólio administrativo sobre um território com fronteiras (limites) demarcados, seu domínio sendo sancionado por lei e por um controle direto dos meios internos e externos de violência (Giddens, 1981, p. 190).

Vlach (2008, p.02) esclarece que o Estado-nação é resultado dos Tratados de Westfália (1648) e que desde então, o Estado moderno é a única instituição a que o direito faculta o uso da violência, sendo responsável pelos meios de violência.

Por si só, essa construção histórica, ao definir limites territoriais e uma cidadania no interior das fronteiras do território nacional, estabeleceu a soberania do Estado-nação, no âmbito de uma nova concepção do direito, pois, desde então, o direito praticamente se confunde com o respeito da soberania territorial de cada Estado (WLACH, 2008).

A autora ressalta ainda que, a pacificação interna, foi indispensável para a constituição do Estado-nação moderno, e isso só foi possível devido a esse monopolizar os meios de violência. O Estado a partir de então, na busca de se exercer o poder (assim como um indivíduo) age politicamente, com o intuito de conquista, manutenção ou ampliação do poder, criando assim instituições para firmar e consolidar seu poder. (WLACH, 2008).

A ideia da autora vai de encontro à teoria de Giddens que deixa clara em sua abordagem que o Estado utiliza dos recursos políticos para impor seu domínio sobre o território. De encontro às ideias propostas pelos autores, citamos Harvey (2005) que numa vertente marxista teoriza o Estado capitalista dizendo ser esse um agente que impõe o movimento a sociedade e faz isso através dos meios econômicos e pela ideologia de classes.

Por ser esse Estado aquele que garante o monopólio da propriedade privada através de uma organização do território, ele se torna um veículo por onde os interesses de classe são organizados. São a propriedade privada e os interesses de classe que garantem um segundo monopólio “os das formas institucionais de governo e o monopólio administrativo do território”, o que corrobora com a proposta de Giddens.

Na primeira análise, o Estado deve ser entendido como uma organização política que conta com recursos humanos, políticos e financeiros para garantir a organização do território. Na segunda, o Estado nasce com a sociedade de classes, mas a partir de sua expansão controla a sociedade por meios econômicos e políticos. Cabe, portanto, ao Estado exercer o poder dentro de suas fronteiras gerindo o território a partir dos agentes institucionais que lhe dá força para se organizar territorialmente.

No entanto, para Haesbaert (2004) o território não está relacionado apenas com o tradicional “poder político”. Esse dimensiona a categoria território a uma abordagem social.

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”

(HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Ainda segundo o autor, todo espaço onde se exerce poder é um território e esse por sua vez tem uma dupla conotação material e simbólica,

todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja (HAESBAERT, 2005, p. 6777).

O autor procura analisar o território, a partir das relações sociais, da apropriação, dos usos, do simbólico, como nos propomos nesse artigo. Em uma menor escala (micro), discutiremos o território a partir das análises das comunidades geraizeiras² da sub-bacia do Riachão em Montes Claros, MG.

Território e territorialidades: os usos e apropriações

A visão de território que abordaremos aqui vai além da abordagem de território e suas representações de poder político e econômicos, discutidos na perspectiva do Estado e o exercício de sua soberania. Buscamos através de uma redução escalar (micro) entender como acontece os usos e apropriações do espaço de Lagoa do Barro, Pau D’Óleo e Lagoa da Tiririca, relacionando essas comunidades à noção de território e territorialidade, pois

A distinção entre território como instrumento do poder político e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental no mundo contemporâneo, dentro do debate entre universalistas e multiculturalistas (defensores do respeito às diferenças culturais). (HAESBAERT, 1997, p. 37).

Para Medeiros (2009, p. 218)

2 O grupo dos geraizeiros a que nos referimos neste trabalho, conforme Dayrell (2000), é representado pelos agricultores que se utilizam de pequenas extensões de terras para a prática da agricultura de excedente, que é bastante diversificada, e que retira (retirava) dos “gerais” os demais produtos necessários a sua sobrevivência. Quanto aos “gerais”, são terras sem dono, de domínio público, que garantem a esses geraizeiros o extrativismo de produtos como plantas medicinais, lenha para os fogões, frutos do cerrado, entre outros. Para uma leitura mais aprofundada do tema ver Dayrell (2000), Costa (2003), Porto-Gonçalves (2000).

Território é pois um novo paradigma que responde a um certo número de funções geográficas, sociais e políticas, que se inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores.

As comunidades de Pau D'Óleo, Lagoa do Barro e Lagoa da Tiririca, resultam historicamente da ocupação e uso da terra sem o documento de posse, mas, na atualidade (2009) existe um processo que tramita na justiça para que se garanta legalmente a posse da terra embasado no argumento dos anos de uso. Isso acontece em função da chegada do capital financeiro paralela a imposição de políticas estatais com territorialidades bem distintas das locais, como discutiremos posteriormente.

Nessas comunidades, as pessoas se organizam para a sobrevivência do grupo social, dando à terra uma conotação de território, o que significa que esse espaço está além da significação da simples moradia. Ali se criam filhos, se realizam sonhos, se enterram os mortos, ou seja, se constrói cultura.

[...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. É o território usado que é uma categoria de análise. (SANTOS, 2006, p. 14).

Antes da chegada do capital financeiro à região, os geraizeiros viviam em terras comuns, não utilizavam cercas para demarcação de seu território a não ser para proteger as suas plantações dos animais que eram criados à solta.

Na atualidade, não existe mais terras comuns como em outros tempos, e para resistir ao eucalipto que se estabeleceu nos chapadões onde o gado pastava solto, se buscava lenha para os fogões, além de se colher plantas medicinais; existe a cerca que delimita o território do uso por necessidade (foto 01).



Foto 1: Comunidade de Lagoa do Barro – Montes Claros/MG: cerca que delimita o território de uso de um gerozeiro. No primeiro plano roça de cana e milho. Ao fundo, uma pequena área de cerrado não desmatada pelo gerozeiro.

Autor: AFONSO, P.C.S., jul., 2007

É importante entendermos o que Haesbaert (2005) chama de territorialidade para compreendermos a dimensão do conflito na sub-bacia. O autor alerta para o fato de que muitos autores reduzem a territorialidade a uma dimensão simbólico-cultural do território, especialmente aos processos de identificação territorial, e salienta que:

A territorialidade, no nosso ponto de vista, é “algo abstrato”, [...], mas não no sentido radical que a reduz ao caráter de abstração analítica. Ela é uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos Judeus. Ou seja, o poder no seu sentido simbólico também precisa

ser devidamente considerado em nossas concepções de território. É justamente por fazer uma separação demasiado rígida entre território como dominação (material) e território como apropriação (simbólica) que muitos ignoram e a complexidade e a riqueza da “multiterritorialidade” [...] (HAESBAERT, 2005. p. 6783).

Para Heidrich (2009, p. 273) o princípio da territorialidade (ou multiterritorialidade, para Haesbaert) não implica necessariamente em exclusão ou conflito em relação a outras territorialidades, apenas quando coincidir o objeto da sua ocorrência. No caso das três comunidades, a terra e a água são objetos que diferentes atores sociais com diferentes territorialidades desejam em comum.

Algumas territorialidades presentes nessas comunidades se referem a formas tradicionais de uso e apropriação da terra e dos recursos naturais como a água, mas também se encontram usos pertinentes a demandas de reprodução capitalista, as quais destoam às compreensões socioculturais locais. Como se tratam de territorialidades que atuam no mesmo plano, a implantação de uma afeta diretamente a permanência da outra e assim se iniciam os conflitos.

A luta dos geraizeiros, se inicia pela posse da terra que historicamente lhes pertencia, conforme já discutimos. Com a chegada do capital financeiro representado pelas empresas de eucalipto e pela agricultura modernizada e a imposição do poder do Estado à região³, a terra se reafirmou como sinônimo de poder e capital e as áreas de chapadas foram as mais indicadas para a mecanização. Através do uso da instituição Estado que entende a terra como propriedade privada, o capital força os geraizeiros a cercar seus territórios de uso (foto 2).

Esse grupo ficou, desde então, com as terras de menor valor econômico, as chamadas “grotas” e fadados a utilizarem os recursos nelas contida, o que significa que o pouco de terras que lhes restou agora tem que servir para plantar, criar, morar, (sub) existir.

³ A região norte mineira é conhecida como a região dos “sertões” de Minas. Isso implica em uma discussão de vários autores como Ribeiro (2000) que na área dos sertões o poder do Estado só chega quando se expande a fronteira agrícola. Dessa forma há um poder que podemos classificar como “paralelo” o poder dos coronéis que gerenciam os territórios. Anterior ao poder do Estado e do capital surge a agricultura camponesa com suas territorialidades tradicionais e específicas aquele ambiente.



Foto 2: Eucalipto plantado em torno da Comunidade de Lagoa do Barro em Montes Claros/MG. A cerca que aparece na foto se estende até a lagoa que dá nome ao lugar.

Autor: AFONSO, P.C.S., jul., 2007.

A água foi o segundo recurso que lhes foi privado. Os geraizeiros contavam com um sistema de classificação dos usos da água e da terra que foi parcialmente comprometido pelas novas territorialidades.

A gestão comunitária da água, a que nos interessa nesse trabalho, se embasa em um sistema de normas construído por pressupostos éticos, que regulam o seu uso e indicam que o acesso é mediado por uma ordem moral. Contrária a essa gestão, está à lógica da apropriação privada dos recursos da natureza como prega o Estado e as empresas que ocupam a área (agricultores modernos e empresa que trabalha com a monocultura de eucalipto) o que é uma ofensa à comunidade geraizeira, pois é uma negação desta comunidade.

Em uma comunidade em específico, a comunidade de Lagoa do Barro, ainda pudemos identificar muitos traços da gestão comunitária e seu sistema de classificações. Essa é uma das comunidades mais comprometidas pela territorialidade do capital, mas a que mais resiste ao processo de transformação cultural. Dessa forma, pudemos sistematizar através das entrevistas, um siste-

ma de classificação e uso da água que ainda persiste entre esses geraizeiros.

Nessa comunidade em específico, água é dádiva da natureza, é vista como patrimônio que deve ser regida por uma conduta de uso e gestão compartilhada. As águas são sujeitas a gradientes de domínio que se relacionam a tipos de controle: água de domínio da família, da comunidade, pública. Esses também são os círculos de regulações e de conflitos.

No entanto, nas demais comunidades Lagoa da Tiririca e Pau D'Óleo, verifica-se um maior distanciamento com esse tipo de gestão. Nessas a territorialidade do capital comprometeu o sistema de classificação das águas e a forma como a água é compartilhada devido a diminuição da área territorial antes ocupada que contava com nascentes e rios de maior volume d' água. As novas áreas restritas e os impactos ambientais que tornaram um grande número de rios intermitentes, acabam por impor aos geraizeiros a necessidade de novas formas de aquisição do recurso que nem sempre são bem aceitos, mas são a única alternativa.

Os poços artesianos são exemplo disso. Em cada uma das duas comunidades (Lagoa da Tiririca e Pau D'Óleo) foram perfurados poços para o uso em todas as atividades, desde a lavoura e adessedentação de animais até o uso doméstico. Como única alternativa, os geraizeiros utilizam desse recurso em todas as estações do ano, independente do período de estio ou chuvoso.

Essa profunda mudança cultural implica em um indicador de problemas ambientais diversos que incidem sobre a sub-bacia e num comprometimento do lençol freático, conforme pode ser comprovado num estudo feito pela COPASA – IGAM (estudo realizado pela empresa Águas Consultores LTDA, 1999).

O resultado dessas tensões e conflitos é um movimento social chamado pelos locais de Movimento dos Sem Água – MSA, que têm o objetivo de divulgar os problemas vividos pelos geraizeiros na sub-bacia e tornar o projeto desses num projeto de toda a sociedade, o que dá visibilidade local/regional ao movimento.

Alguns foram os resultados positivos alcançados, como o embargo das bombas de sucção que exploram água subsuperficial para irrigação, comprometendo muitos rios, afluentes do Riachão, que são fundamentais para as

comunidades, a obrigatoriedade de algumas obras de contenção do processo erosivo e desassoreamento de rios pagas pelos maiores usuários das águas na sub-bacia, entre outros que favorecem diretamente o meio ambiente e consequentemente favorece o modo mais tradicional de gerir os recursos da sub-bacia, a dos geraizeiros.

Considerações finais

A categoria território foi abordada nesse artigo de acordo com o que achamos pertinente para compreender o processo de uso e gestão da água na sub-bacia do Riachão, na perspectiva das comunidades selecionadas. Procuramos entender como os diversos conceitos em torno da discussão do território poderia nos conduzir a análise das comunidades de Pau D'Óleo, Lagoa do Barro e Lagoa da Tiririca englobando diferentes territorialidades no espaço/tempo.

O espaço da sub-bacia foi analisado de forma multiterritorial sendo o Estado e o capital compreendidos como territorialidades diferenciadas e conflitantes a territorialidade geraizeira. O Estado por entender e impor a propriedade privada e a posse legal da terra a esses, o capital (representado pela agricultura mecanizada e pelas empresas monocultoras de pinos – eucalipto) pela forma de uso e apropriação da terra e dos recursos naturais.

O território dos geraizeiros é delimitado por uma territorialidade identificada pela cultura, identidade e representações simbólicas e de afetividade. A água e a terra são exemplos.

Referências

AFONSO, Priscilla Caires Santana. **Monitoramento Ambiental nas Nascentes do Riachão**. 96f. Monografia (Iniciação Científica) – Universidade Estadual de Montes Claros.

_____. **Os usos e conflitos pela água na sub-bacia do Riachão no Norte de Minas**. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2006, Rio de Janeiro. Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, 2006.

CASTRO, Graziella Fernandes de. **Estudo dos Processos de Territorialização-**

-Desterritorialização-Reterritorialização e Exclusão de um Território com duas faces: o “Bairro Chiquinho Guimarães”, Montes Claros/MG. 213p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

GIDDENS, Anthony. **O estado-nação e a violência: Segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: dos fins dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

_____. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP. Departamento de Geografia, 2005.

_____. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Manifestações da cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. 247 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Conflitos Territoriais na Estratégia de Preservação da Natureza**. In: SAQUET, ... [et al.]. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 271 – 290.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Território, Espaço de Identidade**. In: SAQUET, ... [et al.]. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 217 – 227.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, Milton... [et al.]. Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13 – 21.

SOUZA, Ângela Fagna Gomes de; SANTOS, Rodrigo Herles dos; MARTINS, Ge-

raldo Inácio. **Territórios Flutuantes: as ilhas do São Francisco**. Anais do 2º Simpósio do Rural e do Urbano no Brasil. Rio de Janeiro:UERJ, Departamento de Geografia, 2009.

VLACH, Vânia. **O Estado-Nação Moderno na Contemporaneidade: uma outra geopolítica**. Revista Scripta Nova. Barcelona, v.XII, n. 270(32), 2008, p. 1-13.

Recebido para publicação em dezembro de 2013
Aceito para publicação em março de 2014

UMA DISCUSSÃO SOBRE O PARQUE AQUÁTICO 3J EM ARAGUAÍNA-TO, E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA URBANA

Reges Sodré da Luz Silva Dias
Graduado em Geografia pela UFT – Campus de Araguaína
Aires José Pereira
Prof. Adjunto do curso de Geografia na UFT – Campus de Araguaína
airesuft@gmail.com.

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo analisar o lazer em Araguaína relacionado aos “banhos”. Buscou-se verificar a infraestrutura de tais banhos e estabelecer uma correlação com as atuais mudanças culturais em curso nas diversas escalas geográficas. A manifestação espacial destas novas formas de lazer é advinda de profundas mudanças sociais nos recentes séculos. Em Araguaína, cada vez mais há demanda por lazer ambiental, à medida que se trata de uma cidade caótica, que não oferece qualidade de vida aos seus moradores. Deste modo, analisamos os principais problemas ambientais da cidade e finalmente estudamos o Park Aquático 3J, um dos recentes espaços criados para preencher as lacunas na página do lazer em Araguaína. O Parque Aquático 3J é um lugar de fácil acesso e oferece um agradável ambiente natural.

Palavras-Chaves: Qualidade Ambiental. Park Aquático 3J. Opções de Lazer. Araguaína, TO.

A DISCUSSION ABOUT THE WATER PARK 3J ARAGUAINA-TO, AND ITS RELATIONSHIP WITH THE QUALITY OF URBAN LIFE

Summary: The present study aimed to analyze the leisure in Araguaína related to “baths”. Sought to verify the infrastructure of such baths and establish a correlation with the current cultural changes underway in the various geographical scales. The spatial manifestation of these new forms of leisure is of profound social changes arising in recent centuries. Araguaína, increasingly there is demand for leisure environment, as it comes to a chaotic city, which does not provide quality of life for its residents. In this way, we analyze the main environmental problems of the city and finally studied the Park, one of the recent 3J Aquatic spaces created to fill gaps in the page of leisure in Araguaína. 3J water park is a place of easy access and offers a pleasant natural environment.

Keywords: Environmental Quality. Aquatic Park 3J. Leisure options. Araguaína, TO.

Introdução

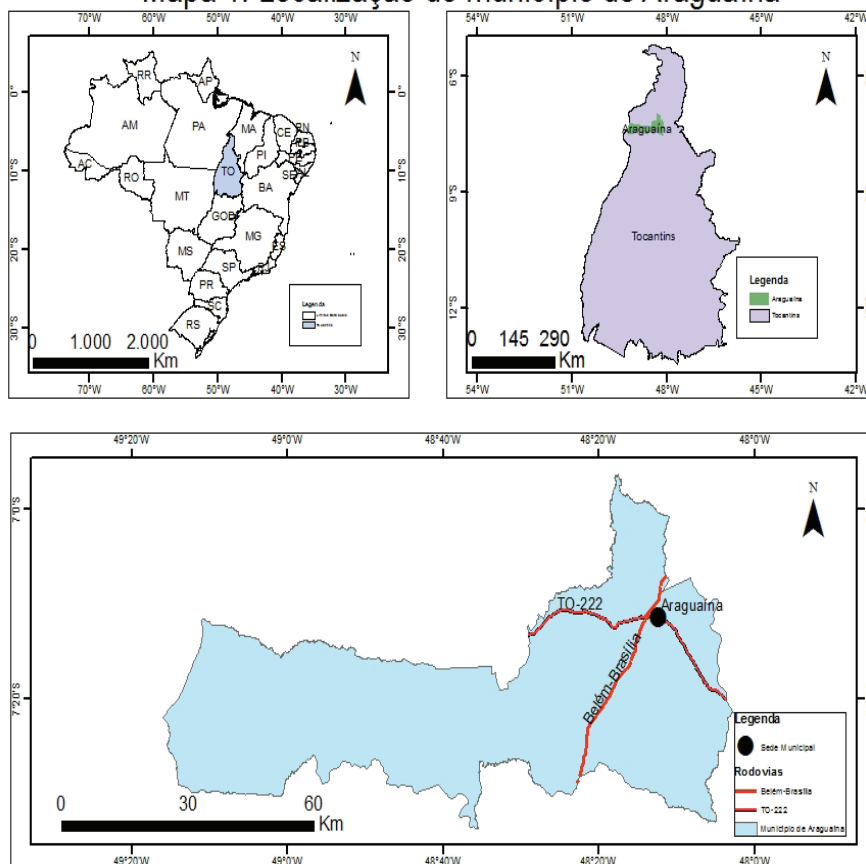
As modificações que o homem tem feito no espaço geográfico nas últimas décadas vêm causando-o sérios problemas. O que nos leva a questionar as causas e, mais que isso, se dentro do atual contexto essas modificações podem se direcionar para outros caminhos, pautados na solidariedade e numa relação sustentável com a natureza.

Podemos afirmar que o espaço terrestre em sua totalidade vive problemas relacionados ao meio ambiente. Havendo de um lado, um processo de globalização da econômica e da política, e de outro, porém como face do primeiro, a globalização da natureza, em sentido artificializado.

Diante disso, se torna profícuo discutir em diversas escalas, desde a local até a global a questão ambiental. Neste esforço, não podemos nos esquecer da noção de totalidade, tão cara ao pensamento filosófico. Deste modo, no

presente trabalho buscou-se entender uma questão específica na cidade de Araguaína, porém, admitimos que a temática aqui proposta seja tributária de um contexto regional, nacional, e internacional, qual seja, a busca por ambientes naturais, como forma de lazer, de pessoas que vivem no/em espaço(s) urbano(s) dotados de sérios problemas ambientais. As manifestações são específicas, mas o processo é o mesmo.

Mapa 1: Localização do município de Araguaína



Fonte: Base cartográfica, SEPLAN, 2012. Digitalização. DIAS, Reges Sodré da Luz Silva.

A cidade de Araguaína está localizada no Norte do Estado do Tocantins (ver mapa 1), entre as coordenadas geográficas com latitude $07^{\circ}11'28''$ sul e uma longitude $48^{\circ}12'26''$ oeste. Sua população segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) é de 156. 123 mil pessoas.

Ela é a segunda principal cidade do Estado tendo sua economia baseada no comércio e serviço. Dentro da classificação geográfica ela é uma cidade média, sobretudo, pela sua função econômica, e não necessariamente como referência de qualidade de vida, como poderá se ver ao longo do trabalho.

A metodologia para o desenvolvimento do trabalho foi a seguinte; primeiro, se fez uma leitura a fim de nos respaldarmos no âmbito epistemológico e teórico a respeito da temática proposta. Neste sentido, uma leitura em Porto-Gonçalves (2004/2011), Becker (2007) e Pereira (2013) foram um norte no trabalho. O segundo passo, foi à delimitação dos “banhos”, a serem estudados. Assim, escolhemos por critérios de tempo e viabilidade econômica o Park

Aquático 3j. Neste realizamos entrevistas, previamente elaboradas, com os usuários e proprietário(s). Por último, sistematizamos os dados coletados no presente texto.

Os novos lazeres e a revalorização da natureza

O conceito de lazer é amplo, e não nos parece frutífero uma discussão a seu respeito dentro da presente abordagem, nos contentaremos com a definição apresentada a seguir:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se dedicar prazerosamente, seja para relaxar, divertir-se ou para alargar seu conhecimento e sua participação social espontânea, o livre exercício de sua capacidade criativa, após ter-se desembaraçado de suas obrigações de trabalho, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1962, p. 29 apud TASCHNER, 2000, p. 39).

Deste modo, entendemos o lazer relacionado à natureza como uma atividade que o (s) indivíduo (s) realizam, tendo ela (natureza) como fonte de prazer, relaxamento, divertimento, e socialização, de forma sustentável e equilibrada. Este tipo de lazer se inscreve numa revalorização da natureza, como expressão das recentes mudanças espaciais. A necessidade deste tipo de lazer se dará de forma exponencial, sobremaneira, em espaços urbanos. Vejamos um pouco

de como se construiu estas mudanças espaciais.

Para Carlos (1991), ao longo de todo o processo civilizatório, o homem se produz enquanto ser humano e social a partir de dois tipos de relação: com a natureza de um lado e, com os homens de outro.

No entender de Santos (2008) as relações que vão diferenciar e, ao mesmo tempo mediar homem-homem e estes e a natureza, são as técnicas. Assim, houve um meio natural, ou seja, aquele momento da história na qual o “homem escolhia da natureza aquilo que era fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam base material da existência do grupo” (p. 121).

No “fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX veem a mecanização do território; o território se mecaniza. Podemos dizer que esse momento é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural” (SANTOS, 2008, p. 121). É nesta conjuntura que o meio natural é transformado de modo radical e, as consequências dessa metamorfose para a qualidade de vida humana ainda não foram bem delineadas.

Nenhuma sociedade humana teve com a técnica a relação que a sociedade europeia estabeleceu para si própria e depois expandiu-se mundo afora ao longo do século XIX. Que qualquer sociedade use técnicas é uma verdade banal. Todavia, o aparato técnico da chamada sociedade industrial é outro, a ponto de ele ser visto como condição por excelência do desenvolvimento dos povos a partir de então. A “razão técnica” ganha uma dimensão inimaginável, daí a exaltação da ciência e da técnica [...]. A “razão técnica” está preocupada com o agir-com-vistas-a-um-fim-imediato, com a eficácia. Está ligada a intervenção do homem na natureza, aos processos de trabalho. Todavia, este é um campo da ação humana que é constituído também pela relação dos homens entre si, mediatizada por relações simbólicas, intersubjetivas. São relações complexas de duas ordens diferentes, porém imbricadas: relação sujeito-objeto, no que diz respeito à relação do homem com a natureza e sujeito-sujeito, no que diz respeito aos homens [...]. Como vivemos numa sociedade marcada pelo produtivismo, a “razão técnica” tornou-se a única razão (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 118).

O pensamento de Santos e Porto-Gonçalves caminha na mesma direção. Assim, podemos perceber que em nome da técnica, ou melhor, de uma forma de fazer, produzir e reproduzir o espaço, a natureza foi sendo explorada de forma arbitrária, não sustentável, em favor dos reclames do homem em uma visão dicotômica, em que se presumiu que este não dependia daquela.

Esta forma de se relacionar entre os homens e destes com o meio natural foi na realidade uma escolha política e cultural do homem, como dissera Milton Santos, pois, nunca na história da humanidade houvera tão grandes condições técnicas para construir o mundo da dignidade humana, porém essas condições técnicas foram simplesmente expropriadas por um punhado de atores que construíram/constrói o mundo da perversidade humana. Essa perversidade é expressa na relação homem-objeto e homem-homem, reduzindo a qualidade de vida no planeta terra.

Dizer que a problemática ambiental é, sobretudo, uma questão de ordem ética, filosófica e política é desviar de um caminho fácil que nos tem sido oferecido: o de que devemos nos debruçar sobre soluções práticas, técnicas, para resolver os graves problemas de poluição, desmatamento, erosão (...). Existe uma crença acrítica de que sempre há uma solução técnica para tudo. Com isso ignoramos que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido em si a sociedade que o criou, com as suas contradições próprias traduzidas nesse campo específico. Essa crença ingênua no papel redentor da técnica é uma invenção muito recente na história da humanidade – da Revolução Industrial para cá – e faz parte do ideário filosófico do Iluminismo. Esses últimos duzentos anos culminam, hoje, com a necessidade de se repensar a relação humanidade com o planeta (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 18).

Deste modo, toda poluição e o esgotamento dos recursos naturais vem por em discussão o modelo político-cultural que está estabelecido. É no bojo desta realidade que surge o movimento ecológico com as lutas pela preservação da natureza e equidade social. Se no início da história humana houve a intensa necessidade de lutar contra os imperativos da natureza, agora “já não é mais

contra” ela “que devemos lutar [...] mas, sim, contra os efeitos da própria intervenção que o próprio sistema técnico provoca” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 18).

Estamos, sim, diante de uma mudança de escala na crise atual de escassez (por poluição) do ar, de escassez (por poluição) de água, de escassez (limites) que demandam um tempo, no mínimo, geomorfológico, para não dizer geológico, para se formarem, enfim, elementos (ar, água, fogo, terra) que estavam dados e de que a cultura ocidental e ocidentalizada acredita poder prescindir. O efeito estufa, o buraco na camada de ozônio, a mudança climática global, o lixo tóxico, para não falar do lixo nosso de cada dia, são os indícios mais fortes desses limites interpostos à escala global (PORTO-GONÇALVES 2004, p. 32).

É a partir de toda essa complexidade histórica que se dá a revalorização da natureza de que havíamos alhures feito referência. Portanto, os espaços que atualmente ainda logram de sua constituição natural são grandemente valorizados. Três grandes eldorados podem ser reconhecidos contemporaneamente: os fundos oceânicos ainda não regulamentados, a Antártida, partilhada entre as potências, e a Amazônia, único a pertencer, em sua maior parte, a um só Estado Nacional (BEKCER, 2007).

Então, o Brasil, é um país privilegiado por ter grandes belezas e recursos naturais em seu território, numa época de crise ambiental, e de cepticismo quanto ao rumo dos atuais padrões de desenvolvimento da humanidade.

Os números comprovam a premissa, pois, o período de 1970 a 2011 apresenta um grande aumento da atividade turística por número de visitantes no Brasil no primeiro dos anos citados, o número registrado foi de 249. 900, já em 2011, esse número passou para 5.433.354. Do total de turistas em 2011 que procuraram o país 46% foram à procura de lazer, destes 87, 1% está relacionado ao lazer natural (BRASIL, 2011).

Diante desta questão surge o modelo de desenvolvimento sustentável, baseado no uso racional dos recursos naturais. O governo brasileiro felizmente

tem elaborado diversos programas para o uso racional dos recursos naturais, especialmente na Amazônia, entre os quais podemos destacar:

- a) O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), que negociado em Genebra em 1991 e formalmente lançado em 1993, passou a ser operacionalizado em 1994 (p. 36).
- b) O sistema SIPAM/SIVAM – proteção e vigilância da Amazônia – um gigantesco projeto do governo brasileiro para controle da Amazônia, baseado em tecnologia moderna, inspirado em uma estratégia de defesa contra a intervenção territorial externa em nome da droga e do meio ambiente (p. 37).
- c) Dois outros grandes projetos focalizam diretamente a biodiversidade e o clima. O PROBEM – Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica é um programa multi-institucional brasileiro que conta com o apoio de uma rede de laboratórios nacionais e internacionais, do setor privado internacional e dos vários níveis do governo brasileiro (p. 38).
- d) Por sua vez, o LBA – Large Scale Biosphere Atmosphere Experimento on the Amazon, - é uma iniciativa internacional de pesquisa global liderada pelo Brasil que visa gerar novos conhecimentos necessários à compreensão do funcionamento climático, ecológico, bioquímico e hidrológico da Amazônia, do impacto das mudanças dos usos da terra nesse funcionamento, e das interações entre a Amazônia e o sistema biogeofísico global da Terra (BECKER, 2007, p. 38).

Diante da potencialidade dos recursos na Amazônia e mediante a intervenção do Estado podemos vislumbrar novos horizontes, em que caminhos de sustentabilidade possam ser viabilizados na prática. O uso dos rios e córregos como fonte de turismo e lazer, emerge, ainda que de forma subjacente a outros, como a biodiversidade, por exemplo, como uma possível potencialidade.

As cidades litorâneas, em especial do Nordeste, Sudeste e Sul já apresentam esta realidade consolidada, especialmente, em relação às praias. No Estado do Tocantins, elas também têm potencial já reconhecido, contudo, o governo Estadual tem ido à contramão do desenvolvimento sustentável, com a construção de hidrelétricas e consequentes destruições de muitas praias.

Uma análise das condições ambientais dos banhos em Araguaína

Este item objetiva discutir algumas questões importantes sobre a cidade de Araguaína e sua qualidade de vida ambiental, as quais nos darão algumas possíveis explicações para a necessidade da valorização e preservação dos “banhos”. Em relação às paisagens urbanas que são resultantes de uma intensa apropriação antrópica, a vertente ambiental surge como o grande desafio das modernas sociedades, visto que está diretamente relacionada com a qualidade de vida de suas populações (ROZABONI, 2008, apud, PEREIRA, 2013).

Pereira (2013) em um pormenorizado exame demonstra que a cidade de Araguaína não oferece qualidade de vida ambiental (ou, até mesmo, em sentido lato senso). O espaço urbano desta cidade apresenta sérios problemas ambientais, frutos de um modelo de desenvolvimento que já foi discutido anteriormente, e que agora podemos analisa-lo a partir do local. Entre os problemas ambientais que merecem destaque no presente escrito, por que ajudam na discussão dos “banhos”, está à poluição de córregos e a falta de arborização na cidade, e mesmo, as queimadas.

A Bacia Hidrográfica de Araguaína é formada pelo rio Araguaia, rio Lontra, Preto, córrego Lavapés, córrego Prata, córrego Neblina, córrego Raizal, ribeirão de Areia, córrego Xixebal, córrego Cará, córrego Jacubinha, córrego Tiúba e o córrego Jacuba (PEREIRA, 2013).

A respeito do uso dos recursos hídricos de Araguaína Pereira (2013) esclarece;

É evidente que, [...] estes córregos têm problemas sérios de poluição, principalmente os que nascem dentro do perímetro urbano de Araguaína. Quer dizer, a ocupação do espaço urbano de Araguaína se deu de forma muito desorganizada e praticamente todos os córregos [...] estejam ecologicamente mortos. Mesmo porque, em outras cidades onde o abastecimento de água geralmente é proveniente de seus mananciais, mesmo assim eles não preservam seus córregos, nascentes e rios. Imagine que a água que abastece a cidade de Araguaína é proveniente de poços artesianos profundos, ou seja, os córregos e rios são utilizados, [...] infelizmente, como depósitos de lixos e detritos (PEREIRA, 2013, p. 125).

Pudemos constatar ao longo da pesquisa em alguns trabalhos de campo que todos os córregos de Araguaína, de fato, estão poluídos e sem viabilidade de uso das águas para fins de consumo para lazer ou consumo doméstico (imagem 1). É flagrante o descaso das pessoas e também do poder público com os recursos hídricos da cidade.



Foto 1: Poluição do Córrego Neblina

Fonte: DIAS, Reges Sodré da Luz Silva. Pesquisa de campo realizada em 14/11/2013.

A respeito da arborização urbana que ajudaria, sobretudo, na melhoria da qualidade de vida ambiental, esta é majoritariamente inócua (ver imagem 2), como destaca Pereira (2013).

A arborização das ruas de Araguaína é muito escassa. As pessoas não se preocupam em ajudar a amenizar o clima que por sua natureza tropical já é bastante quente e com as construções urbanas aumenta ainda mais a sua temperatura. O poder público local também, até o momento, não tomou nenhuma posição oficial de arborização urbana capaz de “obrigar” por leis de incentivos fiscais seus municípios a arborizar a cidade a contento. Isto sem falar da lei federal 6766/79 que já é um instrumento legal desde 1979, mas praticamente sem uso nenhum em quase todo o território nacional e, em Araguaína-TO, não é diferente (PEREIRA, 2013, p. 246).

O exemplo do bairro residencial Jardim das Flores é profícuo para esclarecer como se comporta a população de Araguaína. Tal bairro foi entregue com duas árvores na frente de cada casa, entretanto, uma maioria “esmagadora da população ali residente quando vai ampliar suas casas, a primeira atitude é cortar as respectivas árvores e o poder público nada faz contra isto” (PEREIRA, 2013, p. 251).

Confirmando a assertiva de Pereira (2013) em uma rua deste bairro denominada: Rua dos Hibiscos, em um de seus quarteirões, onde se tinham 64 árvores plantadas nas frentes de suas respectivas casas, hoje (final de 2014) só temos apenas 07. Significa que os proprietários simplesmente cortaram 57 árvores e o poder público não tomou nem uma posição no sentido de punir tais infratores.

Em algumas cidades brasileiras essa atitude tomada por partes destes moradores com certeza geraria multas altíssimas. Além das multas seus moradores teriam que fazer novos plantios de árvores em reposição às que cortaram e ainda plantar outras em áreas degradadas. Portanto, essa cultura de não arborizar as ruas da cidade e, ainda cortar algumas árvores que estão desempenhando este papel, tem muito a ver com a política ou falta de política urbana preocupada ou não com a qualidade de vida ambiental e da própria população.

Todos esses fatores coadunam para uma menor qualidade de vida ambiental na cidade de Araguaína. É no bojo de uma nova revalorização da natureza, ou diríamos de uma nova forma de mercantilizar a natureza, fruto da degradação ambiental em todo o mundo, expresso na expansão do espaço urbano, que os banhos surgem como uma opção real de amenidade destes mesmos efeitos. A cidade em discussão se insere de modo contundente nessa nova lógica de uso do território.



Foto 2: Rua sem arborização em Araguaína

Fonte: DIAS, Reges Sodré da Luz Silva. Pesquisa de campo realizada em 14/11/2013.

Como destacado anteriormente a cidade possui elevada temperatura, como indica o gráfico 01. Como podemos observar a temperatura gira em torno 25° a 30°C com umidade relativa do ar em torno de 45% a 80%.

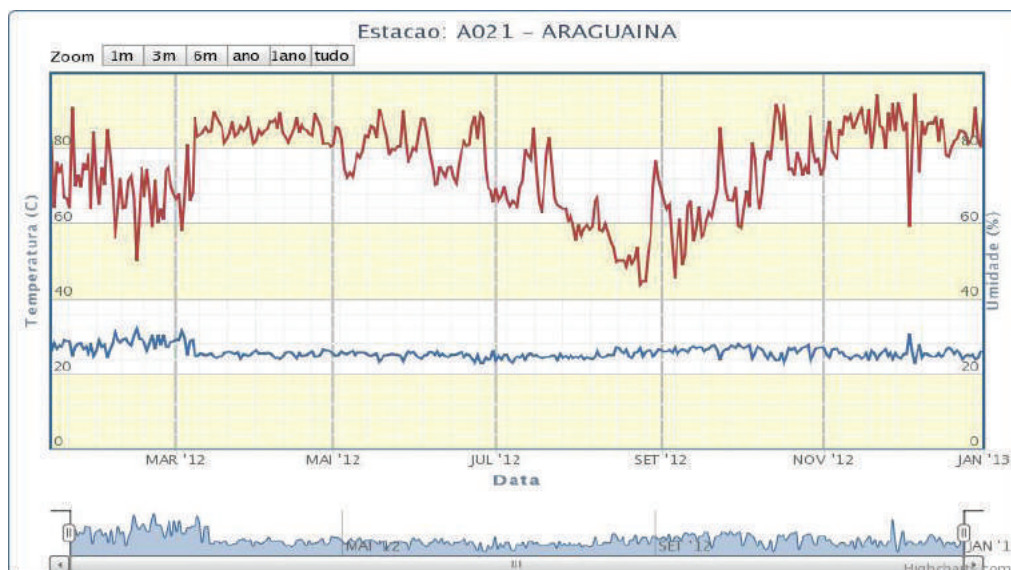


Gráfico 1: Média de temperatura e umidade do ar em Araguaína de março de 2012 a janeiro de 2013.

Fonte: INMET, 2012-2013. Org. Reges Sodré

Os novos usos do território ligado a esses novos lazeres e tipos de consumo que alhures, ressaltamos, vem se consolidando e expandindo só recentemente em Araguaína. É importante ressaltar que a partir de 1990 há uma diversificação de novos tipos de consumo em Araguaína, sobretudo, consumos imateriais. É o que veremos agora.

Os “banhos” em Araguaína como uma forma de lazer

A cultura dos banhos já existe há muito tempo em Araguaína, como verificamos em trabalhos de campo, no balneário véu de noiva e jacuba, no entanto, somente recentemente que estes vêm melhores se organizando e, recebendo um público maior.

A presente pesquisa trabalhou apenas com o Park Aquático 3J, que é um exemplo notório da expansão destes novos usos do território, ou dito de outro modo, da disseminação de novas culturais em espaço urbanos. Criado em 2007, este parque possuía apenas uma piscina, e uma parca infraestrutura. Com um aumento exponencial da demanda, houve a construção de mais piscinas e ampliação do espaço (ver imagem 3).



Foto 3: Vista do Park Aquático 3J

Fonte: DIAS, Reges Sodré da Luz Silva. Pesquisa de campo realizada em 14/11/2013.

Ainda que tenha acontecido o aumento do espaço com a construção de novas

piscinas, restaurantes, campo de futebol e bosques, etc. o espaço não consegue atender toda a demanda. De acordo com informações colhidas do estabelecimento o Park Aquático 3J recebe nos dias de domingo uma média de 1000 a 1200 pessoas. Por mês teríamos uma média de 7000 a 8000 pessoas.

Essa realidade é observada pelos usuários do Park Aquático 3J, os quais quando questionado o que deveria mudar no estabelecimento eles apontaram a carência de mais espaços. Segundo eles em fins de semana fica muito cheio, o que os levam a escolher visitar o Park em meio de semana, quando podem¹.

Contudo, os mesmo entrevistados ressaltam quando perguntados se encontram o que desejavam no estabelecimento (procura de lazer), eles afirmam que sim, que lá há uma grande paz e encontro com a natureza². De fato, não encontramos carro de som ou tipos de som alto como vemos em outros estabelecimentos da mesma natureza.

Esse grande número de visitas é explicado, por um lado, pelas questões aqui já discutidas de falta de qualidade de vida ambiental em Araguaína, e por outro, pela proximidade com a cidade em uma distância de três quilômetros a sudoeste. Observamos que o trajeto é de estrada de chão, essa realidade dificulta a ida de pessoas com moto, e até mesmo de carro. Sem dúvida falta um incentivo público ou, mesmo, uma iniciativa do estabelecimento para pavimentar esse trecho (ver imagem 4).

1 É necessário esclarecer que segundo os responsáveis o Park não recebe nenhum tipo de incentivo por parte do Estado. Isso confirma o que falamos no início do trabalho, que o turismo e novas formas de lazer ambientais no Estado do Tocantins ainda são incipientes, quando comparado a outras regiões do Brasil. Sem dúvida o governo estadual e municipal tem um papel fundamental nessa realidade.

2 Não é demais lembrar que o ambiente não é por si, natural, é formado, sobretudo, por piscinas. Mas, pela sua localização na margem de córrego e de grande quantidade de árvore proporciona um contato singular com o meio natural.



Foto 4: Caminho para o 3J

Fonte: DIAS, Reges Sodré da Luz Silva. Pesquisa de campo realizada em 14/11/2013.

Observamos que o público que frequenta este estabelecimento é familiar. O espaço está dividido em áreas para crianças e adultos³. De acordo com informações coletadas in lócus, o público que frequenta este estabelecimento é majoritariamente de Araguaína. Contudo, ocorrem visitas de pessoas de outros estados brasileiros e até países⁴.

No que tange a questão legalmente ambiental, o representante do estabelecimento afirmou que o 3J é área de proteção ambiental e que eles cumprem com todas as normas estabelecidas pelo poder público. Ressaltou ainda que o lixo do local é levado para a cidade de Araguaína.

Considerações finais

Ficou patente que a uma revalorização da natureza em diversas escalas territoriais, da qual não escapa Araguaína. Essa realidade em grande medida é subordinada a expansão humana sobre o espaço natural, que tem causado diversos danos a sua própria condição humana. Entendemos que não há,

³ Uma observação importante é a existência do corpo de bombeiro no local.

⁴ Não há intérprete no estabelecimento, caso haja visitas de estrangeiros, o que demonstra que ainda há carência de informação. Na verdade, não é um problema exclusivo do 3j mais de modo geral dos banhos no entorno de Araguaína. Neste mesmo sentido, observamos que há pouca publicidade em relação ao estabelecimento, o que indica que é uma atividade que pode ser muito mais explorada em Araguaína e em todo o Estado do Tocantins.

nem deve haver dualidade entre sujeito-objeto, uma vez que o sujeito não é algo exterior ao objeto, ou melhor, a natureza. Toda degradação ambiental é traduzida com menor qualidade de vida do sujeito.

É na busca por uma melhor relação sujeito-objeto que assistimos a emergência de novos usos do território e a disseminação de novas culturas. Aqui, demos prioridade ao lazer ambiental atinente aos banhos. Neste meandro observamos que na cidade de Araguaína essa realidade está se organizando só muito recentemente, como é o caso da própria cidade localizada na fronteira agrícola do Sudeste da Amazônia Oriental.

A cidade de Araguaína não oferece qualidade de vida ambiental aos seus moradores. É nestas conjunturas que se expandem os usos dos banhos. O parque 3j localizado nas proximidades de Araguaína com fácil acesso vem aumentando seu público a cada ano. Esse parque se mostra como um espaço estratégico e fundamental no mercado do lazer em Araguaína, localizado no sudoeste da cidade.

Por último é necessário enfatizar que o poder público é negligente quanto à temática em tela. O mesmo, como em todo o Brasil, está interessado em questões econômicas e meramente quantitativas dos grandes grupos empresariais e a qualidade de vida social e ambiental, é deixada a talante.

Referências

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Garamond, Rio de Janeiro, 2009.

METEREOLOGIA, Instituto Nacional de. **Estações e dados**. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=home/page&page=rede_estacoes_conv_graf> acesso em 01/08/2013.

PEREIRA, Aires José. **Algumas reflexões sobre a paisagem urbana de Araguaína (TO)**. Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO), Ano 01, no 02 , p. 1-14, jan-jun, 2012

PEREIRA, Aires José. **ENSAIOS GEOGRÁFICOS E INTERDISCIPLINARIDADE POÉTICA**: 3. ed. Rio de Janeiro: CBJE, 2012.

PEREIRA, Aires José. **LEITURAS DE PAISAGENS URBANAS:** Um estudo de Araguaína – TO. 2013. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: 2013.

PEREIRA, Aires José. **TANGARÁ DA SERRA:** Nova Fronteira Agrícola e Sua Urbanização. 2. ed. Rio de Janeiro: CBJE, 2012.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio Ambiental.** Record, Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** Contexto, São Paulo, 2008.

TASCHNER, Gisela B. Lazer, **cultura e consumo.** In: Revista de Administração de empresas, out/dez 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n4/v40n4a04.pdf>> acesso em 20/07/2013.

Recebido para publicação em outubro de 2014
Aceito para publicação em novembro de 2014

TERRA INDÍGENA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO XAKRIABÁ, NO NORTE DE MINAS GERAIS

SILVA, Cássio Alexandre¹
PEREIRA, Anete Marília²
SANTOS, Rosselvelt José³
SALIS, Fabiana Santos⁴

Resumo: O território é cada vez mais a categoria utilizada para se compreender os processos contraditórios de uso do espaço. O território é uma criação humana, é nele que os homens se apropriam da natureza, que realizam todas as suas ações. É histórico, pois nele estão inscritas ações passadas e presentes, uma configuração territorial se sobrepondo a outra. Partindo dessa premissa, no presente trabalho buscamos compreender os conflitos que ocorrem no território dos Xakriabá, povo indígena que vive no Norte de Minas Gerais. Os conflitos pela manutenção e ampliação territorial marcam a história desse grupo. Em 1728, Januário Cardoso de Almeida, então administrador dos Índios da Missão de São João do Riacho do Itacaramby fez doação de grande porção de terras aos índios, que as registraram em cartório de Ouro Preto, em 1856. Desde então, sucessivos conflitos instalaram entre os indígenas, posseiros e grileiros que reivindicavam a propriedade da área. A demarcação da terra indígena só ocorreu em 1978 e a homologação nove anos depois (1987). Recentemente, a criação de Unidades de Conservação integrantes do Mosaico Sertão Veredas do Peruaçu tem adicionado mais um elemento à

1 Docente do Departamento de Geociências da Unimontes.

2 Docente do Departamento de Geociências da Unimontes.

3 Docente do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-UFU.

4 Bolsista de Iniciação Científica – FAPEMIG

questão territorial dos Xakriabá. Usualmente, a sobreposição de Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC) é tratada como um conflito de interesses. No presente estudo associamos a pesquisa teórica (bibliográfica e documental) ao trabalho de campo no propósito de evidenciar se a sobreposição de TI e UC, no caso norte mineiro, se manifesta como mais um conflito ou é uma forma de minimizar os conflitos e gerir a área da melhor maneira possível, atentando para a conservação ambiental e proteção da cultura indígena.

Palavras-Chave: Terra Indígena. Unidade de Conservação. Territórios. Conflitos. Xakriabá.

LAS TIERRAS INDÍGENAS Y ÁREAS PROTEGIDAS: CONSIDERACIONES SOBRE EL TERRITORIO DE XAKRIABÁ EM EL NORTE DE MINAS GERAIS

Resumen: El territorio es cada vez más la categoría utilizada para comprender los procesos contradictorios de uso del espacio. El territorio es una creación humana, es que los hombres se apropien de la naturaleza, que llevan a cabo todas sus acciones. Es histórico porque se incluye las acciones pasadas y presentes, el establecimiento de una superposición territorial del otro. A partir de esta premisa, el presente estudio tiene como objetivo comprender los conflictos que se producen en el territorio de Xakriabá, los pueblos indígenas que viven en el norte de Minas Gerais. Los conflictos por el mantenimiento y la expansión territorial marcado la historia de este grupo. En 1728, Januário Cardoso de Almeida, el administrador de indios da Missão de São João do Riacho do Itacaramby donó gran parte de las tierras a los indios, que se registran en el registro de Ouro Preto en 1856. Desde entonces, los conflictos sucesivos entre asentado indios, colonos y ocupantes ilegales que reclamaban la propiedad de la zona. La demarcación de las tierras indígenas sólo se produjo en 1978 y la ratificación nueve años más tarde (1987). Recientemente, la creación de Unidades de Conservación do Mosaico Veredas Peruaçu ha añadido un elemento más a la cuestión de la Xakriabá territorial. Por lo general, la superposición de Tierras Indígenas (TI) y de Unidades de

Conservación (UC) es tratado como un conflicto de intereses. En el presente estudio nos asociamos la investigación teórica (bibliográfico y documental) para el trabajo de campo con el fin de destacar la superposición de TI y de la Unidades de Conservación en caso de que la minería del norte, se manifiesta como un conflicto o es más una forma de minimizar los conflictos y gestionar área de la mejor manera posible, prestando atención a la conservación y protección de la cultura indígena y al medio ambiente.

Palabras-clave: Tierra Indígena. Unidad de Conservación. Territorios. Conflictos. Xakriabá.

Introdução

Na busca de compreender o território indígena no norte de Minas Gerais é importante a imersão temporal da utilização e vivência desse espaço. O processo de reconhecimento documental da época da doação das terras ao povo indígena é complexo no que diz respeito à legalidade e às constatações históricas. Para os Xakriabá, a carta de doação de 1728, apesar de demarcar e instituir vastas áreas em relação a atual Terra Indígena Xakriabá (T.I.X) instituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com bases em estudos antropológicos, ainda não reconhece as margens do rio São Francisco, desejo e luta de resistência ancestral desse povo. Como exemplo, no documento, há um trecho que designa uma faixa de grande extensão de terra até o rio Peru-açu, sendo este limite para suas caçadas e meladas. Mesmo essa dimensão é contestada, pois, o território indígena foi limitado, tornando-se assim Terra Indígena (T.I), com marcos e dimensões regulares que não as de vivências de usos culturais e ancestrais.

Essa T.I, já registrada em 1856, seis anos após a Lei de Terra, passa por inúmeros conflitos desde então, não atendendo as necessidades históricas tanto do povo indígena, do Estado, quanto dos fazendeiros e posseiros que também reivindicam o mesmo território. Esses últimos apresentam documentos emitidos pela Ruralminas, que nos anos de 1950-70 distribuiu terras e registros. Esse ato fere os reconhecimentos legais sobre as T.I, então reconhecidas como tradicionais, aquelas que o indígena necessita para sua sobrevivência física e cultural. Nesse contexto, juridicamente observa-se que:

O processo administrativo de regularização fundiária, composto pelas etapas de identificação e delimitação, demarcação física, homologação e registro das terras indígenas, está definido na Lei no 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), e no Decreto no 1.775, de 8 de janeiro de 1996. De acordo com a Constituição Federal vigente, os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam. (IBGE, 2010, p.16).

Para tal, é importante destacar o artigo da Constituição Federal de 1988 de maneira mais específica:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (Constituição Federal, 1988)⁵.

Frente ao exposto, é importante ressaltar a complexidade no reconhecimento de espaços caracterizados como território indígena, pois há uma diversidade de significações sobre esses processos, por causa da multidimensionalidade do conceito de território. Quase sempre ele é definido a partir das relações de poder (econômicas, políticas e culturais) que ocorrem sobre um determinado recorte espacial. Consoante com essa acepção Saquet e Antonello (2010, p. 407) consideram que,

⁵ BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*.

[...] entendemos que o território é construído histórica e socialmente, por forças econômicas, políticas e culturais. Há um processo de apropriação do espaço, controle e dominação que gera certa formação territorial. A apropriação e a dominação são efetivadas por agentes sociais, os mais diversos, como o Estado, cooperativas empresarialmente desenvolvidas, estabelecimentos comerciais, usineiros, instituições não-governamentais, sindicatos, igrejas etc. São agentes econômicos, políticos e culturais que traçam e concretizam estratégias de controle e dominação, influenciando as pessoas em suas ações e reações cotidianas [...] gerando territórios controlados e paisagens definidas de acordo com as atividades realizadas.

O poder, como categoria, abarca e suscita valores ao território e às territorialidades. Em Côrrea (1996, p.251):

Etimologicamente território deriva do latim terra e torium, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação por, tem um duplo significado. Apropriação geográfica política e geopolítica e apropriação associada à identidade de grupos e à afetividade espacial.⁶

Entre as necessidades e as ordenações espaciais, o território se reelabora e se reconstrói através das práticas sociais, institucionais e as características que o compõem. Para Milton Santos (1996), o “território usado”, “espaço banal”, espaço de todos - todo o espaço geográfico - se apresenta como o espaço das ações e suas dimensões e compreensões de usos, inclusive nas contradições entre as funções. A territorialidade indígena apresenta essa peculiaridade.

A territorialidade indígena não tem nada a ver com soberania política, jurídica e militar sobre um espaço territorial, como existe em um Estado soberano. Tem

⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. *Territorialidade e corporação: um exemplo*. In: SANTOS, Milton (Org.) *Território: Globalização e Fragmentação*. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p.251-256.

a ver com um espaço socionatural necessário para se viver individual e coletivamente. O direito ao território nos marcos do Estado brasileiro supõe, portanto, que os povos indígenas brasileiros demandem “espaço étnico” para seu desenvolvimento como povos, e não somente como cidadãos individualizados. A delimitação territorial supõe fixação de limites para que dentro deles os índios desenvolvam seus costumes, culturas e seus modos de autogoverno e jurisdição. (LUCIANO, 2006, p.103)

São nas territorialidades, tanto governamentais, como nas exercidas pelas etnias, que se desdobram as inúmeras relações de necessidades e costumes, junto aos poderes e resistências.

A Terra Indígena e as Unidades de Conservação

O povo Xacriabá totaliza cerca de 9.196 habitantes, concentrados no município de São João das Missões (IBGE, 2010). Desde o período colonial, os Xakriabá tiveram seu território ocupado por fazendeiros, garimpeiros, posseiros e até hoje lutam para ampliar as terras demarcadas. Os principais jornaismineiros têm trazido constantemente notícias sobre os conflitos fundiários, perseguições e processos em tribunais envolvendo os povos Xakriabá. Alguns fragmentos de reportagens mostram isso:

Cerca de 500 índios xacriabás, entre homens e mulheres, ocupam, desde a tarde do último domingo (1º), uma fazenda em Itacarambi, no norte de Minas Gerais, alegando que a propriedade está no interior da área que pertenceu ao seu povo e cobram que o governo conclua o processo de demarcação de uma nova área indígena, que se somará às duas já existentes na região. (JORNAL DO DIA 03/09/2013) As principais lideranças da comunidade indígena Xakriabá estiveram reunidas com o Ministério Público Federal na tarde desta segunda-feira (16), em Montes Claros (MG). A reunião, que foi solicitada pelos índios, teve como finalidade discutir assuntos de interesse da comunidade, como saúde e questões territoriais. (G1 Grande Minas 16/09/13)

Apesar de fazer parte do noticiário recente, a luta pelo território é muito antiga e encontra-se sempre “alimentada” por questões que dizem respeito à reconhecida necessidade de autonomia do povo indígena, à sobrevivência e à garantia de vida das futuras gerações em bases sustentáveis. Outro “ingrediente” tem surgido nos últimos anos: a criação das Unidades de Conservação em Terras Indígenas. Essa questão pode ou não se constituir em foco de tensão.

A sobreposição de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) é usualmente tratada como um conflito de terras e interesses entre índios e ambientalistas. No caso dos Xakriabá, ainda não se tem estudos que confirmem os efeitos positivos e/ou negativos dessa superposição de poder. Até o momento, as institucionalizações dos territórios de Unidade de Conservação-UC vivem e convivem com as territorialidades indígenas locais.

Desde 1989 as Unidades de Conservação-UC vem sendo criadas no Norte de Minas Gerais. Após a criação da Lei 9.985 do Sistema Nacional de Unidade de Conservação-SNUC, em 18 de Julho de 2000, essas unidades se ampliaram em categorias de conservação e preservação. Tanto sob a institucionalização estadual, como federal, essas unidades se fazem presente na região. No caso específico da área em estudo, merece destaque a criação do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (MSVP) que, a partir do seu Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC/2008), integra as Unidades de Conservação-UC e as atividades presentes nelas, como o turismo ecocultural e o extrativismo sustentável.

A proposta de trabalhar com Mosaicos de Unidades de Conservação tem como base a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei no 9.985 de 18/07/2000). De acordo com o artigo 26, “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”. (DTBC, p.6, 2008).

O Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu perfaz uma área total de mais que 1.500.000 ha. Localiza-se na margem esquerda do rio São Francisco, Macrorregiões Norte e Noroeste de Minas e ainda, parte da Bahia. Em Minas Gerais abrange áreas dos municípios de Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha, Urucuaia, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões e Manga. Na Bahia agrega uma pequena parte do município de Cocos.

Conforme explicitado no quadro 1 o Mosaico abrange unidades de Proteção Integral como o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, o Parque Estadual da Mata Seca, o Parque Estadual da Serra das Araras, o Parque Estadual Veredas do Peruaçu e o Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros. Constituem unidades de Uso Sustentável: APA Federal do Peruaçu, APA Estadual de Pandeiros, APA Estadual do Cochá e Gibão, RPPN Veredas do Pacari, RPPN Arara Vermelha, RPPN Cajueiro, Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari e a Reserva Indígena Xakriabá.

Quadro 01: Áreas Integrantes do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

Categoria	Unidade Conservação / Terra Indígena/ Território Quilombola	Área (ha)	Decreto/Portaria/Lei/Certi- ficação
Proteção Integral	Federais		
	Parna Grande Sertão Veredas	230.671,00	Decreto nº 97.658 de 12 de abril de 1989/Dec s/nº de 21 de maio de 2004.
	Parna Cavernas do Peruaçu	56.800,00	Decretos/nº de 21 de setembro de 1999.
	Estaduais		
	Parque Estadual Veredas do Peruaçu	31.552,00	Decreto nº 36.070, de 27 de setembro de 1994.
	Parque Estadual Serra das Araras	11.146,00	Decreto nº 39.400, de 21 de janeiro de 1998.
	Parque Estadual da Mata Seca	10.281,00	Decreto nº 41.479, de 20 de dezembro de 2000.
	Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Rio Pandeiros	6.102,00	Decreto 43.910, 5 de novembro de 2004.
Uso Sustentável	Federais		
	APA Cavernas do Peruaçu	146.900,00	Decreto nº 98.182 de 26 de setembro de 1989.
	Estaduais		
	APA Estadual do Rio Pandeiros	393.060	Lei 11901 de 01/09/95.
	APA Estadual Rio Cochá-Gibão	284.468,29	Decreto 43.911 de 05/11/04.
	RDS Veredas do Acari	60.975,00	Decreto S/nº de 21/10/03.
	Particulares		
	RPPN do Porto do Cajueiro	8.470,00	Portaria nº226 de 18 de novembro de 2005.
	RPPN Veredas do Pacari	346,79	Portaria nº26 de 8 de março de 2004.
	RPPN da Arara Vermelha	248,45	Portaria nº31 de 28 de abril de 2005.
RPPN Fazenda Ressaca	4.055,00	Portaria nº25 de 3 de março de 1998.	
Área Legalmente Protegida	Reserva Indígena Xakriabá	56.800,00	Decreto nº 94.608 de 14 de julho de 1987.
Comunidade Quilombola Certificada	Território Quilombola São Felix	8.500,00	Comunidade Quilombola Certificada pela Fundação Palmares com Publicação no Diário Oficial da União em 20/01/2006.
PARNA – Parque Nacional, APA – Área de Proteção Ambiental, RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável, RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.			

Fonte: <http://www.ief.mg.gov.br/areas-protetidas>
<http://mosaico.cub3.com.br/travessia/>

Dentre vários conflitos destacam-se dois, sendo que o primeiro ocorre na área entre os territórios municipais de São João das Missões, Itacarambi e as Terras Indígena Xakriabá, nas margens do rio Peruaçu, no seu médio curso, onde há a sobreposição com a Unidade de Conservação de Uso Sustentável a Área de Proteção Ambiental-APA, denominada de APA Cavernas do Peruaçu. O outro conflito é representado pela sobreposição entre os territórios municipais de São João das Missões, Manga e Itacarambi, onde o rio Itacarambi deságua no rio São Francisco, porém a Terra Indígena Xakriabá não se estende até o rio.

O possível conflito se dá a partir do momento em que há mais de uma instituição exercendo o seu poder sobre o território. No caso em tela, há a definição do território indígena como preconizado pela Constituição Federal, com “usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos” existente na terra demarcada. Por outro lado, há a criação de Unidades de Conservação, na mesma área definida como indígena, que dada a suas especificidades impõem limites de uso dos recursos naturais essenciais à manutenção da população e de parte de sua cultura. Cabe questionar: quem afinal tem o poder sobre o novo território que surge dessa superposição? Seria a Unidade de Conservação fundamental para a própria sobrevivência do povo Xakriabá?

Seria prematuro apresentar uma resposta definitiva. De acordo com alguns representantes desse povo tem ocorrido um diálogo com os órgãos ambientais que se mostra eficiente na preservação do meio natural, essencial para a produção e reprodução social, auxiliando a gerir a área da melhor maneira possível para que se cumpram os objetivos de conservação ambiental e de proteção da cultura indígena.

Entretanto, nota-se que a TI Xakriabá, conforme o mapa 1, fica na área nordeste do mosaico. Verifica-se que essa é a região mais devastada, onde ocorre o predomínio de pastagens. Resta questionar como garantir a sustentabilidade de um povo que vive de práticas de subsistência num ambiente já bastante fragilizado.

Considerações finais

Nesta abordagem, mesmo que sumária, apreendemos que o território se forma a partir da apropriação de um determinado espaço, em determinado tempo, por um grupo social. No caso do povo Xakriabá, a luta não se expressa apenas pelo acesso a terra, mas a tantos outros elementos que possibilitem a manutenção da vida social alicerçada na cultura de seus ancestrais. Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre a criação de outros territórios, com outras normas de uso sobre o território indígena.

Diante dessas prerrogativas podemos considerar que a etnia Xakriabá apresenta boas relações com as unidades de conservação que a circunda ou mesmo aquelas que se sobrepõem ao seu território. Porém, é importante destacar que o segundo conflito ainda é motivado pela resistência e luta para que as Terras Indígenas cheguem até o Rio São Francisco.

Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, Milton (Orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p.251-256. p.251.

Fundação Pró-Natureza – FUNATURA. **Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu**. Brasília, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010** – primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro: 2012. Acessado em 15.12.12 http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre**

os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento - LACED, 2006. 227 p. (Coleção Educação para todos, 12). (Vias dos saberes, n. 1). Obra com apoio da Fundação Ford e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>>. Acesso em: abr. 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio; ANTONELLO, Joice A. **A territorialização na agricultura familiar**: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil) In: anais V SIMPGEO (Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia). Curitiba, 2010, p. 405-420.

Fontes:

JORNAL DO DIA 03/09/2013

G1 Grande Minas 16/09/13

<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas>

<http://mosaico.cub3.com.br/travessia/>

<http://mosaico.cub3.com.br/areas-protegidas-do-msvp/>

Recebido para publicação em outubro de 2014
Aceito para publicação em novembro de 2014

IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DE *Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart. (MACAÚBA) PARA A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE RIACHO DANTAS E ADJACÊNCIAS, MONTES CLAROS/MG

Wéverton Rodrigues Martins¹
Otávio Cardoso Filho**
Anamaria Souza Cardoso**
Franciellen Morais-Costa***

Resumo: *Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart., é uma espécie que possui vários nomes populares, dentre eles macaúba, pertencente à família das *Arecaceae*. A espécie possui um considerável valor socioeconômico, sendo utilizada como matéria prima para diversos produtos. O presente estudo objetivou avaliar a importância socioeconômica de *Acrocomia aculeata* para a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho Dantas e Adjacência. Foi realizada uma pesquisa de campo de caráter quali-quantitativo onde foram aplicados dois roteiros de entrevista semiestruturada, sendo um destinado aos coletores e outro ao diretor da associação. Os resultados apresentaram-se como o esperado. Os frutos são coletados de forma manual e em sua maioria é destinado à fábrica, onde são transformados em diversos produtos, com fins comerciais, valorizando os recursos naturais do cerrado, aliado à geração de emprego e renda. Assim, conclui-se que a macaúba possui uma importância socioeconômica muito grande para a Associação, tendo em vista que, por meio das propriedades dos frutos, empregos e renda são gerados para

¹ *Biólogo – Faculdade Iseib. Montes Claros, MG.*

** *Professor Orientador – Faculdade Iseib. E-mail: otaviobiol@hotmail.com*

*** *Bióloga. MsC. Ciências Agrárias – Professora - Faculdade Iseib.*

a população, além de servir como estímulo para a preservação da espécie e do habitat no qual a mesma está inserida.

Palavras-chave: *Acrocomia aculeata*. Sustentabilidade. Macaúba.

SOCIO-ECONOMIC IMPORTANCE OF *Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart. (MACAÚBA) FOR THE ASSOCIATION OF SMALL FARMERS OF CREEK DANTAS AND VICINITY, MONTES CLAROS/MG

Abstract: *Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart., is a specie that has several common names, including macaúba, belonging to the family *Arecaceae*. The specie has a significant socioeconomic value, and is used as raw material for many products. The present study aimed to evaluate the importance of socioeconomic of *Acrocomia aculeata* for the Association of Small Farmers Riacho Dantas and Adjacency. We conducted a field survey of character qualitative and quantitative which were applied two semi-structured interviews scripts, one for the collectors and the other to the director of the association. The results were as expected. The fruits are collected manually and mostly are for the factory where they are processed into various products, for commercial purposes, valuing natural resources of the Cerrado, associated to the generation of employment and income. Thus, it is concluded that the macaúba has a very large socioeconomic importance to the Association, in order that, through the properties of the fruit, jobs and income are generated for the population, in addition to serving as a stimulus for the preservation of the species and habitat in which it is embedded.

Keywords: *Acrocomia aculeata*. Sustainability. Macaúba.

Introdução

Acrocomia aculeata pertence à família *Arecaceae*, conhecida popularmente como macaúba, anteriormente denominada *Palmae*, é constituída por um grupo de espécies genericamente conhecidas como palmeiras (LORENZI et al., 1996).

A macaúba é nativa dos cerrados, savanas e florestas abertas da América Tropical, e ocorre em muitas áreas perturbadas por humanos (CLEMENT et al., 2005).

De acordo com Chuba et al. (2010) a polpa e as amêndoas da macaúba produzem óleo de boa qualidade, tanto para a indústria química, na fabricação de ceras, biocombustível e cosméticos, como para a alimentação humana. Este artigo tem como problema, investigar: qual a importância socioeconômica de *Acrocomia aculeata* para a associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho Dantas e Adjacência, do município de Montes Claros – MG.?

Acredita-se que *Acrocomia aculeata* possui uma grande importância socioeconômica para a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho Dantas e Adjacência, município de Montes Claros – MG, uma vez que, por meio da coleta e extração dos frutos dessa espécie, emprego e renda são gerados na região estudada.

O presente trabalho objetivou avaliar a importância socioeconômica de *Acrocomia aculeata* para a região em estudo, além de conhecer os métodos de coleta e extração de seus componentes, utilizados pelos coletores e funcionários ligados à Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho Dantas e Adjacência. O estudo objetivou também identificar os produtos confeccionados na fábrica, além de avaliar a importância econômica desses produtos advindos por meio da utilização do coco macaúba e verificar se há preocupação com a sustentabilidade para preservação da palmeira por parte dos coletores.

Estudos sobre a espécie e a utilização de seus recursos por associações e pequenas fabriquetas ainda não são encontrados com muita frequência, tornando esse trabalho relevante para a realização de pesquisas posteriores que queiram abordar os mais variados assuntos da área biológica e pesquisar a macaúba suas propriedades, ou até mesmo estudos sobre o cerrado na região estudada. Além disso, espera-se incentivar a criação de cooperativas e associações voltadas para obtenção de renda por meio da utilização dos recursos do fruto através da divulgação dos produtos feitos na fábrica e também despertar o desejo da população em preservar e cultivar a espécie para a continuidade de suas atividades socioeconômicas.

Macaúba e suas potencialidades

Cerrado

O termo Cerrado é comumente utilizado para designar o conjunto de ecossistemas que engloba savanas, matas, campos e matas de galeria (EITEN, 1977; RIBEIRO et al., 1981). Sendo este o segundo maior bioma brasileiro, menor apenas que a Amazônia. Considerando a última fronteira agrícola do planeta, o cerrado ocupa 21% do território nacional (BORLAUG, 2002).

A paisagem do Cerrado é composta por um estrato herbáceo, em sua maioria gramíneas, e um estrato de árvores e arbustos tortuosos, com ramificações irregulares e retorcidas, variando em cobertura de 10 a 60 % (EITEN, 1994). Também apresenta uma vegetação lenhosa que é caracterizada por possuir galhos e troncos torcidos, às vezes inclinados (RIBEIRO; WALTER, 1998). Apresenta um clima tropical, com duas estações bem definidas, a seca e a chuvosa (RIZZO, 1981). De acordo com Klink e Machado (2005) o período chuvoso se dá entre os meses de outubro a março, e o período seco entre abril e setembro.

A flora do cerrado possui diversas espécies frutíferas com grande potencial de utilização de forma tradicional pela população local, que consomem seus produtos in natura ou na forma de sucos, licores, sorvetes, geleias e doces diversos (ALMEIDA, 1998a; SILVA et al., 2001). Várias espécies possuem tais utilizações, dentre elas podemos citar algumas espécies estudadas por Silva et al. (2008) como macaúba (*Acrocomia aculeata Mart*), caju-do-cerrado (*Anacardium othonianum Rizz*), araticum (*Annoma crassiflora Mart*), murici (*Byrsonima verbascifolia Rich*), gabioba (*Compomanesia cambessedeanana Berg*), cagaita (*Eugenia dysenterica Dc*), mangaba (*Hancornia speciosa Gómez*), puçá (*Mouriri pusa Gard*), araçá (*Psidium araca Raddi*), chichá (*Sterculia striata A. St.Hil. & Naud*) e pitomba (*Talisia esculenta Radlk*), dentre outros.

Família Arecaceae

De acordo com Lorenzi et al. (1996), a família Arecaceae, conhecida anteriormente como Palmae, é formada por um grupo de espécies genericamente conhecidas como palmeiras.

Esta família inclui representantes dióicos e monóicos, de morfologia variada, Podem apresentar raízes aéreas ou subterrâneas. Os estipes podem ser solitários ou cespitosos e raramente escandentes, aéreos ou subterrâneos. Quando aéreo, o estipe pode apresentar-se liso ou densamente coberto por espinhos. As folhas, tanto curtas como longas, apresentam-se de forma palmada, pinadas e inteiras com bainhas abertas ou fechadas e pecíolos longos ou curtos. As inflorescências interfolias ou infrafolias na antes e apresentam-se em forma de espiga, com presença de poucas ou muitas ráquias. As flores são geralmente trímeras. Os frutos podem ser tanto pequenos como muito grandes, com o pericarpo liso ou com presença de espinhos. O tegumento da semente é duro e contém no seu interior uma ou mais sementes. As plântulas possuem folhas inteiras, bifidas e pinadas (MIRANDA et al., 2001).

Acrocomia aculeata

Acrocomia aculeata, espécie pertencente à família Arecaceae, foi descrita primeiramente por Jacquin em 1.763 tendo como basônimo *Cocos aculeatus* Jacq.. Em 1824, foi inserida por Martius no gênero *Acrocomia*, sendo denominada *Acrocomia sclerocarpa*. Posteriormente, em 1.845, Loddiges coloca ambos em sinonímia, designando-a como *Acrocomia aculeata* (MISSOURI, 2005).

Segundo Lorenzi e Negrelle (2006), esta espécie possui vários nomes populares que varia de acordo com sua distribuição e, dentre estes nomes, podemos citar: Mbocayá (Argentina); totaí (Bolívia); corozo (Colômbia, Venezuela); tamaco (Colômbia); coyol (Costa Rica, Honduras, México); corosse (Haiti). Também se registram como nomes populares desta espécie: macaw palm, macaya, groo groo, grugru palm, corosse, mbocayá, cobrush, coquito, mocayá, catey, cayara, cayiete, ocori, palma de vino, gri-gri, mucajá, grou grou. Acrescenta ainda que no Brasil, é conhecida por bocaíuva, chiclete-de-baiano, coco-baboso, coco-de-catarro, coco-de-espinho, macacauba, macaiba, macaibeira, macajuba, macaúba, macaúva, mucaia, mucaja e mucajaba.

De acordo com Hiane et al. (2006) e Lorenzi et al. (2006), *Acrocomia aculeata* é uma palmeira nativa das Américas, no Brasil, a macaúba é amplamente distribuída, ocorrendo no norte de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso

do Sul e oeste do estado de São Paulo. Essa espécie atinge aproximadamente 20 metros de altura, com 20 a 30 folhas, tanto curtas, como longas, compostas, pinadas e inteiras, com bainhas abertas ou fechadas e pecíolos curtos ou longos, os quais se apresentam aglomeradas no ápice. O estipe pode apresentar-se liso ou densamente coberto por espinhos (LORENZI et al., 2006). Apresenta folhas alongadas, inflorescências do tipo espádice e as flores são monóicas. Os frutos são drupas globosas de 3-5 cm de diâmetro, sendo constituído por uma casca (epicarpo) dura, verde amarelada, de polpa (mesocarpo) amarela esbranquiçada, fibrosa e comestível, e o endocarpo escuro e duro que envolve duas amêndoas (BRASIL, 1985). As plantas florescem entre agosto e dezembro e frutificam entre junho e março, sendo os principais polinizadores insetos (Curculionidae, Nitidulidae, Escarabeidae) (SCARIOT et al, 1991e 1995)

Segundo Chuba et al. (2010), a casca do fruto é fina, fácil de ser quebrada quando maduro o fruto exala cheiro característico e a casca se solta facilmente da polpa, quando verde, a casca encontra-se muito aderida à polpa. A polpa do fruto apresenta cor que varia do amarelo ao amarelo esverdeado, o mesocarpo varia de amarelo claro a laranja escuro. O período de floração é de setembro a janeiro, e os frutos amadurecem em 13 ou 14 meses. A polpa do fruto de macaúba possui coloração amarela alaranjada, o que sugere a presença de carotenoides, lipídios, além de outros componentes com valor nutricional, propiciando seu uso na alimentação (CHUBA et al., 2009).

Utilização dos recursos do fruto *Acrocomia aculeata*

A macaúba possui vários usos de acordo com as comunidades pantaneiras. As folhas são utilizadas como “energizante” para cavalos de corrida, uso cosmético do óleo do mesocarpo e da semente como hidratante capilar, paisagístico medicinal [diurético (plântula e raiz), hipotensor (plântula), febrífuga (seiva), analgésico e laxante (óleo)]; alimentício (fécula nutritiva) e artesanal (bijuterias, chapéus e cestaria) (LORENZI et al., 2006). Segundo Hiane et al. (2006) as amêndoas de *A. aculeata* possuem alto valor proteico e podem ser utilizadas como fonte alternativa de proteína, especialmente no preparo da merenda escolar e para atender populações sem acesso às proteínas de origem animal.

A principal parte da espécie que é aproveitado é o fruto. A polpa é consumida in natura ou na forma de produtos elaborados como refrescos, doces, sorvetes, panificação e outros (HIANE et al., 2006). A amêndoa do fruto apresenta características semelhantes ao azeite de oliva, entre outras possibilidades, pode ser utilizada como fonte de matéria-prima para a extração comercial de óleo (ALMEIDA et al., 1998).

Chuba et al. (2010), relatam que, na verdade; fruto da macaúba é o produto economicamente mais representativo da palmeira. A polpa do coco, adocicada e suavemente aromática é muito apreciada pelas crianças, sendo também consumida em sua forma natural pelos ruminantes. Como ração animal, a polpa oleosa tem maior emprego na engorda de suínos. A torta da polpa pode ser utilizada como adubo e combustível para caldeiras e o farelo da amêndoa tem ótimo índice de proteína e pode ser utilizado na composição de rações para animais. A casca do fruto é utilizada na alimentação de fomalhas, fogões domésticos e em escala industrial para a produção de carvão. Subprodutos, como a cinza, estão sendo incorporados ao concreto na construção civil para minimizar o uso de cimento.

A polpa e as amêndoas produzem óleo de excelente qualidade, tanto para a alimentação humana como para a indústria química na fabricação de cosméticos, ceras e biocombustível. Chuba et al. (2010), ressaltam, ainda, que da macaúba pode-se aproveitar praticamente tudo. Segundo estes autores, as folhas são empregadas como forrageiras aos animais ou matéria-prima na obtenção de fibras destinadas à produção de linhas, cordas e redes. Do pecíolo das folhas, depois de separado em tiras, são feitos cestos, balaios e chapéus. O tronco é utilizado no meio rural para calhas, mourões, ou ripas e caibros para a construção de casas e paióis (CHUBA et al., 2010). Inclusive, Lorenzi et al. (2006) apresenta em seu trabalho, que existem inúmeros trabalhos científicos mostrando o uso e as potencialidades da macaúba.

As folhas e frutos são também consumidos pelos bovinos em áreas de pastagens estimulando a produção de leite (NUCCI, 2007).

Segundo Silva et al. (1986), o carvão do endocarpo da macaúba foi considerado superior ao carvão de madeira de eucalipto para alguns usos como operações metalúrgicas e siderúrgicas, uso doméstico e gasogênios.

Óleo da macaúba versus produção do biodiesel

Segundo Junqueira et al. (2012), atualmente, o mundo busca alternativas para reduzir as emissões de gases poluentes para a atmosfera, substituindo combustíveis fósseis por biocombustíveis. Várias espécies do Cerrado, como a macaúba (*Acrocomia aculeata*), tucumã (*Astrocarium* spp.), fevilha (*Fevillea trilobata*) e pequi (*Caryocar* spp.), vêm se despontando nas pesquisas como espécies de alta produtividade em óleos destinados à fabricação de biocombustíveis para alimentação e para uso na indústria de óleo.

O Brasil se destaca entre as economias industrializadas pela elevada participação das fontes renováveis em sua matriz energética. Atualmente, outro biocombustível está tendo grande destaque neste panorama, o biodiesel, que tem sua aplicação em motores a diesel. O biodiesel, óleo virgem derivado de algumas espécies de plantas, apresentam vantagens muito interessantes, como a possibilidade real de substituir os derivados do petróleo sem grandes modificações nos motores, diminuindo a dependência do petróleo. Além de ser naturalmente menos poluente, o biodiesel reduz as emissões dos derivados de petróleo, é seguro para armazenar e transportar, porque é biodegradável, não tóxico, não explosivo e nem inflamável à temperatura ambiente, não contribui para a chuva ácida por não apresentar enxofre em sua composição (CHUBA et al., 2010).

Em longo prazo, culturas perenes devem ser incorporadas a essa matriz. A macaúba apresenta um elevado potencial e vem sendo utilizada tradicionalmente pelas populações locais há séculos. Alguns poucos plantios comerciais são conduzidos no Paraguai, embora neste país haja duas indústrias de processamento de óleo de macaúba funcionando há décadas. Estimativas ainda pouco consistentes sugerem produtividades acima de 2.500 litros de óleo por ha por ano, podendo atingir produtividades tão elevadas quanto às do dendê, ou seja, 4.500 litros de óleo por ha, por ano (ROSCOE, 2006).

Material e Métodos

A presente pesquisa possui caráter qualiquantitativo, visto que apresenta uma descrição de *Acrocomia aculeata*, a sua importância e utilização pela

Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Riacho Dantas e Adjacência, município de Montes Claros – MG, além disso, apresenta dados numéricos sobre a espécie em estudo.

Como instrumento de coleta de dados, foram utilizados dois roteiros de entrevistas semiestruturadas, sendo um aplicado aos coletores do fruto e outro ao diretor presidente que responde pela associação. Foram entrevistados 10 coletores do sexo masculino e feminino, sendo eles residentes no Borá I, Zona Rural pertencente ao município de Brasília de Minas - MG. O Roteiro de entrevista aplicado aos coletores do fruto foi composto por cinco questões a fim de conhecer a forma, a quantidade e o destino do fruto coletado, a distribuição da renda obtida por meio da venda dos frutos, bem como os possíveis impactos ambientais devido a coleta do coco.

Já o roteiro de entrevista aplicado ao diretor presidente da associação, é composto por 10 questões sobre a fábrica, o fruto, a confecção e o destino dos produtos, além de discutir sobre impactos ambientais e métodos de reparação de tais danos. Além dos roteiros, foram citados no trabalho alguns relatos feitos pelos entrevistados. Todos os participantes da pesquisa foram entrevistados após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecidos para participação em pesquisa, e o diretor da associação além de assinar o termo acima citado assinou também o termo de concordância da instituição para participação em pesquisa. Sendo estes termos feitos em duas vias. Os dados foram plotados no programa Excel. 2010, para confeccionar os gráficos.

Resultados e Discussão

O método de coleta utilizado pelos coletores do fruto ocorre de maneira manual, tendo o auxílio às vezes de carrinho de mão, sacos, balaios e outros. Ressalta Fernandes (2006), que a coleta do fruto em sua maioria ocorre de forma manual, sendo fator importante para a fixação do homem no campo. A quantidade de frutos/caixa coletada varia de 20 a 30, sendo que em cada caixa pode conter de 500 a 600 frutos, isso depende do coletor e época do ano. Cada caixa é vendida a R\$ 5,00 (cinco reais). Os coletores ressaltaram ainda que a coleta do fruto não é o único trabalho que o mesmo possui, portanto esta coleta não ocorre todos os dias e nos dias que ela acontece,

ocorre em pequenos intervalos de no máximo três ou quatro horas diárias.

De acordo com os coletores dos frutos da macaúba, nem todo o fruto tem como destino final, a fábrica. Alguns destes frutos são usados também para a alimentação de suínos e em algumas vezes alimentação humana. Estes ainda complementaram que quando por algum motivo a fábrica deixar de buscar os frutos coletados, estes são todos destinados para a alimentação de suínos (GRAF. 1).

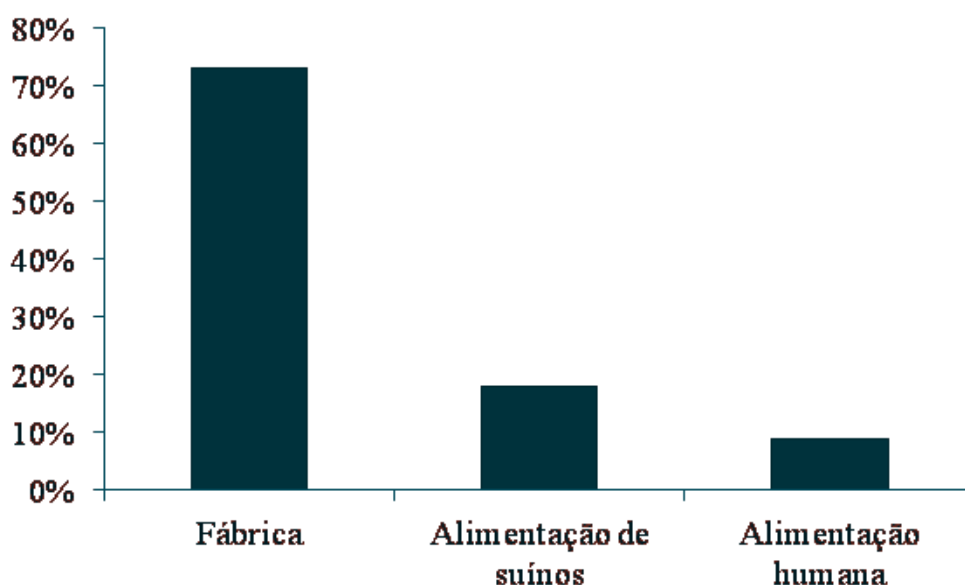


GRÁFICO 1 - Porcentagem do destino dos frutos de macaúba, coletados no Borá I, zona rural de Brasília de Minas – MG.

Toda a renda obtida é destinada ao próprio coletor, que a utiliza como um auxílio no sustento familiar. Em algumas vezes os frutos são trocados por algumas mercadorias produzidas na própria fábrica como, por exemplo, sabão, detergente e ração.

Em resposta ao roteiro de entrevista semiestruturada, os coletores em sua maioria disseram que em sua atividade extrativista não causa impacto na região onde coletam os frutos (GRAF. 2). Porém por meio de perguntas complementares ao roteiro é visível que em sua atividade, nem sempre estes coletores realizam tal coleta de maneira correta buscando a preservação da

espécie e do habitat em que a mesma está inserida. Tornando esta sua atividade não sustentável, podendo sim gerar impacto ambiental no ambiente de coleta dos frutos.

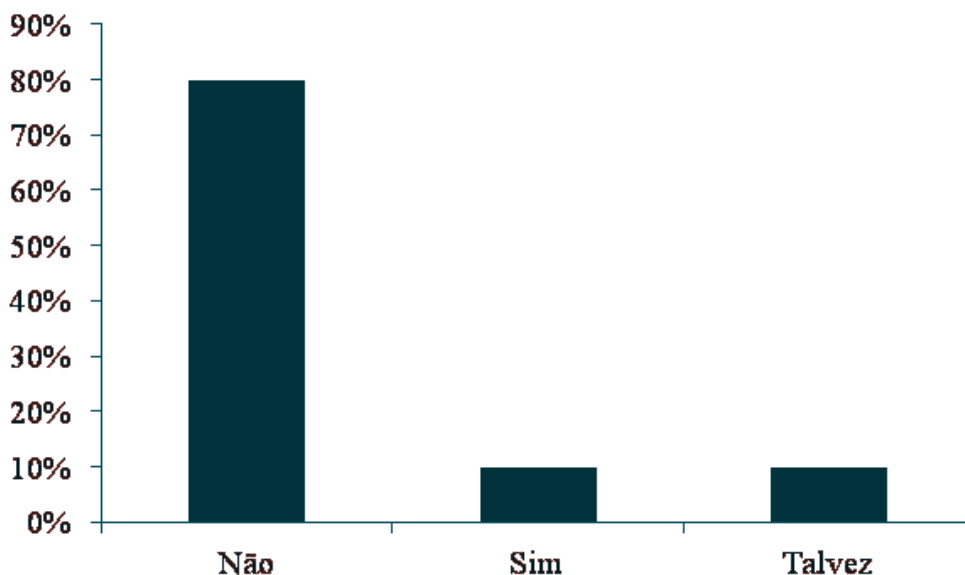


GRÁFICO 2 - Porcentagem de opinião dos coletores sobre um possível Impacto Ambiental gerado por eles em sua atividade na região onde o fruto é coletado, Borá I zona rural de Brasília de Minas – MG.

De acordo a opinião da grande maioria dos coletores, sua atividade não gera impacto ambiental para a espécie já que coletam apenas frutos que estão no chão. Drummond (1996) define o extrativismo como uma maneira de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, em contraste com a agricultura, o pastoreio, o comércio, o artesanato, os serviços ou a indústria. Segundo Ávidos e Ferreira (2003), apesar da existência de leis de proteção ambiental de fauna, flora, água e solo, por exemplo, as mesmas são ignoradas pela maioria dos agricultores, que usam esses recursos naturais erroneamente, na preocupação somente de maximizarem seus lucros, causando impactos ambientais.

Segundo o presidente da associação tratando-se de impacto ambiental, acredita-se que quando não há por parte do coletor uma prevenção, pode sim acontecer impactos ambientais. E para tentar conter tais danos a Fábrica

está investindo em um viveiro de mudas e repassando essas mudas para os coletores, para que estes façam plantio das mesmas. Além disso, também ocorre uma orientação da fábrica para que os coletores preservem as espécies existentes na região.

Em resposta ao roteiro de entrevista semiestruturada o presidente da associação disse que a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho Dantas e Adjacência foi fundada em Junho de 1994, já a fábrica onde o coco é utilizado, seu 1º Projeto se deu em Janeiro de 2003. A fábrica, em seu contexto, objetiva gerar renda, fixar o homem no campo, além de despertar o interesse quanto à preservação ambiental. A principal dificuldade encontrada pela fábrica, inicialmente, foi conseguir a credibilidade de seu projeto e também apoio de pessoas e empresas, dificuldades que atualmente tem sido revestida. Reitera ainda que a fábrica conta com 12 funcionários, sendo eles sócios da mesma, e que foram escolhidos em assembleia da associação, considerando como requisitos a assiduidade e participação nas reuniões e que demonstravam maior interesse no projeto. Esses funcionários são das Cidades de Montes Claros, Brasília de Minas, Coração de Jesus e Mirabela.

Para a confecção dos produtos utilizando o fruto de *Acrocomia aculeata*, a fábrica conta com algumas máquinas para auxiliar na produção, sendo elas: despoldadeira, prensa, filtro, extrusora de sabão, secador, reator, empacotadeira, desintegrador, misturador de ração e um caminhão para coleta dos frutos.

A seleção do fruto é feita de forma manual, tanto no campo quanto na própria fábrica sem auxílio de nenhum maquinário, sempre pedindo aos coletores que peguem apenas os frutos que estão com o epicarpo inteiro para que a parte interna do fruto não tenha contato com o solo.

A fábrica recebe aproximadamente 400 caixas de coco semanalmente advindos dos municípios de Brasília de Minas (região de maior concentração do fruto), Coração de Jesus, Mirabela e Montes Claros, a fábrica recebe também, em menores quantidades, frutos de outras localidades como São João do Pacuí, Luislândia, Patis e Claro dos Poções.

Dos frutos da Macaúba praticamente tudo é aproveitado pela fábrica. Estes são utilizados para a confecção de sabão em barra, sabonete, óleo comestível, óleo para cosméticos, carvão, óleo vendido para a produção de biodiesel e

também ração animal, destinada a alimentação de galinha, suínos e outros animais (QUADRO 1).

QUADRO 1: Produtos confeccionados e comercializados pela fábrica e componente do fruto que é utilizado para a confecção dos produtos

Produtos	Componente do Fruto
Sabão em barra	Óleo extraído da semente
Óleo comestível	Óleo extraído da semente
Óleo para cosméticos	Óleo extraído da semente
Óleo vendido para produção do Biodiesel	Óleo extraído da polpa
Ração	Bagaço da semente + epicarpo
Carvão	Endocarpo

Segundo Chuba et al. (2010), o fruto da macaúba é o produto economicamente mais representativo da palmeira. Como ração animal, a polpa oleosa tem maior emprego na engorda de suínos. A torta da polpa pode ser utilizada como adubo e combustível para caldeiras e o farelo da amêndoa tem ótimo índice de proteína e pode ser utilizado na composição de rações para animais. A casca do fruto é utilizada na alimentação de fornalhas, fogões domésticos e em escala industrial para a produção de carvão. A polpa e as amêndoas produzem óleo de excelente qualidade, tanto para a alimentação humana como para a indústria química na fabricação de cosméticos, ceras e biocombustível. E Silva et al. (1986), reiteram que o carvão do endocarpo da macaúba foi considerado superior ao carvão de madeira de eucalipto para alguns usos como operações metalúrgicas e siderúrgicas, uso doméstico e gasogênios.

Segundo o diretor da fábrica a comercialização de todos os produtos citados ocorre de forma local atingindo mercado nas cidades de Brasília de Minas, Mirabela e Coração de Jesus. A associação, além de fazer a venda dos produtos também utiliza o recurso de “troca” dos produtos feitos, por matéria-prima

com os coletores. A renda obtida com a comercialização dos produtos feitos na fábrica é utilizada para efetuar o pagamento dos funcionários, e também é usada em investimentos em matéria-prima, galpão de armazenamento dos frutos e outros. E a divisão desta renda é de responsabilidade da associação.

O côco macaúba possui uma grande importância socioeconômica para a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho Dantas e Adjacência, visto que, por meio das propriedades do fruto, diversos produtos são confeccionados. Dizia o mesmo Manfio et al. (2012) ao afirmar que a macaúba é uma palmeira oleaginosa e o extrativismo de seus frutos é de grande importância socioeconômica para os pequenos produtores rurais. A exploração de produtos florestais é uma alternativa valiosa para as populações rurais que tradicionalmente dependem dos mesmos para sua subsistência. No Brasil esta prática tem sido responsável por mudanças importantes na vida de algumas comunidades que vivem da coleta de frutos nativos (MARIANO et al., 2009).

Considerações finais

Acrocomia aculeata possui uma considerável importância socioeconômica para a Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Riacho Dantas e Adjacências, bem como para os seus prestadores de serviço. Os associados conduzem um trabalho voltado para a geração de emprego e renda, entretanto por falta de conhecimento dos coletores, a preocupação com a sustentabilidade não é prioridade.

A coleta é realizada através do método manual, sendo uma prática viável a seleção dos frutos, tendo em vista que a sua preservação é um fator imprescindível para a geração dos produtos, oriundos da fábrica, sendo eles: sabão, óleos de diversas finalidades, ração animal e carvão. A venda e a troca desses produtos, bem como a utilização do fruto macaúba na alimentação humana e animal favorece aumento na renda familiar dos coletores.

Sendo assim, torna-se importante, futuras pesquisas que aborde Acrocomia aculeata, a região em estudo, com ênfase nas questões ambientais, afim de, garantir estratégias sustentáveis para a espécie.

Referências

ALMEIDA, S.P. Cerrado: aproveitamento alimentar. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1998a.

ALMEIDA, S. P.; PROENÇA, C. E. B.; SANO, S. M.; RIBEIRO, J. F. Cerrado: Espécies Vegetais Úteis. Planaltina: Embrapa-CPAC, p 14-19, 1998.

ALMEIDA, S. P. Frutas nativas do cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. cerrado: ambiente e flora. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1998b. p.244-285.

AVIDOS, M. F.D.; FERREIRA, L. T. Frutos do Cerrado: preservação gera muitos frutos. 2003. Disponível em <<http://www.biotecnologia.com.br/bio15/frutos.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2007.

BORLAUG, N. E. 2002. Feeding a world of 10 billion people: the miracle ahead. In: R. Bailey (ed.). Global warming and other eco-myths. pp. 29-60. Competitive Enterprise Institute, Roseville, EUA.

BRASIL – Ministério da Indústria e do comércio. Produção de combustíveis líquidos a partir de óleos vegetais. Brasília, STI/CIT. Série documentos 16, 364p.

CHUBA, C. A. M.; NERIS, A. S.; SANJINEZ-ARGANDOÑA, E. J. Composição Química e Física da Polpa Dos Frutos Da Bocaiúva Coletados Em São Paulo E Mato Grosso Do Sul. II Encontro de Iniciação Científica UFGD- UEMS e I encontro de Pós Graduação Dourados-MS, 2009.

CHUBA, C. A. M.; ARGANDONA, E. J. S.; HOMEM, G. R.; TOMMASELLI, M. A. G. Alternativa de utilização sustentável do resíduo cinza, oriunda da queima do bagaço da cana-de-açúcar, incorporando-a ao concreto como agregado. XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção Maturidade e desafios da Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente. São Carlos, SP, Brasil, 12 a 15 de outubro de 2010.

CLEMENT, C. R.; LLERAS, P. E.; VAN LEEUWEN, J. O potencial das palmeiras tropicais no Brasil: Acertos e fracassos das últimas décadas.

Agrociências, Montevideu, 9(1-2): p. 67-71. 2005.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 6: 115-137. 1996.

EITEN, G. *Vegetação do Cerrado*. In: M. N. Pinto (Org.). *Cerrado: Caracterização, Ocupação e Perspectivas*. Editora Universidade de Brasília. Brasília. Pg. 17-73. 1994.

EINTEN, G. 1977. Delimitação do conceito de Cerrado. *Arquivos do Jardim Botânico, Rio de Janeiro* 21: 125-134.

GRIN – Germplasm Resources Information Network, Disponível em: <http://www.arsgrin.gov/cgi-bin/npgs/html/taxon.pl?1388#uses>.

HIANE, P. A., BALDASSO, P. A.; MARANGONI, S.; MACEDO, M. L. R. Chemical And Nutritional Evaluation Of Kernels Of Bocaiuva, *Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. *Ciência e Tecnologia de Alimentos, Campinas*, v. 26, n3, p. 683-689, 2006.

JUNQUEIRA, N. T, V; JUNQUEIRA, K. P; PEREIRA, A. V; PEREIRA, E. B. C; BRAGA, M. F; CONCEIÇÃO, L. D. H. C. S; FALEIRO, F. G. Frutíferas nativas do Cerrado: o extrativismo e a busca da domesticação. XXII Congresso Brasileiro de Fruticultura, Bento Gonçalves, RS, outubro de 2012.

KLINK, C. A; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado Brasileiro. *Megadiversidade*, volume 1, nº 1, julho 2005.

LORENZI, H.; SOUZA, H. M.; MEDEIROS-COSTA, J. T.; CERQUEIRA, L. S. C.; BEHR, N. *Palmeiras do Brasil: exóticas e nativas*. Nova Odessa: Editora Plantarum, 1996. p. 1-20.

LORENZI, G. M. A. C. *Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd ex Marti. – *Arecaceae*: bases para o desenvolvimento sustentável. 2006. 166f. Tese (Doutorado em Agronomia/Produção Vegetal) Universidade Federal do Paraná. 2006.

LORENZI, G. M. A. C.; NEGRELLE, R. R. B. *Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd.ex Mart.: Aspectos Ecológicos, Usos e Potencialidades. Curitiba: UFPR,

SER (Sistema Eletrônico de Revistas), v. 7, n. 1, 2006. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/academica/article/viewFile/9021/6314>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

MANFIO, C. E.; MOTOIKE, S. Y; RESENDE, M. D. V.; SANTOS, C. E. M.; SATO, A. Y. Avaliação de progênies da macaúba na fase juvenil e estimativas de parâmetros genéticos e diversidade genética. *Pesquisa Florestal Brasileira*, Colombo, v.32, n.69, p. 63-68, jan./mar. 2012.

MARIANO, R. G. B., COURI, S., FREITAS, S.P. Enzymatic technology to improve oil extraction from *Caryocar brasiliense* camb. (Pequi) Pulp. *Revista Brasileira de Fruticultura*, v. 31, p. 637-643. 2009.

MIRANDA, I. P. A.; RABELO, A.; BUENO, C. R.; BARBOSA, E. M.; RIBEIRO, M. N. S. *Frutos de Palmeiras da Amazônia*. Manaus: MCT INPA, 2001. p. 7-10.

MISSOURI BOTANICAL GARDEN. *Acrocomia aculeata* Disponível em: <<http://www.mobot.mobot.org/cgi-bin/search>>. 2005.

NUCCI, S. M. Desenvolvimento, caracterização e análise da utilidade de marcadores microssatélites em genética de população de macaúba. 2007. 84f. Dissertação (Mestrado em Genética, Melhoramento Vegetal e Biotecnologia) – Pós- Graduação – IAC. 2007.

RIBEIRO, J. F., SANO, S. M.; SILVA, J.A. 1981. Chave preliminar de identificação dos tipos fisionômicos da vegetação do Cerrado. p. 124-133 In: *Anais do XXXII Congresso Nacional de Botânica*. Sociedade Botânica do Brasil, Teresina, Brasil. 1981.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M.T. Fitofisionomias do Bioma Cerrado, p.89-166. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S.P. *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina. EMBRAPA-CPAC, 1998. 556p.

RIZZO, J. A. *Flora do estado de Goiás: Coleção Rizzo*. Ed. Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO. Mittermeier, R.A.; Myers, N. & Mittermeier, C.G. 1999. Hotspots: earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. Mexico City, Cemex, Conservation International. 1981. 35p.

ROSCOE, R. Biodiesel. Uma opção Emergente para a Agricultura em Mato

Grosso do Sul. A lavoura, p. 33, 2006.

SCARIOT, A.; LIERAS, E.; HAY, J. D. Reproductive biology of the palm *Acrocomia aculeata* in central Brazil. *Biotropica*, 23:12-22, 1991.

SCARIOT, A.; LIERAS, E.; HAY, J.D. Flowering and fruiting phenologies of the Palm *Acrocomia aculeata*: patterns and consequences. *Biotropica*, 27:168- 173.1995.

SILVA, J. C.; BARRICHELO, L. E. G.; BRITO, J. Endocarpos de babaçu de macaúba comparados a madeira de *Eucaliptus grandis* para a produção de carvão vegetal. IPEF, n. 34, p.31-34, 1986.

SILVA, D. B.; SILVA, J. A.; JUNQUEIRA, N.T.V.; ANDRADE, L.R.M. Frutas do cerrado. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2001. 179p.

SILVA, M. R; LACERDA, D. B. C. L; SANTOS, G. G.; MARTINS, D, M. O. Caracterização química de frutos nativos do cerrado. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.38, n.6, p.1790-1793, set, 2008.

Recebido para publicação em maio de 2013
Aceito para publicação em agosto de 2013

NOVAS ESTRATÉGIAS PARA VELHAS PRÁTICAS: MONOCULTURAS DE EUCALIPTO, CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E CONSEQUÊNCIAS PARA COMUNI- DADES LOCAIS

Rômulo Soares Barbosa¹
Tathiane Paraíso Silva²

Resumo: Este artigo objetiva analisar os efeitos para as comunidades locais da implementação de monoculturas de eucalipto em duas situações de expansão dessas plantações, a saber: em área não certificada e em área de plantio de eucalipto com certificação ambiental. A consolidação da percepção sobre a escassez de recursos naturais, bem como das consequências ambientais da industrialização e do crescimento econômico baseado no uso intensivo de combustíveis fósseis, produziram um quadro normativo-institucional com vistas à regulação das práticas ambientais na direção da mitigação dos efeitos de tais práticas. Os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), os processos de Certificação Ambiental de empreendimentos, e o Mercado de Carbono são figuras centrais desse processo. Todavia, a polissemia e as controvérsias em torno desse campo normativo-institucional das certificações florestais têm suscitado dúvidas quanto aos seus objetivos e consequências práticas. Os resultados apresentados nesse artigo revelam diversas estratégias de atuação utilizadas pelo setor monocultor de eucalipto que ao contrário

¹ Doutor em Sociologia. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes. Pesquisador BIPDT da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. E-mail: romulo.barbosa@pq.cnpq.br

² Mestre em Desenvolvimento Social. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: tatymoc@hotmail.com

da responsabilidade social e preservação ambiental proposta pelos próprios órgãos certificadores ao fornecer os selos verdes, não tem cumprido com as premissas de sustentabilidade ambiental e social. Para tanto, foi realizada pesquisa comparativa em duas comunidades rurais circundadas por monocultura de eucaliptos certificadas e não certificadas nos municípios de Felixlândia/MG e Guaraciama/MG.

Palavras-chave: Monocultura. Certificação Florestal. Mecanismos de Desenvolvimento Limpo. Comunidades Locais. Degradação Socioambiental.

NUEVAS ESTRATEGIAS PARA VIEJAS PRÁCTICAS: MONOCULTIVOS DE EUCALIPTO, CERTIFICACION FORESTAL Y LAS IMPLICACIONES PARA LAS CO- MUNIDADES LOCALES

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los efectos sobre las comunidades locales en la implementación de los monocultivos de eucalipto en dos situaciones expansión de estas plantaciones, principalmente en la zona y no certificado en el área de las plantaciones de eucalipto con certificación ambiental. La consolidación de la conciencia sobre la escasez de los recursos naturales y las consecuencias ambientales de la industrialización y el crecimiento económico basado en el uso intensivo de combustibles fósiles, la producción de un marco institucional, con el fin de regular las prácticas ambientales a mitigar los efectos de la tales prácticas. El Mecanismo de Desarrollo Limpio (MDL), los procesos de certificación ambiental de las empresas y el mercado de carbono son figuras centrales en este proceso. Sin embargo, la polisemia y las controversias en torno a este campo de la normativa y de certificación forestal institucional han planteado dudas en cuanto a sus objetivos y consecuencias prácticas. Los resultados presentados en este artículo revelan diversas estrategias de acción utilizados por sector monocultivo de eucalipto que a diferencia de la responsabilidad social y preservación del medio ambiente propuesta por los organismos de certificación para proporcionar selos verdes, no ha cumplido con los supuestos de la sostenibilidad ambiental y social. Por lo tanto, se realizó un estudio comparativo en dos comunidades rurales rodeadas de monocultivos de eucaliptos certificada y

no certificada municípios de Felixlândia / MG y Guaraciama / MG.

Palabras-clave: Monocultivo; Certificación Forestal. Mecanismos de Desarrollo Limpio. Comunidades Locales. Degradación Ambiental.

Introdução

Este artigo³ objetiva analisar os efeitos para as comunidades locais da implementação de monoculturas de eucalipto em duas situações de expansão dessas plantações, a saber: em área não certificada e em área de plantio de eucalipto com certificação ambiental, em situação que variam entre abastecimento das siderurgias e investimentos em Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.

Apresenta-se no primeiro momento o processo de expansão da monocultura de eucalipto no Norte de Minas Gerais para a produção de carvão vegetal responsável em abastecer as siderurgias também em crescimento na região central do Estado. Nessa fase, o Norte de Minas Gerais era tido pelos gestores políticos como uma região de vazio econômico, onde o Estado atua incisivamente com políticas públicas de integração regional o tornando parte da rota de desenvolvimento do país, garantindo altíssimos investimentos ao setor industrial e também florestal, pilares da política modernizadora adotada pelo governo estatal e federal.

Em meados das décadas de 1950-60 o Brasil passou por um processo de modernização da agricultura com a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde (RIBEIRO, 2005), onde o uso de agrotóxicos e máquinas pesadas passaram a compor o quadro da agricultura brasileira. Com o processo de ocupação e a necessidade de expansão das fronteiras do desenvolvimento, tanto a Amazônia como o Cerrado, vistos como áreas vazias, passaram a atrair atenção de diversos setores que se encontravam em áreas já saturadas do Sul e Sudeste, afetando diretamente o modo de reprodução social desenvolvida por comunidades rurais e tradicionais dessas regiões.

Anaya, Barbosa e Sampaio (2006) consideram que o Estado, baseado em políticas públicas do meio ambiente, impõe sobre espaços territoriais já ha-

3 Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

bitados por povos tradicionais um tipo de organização espacial totalmente diferente, marcado pelo discurso da modernidade, rompendo a relação homem/natureza estabelecida por essas populações em nome de uma concepção de desenvolvimento.

Aponta-se, a partir de então, a desvalorização dos processos culturais da região, através dos grandes subsídios estatais às empresas monocultoras de eucalipto. Desde então a atuação do poder público vem privilegiando o modelo de desenvolvimento que ignora os processos ecológicos e também as necessidades das pessoas que sobreviviam da agricultura baseada no cultivo tradicional.

No segundo momento uma nova dinâmica é adotada pelo setor florestal, as extensas plantações de eucalipto não mais atendem somente as siderurgias, essas passam a seguir outros métodos de garantia de lucros, onde as certificações, o mercado de carbono e os investimentos em projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo-MDL têm uma importância fundamental, principalmente após as crises e instabilidades do mercado siderúrgico.

Nesse cenário, a expansão das plantações de eucalipto é abordado no contexto da valorização das crises ambientais, tema central dos maiores debates mundial e uma das principais preocupações contemporâneas. Nesse momento, discute-se a trajetória e os avanços dos discursos ambientais. Procura-se focar o paradoxo que representa as certificações e selos ambientais, o que revela muitas vezes, ações tendenciosas de marketing, além do descumprimento de princípios básicos dos órgãos responsáveis em credenciar essas empresas, nesse caso os princípios do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal – FSC Brasil.

A trajetória das plantações de eucalipto, portanto, varia então desde vetor de impulsionamento da integração econômica da região Norte do Estado de Minas Gerais à dinâmica siderúrgica mineira, como também no âmbito dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e os Mercados de Carbono.

Ao reconhecer a situação conflitante de tais espaços, contextos e sujeitos envolvidos no processo, pretende-se, portanto contribuir com as discussões em torno das certificações de áreas monocultoras e do risco que os investimentos em projetos de tecnologias limpas no setor florestal podem representar se os

princípios estabelecidos pelos próprios órgãos fiscalizadores não se efetivarem.

Dessa forma, espera-se contribuir com o reconhecimento e a visibilidade dos processos vivenciados por comunidades espacialmente segregadas, com o intuito de valorização dos saberes e lutas dessas populações reconhecendo suas contribuições na luta pela manutenção e preservação dos recursos naturais e suas tradições.

Velha dinâmica de implantação da monocultura de eucalipto no norte de Minas Gerais

As condições topográficas favoráveis e o baixo preço das terras foram decisivos para a implantação dessas reflorestadoras, seja como produtora do termo-redutor carvão vegetal, seja como fonte energética ou matéria-prima para vários segmentos industriais. Essas são características do que se denomina nesse trabalho de primeiro ciclo de expansão da monocultura. Tal ciclo foi implantado com o objetivo de abastecer as siderúrgicas situadas no centro do Estado com matérias-prima advindas das extensas plantações do Norte de Minas Gerais, resultado de políticas de integração regional e do cenário de modernização do campo intervindo pelo Estado.

A década de 1970 foi o marco inicial dessa dinâmica a partir do momento em que políticas públicas de integração regional passaram a atuar incisivamente para que o Norte de Minas Gerais se agregasse a rota de desenvolvimento econômico do país. Desde sua colonização, o Brasil possui um grande histórico de desigualdade regional de produção e renda. A concentração socioeconômica do Centro Sul diferencia da realidade das regiões Norte e Nordeste, devido a inúmeros fatores como o pouco nível de investimentos em educação e urbanização entre outros que desfavorecem essas regiões.

As políticas de desenvolvimento regional e o cenário de modernização do campo, especificamente no Norte de Minas Gerais por historicamente ser uma região marcada por sua especificidade cultural dividida entre o tradicional e o moderno e por ser uma das principais regiões afetadas pela monocultura, implementada principalmente pelas políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE inicia o período onde o complexo industrial passou a comandar os processos de produção na agricultura.

Um ponto importante a ser considerado é que no Norte de Minas Gerais, vários processos sociais em curso necessitam de melhor análise e entendimento. Um desses é o contexto social em que se inserem as comunidades rurais que tiveram seus espaços ocupados por diversos empreendimentos agropecuários e florestais. As grandes empresas reflorestadoras juntamente com as modernas fazendas de gado, disputam hoje espaços com diversas comunidades baseadas em formas tradicionais de apropriação e uso dos recursos naturais compondo assim o atual universo agrário nortemineiro.

Percebemos que o mercado e o padrão de lucro e desenvolvimento no qual se inserem a lógica das empresas têm direcionado o atual cenário do Norte de Minas Gerais para a supressão dos recursos naturais ainda existente, com extensas plantações de eucalipto destinados principalmente à produção de carvão vegetal usado na siderurgia.

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 organizaram-se iniciativas de desenvolvimento regional em âmbito nacional para reverter as tendências demográficas, econômicas e sociais indesejadas (BRASIL, 2008) e os investimentos públicos foram fundamentais para alcançar essas áreas pouco atrativas aos industriais. A siderurgia tornou-se importante setor para a economia brasileira, e o ferro gusa, matéria-prima do aço, foi o motor de impulso para o avanço crescente do eucalipto, pois o carvão vegetal era o principal produto impetrado pelas siderurgias.

O Brasil era um dos grandes consumidores de produtos siderúrgicos importados, esse cenário só começou a mudar após a posse de Getúlio Vargas na presidência da República, a partir do crescimento e a nacionalização da indústria de base que era uma de suas principais metas. Com grandes investimentos do capital estrangeiro, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1946 concretizou seus planos e marcou o início da autonomia brasileira na produção de ferro e aço.

Segundo dados do Instituto Aço Brasil, em 1950, quando a usina já funcionava com todas as suas linhas, a produção nacional de aço bruto alcançava 788 mil toneladas e tinha início uma fase de crescimento continuado da produção de aço no país. Dez anos depois, a produção triplicava e passados mais dez anos, em 1970, eram entregues ao mercado 5,5 milhões de toneladas. - A

atual região Central do estado de Minas Gerais foi denominada, ao longo do século XX, de Zona Metalúrgica, Siderúrgica, Mineradora ou Central (COSENZA, 2005, p.38). E assim o setor siderúrgico em pouco tempo se consolidou e se posicionou entre as mais competitivas do mundo, ampliando suas tecnologias e sua participação no mercado mundial.

Minas Gerais acompanhou essa expansão e várias companhias se estalaram no Estado, utilizando-se de capitais privados nacionais e estrangeiros, e com uma enorme contribuição do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES para futuras expansões. O Estado atualmente possui destacada importância para o setor florestal brasileiro, sendo líder quanto ao valor bruto da produção da silvicultura no Brasil, sendo também o Estado com a maior área de florestas plantadas do Brasil, 1,423 milhões de ha, sendo só eucalipto 1,278 milhões de ha (IBGE, 2008).

Dessa forma, conforme Gonçalves (2001), o estímulo ao crescimento econômico comandado pelas políticas de incentivos fiscais onde se pretendia agregar extensas áreas a baixos preços, permitiu significativa expansão nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha a partir de 1974, aumentando consequentemente o crescimento econômico das siderurgias centrais. Lembrando que nas décadas anteriores a esses incentivos os plantios eram circunvizinhos às empresas consumidoras.

Todo o movimento de transferência das plantações, apesar de direcionarem suas atividades para o cerrado, - foi acompanhado pela manutenção e intensificação das atividades de desmatamento e de carbonização das matas nativas pelos consumidores industriais (GONÇALVES, 2001, p.131), tal como vinham sendo praticadas nas outras regiões.

Dessa maneira, as siderúrgicas de Minas Gerais utilizam-se das plantações de eucalipto, principalmente advindas do Norte do Estado. A trajetória de crescimento da silvicultura perdura até os dias atuais, onde Minas lidera o ranking dos Estados com maior produção de carvão vegetal de florestas cultivadas com 78,3% da produção Nacional (IBGE, 2008).

Quando as empresas de plantações de eucalipto chegaram aos sertões não foram dadas devidas considerações às especificidades do lugar. As condições topográficas favoráveis e os baixos preços das terras foram atrativos maiores

que os saberes regionais, que como dito, não são alternativa rentável para o capital. A cultura extrativista, tida como atrasada e arcaica, foi substituída pelas plantações de eucalipto que em pouco tempo cobriram grande parte dos Cerrados e Chapadas.

Com a modernização agrícola o homem do campo se viu sem seus meios de reprodução social afetando toda a esfera cultural da região, dando início aos intensos conflitos, visto ter dois grupos de interesses diferentes disputando determinado território para apropriação e exploração dos recursos naturais.

A nova dinâmica do setor florestal no contexto das certificações e MDL

O aquecimento global é algo real e tem afetado diretamente as condições humanas de sobrevivência. As discussões sobre as mudanças climáticas e a inserção dos chamados MDLs (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) para a mitigação do clima se intensificam e as tendências de expansão do consumo e conseqüentemente dos processos industriais, tem causado desajustes ambientais de proporções irreversíveis.

Toda a atual atenção dada às mudanças climáticas não são meras preocupações de um grupo de ambientalistas ou governos inquietados com o meio ambiente. Esse tem sido o maior desafio da sociedade atual visto o enorme impacto que tal fenômeno tem provocado. As elevadas temperaturas têm acarretado conseqüências em diversas áreas que atingem desde a flora e fauna como também as grandes corporações mundiais, devido à expansão de suas produções que tem comprometido todo o ciclo sustentável da terra.

A forma exploratória como o homem tem se apropriado dos recursos é a grande discussão por traz das bruscas alterações climáticas, as grandes catástrofes ambientais e a necessidade de mudanças de hábitos de produção acumulativa só demonstram o grau de manejo insustentável e atenta para repensarmos sobre a confiança que se tinha na esgotabilidade dos recursos e como diria Boa Ventura Santos (2012), no mito do crescimento econômico infinito.

O devido reconhecimento desses fatos está sendo colhido da pior forma possível, com a destruição e morte de animais e milhares de pessoas contabilizadas

a cada desastre natural justamente pela falta de respeito aos limites impostos pela natureza e até mesmo pela legislação. Esse tem sido o preço pago para que o grande capital continue sempre em expansão e acompanhando todas as investidas do mercado.

As consequências de tanta imprudência é a elevação das temperaturas provocadas pelas elevadas taxas de concentração de gases de efeito estufa- GEE na atmosfera. Nessa perspectiva se inserem os protocolos e acordos internacionais e nacionais de medidas para tentar mitigar as mudanças climáticas, medidas essas que requerem alguns compromissos tanto por parte da sociedade em geral, mas principalmente pelo setor empresarial.

A apropriação do discurso verde, proferido pelas empresas e legitimado pelo Estado, revela uma série de consequências onde o espaço é esvaziado de seu sentido natural para abarcar a materialidade econômica de uso em um processo valorativo inserido em uma lógica perversa de conflitos, principalmente territoriais, de exploração e utilização dos recursos.

Para o pesquisador Lopes Pinto (2011, p.01),

a viabilização de empreendimentos impactantes demonstra que há, no Brasil, um processo de financeirização das políticas ambientais e abertura de um novo mercado, da chamada □ economia verde, que irá servir para gerar compensações que justificarão a continuidade da degradação socioambiental .

Portanto, os acordos internacionais e toda legislação e normas vigente no país em relação ao meio ambiente, foram elaboradas no sentido de compensar os estragos causados pela industrialização, que segundo Bianchi (2003) estavam longe de atender aos anseios dos ecologistas e ativistas dos movimentos ambientais, pois os acordos eram avaliados da maneira que ponderavam perdas de valor econômico, analisando principalmente termos de custos/benefícios.

Diante da crise ecológica percebe-se que os instrumentos de normatizações e padrões de manejo dos recursos naturais tem tido efeitos contrários ao que inicialmente foram propostos. Os processos de certificações são exemplos de análise, visto estarem inseridos em um contexto do discurso geral do de-

envolvimento sustentável⁴, mas ao mesmo tempo, acarretam uma série de questionamentos quanto à propaganda formada sob os produtos derivados de indústrias.

As condições impostas pelos tratados internacionais com respeito ao manejo dos recursos naturais é resultado, segundo Shiva (1995) citada por LASCHEFSKI (2010), da globalização das questões ambientais que estaria inviabilizando as preocupações ambientais múltiplas dos movimentos grassroot⁵. Dessa forma, as grandes proporções dadas aos problemas ambientais tratadas de forma global na verdade é uma maneira de achar outros responsáveis pelo problema,

Ao invés de responsabilizar o Banco e as empresas pelos danos ambientais causados por eles e pelo desaparecimento de comunidades rurais com modos de vida mais adequados ao meio ambiente, o problema foi tratado como recurso global (LASCHEFSKI, 2010, p. 71).

Portanto, os impactos das mudanças climáticas, apesar de atingir a todos, recaem primeiramente sob aqueles com menores condições e que muitas vezes têm melhor conhecimento sobre o bom manejo dos recursos naturais. Como citado anteriormente, o problema tem sido tratado de forma global, e assim vem ganhando destaque no debate internacional, com inúmeras conferências realizadas com os principais governos mundiais.

O Protocolo de Kyoto merece ser analisado detalhadamente devido à sua relevância no que diz respeito à tentativa de conter as emissões de gases à atmosfera e assim repensar a conjuntura dos impactos causados pelos processos industriais. Este protocolo estabeleceu projetos que visam alcançar o equilíbrio às concentrações de gases no intuito de conter as emissões em um nível sustentável reduzindo assim a interferência no clima. Como o protocolo é um acordo internacional (ARAUJO, 2008) isso significa que o Protocolo compartilha preocupações e princípios dispostos na Convenção do Clima com complexidade situada nos requisitos de controle das emissões.

⁴ O desenvolvimento sustentável é, de forma geral, definido como aquele [desenvolvimento] que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras, de atenderem às suas próprias necessidades (Relatório Brundtland, 1987).

⁵ Expressão dada a um grupo de pessoas com objetivos em comum, dispostos a dar visibilidade a suas causas através de passeatas, manifestações, etc.

Os compromissos e metas assumidos entre 189 países em somar esforços para contenção dos GEE's induz à mudanças no processo produtivo, pois as empresas terão que investir em mecanismos de contenção da poluição para que não tenha perda na eficiência e na qualidade do produto. Para isso o protocolo prevê três medidas para os países cumprirem suas metas: o primeiro prevê parcerias institucionais de responsabilidade social na criação de projetos ambientais; o segundo se refere à compra e venda dos créditos de carbono; e por fim os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo foram outra medida adotada pelo Protocolo, onde requer também uma atenção especial devido ser um recurso de compensação utilizando novas tecnologias na tentativa de melhorar a qualidade de vida e manter um ambiente sustentável permitindo a participação dos países em desenvolvimento.

Conforme o parágrafo 1, do artigo 12 do Protocolo de Kyoto, fica definido um mecanismo de desenvolvimento limpo. Segundo o protocolo,

o objetivo do mecanismo de desenvolvimento limpo deve ser assistir às Partes não incluídas no Anexo I para que atinjam o desenvolvimento sustentável e contribuam para o objetivo final da Convenção, e assistir às Partes incluídas no Anexo I para que cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Artigo 3 (MCT- Ministério das Ciências e Tecnologias, Protocolo de Kyoto, 1997).

O carbono tornou-se então moeda de troca e uma alternativa viável para os países em desenvolvimento, já que os países que não tinham o compromisso em reduzir as emissões poderiam vender seus créditos, dessa forma o setor industrial não precisa alterar seu quadro de produção, muito menos reduzir suas taxas de poluição, apenas comprem o que os outros países deixaram de poluir. O grande questionamento dessa medida é se realmente essa atitude tem contribuído para a mitigação das variações climáticas, visto que apenas há uma compensação dos problemas ambientais de um lugar (nesse caso dos países desenvolvidos) pela não poluição dos países em desenvolvimento.

Para Laschefski (2005, p. 245), os mecanismos de desenvolvimento limpo

abre a possibilidade para empresas, corporações ou governos de países industrializados investirem em projetos nos países em desenvolvimento, contribuindo assim, para a redução de CO₂ na atmosfera. Os investidores recebem CER's que são contabilizados como crédito no balanço total das suas metas de emissão acordadas no protocolo de Kyoto.

A preocupação das comunidades em áreas de plantio de eucalipto é justamente quanto ao aumento dessas áreas devido aos novos incentivos proporcionados ao setor, o que só acarretaria mais prejuízos às populações que convivem diariamente com os problemas causados por ele.

O caso Plantar na comunidade de São José do Buriti, Felixlândia/MG

Minas Gerais possui 1.400,000 ha de plantios florestais com eucalyptus em 2010, o Estado com a maior área e distribuição de plantios (ABRAF, 2011). A Plantar é uma das empresas de maior importância para o setor, e tem atuado em diversos empreendimentos no Estado, com unidades de serviços em 16 municípios mineiros, sendo a primeira siderúrgica produtora de ferro gusa não integrada no Brasil a ter seu sistema de gestão certificado de acordo com as normas da ISO 14000, e utiliza apenas o carvão vegetal como matéria-prima termorreductora na produção do ferro gusa³.

O ferro-gusa verde é a marca registrada da Empresa Plantar, mas atualmente seu projeto mais reconhecido é o de Mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal, resultado do investimento da empresa em tecnologias limpa através das unidades de carbonização distribuídas na região de Curvelo, Felixlândia e Morada Nova. Um novo momento para o setor florestal que tem se utilizado dessas novas estratégias para obtenção de maiores lucros sob suas plantações.

A empresa se destaca nesse cenário por ser uma das principais de cerca de 200 empresas em Minas Gerais que exploram o plantio do eucalipto e pioneira quanto à captação de recursos junto ao Fundo Protótipo de Carbono (PCF), administrado pelo Banco Mundial, a geração e venda de créditos de carbono.

Um dos motivos alegados era que ela teria direito a estes créditos a partir da fixação de carbono em 23.100 hectares de novos plantios da monocultura de eucalipto nos municípios de Felixlândia e Morada Nova. O Fundo PCF recebe doações de vários países de empresas poluidoras como da Holanda, Bélgica, Noruega e Inglaterra, a partir do interesse destes países neste tipo de projeto, viabilizado pelo Protocolo de Kyoto.

O projeto iniciou suas operações em 01 de julho de 2004 e presume-se que estará em operação por pelo menos 21 anos. Segundo o Jornal hoje em dia de 22 de setembro de 2010, a Plantar Carbon negociou com o BIRD a aquisição de 1,5 milhões de toneladas de CO₂ por US\$ 5 milhões. O projeto aprovado é para uma área plantada de 11 mil ha.

Apesar de ser considerado pela classe empresarial um grande projeto no processo de compensação de emissões de gases carbono, este é também alvo de grandes críticas. Diversas ONG's e as próprias comunidades onde o projeto é executado veem denunciando as irresponsabilidades e inadimplemento que começam desde sua aprovação e processo de validação.

As primeiras críticas são feitas, primeiramente quanto ao critério onde se deve ouvir os comentários das partes interessadas locais e ONG's do município. Segundo o relatório de validação a entidade de projeto convidou as partes interessadas locais para comentários em duas fases. A primeira, feita em outubro de 2001, cuja lista das partes interessadas contactadas consta do DCP, mas nenhum comentário foi recebido. Na segunda etapa, em dezembro de 2006, um número maior de partes interessadas foi contactado com cartas-convite para comentários e envelopes selados. As cartas recebidas foram apresentadas à equipe de validação durante a visita ao local, todos de natureza positiva. Essas informações contradizem com os relatos dos entrevistados. Segundo eles houve realmente essas reuniões, mas nada do que foi abordado por eles foram considerados no relatório. Essa é apenas uma de tantas outras irregularidades citadas pelos moradores de São José do Buriti.

São José do Buriti, a localidade estudada nesse momento, está localizada no município de Felixlândia, na região central do estado de Minas Gerais. Possui atualmente uma população de 14.121 habitantes e tem sua economia baseada na agricultura, pecuária, extração de pedra ardósia, monocultura de eucalipto

além do comércio local. A região contempla diferentes ecossistemas do estado, desde cerrados a recortes da mata atlântica, dividindo espaço também com montanhas e planaltos (IBGE, 2010).

A região de Curvelo, Felixlândia e Morada Nova tiveram ainda maior importância e visibilidade econômicas, principalmente, a partir do momento em que fizeram parte do local de atividades e implementação das unidades de carbonização do projeto de MDL da Plantar.

Através das análises feitas em campo, observa-se que a comunidade vem passando por grandes transformações em sua estrutura econômica, social e ambiental, influenciadas por diversos empreendimentos instalados na região. No primeiro momento a região era cercada por grandes fazendas, algumas já com iluminação tocada por moinhos, criações de gado, produção de arroz e algodão, cana de açúcar para fabricação de rapadura. A plantação de mandioca era a produção local mais forte.

A partir de 1923, quando começaram a dar início as obras e, sobretudo, após 1962, com a construção da barragem de Três Marias, vieram também os cercamentos. O município passa, então, por uma nova dinâmica territorial. As relações entre trabalhadores e fazendeiros mudam, destituindo o sistema de agregados, fazendo com que esses trabalhadores se tornassem assalariados. Além de todos os impactos sabidos de uma barragem, a represa afetou o processo reprodutivo de várias espécies de peixes, principalmente o Curimatá-pacu, afetando, conseqüentemente, a renda familiar de diversos pescadores, comprometendo também, a alimentação dos moradores locais.

Na mesma década em 1966 o empresário Azevedo Antunes se associa a um outro empresário norte americano na criação da Veragro – Veredas de Minas Agropecuária S.A, a empresa comprou grandes quantidades de terras no município e empregou muitos trabalhadores durante anos. Além da criação de gado, a empresa produzia principalmente mandioca, tudo indica que essa produção já era para abastecimento da usina de álcool que anos mais tarde seria inaugurada em Curvelo em 1973 que fazia parte do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). De acordo com Motoyama (2004) a Petrobrás foi a responsável pelos investimentos na produção do álcool de mandioca, desenvolvido pelo Instituto Nacional de tecnologia (INT). A usina de Curvelo foi pioneira nessa

produção chegando a processar 150 toneladas de mandioca por dia.

Com a crise do petróleo e o fracasso do Proálcool, a usina de Curvelo fechou e a Veragro pouco tempo depois decretou falência, dando início ao outro momento que data a partir de 1976 quando começaram as primeiras plantações de eucalipto na região. A Manesman foi a primeira empresa a comprar terras para suas plantações. A Ical chegou logo em seguida e por último a Plantar que comprou primeiramente as terras da Veragro em 2000.

Notamos assim, três principais momentos que contribuiu para esse processo de transformação local. As figuras abaixo representam esses momentos. Para entendermos melhor o histórico de São José do Buriti, convidamos alguns moradores, entre jovens e idosos, para nos ajudar a retratar melhor o local através de desenhos simbolizando um mapa da região. Através dessas imagens eles puderam detalhar melhor como era a comunidade e como estar hoje. Como não há um histórico oficial sobre o distrito especificamente, buscamos por meio dessa técnica resgatar a história desse lugar através da memória dos moradores mais antigos ⁶, exprimida em relatos de vida e experiências.



Figura 1: São José do Buriti antes da monocultura do eucalipto.

Fonte: Ilustração feita por moradores da comunidade, 2010.

⁶ Foram convidados 5 moradores locais. As idades variam de 86 a 18 anos entre homens e mulheres.



Figura 2: São José do Buriti após a monocultura do eucalipto.

Fonte: Ilustração feita por moradores da comunidade, 2010.

Como podemos observar através das figuras 1 e 2 várias foram as modificações de ordem econômica, ambientais e principalmente sociais. São José do Buriti faz parte de um universo rural rico em tradições e simbolismo. A população desse distrito possui forte ligação com o território, o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (HAESBAERT, 2006, p.35).

Após a chegada dessas empresas, o distrito de São José do Buriti sofreu fortes mudanças em todos os sentidos. As primeiras demonstrações foram os impactos causados com a falta d'água, as nascentes dos córregos do Buriti e do Riacho Fundo secaram, coisa que nunca tinha acontecido de acordo com os moradores. Foram feitas denúncias em que constataram que o eucalipto estava plantado a apenas 18 metros da nascente. Após a visita de uma comissão parlamentar, formada por cinco deputados liderados pelo Padre João (do Partido dos Trabalhadores- PT) a empresa foi obrigada a recuar 100 metros das nascentes.

A falta d'água afetou diretamente vários moradores, o governo federal chegou a furar alguns poços e a Plantar deu as caixas d'águas e assumiu o compromisso de abastecê-las, o que não vem sendo cumprido segundo os – beneficiários. Esse fator, junto à proximidade das plantações às casas dos moradores foram os primeiros motivos de denúncias. Constantemente as casas das pessoas estavam sendo invadidas por cobras e outros bichos, efeitos também da mudança na cadeia alimentar da fauna local.

Foi encontrado um grande número de emas mortas dentro das plantações, o que levou a empresa adotar um projeto chamado – Ame a Ema – para que se evitasse a extinção da espécie. Biólogos e outros pesquisadores participam ativamente desse projeto para que a Ema não entre em extinção na região.

Se eles não tivessem plantado eucalipto, não precisava de ter esse projeto né, porque se hoje a ema está em risco de extinção é por causa deles mesmo. Aí o que mais agente via era ema nos matos, hoje não se vê mais nada, só um monte morta que agente via toda hora aí, não tem mais o que elas comer né, por isso os outros bichos estão entrando nas casas dos outros, era a ema que comia cobra e tudo mais (E3, morador de SJB, 83 anos).

Além desses problemas, o uso dos agrotóxicos nas plantações, tem afetado as pequenas criações de gado da vizinhança. Inúmeras vezes já foram encontrados animais mortos por envenenamento, até mesmo peixes. E o problema mais recente tem sido o incômodo da fumaça advindas dos 720 novos fornos construídos no local por duas empresas (Fergubrás e Gargéu), ambas terceirizadas da Plantar. Essas empresas começaram a atuar na região a pouco mais de quatro meses, arrendaram 40 ha de terras, nesse tempo já levantaram 720 fornos já em funcionamento, segundo o gerente de carvoejamento da empresa tem previsão de serem construídos mais 480, para utilização em um período de sete anos.

A comunidade encontra-se atualmente em um quadro onde os moradores não são ouvidos, e a idéia de território passa a não ter o mesmo significado visto o valor mercadológico inserido sobre ele, o território está associado a idéia de poder, nesse caso ao poder público, estatal e das grandes empresas □que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando

as fronteiras políticas (ANDRADE, 2004, p.19), e todos os processos de reprodução social local.

Através desse histórico local percebemos o quanto os interesses econômicos continuam prevalecendo sob o discurso sustentável. Todos os processos citados levam a um outro, de desterritorialização que como Haesbaert (2006) afirma, “muito mais do que representar a extinção do território, relaciona-se com uma recusa em reconhecer ou uma dificuldade em definir o novo tipo de território, muito mais múltiplo e descontínuo, que está surgindo” (p.143). A substituição de culturas tradicionais por monoculturas só contestam o grau de selvageria do capitalismo no que diz respeito à produção e consumo que não aceitam uma outra lógica contrária à da acumulação e do lucro

Considerações finais

O presente estudo fundamentou-se nas análises dos projetos e alternativas utilizados pelo complexo industrial silvicultor no estado de Minas Gerais determinadas por duas dinâmicas de expansão das plantações de eucalipto. Apresentado no primeiro momento pela produção de carvão vegetal para abastecimento das siderurgias e posteriormente a expansão das plantações visando atender aos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL.

Questões historicamente construídas em torno do excesso e abuso quanto ao manejo dos recursos naturais resultaram no necessário quadro de retrocesso às expectativas de crescimento econômico, principalmente por parte dos maiores poluidores do mundo. Os discursos climáticos de proporção global têm beneficiado um grupo seleto de organizações e empreendimentos que imbuídos pelo – discurso verde tem se aproveitado das crises e catástrofes ambientais e se rotulado como salvadores do planeta. O grande questionamento é se realmente o clima, e principalmente as pessoas que estão sendo afetadas diretamente pelas irresponsabilidades e agressões ao meio ambiente, tem sido beneficiados com as possíveis soluções apresentadas até momento.

É sabido que questões ligadas ao meio ambiente sempre estiveram subordinadas a outras questões, principalmente no que diz respeito às decisões econômicas. No entanto, as questões ligadas ao meio ambiente tomaram

proporções tão gigantescas que ficou insustentável não tratar sobre o assunto e dar a devida importância para o tema visto tamanha degradação causada por décadas de desrespeito aos limites impostos pela natureza e degradação dos recursos naturais. O crescimento econômico contribuiu, portanto para o estabelecimento da crise ecológica atual.

Dessa maneira, percebemos o quanto a temática é complexa, tendo em vista principalmente esse sistema de compensação global de poluição através de sumidouros originados de plantações de eucalipto, já observados todos os impactos de uma monocultura, onde ultrapassam as barreiras do local. A questão analisada é que o sistema de compensação através de tecnologias limpas não tem sido eficientes para conter o nível de emissões de gases poluentes lançado na atmosfera, visto as últimas estatísticas. O Relatório do Instituto Carbono Brasil – afirma que a liberação de GEEs na atmosfera atingiu 33 bilhões de toneladas no ano passado e destaca que o Protocolo de Kyoto corre o risco de ser considerado ineficaz por não limitar as emissões das nações emergentes (LIPINSKI,2011). Ainda de acordo com o relatório o estudo do JRC, intitulado Tendências de longo prazo nas emissões globais de CO₂, aponta que a emissão de gases do efeito estufa (GEEs) cresceu 45% entre 1990 e 2010.

O que observamos é um jogo de interesses econômicos maior disfarçados pelo discurso ambiental e do bem estar coletivo que ultrapassam as barreiras do sócio-ambiental em detrimento das relações capitalistas.

As pesadas críticas a esses projetos denunciadas durante anos por vários movimentos sociais e ONG's ambientais parecem não ter tido as devidas considerações, pois até o momento desde 2005, mais de 300 projetos de MDL foram implementadas no Brasil ⁷. É importante atentarmos para as estatísticas das atividades dos projetos no âmbito do MDL, divulgado periodicamente no site do UNFCCC. Até 2008 foram codificados segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia 3.471 projetos, sendo 1071 já registrados pelo Conselho.

Não estamos aqui desconsiderando os investimentos e estudos em alternativas para uma tecnologia mais limpa que contribua para o meio ambiente, o que chamamos atenção é para as falhas nas implementações desses projetos, que

⁷ Dados retirados do Encontro- O papel da Sociedade civil em Projetos de Mitigação das Alterações Climáticas – realizado em Brasília nos dias 26 e 27 de outubro.

começam desde suas certificações, até a falta de transparência no cumprimento dos critérios estabelecidos e o desrespeito às sugestões e opiniões das comunidades diretamente envolvidas no processo, que continuam sendo ignorados.

Percebemos com isso que apesar das críticas ao setor, dos inúmeros estudos e denúncias, nenhuma solução tem sido tomada por parte desses órgãos. Compartilhamos com Muneiro e Oliveira (2007, p.12) que os conflitos continuam a esbarrar na questão capital/trabalho na medida em que o apelo ao discurso verde é a qualidade de vida que aparece como entrave nos modos de produção, mas tais discursos estão sendo proferidos justificando toda e qualquer prática dessas empresas.

Dessa maneira, todos os impactos gerados no decorrer desses anos e os discursos instituídos e autorizados pelas leis e financiamentos não se justificam ao analisar os resultados finais dos investimentos. Segundo Vieira Júnior (2007, p.05),

para dominar a natureza nos apropriamos do discurso ecológico ou “verde”. Modelos científicos que esvaziam a percepção humana e a produção da existência para a vida. A dimensão do homem com seu meio, do homem-natureza como parte indissociável da natureza material, desaparecendo como sentido na sociedade contemporânea invalidada pelos artifícios mediadores do conhecimento científico.

Ao propagar o discurso verde, a prática empresarial capitalista criou uma nova maneira de continuar explorando os recursos naturais, aliando o modelo econômico ao campo da – preservação ambiental. Essa iniciativa agrega ainda mais valor aos seus produtos, endossando, conseqüentemente, o acúmulo dos lucros através do marketing ambiental proferido. O apoio do Estado ao ciclo de evolução desses projetos tem sido decisivo.

A legislação ambiental, apesar de ser instrumento de regulação no manejo dos recursos naturais e conflitos existentes, através de programas de fomento, tem privilegiado os grandes projetos agropecuários e silvicultores, desde a formulação das leis à sua aplicabilidade, em detrimento do manejo tradicional de agricultores que tentam resistir às transformações da agricultura moderna.

Apesar da relevância que o setor traz a economia do país, por ter em sua base a exportação, as plantações de eucalipto, tanto as certificadas quanto as que não possuem tais credenciais, sempre estiveram ligadas a um contexto de deterioração dos recursos naturais e êxodo rural, sendo um dos principais responsáveis pela destruição da biodiversidade existente nos diversos biomas, evidenciada pelos inúmeros conflitos denunciados por ONG's, movimentos sociais, sindicatos etc.

Mudaram-se os discursos, mas na prática pouca coisa se avançou. Apesar das discussões ter tomado proporções globais, o que ressaltamos é que os espaços e territórios manejados pelas populações, principalmente com base na agricultura familiar, tem se tornado um grande laboratório subordinado a técnicas e métodos que em nada contribuem com a melhoria da qualidade de vida dessas populações que vivem na contra-força da lógica capitalista.

Referências

ANAYA, Felisa; BARBOSA, Rômulo S; SAMPAIO, Cristina. **Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca Mineira**. Unimontes Científica, Revista da Universidade Estadual de Montes Claros /Universidade Estadual de Montes Claros. – v 8, n. 1, jan/jun. 2006 – Montes Claros: UNIMONTES, 2006.

ARAUJO, Antônio Carlos Porto de. **Como Comercializar Créditos de Carbono**. São Paulo, SP, Trevisan Editora Universitária, 6º ed., 2008.

BIANCHI, Patricia Nunes Lima. **Meio Ambiente: Certificações ambientais e comércio internacional**. Curitiba,PA: Juruá Ed., 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. 2008. Disponível em:www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr. Acesso em:17 de julho de 2010.

CONSENZA, Rita Araújo. **Das Matas à Vila: mudanças no processo de trabalho e formação do assalariado florestal**. Um estudo de caso em Baixa Verde, Minas gerais. Dissertação (Mestrado), apresentado ao CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2005.

GONÇALVES, Múcio Tosta . **Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais**. Tese (Doutorado), apresentada ao CPDA-UFRRJ: Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. Censo Demográfico 2010 - **Resultados do universo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> Acesso em: outubro de 2011.

VIEIRA JUNIOR, Itamar Rangel. **O discurso “VERDE”: produzindo espaço, vendendo paisagem**. 2007. Disponível em: www.geoambiente.ufba.br/seminário/trab_Itamar.pdf, acesso dia 10 de janeiro de 2012.

LASCHEFSKI, Klemens. **Agrocombustíveis: a caminho de um novo imperialismo ecológico**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte, MG, Ed. UFMG, 2010.

LASCHEFSKI, Klemens. **O comércio de carbono, as plantações de eucalipto e a sustentabilidade das políticas públicas: uma análise geográfica**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (org.). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, MG, Autêntica, 2005.

LIPINSKI, Jéssica. **Mercado de Carbono**. Disponível em: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/?item=78&id=728038>. Acesso em fevereiro de 2012.

OLIVEIRA, Maria Diana de. **A reprodução do espaço e a prática “política” do movimento ambientalista**: um estudo a partir da Associação Mineira de Defesa do Ambiente. Belo Horizonte: IGC – UFMG, 2007, 286 p.

PINTO, João Roberto Lopes. **BNDES tem discurso verde e práticas cinza**. Entrevista especial com João Roberto Lopes Pinto. Revista IHU- Instituto Humanitas Unisinos- Revista On line disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500500-bndes-tem-discurso-verde-e-pratica-cinza-entrevista-especial-com-joao-roberto-lobes-pinto>. Acesso em: 20 jan. de 2011.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Da –largueza– ao –cercamento–. **Um balanço dos programas de desenvolvimento do cerrado**. In: ZHOURI, Andréa (Org). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Fórum Social Temático**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2012/01/25/forum-social-tematico-boaventura-sousa-santos-defende-que-debate-avance-alem-da-ideia-de-economia-verde/>. Acesso fevereiro de 2012.

Recebido para publicação em março de 2014
Aceito para publicação em junho de 2014

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SERTÃO DAS GERAIS: DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VARZELÂNDIA/MG¹

FERREIRA, Adnéya Cristine de Souza²
adneyacristine@yahoo.com.br
AFONSO, Priscilla Caires Santana³
priscillacaires@yahoo.com.br

Resumo: Entendemos ser a educação ambiental um instrumento de mudança de atitudes e de formação de cidadãos críticos. O Projeto Educadores Ambientais no Sertão das Gerais tem como finalidade formar educadores ambientais multiplicadores em escolas municipais da microrregião de Montes Claros, mais especificamente nas escolas de Varzelândia, Patis, Juramento e Mirabela/MG. O primeiro município atendido pelo projeto é Varzelândia, onde foi realizado um diagnóstico sobre o município com o intuito de analisar os impactos ambientais que assolam a comunidade local. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é relatar os resultados do diagnóstico socioambiental realizado durante o segundo semestre do ano de 2010. Utilizamos uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, entrevistas com diretores, supervisores e professores das escolas envolvidas, além de trabalhos de campo. Pudemos perceber que Varzelândia apresenta indicadores positivos como o desenvolvimento do comércio e do setor agrícola, crescimento demográfico, relativa autonomia do setor de saúde e educação. Entretanto, tem

1 Esse trabalho é produto do Projeto de Extensão Educadores Ambientais no Sertão das Gerais – Unimontes/ Departamento de Geociências, que teve como parceira a prefeitura de Varzelândia/MG.

2 Acadêmica do Curso de Geografia da Unimontes.

3 Professora do Departamento de Geociências da Unimontes. Mestre em Geografia. Doutoranda em Geografia UFU.

uma economia relativamente dependente do Estado (Fundo de Participação dos Municípios) e conta com um dos piores indicadores no tocante ao esgotamento sanitário. As ações de educação ambiental têm como característica promover uma melhora das condições de vida com ações simples, que não resolverão todos os percalços diagnosticados, mas impactarão de forma positiva na comunidade local.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Varzelândia/MG. Norte de Minas. Escolas Municipais.

SERTÃO OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN GENERAL: ENVIRONMENTAL AND SOCIAL DIAGNOSIS OF MUNICIPAL SCHOOLS VARZELÂNDIA / MG

Abstract: We understand that an environmental education tool for changing attitudes and training of critical citizens. The Draft Environmental Educators in the Hinterland of General aims to train teachers in municipal schools environmental multipliers of the microregion of Montes Claros, specifically in schools Varzelândia, Patiala, Oath and Mirabela / MG. The first municipality served by the project is Varzelândia, where a diagnosis was made on the municipality in order to analyze the environmental impacts that plague the local community. In this sense, the objective of this study is to report the results of socio-environmental diagnosis during the second half of 2010. We use a methodology based on literature review, interviews with directors, supervisors and teachers of the schools involved, and field work. We could notice that Varzelândia shows positive indicators such as the development of trade and agriculture, population growth, the relative autonomy of the health sector and education. However, it has an economy dependent on the state (Municipalities Participation Fund) and has one of the worst indicators with regard to sanitation. The environmental education are characterized by promoting improved living conditions with simple actions that will not solve all mishaps diagnosed, but will impact positively on the local community.

Keywords: Environmental Education. Varzelândia MG. Norte de Minas. Municipal Schools.

Introdução

O desenvolvimento do Projeto Educadores Ambientais no Sertão das Gerais nos municípios de Varzelândia, Patis, Mirabela e Juramento vêm de encontro à necessidade de trabalhos ligados à Educação Ambiental nesses municípios. No segundo semestre do ano de 2010, os trabalhos foram direcionados para o município de Varzelândia/MG, com o intuito de realizar um diagnóstico socioambiental sobre o município que permitirá que as ações sejam direcionadas aos problemas vivenciados nessas comunidades.

Para tanto, o levantamento e análise de dados secundários foram fundamentais. A partir da análise desses dados, aliados aos trabalhos de campo e entrevistas com diretores, supervisores e professores das escolas municipais envolvidas, tornou-se possível o planejamento das atividades a serem implementadas no semestre posterior com os professores multiplicadores e aplicação das mesmas envolvendo então a comunidade escolar.

Nesse sentido, esse artigo tem o objetivo de relatar o diagnóstico realizado no segundo semestre de 2010, que embasou o planejamento de ações de educação ambiental nas escolas municipais de Varzelândia, localizada no norte de Minas Gerais.

Acreditamos que se adequando à realidade de cada lugar, com foco na relação entre a sociedade e a natureza alcançaremos uma realidade onde os grupos sociais exerçam seu papel de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

O processo de pensar as atividades adequadas para cada lugar inicia-se com a investigação. Iremos expor a seguir o resultado de nossa pesquisa.

O município de Varzelândia no Norte de Minas Gerais: uma caracterização socioambiental

O povoamento do território norte mineiro teve início na segunda metade do século XVII com a agropecuária e a mineração. A importância dessas atividades para a região é retratada historicamente em diversos trabalhos como em Afonso e Pereira (2009) que afirmam que as características físicas aliadas à grande disponibilidade de terras foram observadas pelos colonizadores para

implementação das mesmas.

Dentre as características físicas podemos destacar a vegetação de transição cerrado-caatinga, o clima tropical AW (úmido de savanas com inverno seco), a grande quantidade de rios intermitentes (apesar de haver importantes bacias hidrográficas como a do São Francisco, Pardo e Jequitinhonha); que impediram que o modelo colonizador do litoral adentrasse a região, mas proporcionou a inserção da pecuária ultra-extensiva em campo aberto (ANDRADE, p. 142, 1982). Vinculada a essa atividade, surge à agricultura camponesa de excedente, o cerne da agricultura familiar do norte de Minas (AFONSO E PEREIRA, 2009, p. 03-04).

A atividade mineradora teve menor influência na região em comparação com a agropecuária, mas foi responsável pelo surgimento de alguns municípios como Jequitai, Grão Mogol, Itacambira, localizados ao longo das margens do rio São Francisco. Outras surgiram em razão da economia do gado como São Romão, Januária, Itacarambi, Manga, São Francisco e Varzelândia.

O município de Varzelândia, objeto de nosso estudo, surge com a vinda de várias famílias para a região de Boa Vista que constituíram o então povoado nomeado de Várzea.

Em 1955, através de uma luta política partidária dos moradores, o povoado foi dado como distrito do município de São João da Ponte, agora com nome de Varzelândia. Com o passar do tempo, a sede do distrito cresceu graças à economia vinculada à criação de gado bovino e à cultura de algodão. Somente em 03 de março de 1962, Varzelândia se emancipa do município de São João da Ponte, sendo elevada à categoria de cidade.

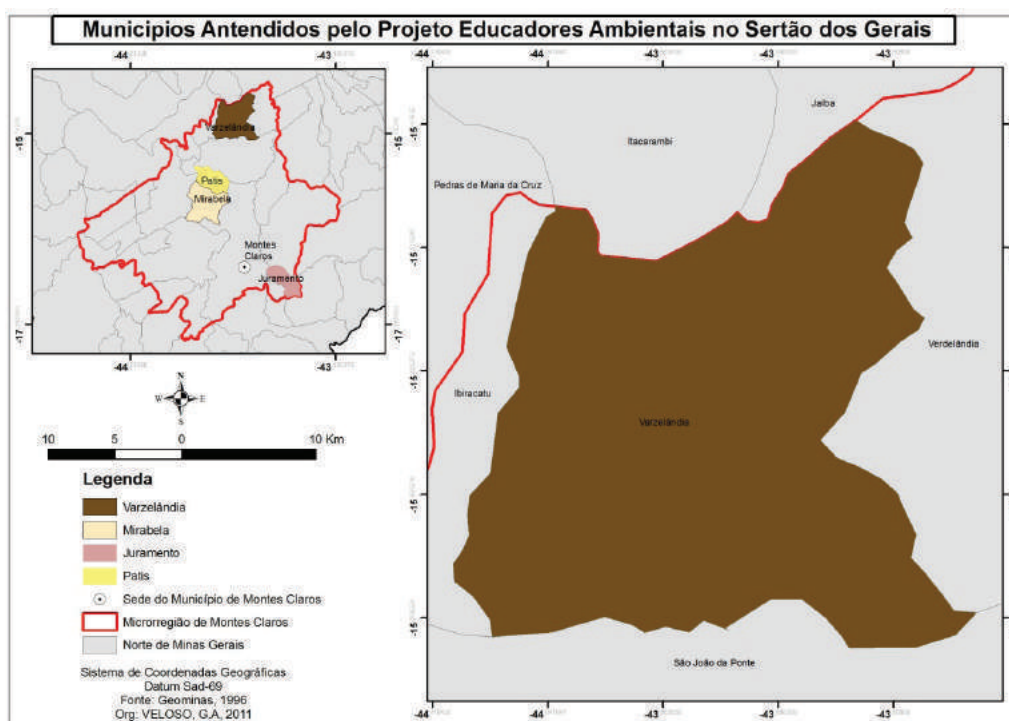
A década de 1960, conta com outros acontecimentos importantes no Norte de Minas como a chegada da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1965 à região. Mais uma vez, os aspectos físicos regionais serviram como parâmetro para incluí-la na região de atuação da superintendência e no polígono das secas.

A atuação da SUDENE representou a criação de uma infraestrutura regional (apesar de já haver energia elétrica, algumas escolas e rodovias anteriormente), que mudou sobremaneira a forma de organização espacial (PEREIRA, 2007).

Para Rodrigues (2000, p. 124-125), a SUDENE implementa uma política pautada em quatro eixos principais, a saber: “a) grandes projetos agropecuários; b) industrialização; c) reflorestamento; e d) projetos de irrigação”.

Ainda segundo a autora, os projetos agropecuários foram concentrados em Janaúba, Buritizeiro e Varzelândia; os industriais, em Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma, Bocaiúva e Capitão Enéias; os de reflorestamento com maior dispersão espacial.

O município de Varzelândia (MAPA 1), desde a chegada da SUDENE experimenta um “desenvolvimento” que se inicia com os já citados projetos agropecuários e a implantação de áreas de reflorestamento de eucalipto, além do carvoejamento, atividade comum na região norte mineira.



Mapa 1: Municípios atendidos pelo Projeto Educadores Ambientais no Sertão das Gerais – em destaque o município de Varzelândia/MG.

Todas essas atividades são altamente predatórias ao meio ambiente e do ponto de vista regional, serviu também para intensificar as desigualdades sociais. Diversos estudiosos do tema como Rodrigues (2000), Afonso e Pereira (2009) e Luz (2000), argumentam que os projetos desenvolvidos pelo Estado na região geraram uma grande massa de excluídos e aumentou a concentração de terras e renda.

Na atualidade (2011), os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apontam para poucas mudanças nesse quadro. A economia de Varzelândia ainda é baseada na agricultura, pecuária de corte e extração vegetal.

No tocante à agricultura, as lavouras permanentes contam com uma produção mais significativa, destaque para a banana e a laranja. As produções de alho, amendoim, cana-de-açúcar, feijão, fava, arroz, mandioca, melancia, milho e sorgo, são produtos classificados como lavouras temporárias, mas que também são importantes para a economia do município (TABELA 1).

Tabela 1: Lavoura permanente e temporária em Varzelândia - 2009

Lavoura permanente		
	Tonelada (s)	Área plantada (hectares)
Banana	243	18
Laranja	80	8
Lavoura temporária		
Alho	24	6
Amendoim (em casca)	26	15
Arroz (em casca)	58	32
Cana-de-açúcar	19 500	650
Fava (em grão)	90	180
Feijão (em grão)	483	730
Mandioca	6 750	450
Melancia	16	4
Milho (em grão)	960	800
Sorgo (em grão)	12	8

Fonte: IBGE, 2009.

Org.: FERREIRA, A. C. S, 2011.

Quanto à extração vegetal (TABELA 2), essa é a atividade responsável pela produção de carvão, lenha, madeira em tora e pequi, sendo esse último também comercializados na forma *in natura* ou em óleo.

Tabela 2: Extração vegetal em Varzelândia - 2009

Madeiras (Carvão vegetal)	648 toneladas
Madeiras (Lenha)	9 954 m ³
Madeiras (em tora)	50 m ³
Oleaginosos (Pequi, amêndoa)	55 toneladas

Fonte: IBGE, 2009. Org.: FERREIRA, A. C. S, 2011

A pecuária possui um número considerável de rebanhos, sendo que em sua maioria estão os bovinos, destinados ao corte a produção de leite (TABELA 3).

Tabela 3: A produção da pecuária em Varzelândia - 2009

TIPO	QUANTIDADE POR CABEÇAS
Bovinos	32 693
Equinos	1 942
Asininos	236
Muare	280
Suínos	3 574
Caprinos	417
Ovinos	211
Galos, frangas, frangos e pintos	20 716
Galinhas	18 101
Vacas ordenhadas	3 058

Fonte: IBGE, 2009.

Org.: FERREIRA, A. C. S, 2011.

Entretanto, para estudar o espaço varzelandense em sua plenitude, outros indicadores econômicos e sociais precisam ser levados em consideração. Para tanto, usaremos como base os estudos de Pereira (2007) que pesquisa em sua obra os pequenos municípios da região Norte de Minas. Tomaremos como base a metodologia utilizada pela pesquisadora, onde os municípios são estudados de acordo com sua posição na estrutura urbana e a partir dessa, ela sugere uma classificação em dois grupos: aqueles que representam um maior dinamismo econômico e social e outro constituído por aglomerados estagnados e com forte dependência do setor público. Para essa análise, a referida autora levou em consideração o crescimento demográfico, dinâmica econômica, o papel do Estado, pontos de vitalidade e estagnação dos pequenos municípios.

Nessa perspectiva podemos analisar o município de Varzelândia com as seguintes características positivas: o comércio aquecido com a presença de supermercados, mercearias, açougues, lojas de roupas, calçados e móveis, postos de gasolina, locadoras de vídeo e Mercado Municipal para a comercialização da produção dos agricultores e artesãos locais. O setor de saúde com certa autonomia de Montes Claros (característica muito peculiar na região), a presença de várias escolas de educação básica e algumas faculdades virtuais e, um crescimento demográfico positivo.

No que se refere ao setor de saúde, esse como já citado anteriormente, tem certa autonomia do município de Montes Claros por oferecer procedimento de média complexidade. Possui um hospital e seis Unidades de Saúde (PESQUISA DIRETA, outubro/2010).

A área educacional, conta com escolas estaduais e municipais, sendo dez pré-escolas, 33 com ensino fundamental e 4 com ensino médio. Há uma Biblioteca Pública e outra informatizada na Escola Estadual Padre José Silveira. Conta ainda com cursos de faculdades de ensino à distância. As *houses* da cidade também ajudam no processo educacional, pois auxiliam os acadêmicos do ensino à distância (PESQUISA DIRETA, outubro/2010).

Do ponto de vista demográfico, existe um crescimento positivo de 1,37% de acordo com o IBGE, entre os anos de 1991-2000. O município possui atualmente um total de 19.116 habitantes, em uma área de 815 km², o que

equivale a uma densidade demográfica de 23,5 hab/km². Esses habitantes estão divididos em 9.765 homens e 9.351 mulheres, sendo que grande parte dessa população vive na zona rural. São 10.212 pessoas na área rural e 8.904 pessoas na área urbana.

Entretanto, a Prefeitura é apontada como a maior fonte empregadora do município, seguida da pecuária, do comércio e do reflorestamento. Os dados da Secretaria da Fazenda (2010) apontam que há um repasse para o município da ordem de R\$ 5.195.223,93 provenientes do Fundo de Participação dos Municípios de um total de R\$ 6.915.735,29 de repasse da União. Outro número considerável e que demonstra uma forte participação do Estado na economia local, é o número de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família do Ministério de Desenvolvimento Social (2010). Existe no município um total de 2.257 famílias atendidas pelo programa.

A dificuldade de emprego leva muitos trabalhadores, em especial da zona rural, à migração sazonal para a colheita do café na região do Triângulo e Sul de Minas Gerais. As famílias desses trabalhadores não deixam o município e ficam aguardando o retorno dos mesmos. Esse fenômeno é estudado pelos autores da migração regional, e intitula as esposas desses trabalhadores como “as viúvas da seca”, a exemplo do que acontece no Nordeste do país.

Outro dado relevante, diz respeito ao esgotamento sanitário. Segundo a Fundação João Pinheiro (2010), do total de domicílios (1.907), 6,4% (115 domicílios) contam com rede geral de esgoto, 12,6% (242) contam com fossas sépticas e outros 74% (1.412) outras formas de esgotamento, categoria que se traduz em “esgoto correndo a céu aberto”. Esse número garante ao município um dos piores desempenhos no Norte de Minas nesse indicador.

Quanto ao fornecimento de água, o município é atendido pelos serviços da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA que conta com 12.000 pontos de distribuição de água tratada e encanada (COPASA, maio de 2011). Toda a água que serve a zona rural e urbana é proveniente de poço artesiano, o que segundo os entrevistados, não garante uma água de boa qualidade e de sabor adequado sendo considerada salobra e de gosto ruim. Os moradores da zona rural consideram a água utilizada imprópria para as atividades domésticas e a dessedentação humana. A alternativa para esses é

buscar em longas distâncias água considerada de qualidade, mas que pode estar altamente contaminada devido ao esgoto das casas que passam perto das cacimbas⁴, córregos e rios que servem as proximidades, conforme pode ser percebido na Figura 1 e 2. Devemos analisar ainda, que os pontos de distribuição não atendem todo o município.



FIGURA 1: Esgoto correndo “à céu aberto” próximo às cacimbas em Campo Redondo.



FIGURA 2: cacimba na comunidade de Campo Redondo.

Por todos os indicadores expostos até aqui, podemos classificar Varzelândia como um pequeno município com maior dinamismo econômico e social, apesar dos aspectos negativos já discutidos. Isso não significa que os problemas de ordem social (e distribuição de renda) sejam menos graves do que no restante da região. Ajudar na perspectiva de melhoria desse quadro é o que pretende o projeto, como discutiremos a seguir.

Apresentação do Projeto Educadores Ambientais no Sertão-das Gerais às Escolas contempladas

Diante das discussões ligadas à Educação Ambiental, percebemos que há a necessidade de incorporá-la ao processo educacional. Os problemas de ordem sócio-ambientais discutidos até aqui reafirmam essa necessidade.

Segundo Medina e Santos (1999, p.25), “não se trata tão somente de ensinar sobre a natureza, mas de educar ‘para’ e ‘com’ a natureza; para compreender

⁴ Cacimba é o nome dado as escavações nos leitos de rios secos em busca de água pelo sertanejo da região Norte de Minas.

e agir corretamente ante os grandes problemas das relações do homem com o ambiente”. Logo, a Educação Ambiental - ED deve se desenvolver na prática cotidiana, preparando o aluno e o auxiliando no processo de construção do conhecimento. O objetivo desse processo é sensibilizar a sociedade, que deve modificar os antigos hábitos transformando-os em ações conscientes e corretas na dimensão social e ambiental. Para Guimarães (2005, p. 31-32),

No trabalho de conscientização é preciso estar claro que conscientizar não é simplesmente transmitir valores “verdes” do educador para o educando; essa é a lógica da educação “tradicional”; é, na verdade, possibilitar ao educando questionar criticamente os valores estabelecidos pela sociedade, assim como os valores do próprio educador. É permitir que o educando construa o conhecimento e critique valores com base em sua realidade, o que não significa um papel neutro do educador que negue os seus próprios valores em sua prática, mas que propicie ao educando confrontar criticamente diferentes valores em busca de uma síntese pessoal que refletirá em novas atitudes.

Partindo dessa análise, o Projeto realiza o trabalho em 6 escolas municipais de ensino fundamental (5 delas com sede na zona rural do município) de Varzelândia, a saber: - 1. Escola Municipal Horácio Pereira da Silva – em Santa Rita; 2. Escola Municipal Melquíades Francisco Borges – em Boqueirão; 3. Escola Municipal Possidônio Marques Lobato – em Tabocas; 4. Escola Municipal Luiz Ferreira da Silva – em Lagoa do Jóia; 5. Escola Municipal Simão da Costa Campos – em Lagoinha e 6. Escola Municipal Maria Geralda Ruas na sede do município. Farão parte das ações a realização de minicursos nas escolas, oficinas de reciclagem, hortas comunitárias, trilhas ecológicas com plantio de mudas, gincanas e uma feira de cultura que acontecerão de acordo com os apontamentos do diagnóstico de cada escola.

A intenção desse Projeto é formar educadores ambientais multiplicadores, construir conhecimento divulgando ações aparentemente simples, mas de impacto positivo na sociedade em questão, pois entendemos ser:

A escola é responsável pela realização do ensino formal, e é neste processo de ensino que focamos o desejo de

mudança, por meio de métodos que devem ser ativos, participantes, imbricados com a realidade e principalmente, de trabalho conjunto entre os docentes, discentes, direção, coordenação e apoio administrativo. A partir dessa coesão, será possível o desenvolvimento de uma postura ambiental séria, aliada à prática cidadã consciente. (TALAMONI e SAMPAIO, 2003, p.87)

Para identificar que ações seriam implementadas em cada escola, foram realizadas reuniões com professorespesquisadores, professoresmultiplicadores, supervisores, diretores e a secretária de educação, onde foram aplicados questionários, realizadas reuniões e a apresentação do projeto.

O levantamento feito em diferentes escolas em diferentes regiões do município permitiu analisar um pouco da situação vivenciada pelos moradores. Os professores relataram que são orientados a realizar trabalhos abordando o aspecto ambiental em aulas dialogadas e projetos, mas que não há sensibilização por parte da comunidade escolar até o momento. Atribuem em parte esse “fracasso” ao tipo de atividade realizada que não tem como característica a aplicabilidade na vida cotidiana. Entretanto, enfatizam que as questões ambientais na região preocupam e precisam ser corrigidas. Nesse sentido, Talamoni e Sampaio (2003, p. 21), atestam que

A questão ambiental tem se apresentado na forma de muitos problemas que afetam a vida do cidadão comum e a escola é chamada a dar sua contribuição na busca soluções para a crise ambiental, temos então, a educação ambiental na escola. Entretanto, é possível perceber que embora esta temática esteja presente nos currículos escolares, nem sempre se consegue uma mudança significativa de atitudes individuais e coletivas com relação ao ambiente.

Durante a realização das entrevistas nas escolas, foram diagnosticados diversos problemas sócio-ambientais enfrentados pela comunidade escolar. Em algumas comunidades os problemas passam pela falta d’água e o destino inadequado do lixo. Há relatos de que em certos períodos do ano, as escolas chegam a fechar suas portas devido à escassez de água até mesmo para o consumo dos alunos.

Diagnóstico das Escolas atendidas no contexto da Educação Ambiental

A partir de todos os pontos observados nas escolas contempladas pelo projeto, constatamos a necessidade de se trabalhar com maior afinco os diversos temas abordados na Educação Ambiental.

Na comunidade de Santa Rita está a Escola Municipal Horácio Pereira da Silva. Apesar de relativamente pequena, a escola é bem estruturada. Há cinco salas de aula, um bebedouro, cantina, secretaria e banheiros. Encontram-se matriculados atualmente 117 alunos, divididos em 70 no turno matutino e 47 no turno vespertino. Os 11 professores da instituição lecionam do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, e reclamam da pouca quantidade de livros didáticos. Os alunos que moram mais distante enfrentam dificuldades de acesso à escola, pois não há transporte escolar. O entorno da escola é bastante arborizado e o lixo do local é queimado, devido à ausência de coleta. Ao contrário do que acontece em outras comunidades, nesta não há escassez de água. A captação da água é feita em poço artesiano, esse só não abastece a comunidade quando apresenta algum problema em seus equipamentos. Apesar do pouco espaço disponível na escola; que faz fronteira com propriedades particulares e cujos donos não aceitam ceder uma área para construção de uma horta no local, esse pode ser aproveitado com a construção de uma horta, que embora pequena, pode auxiliar na merenda dos alunos.

A Escola Municipal Melquíades Francisco Borges, na comunidade de Boqueirão da Lagoa, possui quatro professores e atende a 47 alunos que estudam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. A área construída é pequena (FIGURA 3), com apenas duas salas de aula, dois banheiros, secretaria e cantina. A água é proveniente de poço artesiano e o lixo é destinado à queima. Já a área disponível para construção é ampla, pois não há hortas nem árvores no local, fator que favorece as pretensões do projeto na comunidade, que realizará o plantio de árvores, a criação da horta e oficinas de reciclagem voltadas para as crianças.

Ressaltamos aqui a importância da Educação Ambiental nesta escola, já que nunca houve projetos nesse âmbito. A própria comunidade escolar demonstra interesse em tais atividades e a consciência da importância da preservação de nascentes de rios da região.



FIGURA 3: Escola Municipal Melquíades Francisco Borges.
Fonte: Pesquisa direta, maio/2011. Org.: ALVES, M. O.

Na comunidade de Tabocas está a Escola Possidônio Marques Lobato. Com uma boa estrutura física, ela é dividida em sete salas de aula, secretaria, cantina, banheiros, quadra de esportes e um pátio. Atualmente são 111 alunos matriculados desde o pré-escolar ao 9º ano do ensino fundamental e 12 professores. A água e o lixo têm a mesma origem e destino das outras escolas. Com a participação dos alunos foi desenvolvida uma horta (FIGURA 4) e o plantio de algumas árvores, sendo, até então, a única atividade de Educação Ambiental realizada com os mesmos.



FIGURA 4: Horta desenvolvida na escola.
Fonte: Pesquisa direta, maio/2011. Org.: ALVES, M. O.

A proposta do projeto foi recebida com grande aceitação pelos funcionários e alunos, que relataram o descaso por parte da sociedade local em relação ao meio ambiente. Nesses relatos expõem inclusive o intenso desmatamento da área do entorno da comunidade devido à exploração do carvão vegetal. A comunidade Betânia⁵, vizinha à escola, é acusada pelo avançado do processo de degradação ambiental especialmente o desmatamento das áreas de cerrado. Nesta escola o projeto realizará oficinas de reciclagem com construção de lixeiras e brinquedos, além da ampliação da horta, visando um melhor aproveitamento do espaço disponível. Apesar das dificuldades observadas como falta de biblioteca e recursos didáticos, é evidente o empenho dos professores em fornecer uma educação de qualidade aos alunos, que são de famílias carentes e retiram seu sustento da agricultura de subsistência e de programas assistenciais do Governo, como o Bolsa Família.

Na comunidade rural de Lagoa do Jóia está a Escola Municipal Luiz Ferreira da Silva. Numa área de transição entre a Caatinga e o Cerrado, há presença

⁵ A comunidade de Betânia é um assentamento da Reforma Agrária instituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra/MG, no município de Varzelândia.

de inúmeras espécies vegetais como cactos, umbus e barrigudas, além de vários afloramentos de rochascalcárias, o que implica na necessidade de trabalhos voltados à preservação dessa área de grande fragilidade ambiental.

O jardim do local foi construído com ajuda dos próprios alunos, demonstrando que as intervenções educativas nesse âmbito são bem aceitas por eles. A lagoa nos fundos da escola é ampla e serve para a dessedentação do gado. À sua volta, o plantio de árvores feito pela comunidade escolar, indica a consciência da necessidade de preservação da área por parte da comunidade escolar.

No tocante à saúde, ocorrem casos de doenças como Leishmaniose relacionada à falta de saneamento e também doenças como Chagas, devido às moradias precárias. Entretanto, essa realidade tem sido mudada após o projeto do Governo Federal (Minha Casa, Minha Vida, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, que visa à construção de moradias para população mais pobre. Há também o atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, que tem o intuito de atender toda a população, no sentido de prevenir doenças e até mesmo tratar de quadros menos complicados.

Percebemos também que a escola juntamente com diretora, professores e alunos encontram-se abertos a receber e participar ativamente das ações de Educação Ambiental propostas pelo projeto, como gincanas, plantio de árvores em torno da lagoa, ampliação da horta e do jardim e oficinas de reciclagem voltadas à construção de lixeiras e brinquedos.

Situada na área rural da cidade, a Escola Municipal Simão da Costa Campos, no Povoado de Lagoinha I, atende a 166 crianças e adolescentes matriculados regularmente do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, nos turnos matutino e vespertino, com 16 professores. Possui cinco salas de aula, uma sala de professores, banheiro, secretaria, cantina e despensa de alimentos. A sala com televisão, dois DVDs e seis computadores, sem acesso à internet, ajudam nos recursos áudio visuais para as aulas. Embora com todo esse aparato, as condições são precárias quanto à biblioteca (não existe), refeitório, hortas e áreas de lazer. Um dado preocupante relatado tanto pelos professores, como alunos é a escassez de água na região. Isto já ocasionou problemas como o fechamento da escola, devido à inviabilidade da presença dos alunos nas

aulas. Para tentar amenizar o problema, está sendo construída uma caixa para captar água da chuva com capacidade de armazenar 3.500 litros de água. Outra questão alarmante é a questão do lixo na escola e nas residências, que por falta de coleta, é destinado à queima ou jogado diretamente no ambiente. Mesmo que não haja coleta por parte dos órgãos públicos, é fundamental a conscientização da população local para a destinação adequada do lixo.

A Escola Municipal Maria Geralda Ruas, localizada na área urbana da cidade, possui 300 alunos e 19 professores que lecionam do 1º ao 5º período do ensino infantil nos turnos matutino e vespertino. No período noturno o ensino é voltado à Educação de Jovens e Adultos – EJA. Os alunos que moram em regiões mais afastadas, contam com o transporte escolar fornecido pela prefeitura. Há um espaço reservado para um pequeno jardim que precisa ser melhorado. Existe a distribuição de lixeiras nas salas de aula, de informática e na diretoria. Isso ajuda a proporcionar um ambiente escolar organizado e limpo, além do diferencial da escola contar com água encanada e luz elétrica. Mesmo com algumas árvores presentes no interior da escola, ainda percebemos alguns espaços livres sem vegetação ao fundo da mesma, com poucas áreas gramadas, mas que são utilizados como áreas recreativas para os alunos no intervalo das aulas (FIGURA 5).



FIGURA 5: Área utilizada pelos alunos nos momentos de recreação.

Fonte: Pesquisa direta, maio/2011. Org.: SOARES, R A. C. M.

Apesar do espaço limitado nessa escola, são bem vindas as atividades de educação ambiental que possam viabilizar um contato das crianças com a natureza.

Conclusão

Diante do exposto constata-se que o município de Varzelândia possui significativa parcela da população vivendo na zona rural, o que confirma a necessidade de trabalhos educacionais nessas escolas, onde a população provém a maior parte da renda através da agricultura, pecuária e extrativismo vegetal.

A riqueza natural do meio ambiente garante a sobrevivência, em especial, da população do campo, o que enfatiza os necessários cuidados com o solo e os recursos hídricos. O destino adequado para o lixo, aliada à prática de preservação do cerrado e um cuidado especial com as nascentes fazem parte do respeito com o ambiente local.

Através do exposto, podemos concluir que o município de Varzelândia/MG necessita de trabalhos voltados a intervenções educativas no meio ambiente. As observações que abordam desde a estrutura física até a realidade social dos alunos certificam-nos de que independente da área trabalhada ou da condição social da comunidade é possível a construção e transmissão de conhecimento relacionada ao uso correto do ambiente, atrelada a atividades de fácil realização como trilhas ecológicas, oficinas de reciclagem do lixo, gincanas educativas e arborização de áreas degradadas.

A formação de educadores ambientais multiplicadores pretende trabalhar de forma contínua as práticas de Educação Ambiental como uma maneira eficaz de informar e levar para prática ações simples de conservação e utilização mais equilibrada dos recursos naturais à população local.

O Projeto Educadores Ambientais no Sertão das Gerais, embora não possa solucionar todos os problemas ambientais existentes no município, se torna importante à medida que orientará a sociedade local na preservação do meio em que vivem, certificando-os de que suas ações, embora pareçam pequenas, podem causar grandes e importantes resultados.

Referências

ANDRADE, M. C. Área de domínio da pecuária extensiva e semi-extensiva na Bahia e no Norte de Minas Gerais. Recife: SUDENE, Planejamento Regional, 1982. 497p.

AFONSO, P. C. S. PEREIRA, A. M. P. o processo de urbanização norte-mineiro: um perfil dos pequenos municípios. In: Anais do 2º Simpósio O rural e O urbano no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ. 2009. P. 1-15.

CASCINO, Fábio. Educação ambiental: princípio, história, formação de professores. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 2000.

CHAGAS, Maria de Freitas. Lendo e escrevendo as realidades mineiras: estudos sociais. São Paulo: FTD, 1988.

ECONOMIA- VARZELÂNDIA MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.sites.google.com/site/varzelandiamg/economia>>. Acesso em 8 de março de 2011.

GEOGRAFIA- VARZELÂNDIA MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.sites.google.com/site/varzelandiamg/geografia>>. Acesso em 8 de março de 2011.

GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental na educação. 7ª ed. Campinas: Papirus, 2005.

GUIMARÃES, Mauro. A formação de educadores ambientais. Campinas, SP: Papirus, 2004.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTÍSTICA. Dados do Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<<http://www.ibge.gov.br>>>. Acesso em 7 de março de 2011.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTÍSTICA. IBGE: Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<<http://www.ibge.gov.br>>>. Acesso em 8 de março de 2011.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTÍSTICA. Produção Agrícola Municipal 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<<http://www.ibge.gov.br>>>. Acesso em 12 de março de 2011.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTÍSTICA. Produção da Extração Vegetal 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<<http://www.ibge.gov.br>>>. Acesso em 12 de março de 2011.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTÍSTICA. Produção da Pecuária Municipal 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<<http://www.ibge.gov.br>>>. Acesso em 12 de março de 2011.

MEDINA, Naná Mininni e SANTOS, Elizabeth da Conceição. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MONTES CLAROS. Projeto Educadores Ambientais no Sertão das Gerais. Montes Claros: Unimontes, 2011.

LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs.). Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 189-272.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org.). Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEREIRA, A. M. Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas. 2007. Tese(Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

RODRIGUES, L. A formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, M. F. DE (et al.). Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Editora da UNIMONTES, 2000.

SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA. Disponível em http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios.asp

TALAMONI, Jandira L. B e SAMPAIO, Aloísio Costa. Educação Ambiental: da prática pedagógica à cidadania. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.

VELOSO, Gabriel Alves. Mapa dos Municípios Atendidos pelo Projeto Educadores Ambientais no Sertão das Gerais. Montes Claros/MG, 2011.

Recebido para publicação em março de 2014
Aceito para publicação em junho de 2014

AS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE BURITIZEIRO/MG E A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE NA SAÚDE PÚBLICA DA POPULAÇÃO

Ana Ivânia Alves Fonseca¹
anaivania@gmail.com

Gustavo Lino Mendonça²
gustavolino1886@yahoo.com.br

Resumo: O Município de Buritizeiro, localizado no norte do Estado de Minas Gerais, outrora rico em recursos hídricos sofreu, a partir da década de 70 do século XX, com a implantação do modelo capitalista no espaço rural que, entre outros impactos negativos, deixou um legado de escassez de oferta de água para as comunidades rurais que resistiram ao êxodo rural. Um dos principais atores que contribuíram para a manutenção da população que ainda vive no campo foi o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Buritizeiro–SAAE. Desde o ano de 2001 o SAAE instala e dá manutenção em sistemas de abastecimento de água rural chegando à marca de trinta comunidades atendidas, abrangendo a aproximadamente 86,17% da população rural buritizeirense. Os números apontam para uma experiência de sucesso que vai de encontro a Lei Federal 11.445/2007 favorecendo a universalização do serviço de abastecimento de água e a manutenção do homem no campo. A experiência do SAAE Buritizeiro aponta para possibilidades de pesquisa e

1 Professora do Curso de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista-UNESP.

2 Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Acadêmico de disciplina isolada, Organização do Espaço Rural do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Diretor-Executivo do SAAE Buritizeiro.

formulação de políticas públicas que subsidiem os serviços públicos municipais de saneamento a prestarem este importante serviço, especialmente nas regiões que sofreram com políticas desenvolvimentistas e cujo clima impõe longos períodos de estiagem.

Palavras-chave: Agricultura capitalista. Crise hídrica. Êxodo rural. SAAE. Abastecimento de água rural.

THE COMUNIDADES RURAIS OF THE MUNICIPALITY OF BURITIZEIRO/MG AND THE IMPORTANCE OF AUTONOMOUS WATER AND SEWERAGE SERVICE-SAAE ON PUBLIC HEALTH OF THE POPULATION

Summary: The municipality of Buritizeiro, located in the North of the State of Minas Gerais in the Southeast region, once rich in water resources suffered from the early 20TH century, 70 with the capitalist model deployment in rural areas which, among other negative impacts, left a legacy of shortage of water supply for the rural communities that resisted the rural exodus. One of the main actors who contributed to the maintenance of the population who still live in the countryside was the Autonomous Water and Sewerage Service of Buritizeiro-SAAE. Since the year 2001 the SAAE install and maintenance of water supply systems rural reaching to a brand of thirty communities met, covering approximately 86.17% of population rural buritizeirense. The numbers point to a successful experience that goes against Federal law 11,445/2007 favoring a universalization of water supply service and maintenance in the field. The experience of SAAE Buritizeiro points to possibilities of research and formulation of public policies that subsidize the Municipal sanitation public services to provide this important service, especially in regions that suffered from developmental policies and whose climate requires long periods of drought.

Keywords: Capitalist Agriculture. Water crisis. Rural exodus. SAAE. Rural water supply.

Introdução

O Município de Buritizeiro, localizado na região norte do estado de Minas Gerais, à margem esquerda do Rio São Francisco tem em seu nome uma referência a grande ocorrência da palmeira Buriti (*Mauritia flexuosa*) e esta, segundo Boaventura, 2007, p. 13, quase sempre está presente no ambiente veredas, ambiente este que podemos definir como “uma categoria de curso d’água ou cabeceira de drenagem natural que contém nascentes em toda a sua extensão...”. Ou seja, onde tem buriti tem vereda e onde tem vereda, tem água.

Entretanto, a condição de riqueza em recursos hídricos começou a se alterar justamente após a emancipação do Município em 1963 (IBGE, 2014) quando iniciou o processo de modernização da agricultura brasileira que culminaria em profundas mudanças no mundo rural. Posteriormente, na década de 70 do século XX, os cerrados do município de Buritizeiro começaram a ser desmatados para carvoejamento e mais tarde, para implantação de florestas homogêneas, eucaliptos e pinus (GAMA, PAULA E LIMA, 2005).

Transcorrido décadas, além dos impactos sociais e econômicos, a oferta de água reduziu drasticamente e o êxodo rural talvez fosse ainda maior se não fosse a intervenção do poder público local que, através de sua autarquia pública de saneamento básico projetada, instala e dá suporte a pequenos sistemas de abastecimento de água em trinta comunidades, dispersas nos 7.214 Km² de território Buritizeirense, além de três distritos.

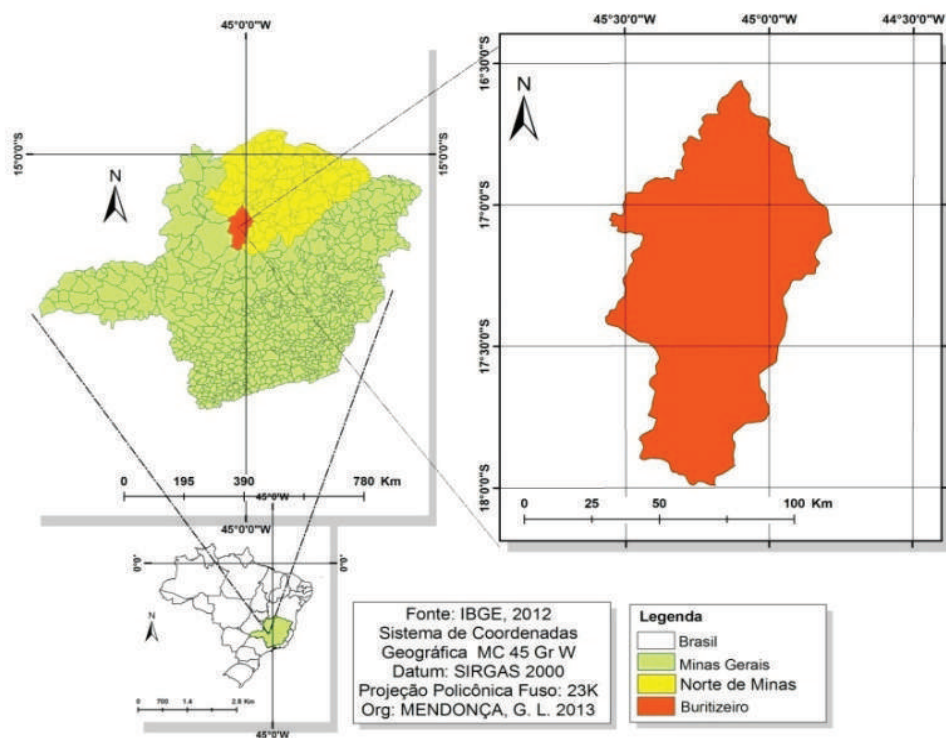
Enquanto a opinião pública brasileira e a mídia estão focadas em dois temas centrais relacionados ao campo: ocupação de terras por parte de movimentos sociais agrários e os avanços no chamado agronegócio, contribuindo para uma visão distorcida sobre o meio rural brasileiro (SAUER; TUBINO, 2002), ações como a do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Buritizeiro– SAAE, ocultas da grande mídia, podem servir de exemplo para o fomento de políticas públicas com soluções locais, de baixo custo e eficiência, que visam ofertar água em quantidade e qualidade para o uso doméstico da população do campo.

Este trabalho pretende, de forma sucinta, apresentar a experiência de sane-

amento básico (eixo água) do SAAE Buritizeiro com as comunidades rurais do Município.

Caracterização da Área de Estudo

O município de Buritizeiro está localizado na mesorregião norte do estado de Minas Gerais, microrregião de Pirapora, Alto-Médio São Francisco (FJP, 2001). Encontra-se à margem esquerda do Rio São Francisco, na bacia sedimentar de mesmo nome, sendo que o “Rio da Integração Nacional” percorre 310 Km de extensão dentro dos limites políticos buritiseirenses, passando nas proximidades do Distrito de Sambaíba de Minas, que fica no extremo sul, até o Distrito de Cachoeira do Manteiga, extremo norte³.



Mapa 01: Localização do Município de Buritizeiro no Estado de Minas Gerais.

Fonte: IBGE, 2012.

Org. MENDONÇA, G.L. 2013.

³ O município de Buritizeiro é dividido administrativamente em quatro unidades territoriais, sendo: Sede, Distrito de Cachoeira do Manteiga, Distrito de Paredão de Minas e Distrito de Sambaíba de Minas.

Com relação ao acesso, as principais rodovias que servem o Município são: BR-365 e MGT-161, MGT- 408 e MGT - 496. O índice pluviométrico médio anual é de 1078.6 mm conferindo um Clima Tropical Úmido Subúmido, com invernos secos e frios e verões quentes e chuvosos, segundo Köppen (1948) e sua altitude chega a 910 m (Serra do Jatobá).

Inserido no Bioma Cerrado, a tipologia da vegetação é composta por Floresta Estacional Decidual, Cerrado, Cerrado Típico, subsistema veredas e mata ciliar (BAGGIO et al, 2007).

Êxodo rural e decadência dos recursos hídricos: como algumas conseqüências da territorialização do capital em Buritizeiro

Buritizeiro, dos anos de 1970 em diante, foi alvo de políticas públicas desenvolvimentistas do Governo Militar alterando seu cenário ambiental, social e econômico, especialmente no meio rural. Gama (2006, p. 47) afirma que:

Em 1972, subsidiados pelas políticas da SUDENE, grandes grupos de empresas de carvoejamento se instalaram no município, entre eles, as siderúrgicas, para suprirem suas necessidades de energia e matéria - prima. As práticas de reflorestamento e de carvoejamento ocasionaram a perda da vegetação nativa de Buritizeiro, devido ao grande desmatamento de áreas de cerrado para implantação de florestas homogêneas de eucaliptos e pinus.

Do modelo adotado citado acima, a remoção da vegetação nativa caracteriza-se como o principal impacto ambiental, pois é a partir deste que desencadeia-se impactos negativos em diversos sistemas (físicos e bióticos) como no solo, no ciclo das águas e na biodiversidade. Além dos impactos ambientais, o modelo excludente e concentrador alterou profundamente o meio social Das comunidades rurais de Buritizeiro.

O geraizeiro e o veredeiro viram-se encurralados por essa nova onda de desenvolvimento no campo. Sua cultura e seus conhecimentos sertanejos perderam o valor e rapidamente viram seu ambiente ser transformado. Subjugados pelo capital e subordinados aos apelos de

sobrevivência, participaram do processo como trabalhadores assalariados. Sem saída, tornaram-se agentes manipulados na degradação do seu próprio ambiente, o bioma cerrado. (JÚNIOR, et al., 200).

O êxodo rural em Buritizeiro, á partir da política capitalista implementada foi intenso, conforme a tabela abaixo:

TABELA 01: População residente no Município de Buritizeiro entre os anos de 1970 e 2000

População	1970	1980	1991	2000
Urbana	4.459	9.787	18.069	21.773
Rural	7.756	8.487	6.408	4.103
Total	12.215	18.274	24.477	25.876

Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

Entre os impactos negativos, fruto do modelo insustentável adotado, a redução hídrica talvez seja uma das conseqüências que mais flagelam a população rural. Apesar de Viana (2006, p. 9) destacar que “Buritizeiro é detentor de uma das maiores malhas hídricas do estado mineiro.”, a remoção da vegetação, o manejo inadequado do solo e a adoção de pacotes tecnológicos concebidos para outros biomas (inclusive a revolução verde) alteraram sobremaneira o ciclo hidrológico, a quantidade e a qualidade das águas, e para pior. ODM (2012, p.8), em seu relatório informando as ocorrências ambientais impac-tantes em Buritizeiro/MG nos últimos 24 meses, cita uma série de processos ambientalmente negativos: o assoreamento, a poluição e a escassez de recursos hídricos, a redução do pescado, a poluição atmosférica, o desmatamento, queimadas, degradação de áreas protegidas e a contaminação do solo.

As comunidades rurais, outrora servidas por córregos, riachos e veredas em abundância, hoje sofrem com a escassez hídrica.



Foto 1 – Córrego Canoas.
Fonte: Mendonça, 2008.

A imagem acima ilustra o Córrego Canoas em julho de 2008, seco. No passado, as veredas, com seus sistemas de retenção e liberação de água, asseguravam a perenidade do mesmo cujas águas corriam mesmo no período da seca. Tal condição dificulta a permanência ou o estabelecimento da população no campo. O SAAE, conforme veremos a seguir, vem desempenhando papel fundamental para a manutenção e fixação do homem no campo com a oferta do elemento mais básico, a água.

A Experiência do SAAE Buritizeiro em Saneamento Básico Rural (Eixo Água)

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Buritizeiro - SAAE é uma autarquia pública municipal, com autonomia administrativa e financeira, vinculada à Prefeitura local. Seu objetivo é prestar os serviços básicos de saneamento no que tange aos eixos água e esgoto, além de ser o órgão executivo da Política

Municipal de Meio Ambiente (BURITIZEIRO, 1978).

O SAAE tem uma cobertura com o serviço de abastecimento de água de 100% na sede do Município e Distrito de Cachoeira do Manteiga, serviços estes que, nestas localidades, são taxados. O atendimento às comunidades rurais iniciou-se em 2001 e vem sendo ampliado ano a ano. A seguir, é apresentada a relação atual de comunidades rurais atendidas pelo SAAE Buritizeiro.

Quadro 1 – Relação de Comunidades atendidas pelo SAAE Buritizeiro (Continua)

Ident.	COMUNIDADE	N. DE FAMÍ- LIAS	DISTANCIA DA SEDE (KM)	ASSOCIAÇÕES
01	1º de Maio	53	100	-
02	Buriti Queimado	16	90	Conselho de Desenvolvimento Comuni- tário Buriti Queimado
03	Cachoeira do Teo- baldo	42	79	Assoc. dos Apicultores de Cachoeira Teobaldo
04	Capivara	-	102	Conselho de Desenvolvimento Comuni- tário Ordem e Progresso
05	Chaparral	Escola	70	-
06	Chupé	-	37	Centro de Formação e Animação Rural
07	Correias	04	80	-

Quadro 1 – Relação de Comunidades atendidas pelo SAAE Buritizeiro. (Conclusão)

08	Entre Riachos - Otávio Caldeira	06	50	Assoc. Com. dos Produtores de Entre Riachos
09	Extrema	09	115	-
10	Faz. Chapada	06	12	-
11	Feliznome	15	75	Associação Com dos Moradores da comunidade Feliznome
12	Frade	25	115	Assoc. Com. dos Moradores do Frade da Boa Esperança
13	Galhão	05	65	-
14	Gerais e Pebas(Abraão)	20	70	-
15	Lajes	13	90	-
16	Lança I	29	20	Conselho de Desenvolvimento Com. dos Moradores da Faz. São Francisco e ADFA - Lança
17	Lança II	18	20	Assoc. Com. Córrego das Pedras
18	Lança III	40	20	Assoc. Produtores Rurais do Jatobá
19	Limeira	67	79	
20	Miguelão	14	95	Assoc. Com. do Miguelão
21	Olhos D'água	08	92	
22	Pindaíba	28	68	Assoc. Com. dos Moradores da Pindaíba
23	Reúno	18	96	Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Reúno
24	Santa Helena	60	86	Associação Comunitária Assentamento Santa Helena
25	São Bento	36	97	Assoc. Com. dos Moradores de São Bento
26	São Pedro das Gaitas	35	90	Assentamento São Pedro
27	Sede Caio Martins- Colônia de reabilitação	15	17	-
28	Taboquinha	-	17	-
29	Varginha	30	18	Associação Com. dos Moradores da com. Varginha
30	Veloso	20	95	Associação Com. Produtores Rurais de Veloso.
TOTAL DE FAMÍLIAS		632	-	-

Fonte: SAAE Buritizeiro (2014).

O SAAE atende atualmente trinta comunidades, sendo que os serviços realizados no meio rural não são taxados. As despesas com o meio rural no ano de 2013, conforme dados contábeis do SAAE Buritizeiro (SAAE, 2014) (observado gastos com materiais permanentes, peças, equipamentos e serviços de terceiros e despesas com pessoal do SAAE) totalizaram R\$ 59.917,32, excluída despesas com manutenção e combustível de veículos, que certamente agregariam valor significativo devido às vastas distâncias percorridas em estradas rurais, em condições variadas.

O SAAE utiliza recursos próprios para a prestação dos seus serviços. Para a instalação de sistemas de abastecimento de água, além de utilizar de recursos próprios, o SAAE vem contando, ao longo dos anos, com recursos do Governo Federal via Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, cabendo ao SAAE elaborar os Projetos e encaminhá-los com documentações diversas (cadastro de beneficiários, registro de imóveis onde são instaladas as infra-estruturas, anotação de responsabilidade técnica, regularização ambiental, etc.) via Prefeitura de Buritizeiro.



Foto 2 – Instalação de reservatório de 20m e automação do sistema na Comunidade de Varginha

Foto 3 – Torneira saindo água após instalação de sistema de abastecimento na Comunidade dos Corrêas, que a aproximadamente 50 anos buscavam água em vasilhames no Córrego São Roque.

Fonte: Mendonça, 2014.

As fotos acima ilustram dois importantes serviços realizados pelo SAAE no ano de 2013. A Comunidade dos Corrêas, que no passado chegou a ser

composta por quatorze famílias hoje conta com apenas quatro. A falta de sistema de água para uso doméstico, que somente chegou à comunidade após cinco décadas, pode ter sido um dos fatores motivadores para o êxodo rural.

Tomando como referência a taxa de ocupação por domicílio registrada no meio rural do Distrito de Cachoeira do Manteiga (Tabela 02), que foi de 4,49 e o número de famílias atendidas pelo SAAE atualmente (Quadro 01) que é de 632 famílias, temos que o SAAE atende a aproximadamente 2.837 pessoas, habitantes do meio rural. O Censo de 2010 (IBGE) contabilizou em Buritizeiro uma população rural de 3292 habitantes. Concluímos que o SAAE atende a 86,17% da população rural com o serviço de abastecimento de água.

TABELA 2: Média de moradores (pessoas) por domicílio por situação no Distrito de Cachoeira do Manteiga, ano 2000

Situação	Taxa de ocupação por domicílio
Urbana	4,49
Rural	4,49
Média	4,49

Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

Apesar de o SAAE estar presente na maioria das comunidades, residências rurais dispersas inviabilizam economicamente a implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água. Para estas famílias, o Governo Federal através do Exército Brasileiro e com apoio do SAAE, realiza ordinariamente operação pipa. O quadro abaixo ilustra o atendimento em um dado período deste ano.

Quadro 2 – Relação de Comunidades atendidas pela operação PIPA do Exército Brasileiro durante o mês de abril de 2014.

LOCALIDADE	Nº. VIAGENS
Miguelão	06
Vale das Aroeiras (Assentamento 1º de Maio)	21
Feliznome/Olhos d'água (pombos)	04
Jovina	02
Lages	06
Veredas/ Reúno/ Tubi	12
Veloso	05
Total	56

Fonte: Adaptado de Exército Brasileiro – 55º BI.

OBS: Utilização de 02 (dois) caminhões com capacidade de 8m cada. Manancial – Estação de Tratamento de Água do SAAE Buritizeiro (Sede do Município).

A maioria dos sistemas de abastecimento de água instalados e mantidos pelo SAAE⁴ tem como mananciais poços tubulares profundos.

Conforme o relatório de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico em construção no SAAE de Buritizeiro, estes sistemas não atendem a Portaria 2.914/2011 da Fundação Nacional da Saúde no que tange à, por exemplo, desinfecção e controle da qualidade (MENDONÇA, 2014). Porém, quando da perfuração dos poços, é feita análise para averiguar a qualidade da água. Até então não há registros de infecção da população. Ainda assim o Plano Municipal de Saneamento Básico deve apontar soluções para o atendimento das leis e normas em vigor para o controle da qualidade da água destinada ao abastecimento público.

⁴ A operação dos sistemas geralmente é feita por representantes eleitos de associações de moradores ou pelo morador mais próximo dos quadros de comando e registros. Nas comunidades cujos componentes possuem laços culturais e de origem mais próximos, existe a tendência de uma maior cooperação coletiva e consequentemente, mais eficiência nos sistemas de água implantados. Como exemplo, podemos citar os Projetos de Assentamento: Santa Helena e São Pedro das Gaitas. O primeiro tem um histórico de desunião entre os assentados, demandando constantes intervenções de reparo no sistema, aumentando os custos para o SAAE. O Segundo atingiu tal nível de organização que os próprios assentados instalaram hidrômetros para controlar o consumo, além de arrecadarem os recursos para o pagamento da taxa de energia elétrica utilizada no funcionamento do sistema de água.

Conclusões

O modelo capitalista adotado na década de 70 do século XX para a utilização do espaço rural de Buritizeiro deixou um grave legado ambiental e social com a redução da oferta de recursos hídricos. Tal impacto pode ter contribuído sobremaneira para o êxodo rural buritizeirense.

O trabalho desempenhado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Buritizeiro com a instalação e manutenção de pequenos sistemas de abastecimento de água é de extrema importância para a manutenção da população rural, pois abrange a aproximadamente 86,17% da população que vive em uma região cujo clima tropical subúmido historicamente passa por longos períodos de estiagem.

A Lei 11.445/2007 que instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico tem entre seus princípios a universalização dos serviços públicos de saneamento bem como a eficiência e a sustentabilidade econômica. Com a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico o SAAE deverá apontar as medidas necessárias para o tratamento e monitoramento da qualidade das águas ofertadas para as comunidades e as formas de taxaço, objetivando assegurar a sustentabilidade econômica dos serviços.

Além da sustentabilidade econômica, deve-se buscar o tratamento isonômico de cada município, pois não é justo que o usuário do sistema de água urbano, que atualmente paga a taxa pelo serviço de água, arque com os custos pelo serviço utilizado pelo usuário rural que atualmente não é taxado. Daí a necessidade de se aprofundar no tema haja vista que a realidade de escassez hídrica enfrentada pelo camponês de Buritizeiro tem nas políticas governamentais citadas neste trabalho como causas ou agravantes, sendo justo que o próprio governo, de forma compensatória, subsidie a oferta de água para uso doméstico destas populações.

A experiência do SAAE Buritizeiro apresenta-se como campo fértil que carece de aprofundamento nos estudos objetivando construir propostas para orientar o Governo Federal no sentido de implementação de políticas voltadas a, por exemplo, subsidiar diretamente os serviços públicos municipais de saneamento básico para a prestação de serviços de abastecimento de água em comunida-

des rurais. A título de exemplo, como uma possível fonte de financiamento de tal política, os recursos poderiam ser oriundos de impostos e taxas cobrados do setor industrial, siderúrgico e/ou do agronegócio, principais beneficiários das políticas governamentais das décadas de 60 e 70 do século XX e do uso irracional dos recursos naturais de Buritizeiro.

Referências

BAGGIO, H.; HORN, A. H.; TRINDADE, W. M.; RIBEIRO, E. V. **O Grupo Mata da Corda na Bacia Hidrográfica do Rio do Formoso e suas Feições Morfológicas Correlatas**. UNIMONTES CIENTÍFICA, V, 9. Nº 1, Jan/jun, 2007.

BOAVENTURA, Ricardo Soares. **Vereda, berço das águas**. Belo Horizonte: Ecodinâmica, 2007.

EXÉRCITO BRASILEIRO - EB. **Relação de comunidades atendidas pela operação pipa: 2014** – Montes Claros: 55º Batalhão de Infantaria.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. 1998. **Anuário Estatístico 2000-2001**. Belo Horizonte.

GAMA, Maria das Graças C. Cunha; PAULA, Andréia Narciso N. R. de; LIMA, Samuel do Carmo. **Implantação da agricultura comercial no Município de Buritizeiro, cerrado mineiro: o uso capitalista dos recursos naturais**. 2003. São Paulo: Blücher, 2005.

GAMA, Maria das Graças C. Cunha. 2006. **Água, Vereda, Veredeiro: um estudo sobre as agriculturas camponesa e comercial, nas cabeceiras do rio Formoso, em Buritizeiro-MG**. 2006. 111 p. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Uberlândia.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=310940&search=%7C%7Cinfr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>>. Acesso em: 28outubro 2014.

_____. **Metodologia das estimativas das populações residentes nos municípios brasileiros para 1º de julho de 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30outubro 2014.

JÚNIOR, João Cleps et al. **Estado e Capital: as conseqüências sócio-ambientais do uso intensivo dos recursos naturais no município de Buritizeiro-MG**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1017.pdf>>. Acesso em: 30outubro 2014.

KOPPEN, W. Climatologia. **México. Fundo de Cultura Econômica**. 1948.

MENDONÇA, G. L. 2014. **Pré-Diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento Básico**. SAAE/Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Buritizeiro – MG, Setor de Meio Ambiente. Relatórios Técnicos.

ODM – Objetivos do Milênio. **Perfil Municipal: Buritizeiro**. Disponível em: <www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade=17650>. Acesso em: 03 maio 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZEIRO-MG. **Câmara de Vereadores**. Lei Municipal nº 322/1978.

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Buritizeiro. **Relatório: Abastecimento de água no meio rural: 2014** – Buritizeiro: Sessão de Saneamento Rural.

SAUER, Sérgio e TUBINO, Nilton Luis Gogoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. IN: __Revista NERA. Presidente Prudente, ano X. nº11. p.131 – 148. jul. – dez. 2007.

VIANA, V. M. F. C. 2006. **Estudo Geológico Ambiental das Veredas do Rio do Formoso no Município de Buritizeiro - MG**. 2006. 71 p. Dissertação (Mestrado em Geologia)-Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte.

Recebido para publicação em março de 2014
Aceito para publicação em junho de 2014

A MINERAÇÃO NO CONTEXTO DO NORTE DE MINAS GERAIS

Marcos Esdras Leite¹
Rita Mariana Nogueira Silva²

Resumo: Existe um debate instalado no Norte de Minas Gerais sobre a perspectiva de ampliação e implantação de projetos de extração mineral. Há um discurso dicotômico em relação às conseqüências desses projetos. O governo de Minas Gerais tem se apresentado como incentivador dessa atividade como indutora de desenvolvimento. No entanto, há resistências a esse modelo defendido pelo governo. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi analisar de maneira sucinta os aspectos que cercam o debate sobre a mineração no Norte de Minas. De maneira específica abordou a forma e a visão do Governo de Minas Gerais e dos Movimentos Sociais sobre a mineração como alternativa para o desenvolvimento. A metodologia deste artigo parte de uma leitura crítica de processos desenvolvimentistas e na discrepância entre a proposta de desenvolvimento econômico e conceito de desenvolvimento social. A partir das análises realizadas para este trabalho, acredita-se que a reconfiguração do cenário minerador no Norte de Minas Gerais perpassa por um estudo sistemático e com rígidos critérios que direcionem o entendimento total da situação. No entanto, a proposta do governo, aponta para uma visão econômica. Por isso, é importante provocar debates mais complexos, analíticos e propositivos sobre a mineração no Norte de Minas Gerais.

1 Professor Doutor Departamento Geociências- UNIMONTES; Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo; Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS; Bolsista Produtividade FAPEMIG marcosesdras@ig.com.br

2 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES ritamarianans@gmail.com

Palavras-chaves: Mineração.Desenvolvimento.Norte de Minas.

MINING IN THE CONTEXT OF NORTHERN MINAS GERAIS

Abstract: There is a debate installed in Northern Minas Gerais about the prospect of enlargement and implementation of projects for mineral extraction. There is a dichotomous discourse about the consequences of these projects. The government of Minas Gerais has been presented as supportive of this activity as an inducer of development. However, there is resistance to this model advocated by the government. In this context, the aim of this study was to analyze succinctly the issues surrounding the debate over mining in the Northern Minas Gerais. Specifically addressed the way and the vision of the Government of Minas Gerais and social movements on mining as an alternative to development. The methodology of this article is based on a critical reading of developmental processes and the discrepancy between the proposed concept of economic development and social development. From the analysis conducted for this study, it is believed that the reconfiguration of the mining scenario in Northern Minas Gerais permeates a systematic study of rigid criteria that address the full understanding of the situation. However, the government's proposal, pointing to an economic vision. Therefore, it is important to trigger more complex, analytical and purposeful discussions on mining in northern Minas Gerais.

Keywords: Mining, Development and Northern Minas Gerais.

Introdução

É possível vislumbrar a importância dos minerais em qualquer fase da história humana. Não sendo possível pensar o desenvolvimento social e econômico da humanidade sem a presença dos Recursos Minerais. Góes (2013) relata que atualmente, de acordo com pesquisa feita pela consultoria sueca Raw Materials Group (RMG), divulgado no jornal Valor Econômico, “(...) projetos de mineração no mundo somam US\$ 735 bilhões”. Magnus Ericsson, presidente da consultora informou ainda que o valor é parcial, já que as 700 empresas consultadas representam apenas 40% da produção mundial. E que “as Américas têm um dos maiores portfólios entre as diferentes regiões do globo, com investimentos de US\$ 210 bilhões”.

De acordo com estudos para a formulação do Plano Nacional de Mineração 2030, do Ministério de Minas e Energia:

O setor mineral – que compreende as etapas de geologia, mineração e transformação mineral – é a base para diversas cadeias produtivas. Participa com 4,2% do PIB e 20% do total das exportações brasileiras, gerando um milhão de empregos diretos, o equivalente a 8% dos empregos da indústria. O País destaca-se internacionalmente como produtor de nióbio, minério de ferro, bauxita, manganês e vários outros bens minerais. (PNM 2030, 2011, p. 13)

A historiografia do estado de Minas Gerais, como o próprio nome sugere, está atrelada com os diversos modos e períodos em que a Mineração se fez protagonista, não só da economia como também ao influenciar o modo de vida social e a modelagem do meio ambiente. Porém não se pode tentar escurecer o lado negativo da Mineração: seu alto poder de degradação.

Várias foram as tentativas por parte dos governos federal e estadual em tentar equiparar o desenvolvimento econômico do Norte de Minas com as demais regiões do estado. Um dos exemplos clássicos é que para fins de planejamento o governo federal, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), trata a região norte mineira como parte da Região Nordeste do país, e não como parte do Sudeste, a qual ela pertence na classificação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Governo do Estado propôs por meio do Plano de Governo promover o desenvolvimento das Microrregiões de Grão Mogol, Janaúba e Salinas ampliando e reestruturando as atividades mineradoras da área.

A atual reescrita do cenário minerador necessita de um estudo sistêmico e com rigorosos critérios acadêmicos que norteie o entendimento completo da situação. Não apenas com vistas ao econômico, mas que seja imparcial ao tratar das realidades locais na íntegra. Buscando compreender a real situação da Mineração norte mineira no contexto nacional e seus impactos sobre as populações tradicionais da região, que já recebem/percebem sua influência direta.

Desenvolver o Norte de Minas através de políticas públicas formuladas em planos teóricos de ação tem se tornado prática recorrente, e não exclusiva, do governo estadual. Atualmente como parte do Plano de Governo, vem sendo implantado, e em alguns pontos, ampliado uma nova estrutura em torno da Mineração. O projeto tem como objetivo promover a economia da região e aumentar a produtividade mineral do estado dentro do Plano de Mineração 2030, do governo federal.

A mineração é entendida como toda e qualquer atividade pertencente ao setor primário da economia que realiza a extração de minério (mineral como valor econômico). A relação entre o Norte de Minas e a mineração vem desde a colonização. Alguns autores trazem a busca por metais e pedras como razão para o processo de interiorização do país e conseqüente desbravamento da região, como escreveu Rodrigues

Com o aumento do interesse da metrópole por pedras e metais preciosos, tem início uma ação mais efetiva do Governo Português no sentido de implementar a descoberta e exploração de ouro no Brasil. Assim, conforme Simonsen (1968, p.79), no final do século XII vários bandeirantes paulistas foram concitados, pelo regente D. Pedro, a buscar as pedras coradas e os metais preciosos que certamente havia nos sertões brasileiros. (RODRIGUES, 2000, p. 188)

Toda riqueza aurífera da região, como bem explicará Coelho (2010), não foi administrada com vistas a nortear um desenvolvimento econômico consolidado e duradouro na região, uma vez que:

o ouro não engendrou segmentos produtivos in loco, pois muito se gastava na importação de gêneros de subsistência e quase nada se produzia dentro das Minas, não ocorrendo, também, a retenção do excedente produzido. A compulsoriedade do trabalho tornava desnecessário o aperfeiçoamento técnico e a aquisição de máquinas, sendo os investimentos revertidos na compra de escravos. Os mecanismos do sistema colonial - o fisco, a tributação sobre escravos, o sistema monetário implantado, as importações em regime de exclusivo comércio - fizeram com que a maior parte dessa riqueza se esvaísse. Dado esse baixo nível de renda, foram poucos os que fizeram fortuna. (COELHO, 2010, p. 09).

Assim, sem formar uma articulação entre os eixos econômicos necessários, essa primeira etapa mineradora não oportunizou a riqueza aos nativos como poderia ter ocorrido caso houvesse sido criada uma rede de produção, comércio e reaplicação de investimentos na região mineira.

Nessa relação inicial a região estava dividida entre as práticas da mineração e suprir as áreas de mineração dos gêneros alimentícios, uma das poucas regiões, até então, com dupla função.

A intensificação das relações comerciais entre o Norte de Minas e as minas, levou ao incremento da pequena produção regional. Segundo Stralen (1980, p. 06), as pequenas lavouras foram intensificadas principalmente em torno da localidade que é hoje conhecida como Montes Claros, uma vez que esta dispunha de “(...) condições favoráveis e (...) fácil acesso à zona de mineração, principalmente às (...) situadas na Serra do Espinhaço: Grão Mogol, Salinas, Diamantina, Felisberto Caldeira, Itamarandiba, Capelinha”. (RODRIGUES, 2000, p.191).

Interessante perceber que o relato acima cita dois dos principais centros da mineração norte-mineira na atualidade: Grão Mogol e Salinas. Para se compreender a reestruturação econômica do Norte de Minas, as interações espaciais no espaço regional/nacional, o papel do Estado como gestor na infraestrutura necessária e a lógica de atuação das empresas mineradoras deverá se nortear, não apenas por busca de origens históricas, mas também, pelo entendimento dos agentes construtores do espaço geográfico como um todo.

Ao encontro dessa perspectiva, neste artigo toma-se, o contexto, desenvolvimentista partindo do âmbito nacional para o regional. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é fazer uma breve análise sobre a proposta governamental sobre a mineração no Norte de Minas. Com isso, pretende abordar alguns aspectos, considerados neste trabalho importantes, sobre a forma e a visão do Governo de Minas Gerais e dos Movimentos Sociais sobre a mineração como alternativa para o desenvolvimento do Norte de Minas Gerais. Ressalta-se que não se espera com essa discussão ser propositivo sobre a forma e o modelo a ser estabelecido para a mineração e as políticas a serem pensadas e praticadas. O intuito deste trabalho é fazer uma reflexão crítica da pers-

pectivas de exploração mineral e o registro histórico de intervenções estatais para gerar o “desenvolvimento” no norte de Minas Gerais.

Para tanto, inicia-se com uma discussão destacando algumas relações entre desenvolvimento, economia e políticas públicas, com base nessas relações, apresentam-se alguns indicadores que permitem compreender as situações que circundam e/ou norteiam os incentivos à mineração no Norte de Minas. Além de mostrar o contraponto dessa proposta, com a visão dos movimentos sociais e considerações encontradas na literatura acadêmica recente.

Mineração no Norte de Minas Gerais: um novo modelo para o desenvolvimento?

A perspectiva de atuação das ações estatais para a promoção do desenvolvimento extrapola os limites do Estado Nacional brasileiros. Para Iglesias, dentro do contexto de uma análise para a Revista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, o protagonismo estatal é indiscutível, frente aos demais aspectos sociais como pode se perceber na assertiva abaixo:

Entre os fatores condicionantes das realidades econômicas, políticas e sociais, as instituições têm um papel crucial, como se vem reconhecendo cada vez mais. E entre elas se destaca o Estado. Na América Latina um fator fundamental dos grandes paradigmas de desenvolvimento foi o papel atribuído ao Estado. (IGLESIAS, 2010, p.47).

Dessa maneira, em Minas Gerais o Estado se destaca como indutor de políticas e ações consideradas como desenvolvimentistas, uma vez que se associa crescimento econômico ao desenvolvimento regional e, mesmo o social. Com objetivo de planejar ações mais efetivas para a realidade local das regiões mineira, Minas Gerais foi dividida em 10 regiões para fins de planejamento.

O Norte de Minas (região de Planejamento nº VII) é uma região de transição entre o Sudeste e o Nordeste do país. Possui sete microrregiões: Januária, Janaúba, Salinas, Pirapora, Montes Claros, Grão Mogol e Bocaiúva. (...) Em 1996, ocorreram novos desmembramentos para efeito de

administração pública. A partir daí a Região passou a contar com 89 municípios. (RODRIGUES, 2000, p. 131).

Em 2012 o governo do estado abriu edital (001/2012), por meio da Secretaria de Planejamento Estadual, com vistas a realizar um estudo acerca do perfil de cada região concomitante com os planos de desenvolvimento que serão implantados. Em se tratando de Norte de Minas o objetivo é avaliar a reconfiguração das atividades de Mineração. A pesquisa foi motivada em decorrência dos novos projetos que serão criados e/ou ampliados na região e dentro da perspectiva de gestar o desenvolvimento integrado das regiões do estado (PLANO DE GOVERNO 2011-2014). O Centro de Desenvolvimento e Planejamento regional (CEDEPLAR) foi o órgão vencedor do processo licitatório e vem desenvolvendo o Plano de Desenvolvimento Regional do Norte de Minas. Este trabalho também utilizará como delimitação da área de estudo o mesmo recorte territorial proposto pelo governo, valendo se de dois conceitos: o de Região Ampla de Estudo e de Região de Estudo.

(...) Região Ampla de Estudo, compreendendo as microrregiões (conforme definição do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]) de Salinas (municípios de Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo), Grão Mogol (municípios de Botumirim, Cristália, Grão Mogol, Itacambira, Josenópolis, Padre Carvalho) e Janaúba (municípios de Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas). CEDEPLAR¹, 2012, p.23 [adaptado-grifo nosso].

A figura 1 apresenta a localização do que chamamos de Região Ampla de Estudo dentro da Macrorregião do Norte de Minas, isto é, as microrregiões de Janaúba, Salinas e Grão Mogol.

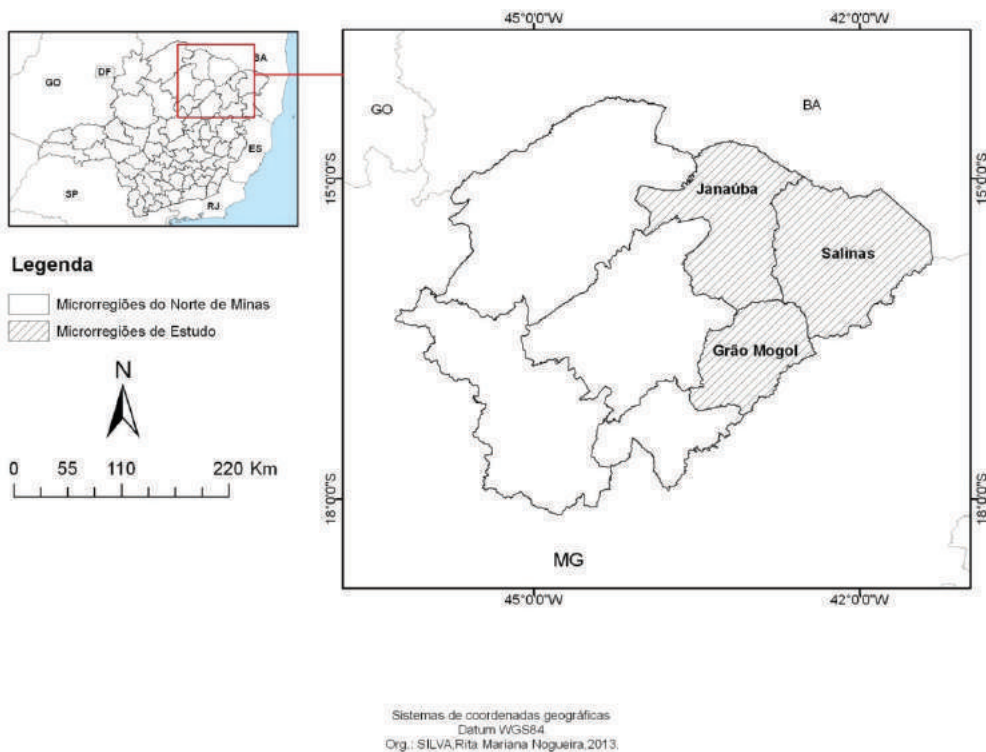


Figura 01 – Localização das Microrregiões de Estudo dentro da Mesorregião do Norte de Minas.

A Região de Estudo:[...]aquela envolvendo os municípios que abrigarão atividades minerárias nos próximos anos. Essa definição levou em consideração os Termos de Compromisso das empresas mineradoras protocolados junto ao Governo de Estado, informação essa apresentada pela SEDRU durante a reunião, e outras informações levadas à reunião pela SEDRU sobre a existência de projetos minerários para a região. Foi definida a Região de Estudo como aquela compreendendo os municípios de Grão Mogol (empreendimentos minerários da Vale, Mineração Minas Bahia - MIBA e Sul Americana Metais), Rio Pardo de Minas (Vale e MIBA), Riacho dos Machados (Vale, Carpathian Gold), e Porteirinha e Serranópolis de Minas (Vale). Foram definidas, ainda como integrantes da Região de Estudo Preliminar, os municípios de Janaúba, Salinas e Taiobeiras, por serem os três centros microrregionais que polarizam os demais municípios e sofrerão impactos diretos dos empreendimentos. CEDEPLAR¹, 2012, p.24 [adaptado].

A figura 2 traz a localização das quatro principais empresas que atuam e ampliarão suas atividades nas microrregiões de Grão Mogol, Janaúba e Salinas. Observa-se, a partir da figura 2, que há maior atuação dessas empresas, sobretudo na microrregião de Grão Mogol. Percebe-se, ainda, que a Sulamerican Metais possui atuação nas três microrregiões presentes na figura.

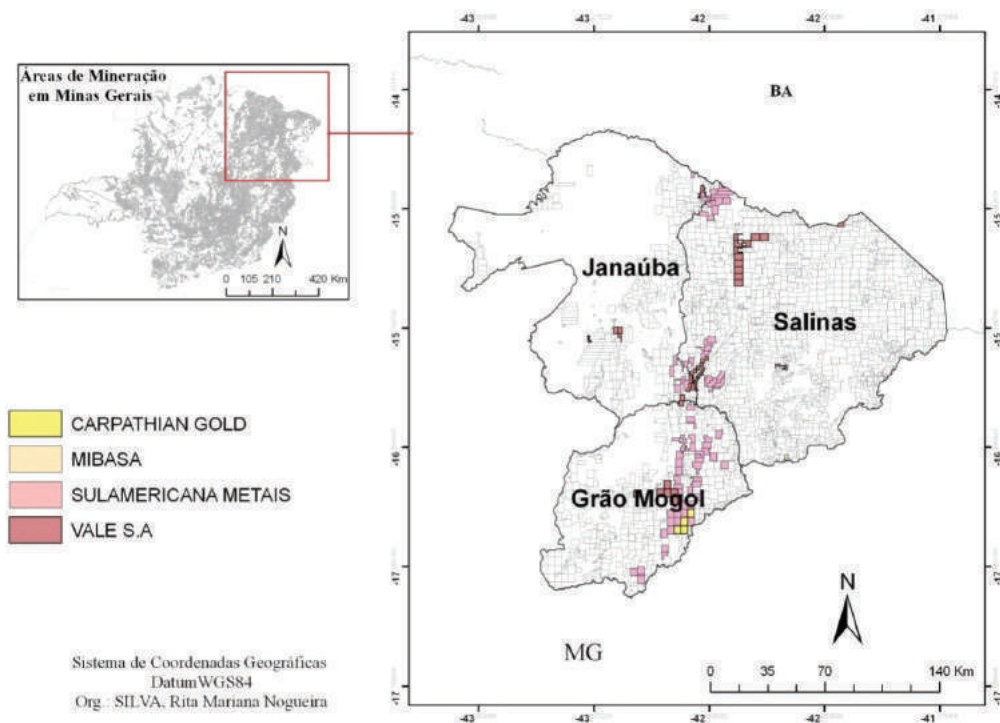


Figura 02 – Localização das empresas de mineração nas microrregiões de estudo.

Para se fazer uma avaliação mais coerente da realidade, juntamente com os mapas acima, segue-se a tabela (versão adaptada da tabela 9 elaborada no Produto 1 do CEDEPLAR¹, 2012, p.57). Assim, pode-se traçar um perfil das empresas, tipos de investimentos e localização específica que ocorrerão na região de estudo, com base nos protocolos de intenções assinados com o Governo do Estado de Minas Gerais.

A tabela 1 retrata os investimentos econômicos, a estimativa de retorno para essas multinacionais e sua alta lucratividade. Há, também, a possibilidade de

novos investimentos e/ou financiamentos serem feitos ao longo do desenrolar dos projetos. Em decorrência dessa possibilidade, não foi divulgado a perspectiva futura completa de investimentos e retornos das quatro empresas principais.

TABELA 01 – DADOS GERAIS DA MINERAÇÃO NA ÁREA DE ESTUDO

Nome da Empresa	Localização	Atividade (tipo de extração)	Investimento (R\$)	Estimativa de Produção (ton/ano)	Faturamento esperado
Sul Americana de Metais (SAM)	Grão Mogol, Padre Carvalho e Ilhéus	Minério de Ferro	R\$ 3,2 bilhões	25 milhões ton/ano	Não informado
Vale	Serranópolis de Minas, Riacho dos Machados, Grão Mogol e Rio Pardo de Minas	Minério de Ferro	R\$ 560 milhões	200 mil ton/ano	R\$ 90 milhões nos 03 primeiros anos
Mineração Minas-Bahia (Eurasian Natural Resources Corporation –Enrc)	Grão Mogol e Rio Pardo de Minas	Minério de Ferro	R\$ 3.615.420.000 bilhões	25 milhões ton/ano	R\$ 3,6 bilhões
Mineração Riacho dos Machados (Carpatian Gold)	Riacho dos Machados	Ouro	R\$ 250 milhões	2,2 milhões de ton/ano equivale a 100 mil onças de ouro	R\$ 100 milhões a R\$ 160 milhões a partir de 2012.

Fonte: CEDEPLAR, 2012.

Mesmo aparentemente tão atrativo, o Plano de Desenvolvimento Minerário tem sido duramente questionado. Em se tratando de Norte de Minas, não é esta a primeira tentativa de se promover o “desenvolvimento” da região. O modelo conceitual de desenvolvimento é criticado por Brito (2011, p.20) “Desenvolvimento econômico é uma expressão que pode ser criticada por

seu reducionismo e por certo determinismo econômico”. Dessa maneira, o referido autor adota como conceito de desenvolvimento econômico a noção de desenvolvimento das forças produtivas e acentuação da divisão social e territorial do trabalho e o papel da industrialização nesse processo.

É nesse sentido que o plano do governo de Minas Gerais para a mineração no Norte de Minas é combatido, pois apresenta apenas a visão do “desenvolvimento econômico”. Entidades como o Movimento dos Pequenos Produtores (MPA), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) vem lutando contra esse modelo de desenvolvimento incentivado pelo governo. Na cartilha: *Mineração no Norte de Minas – Não às Crateras da Cobiça*, defende-se a ideia de que as políticas de desenvolvimento não levam em consideração a opinião popular. Questiona-se, ainda, a prevalência dos interesses privados sobre as reais necessidades da população local, os impactos ambientais ocasionados da atividade mineradora, sobretudo, com relação à contaminação da água, a importação de mão-de-obra, a curta duração do projeto e o alto índice de devastação do ambiente natural.

É notório o descaso histórico e a desvalorização do que é tipicamente norte mineiro. As potencialidades locais são, em sua maioria, administradas pelos poderes públicos e exploradas pelo poder privado, sem que se o “bônus” chegue à sociedade local, proporcionalmente a sua necessidade e/ou contribuição. Dessa forma, o que os movimentos sociais e setores da sociedade reivindicam é essa nova oportunidade de se reescrever este quadro e não mais marginalizar a opinião destas pessoas.

No tocante à questão ambiental, estudos de Carmo (2011e 2012), sobre afloramentos de rochas ferruginosas, conhecidas como Cangas, apontam para um alto impacto ambiental na Região do Vale do Rio do Peixe Bravo, que está localizado na bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha, na região do município de Riacho dos Machados.

O autor supracitado inicia sua análise destacando a importância desse ecossistema, afirmando que “abrigam centenas de espécies raras, cavernas e locais de interesse para o estudo de antigos ambientes, e ainda fornece

serviços ecológicos vitais, como a recarga dos rios.” (CARMO, 2012 p. 49). Este autor reitera sua constatação, afirmando que

a partir desse contexto, a preservação dos afloramentos de cangas constitui ação estratégica para conservar importante parcela da biodiversidade brasileira. Ao mesmo tempo, essa atitude beneficiaria não apenas plantas e animais associados a esses ecossistemas, mas também a sociedade humana, garantindo a manutenção dos serviços e funções ecológicas, além da perpetuação do patrimônio cultural e ambiental para as próximas gerações. (CARMO, 2012 p.53).

Em outro trabalho, esse mesmo autor destaca que as cangas existentes na bacia do Rio do Peixe Bravo têm relevância superior a de outras áreas do sistema posto que:

representa uma oportunidade única no que se refere à perspectiva de uso racional e da repartição dos benefícios dos recursos naturais. Talvez seja o primeiro caso no país em que o geossistema ferruginoso contendo uma mega jazida ainda não explorada possa ser alvo de estudos ambientais sistemáticos. Esse novo sítio espeleológico atribui alta relevância ambiental para a região, sendo um novo alvo para criação de áreas de conservação desses sistemas ferruginosos pouco conhecidos. Logo, torna-se urgente aprofundar os estudos na região, bem como ampliar o arcabouço legal de proteção à área. (CARMO, 2011, p. 36).

Há a necessidade urgente de estudos ambientais detalhados nas regiões, em que serão implantados/ampliados as atividades de Mineração para que outros sistemas ambientais como o das cangas não sejam destruídos, o que causaria um desequilíbrio ecológico irreversível. Diante desse alerta, Carmo (2012) afirma que a legislação ambiental classifica a extração de minério de ferro como de alta magnitude e irreversíveis, por isso, determina que as mineradoras submetam à aprovação dos órgãos ambientais um plano de recuperação da área degradada, que permita obter um ambiente recuperado estável. Entretanto, Carmo destaca que em alguns estudos sobre a aplicação e os resultados desses planos, se constata a abordagem incompleta e superficial dos objetos investigados.

A partir da discussão estabelecida, percebe-se a real necessidade de um estudo mais completo sobre as consequências da exploração mineral, haja vista o tamanho da área a ser explorada e as peculiaridades e fragilidades sociais, culturais e ambientais. Além disso, os movimentos sociais e mesmo setores do meio acadêmico questionam a forma com que o plano foi criado, pois a opinião popular foi considerada, uma vez que o debate popular foi insuficiente.

Com isso, o que se espera é a coerência das medidas ambientais, sociais e econômicas pautadas em políticas públicas sérias e que prezem, numa visão ampla, de promoção do real desenvolvimento social aliada à sustentabilidade ambiental.

Considerações finais

Para se chegar ao desenvolvimento no Norte de Minas não basta simplesmente criar proposta de exploração dos recursos naturais a qualquer custo. Para uma proposta coerente e eficaz, que traga o desenvolvimento social de uma região com carências socioeconômicas é imprescindível estudos amplos que abarquem as visões de todos os atores envolvidos, principalmente aqueles que terão suas vidas alteradas diretamente. Por isso, os impactos sociais, ambientais e econômicos devem ser mensurados a curto, médio e longo prazo.

No caso do Norte de Minas Gerais várias entidades locais de representação de setores da sociedade, que estão ligadas diretamente aos afetados pela mineração, se posicionam contrárias ao avanço dos projetos minerários. Adotam essa posição por alegarem que essa situação já foi vivenciada e que os efeitos foram danosos para o meio natural e para as comunidades dessas regiões. Portanto, o que se prega é que o uso dos recursos naturais, sobretudo os não renováveis, como, por exemplo, os minerais, não devem estar desatrelados de uma visão ambientalista conservadora que vislumbre na plenitude os impactos e suas consequências.

Ao mesmo tempo, não se é pertinente se opor às necessidades dessas áreas e de suas populações, os baixos indicadores sociais e econômicos refletem a urgência na demanda de auxílio compatível com as potencialidades locais. Logo, faz-se necessário tentar analisar todos os meios que serão utilizados pela mineração para que os impactos sejam diminutos e para que o desen-

volvimento econômico chegue a promover também o desenvolvimento social e a proteção ambiental.

Referências

BRASIL - Ministério das Minas e Energias. **Plano Nacional de Mineração 2030**. Brasília, 2010. Disponível em: <www.mme.gov.br/.../Plano_Nacional_de_Mineraçao_2030>. Consulta...> Acesso em 28/09/2013.

BRITO, N. de M. **Mineração e desenvolvimento regional em Corumbá-MS**. Dissertação. 2011. (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2011. Disponível em: <www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-geografia/.../dissertacao-naman> Acesso em: 29/09/2013

CARMO, F. et.al. **Cangas: Ilhas de ferro estratégicas para a conservação**. Revista Ciência Hoje. Belo Horizonte, 2012. p. 48-53. Disponível em: <cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2012/295/pdf.../cangas295.pdf/.../file>. Acesso em: 05/10/2013

_____. **Novo sítio espeleológico em sistemas ferrugionosos, no vale do Rio do Peixe Bravo**, Norte de Minas Gerais, Brasil. Revista Espeleo Tema. v.22, p.25-39. Campinas, 2011. Disponível em: <www.sbe.com.br/espeleo-tema/espeleo-tema_v22_n1_025-039.pdf>

Acesso em: 21/10/2013.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL. Plano regional estratégico em torno de grandes projetos minerários no Norte de Minas. Belo Horizonte, 2012. Produto 01.

_____. **Plano regional estratégico em torno de grandes projetos minerários no Norte de Minas**. Belo Horizonte, 2013. Produto 02.

_____. **Plano regional estratégico em torno de grandes projetos minerários no Norte de Minas**. Belo Horizonte, 2013. Produto 03.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Perfil de Minas Gerais** 2012. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <www.fjp.gov.br/index.php/>

component/.../987-perfil-2012completofjp>. Acesso em: 15/10/2013.

COELHO, T. P. **Subdesenvolvimento e dependência**: um debate entre o pensamento da Cepal dos anos 50s e a Teoria da Dependência. In.:REVISTA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA. Nº 04, 2010, p. 01-13. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/UAs/se/departamentos/sociologia/pespectiva_sociologica/Frameset.htm>

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Mineração no Norte de Minas**: não às crateras da cobiça. (folheto).

ESTEVES, M. **Grão Mogol**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1961.

GÓES, F. **Investimento mundial em mineração alcança US\$ 735 bi, diz consultoria**. Valor Econômico. São Paulo, 24 set. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3281128/investimento-mundial-em-mineracao-alcanca-us-735-bi-diz-consultoria>>

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Plano de governo 2011-2014**. Belo Horizonte, 2011.

GUTIERRES, H. E. P. **A efetividade da gestão ambiental nas empresas de mineração no estado da Paraíba na ótica das comunidades**. Dissertação. 2011. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011. Disponível em: <www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/henrique_gutierrez.pdf>. Data do acesso: 01/10/2013.

IGLESIAS, H. V. **O papel do Estado e os paradigmas econômicos na América Latina**. In.:REVISTA CEPAL – Número especial em Português, 2010, p. 45-53. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/39559/P39559.xml&xsl=/revista/tpl/p9f.xsl&base=/revista/tpl/top-bottom.xslt>>

RODRIGUES, L. **Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente**. In.:OLIVEIRA, F. et al. Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

Recebido para publicação em março de 2014
Aceito para publicação em junho de 2014

O USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA ÁREA URBANA DE MONTES CLAROS-MG: REFLEXÕES A PARTIR DA POPULAÇÃO ATENDIDA NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DO BAIRRO MORRINHOS

Yara Maria Soares Costa da Silveira¹
Júlio César de Lima Ramires^{**}

Resumo: Conhecer os possíveis usos das plantas medicinais, pela população atendida na Estratégia de Saúde da Família (ESF), na Micro-área 01, da Meso-área II, do Bairro Morrinhos em Montes Claros MG. Metodologicamente realizou-se uma ampla revisão bibliográfica utilizando livros, artigos e periódicos que discutem acerca da utilização das plantas medicinais; adotou-se também a pesquisa quali-quantitativa, onde se utilizou da aplicação de questionários semi-estruturados, aplicados aleatoriamente a 25% das famílias da Micro-Área. A partir dos dados, traçou-se o perfil da população estudada, identificou-se as famílias que fazem uso de plantas medicinais frequentemente e quais são as espécies mais usadas e seus diversos aplicativos. Contatou-se que a maioria das plantas são preparadas em forma de chás e cultivadas nas residências, onde os conhecimentos acerca do uso e preparo são obtidos na família e vizinhança. As espécies são utilizadas popularmente e possuem propriedades curativas comprovadas cientificamente, necessitando de orientação correta sobre o uso e cultivo. A pesquisa oportunizou conhecimentos acerca da utilização das plantas medicinais; 63% das famílias entrevistadas as usam, o que é significativo. No entanto, grande parte da utilização é feita por idosos e sem orientação especializada por parte dos Agentes da ESF ou de outros profissionais da área.

1 Professora e pesquisadora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes, doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU. E-mail: yara.mariasilveira@gmail.com

*** Professor e Pesquisador do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Pós doutorando em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. E-mail: ramires_julio@yahoo.com.br.*

Palavras-Chave: Plantas Medicinais. Estratégia Saúde da Família. População. Bairro Morrinhos. Micro Área I.

THE USE OF MEDICINAL HERBS ON THE URBAN AREA OF MONTES CLAROS - MG: REFLEXIONS FROM THE POPULATION ASSISTED BY THE FAMILY HEALTH STRATEGY OF THE MORRINHOS NEIGHBORHOOD

Abstract: To know the possible uses of medicinal herbs by the population assisted by the Family Health Strategy (Estratégia de Saúde da Família – ESF), in the micro-area 01, of meso-area II, of the Morrinhos neighborhood in Montes Claros - MG. On methodology, an extensive bibliography research was performed, using books, journals and articles that discuss about use of medicinal plants. Qualitative and quantitative research was adopted, using also application of semi-structured questionnaires, randomly applied to 25% of families in the micro-area. From the data, was possible to draw the profile of the studied population, identify families using medicinal plants often and what are the species most used and their applications. It was found that most plants are prepared in the form of teas and cultivated home, where knowledge about the use and preparation are obtained from family and neighborhood. The species are popularly used and have scientifically proved healing properties, requiring proper orientation on use and cultivation. The survey provided an opportunity to know about the use of medicinal plants, 63% of the interviewed families use them, which is significant. However, much use is made by the elderly and without expert guidance by agents of ESF or other competent professionals.

Keywords: Medicinal herbs. Family Health Strategy. Population. Morrinhos neighborhood. Micro-area 1.

Introdução

O uso terapêutico das plantas medicinais na saúde humana constitui-se prática milenar, historicamente construído no senso comum, articulando cultura e saúde, aqui interdependentes, e inseridas em um determinado contexto histórico. Desde os primórdios a civilização humana buscou na natureza soluções para

os males físicos ou espirituais que a assolavam. Aqui, parafraseando Santos (2000), nessa época cabia aos feiticeiros e aos deuses a tarefa de curar os doentes, onde se uniam magia e religião ao saber empírico das práticas de saúde. Alvim et. al (2006) enfoca que na antiguidade surgiu outra abordagem a partir do pensamento hipocrático estabelecendo-se relação entre ambiente e estilo de vida das pessoas. Aqui, os processos de cura deixam de ser vistos apenas com enfoque espiritual e místico, entendendo-se a doença como fenômeno natural. Simultaneamente, os povos orientais desenvolveram um sistema lógico, onde o organismo é percebido como parte integrante do universo.

A saúde nas sociedades da Antigüidade obedecia a contextos culturais singulares, baseados no holismo. Depois da Idade Média, renasce o interesse pelo mundo material e o homem passa a ser visto como centro do universo, em contraposição ao divino e sobrenatural. Dá-se a “revolução intelectual”, época de importantes conquistas no campo filosófico e da ciência.

Os séculos XVI e XVII foram marcados pelo surgimento de novo paradigma, a “Revolução Científica”. Nela a produção da ciência fica “restrita” a fenômenos matemáticos e quantificáveis, repercutindo na instalação do modelo de saúde que substituiu a concepção holística do Universo, pela noção de mundo máquina. Burke (1989) afirma que, com a consolidação do positivismo nos fins do século XIX e início do século XX, ocorreu ruptura do conhecimento metafísico e ênfase no desenvolvimento da pesquisa experimental. Os cientistas priorizam o corpo humano e a assistência à saúde passa a seguir a orientação cartesiana e mecanicista, que permanece na Contemporaneidade.

Dentro desta visão a saúde é considerada sob a óptica biológica como ausência de doenças. O conhecimento e as terapêuticas anteriormente empregadas na saúde humana, a exemplo das plantas medicinais, entre outras práticas de origem popular, foram marginalizados por não ter base científica, fator que inibe, simultaneamente, a cultura e medicina popular. Furtado (1984) ressalta que, no Brasil, tais transformações no mundo da ciência e da economia ocorreram mais tardiamente, o que colaborou para que a prática de saúde popular permanecesse hegemônica até o início do XX.

Entretanto, segundo o mesmo autor, esta hegemonia começou a ser rompida com a institucionalização dos serviços de saúde e o advento da alopatia. Até

essa ocasião, o uso popular de plantas medicinais era associado aos recursos naturais. Neste contexto, esses tratamentos também significavam a única alternativa de cura das doenças de boa parte da população. As práticas não convencionais de saúde, em especial as plantas medicinais, começaram a ser desprestigiadas, pois, segundo estas concepções, tais práticas não faziam parte do saber especializado, comprovado pela lógica da ciência, e tudo o que não era explicado e demonstrado cientificamente, era descartado como saber e como ciência.

Para Carlini (1983), o saber médico hegemônico imperou, perseguindo e proibindo as práticas não oficiais, os charlatães, curandeiros e tantas outras-pessoas do povo, por serem considerados incapazes de exercer a arte de curar. Segundo a autora, a ideologia do capital deu ênfase à formação e atuação dos profissionais de saúde, calcada ainda hoje no modelo biomédico de assistência e prática alopática. Carlini ainda afirma que, no fim da década de 1980 e início dos anos 1990, algumas práticas populares, dentre elas o uso terapêutico das plantas medicinais, começam a ser resgatadas no meio científico, não no sentido de se contraporem às alopáticas, mas de atuarem como complementares às práticas de saúde vigentes. Percebe-se na atualidade que, mesmo que a alopatia permaneça hegemônica, outras formas de tratamento são reconhecidas, como, por exemplo, o uso das plantas medicinais.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo conhecer os possíveis usos das plantas medicinais pela população atendida na Estratégia de Saúde da Família - ESF, na Micro-área 01 da Meso-área II do Bairro Morrinhos em Montes Claros MG - Brasil.

A pesquisa está estruturada em cinco partes: Introdução à medicina popular e o uso das plantas medicinais, a Estratégia de Saúde da Família e, em seguida, descreve-se sobre aspectos pontuais da área pesquisada. Na seqüência, são expostos os dados pesquisados, baseando-se no objeto proposto e, por último, são mostrados os aspectos conclusivos do trabalho.

A metodologia constituiu-se de revisão bibliográfica utilizando livros, artigos e periódicos que discutem acerca da utilização das plantas medicinais, principalmente Besen (2007), Branquinho (2007), Carlini (1983), Furtado (1984) e Brasil (2006); adotou-se também a pesquisa quali-quantitativa, com

questionários semi-estruturados aplicados aleatoriamente a 25% das famílias da Micro-Área. A partir dos dados, traçou-se o perfil da população estudada, identificou-se as famílias que fazem uso de plantas medicinais frequentemente e quais são as espécies mais usadas e seus diversos aplicativos. Foram ainda elaborados mapas, gráficos e figuras, para as quais os indivíduos retratados deram permissão para sua utilização em trabalhos científicos.

Cultura, medicina popular e plantas medicinais

Vários conceitos de cultura permeiam a sociedade brasileira, variando somente em alguns enfoques. Em um sentido amplo, cultura pode ser compreendida como tudo que é produzido pelo ser humano, aquilo que não é natureza intocada. Burke (1989) ressalta que a cultura local é percebida como cultura popular onde a prática grupal não se opõe, constituindo uma unidade cultural. Tais manifestações culturais migram de espaço em espaço e o processo de adaptação torna-se mais significativo ou não, dependendo da sociedade ou do grupo em que ele está inserido. Assim, medicina popular e cultura local estão intimamente ligadas, uma vez que tal “medicina” pode ser entendida como hábitos e costumes de uso de plantas medicinais para cura de doenças que afetam determinada sociedade ou grupo, onde os conhecimentos acerca das plantas medicinais são adquiridos pelo grupo ou sociedade e passados de geração em geração, constituindo um saber empírico.

Santos (2000) descreve que a prática da medicina popular pode ser entendida como um corpo de conhecimentos médicos, desenvolvidos numa dinâmica própria tendo suas bases nos saberes empíricos partindo do contexto sócio-cultural e econômico em que está inserida. A mesma sofre mudanças determinantes que advêm das trocas de informações e da convivência entre os grupos sociais, numa troca recíproca de conhecimentos.

No que se refere à formação histórica e cultural do povo brasileiro a mesma tem suas raízes no processo de mundialização da Europa, processos esses que repercutiram na formação da cultura brasileira. Furtado (1984) ressalta que, durante os primeiros três séculos do período colonial, desenvolve-se no Brasil uma cultura baseada nos moldes da cultura portuguesa. No entanto, eram agregados a ela valores culturais dos povos dominados. Camargo (1995)

comenta que o uso de plantas medicinais no Brasil resulta dessas. A mesma sofre mudanças determinantes que advêm das trocas de informações e da convivência entre os grupos sociais, numa troca recíproca de conhecimentos.

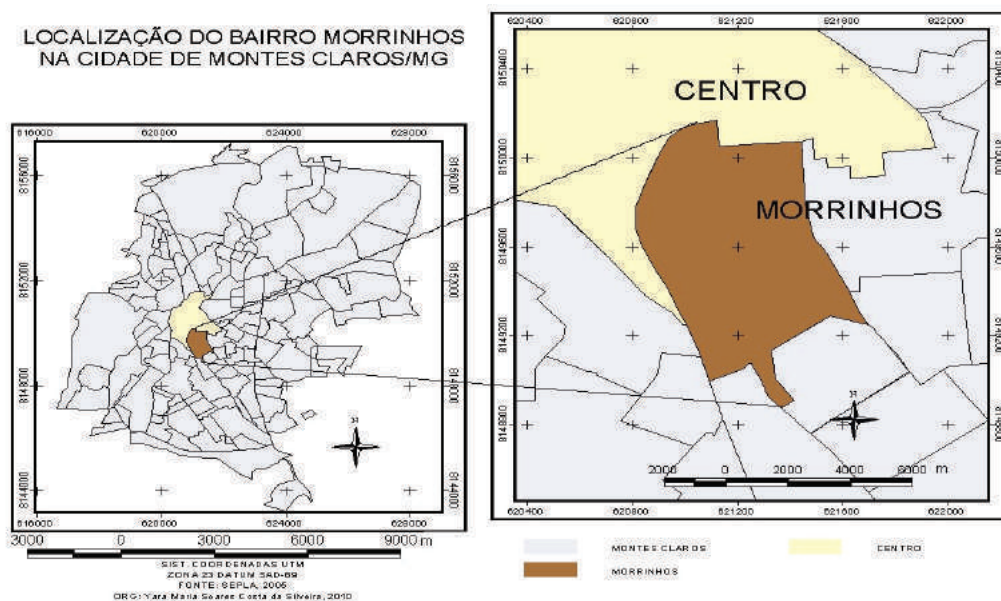
A prática da medicina popular através do uso das plantas, segundo Low et al (1993), remonta a muitos séculos atrás. Verifica-se que, apesar de o homem usar as plantas medicinais há milhares de anos e muitas delas serem conhecidas no mundo todo, ainda há uma enorme quantidade destas sobre as quais a Medicina pouco sabe ou nada conhece a respeito dos seus poderes curativos. Assim, é preciso que se desenvolvam trabalhos voltados para conhecimento e catalogação dos seus usos para fins terapêuticos. Nesse sentido, sabe-se que na riquíssima flora brasileira existem espécies de plantas que ainda não foram estudadas, sendo muitas delas usadas há muito tempo pela população de modo geral e que futuramente poderão auxiliar no tratamento de doenças que hoje são consideradas incuráveis.

Estratégia da Saúde da Família-ESF

Roncolleta, (2003) apud Besen (2007), ressalta que a Estratégia da Saúde da Família- ESF teve início em meados de 1993, sendo regulamentada de fato em 1994, como uma estratégia do Ministério da Saúde-MS para mudar a forma de prestação de assistência, e que visava estimular a implantação de um novo modelo de atenção primária que resolvesse a maior parte (cerca de 85%) dos problemas de saúde. Este programa tem como objetivo priorizar ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas de modo contínuo agindo também na prevenção das doenças. Dentro da Estratégia da Saúde da Família-ESF o acompanhamento dos pacientes é feito através das Unidades Básicas de Saúde-UBS e também nos domicílios onde os agentes, juntamente com outros profissionais da saúde, fazem visitas mensais para acompanhamento dos casos de doenças crônicas como hipertensão, diabetes, doenças cardíacas, entre outras. Assim, esses profissionais e a população acabam por criarem vínculos de co-responsabilidade, o que facilita a identificação e o atendimento dos problemas de saúde da comunidade. Da Ros (2006); Brasil (1997); Roncoletta (2003) ressaltam que é necessária a vinculação dos profissionais com a comunidade, além da perspectiva de promoção de ações intersetoriais. A cidade de Montes Claros possui, atual-

mente, 73 equipes completas da Estratégia de Saúde da Família, segundo a Secretaria de Saúde de Montes Claros (2010).

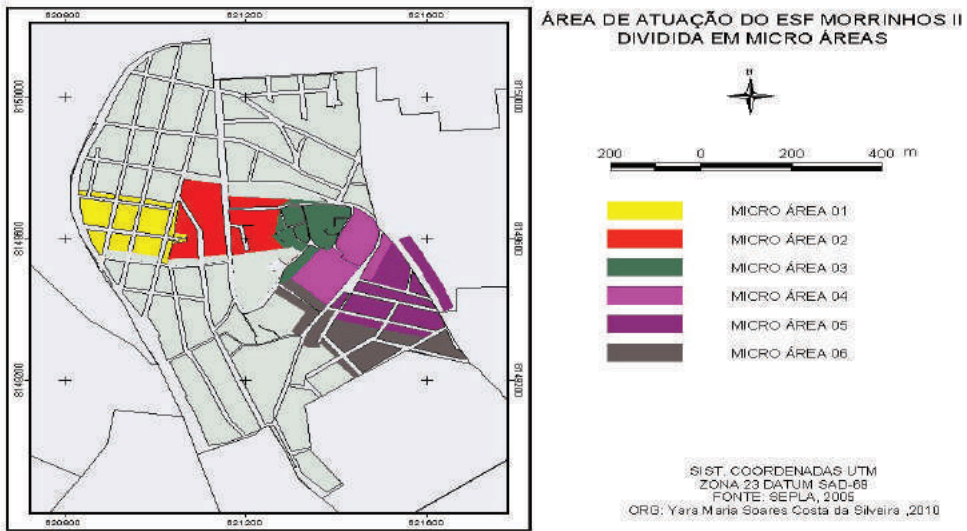
Caracterização da área de estudo



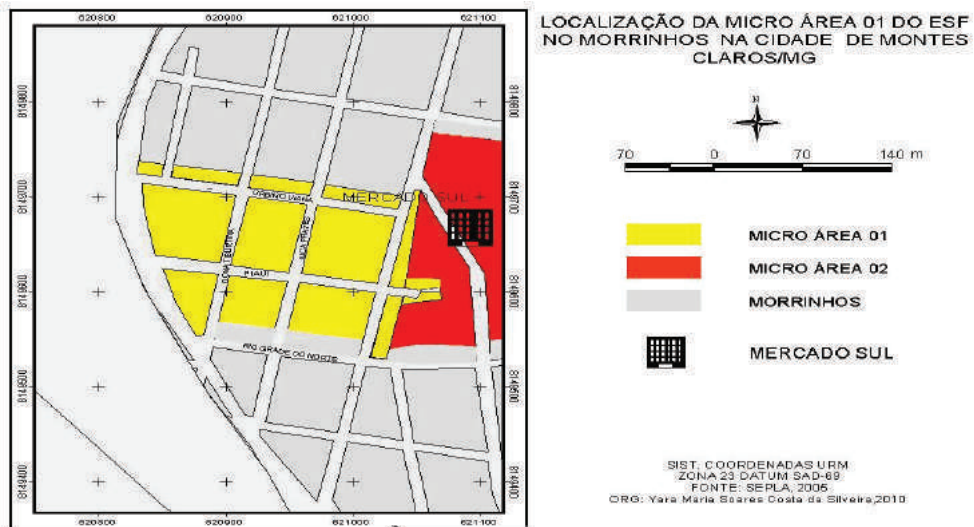
Mapa 01: Localização do bairro Morrinhos na cidade de Montes Claros-MG
Fonte: SIST COORDENADAS URM; ZONA 23 DATUM SAD-69; SEPLA, 2005.
Organização: Silveira, (2010).

Como demonstrado, no mapa 01, o bairro Morrinhos, onde está inserida a Micro área I, objeto desta pesquisa, localiza-se na área central da cidade de Montes Claros, MG. Há no Bairro 9.751 pessoas cadastradas na base de dados da UBS, cujo atendimento é dividido em três áreas, cada uma sob responsabilidade de uma equipe, sendo três as ESF no bairro (BORGES, 2007; OLIVEIRA e ASTERGGER, 2008; VALIATI, 2008). Cada área é dividida em seis micro-áreas de risco, totalizando assim, dezoito micro-áreas. As classificações de micro-áreas de risco seguem, em geral, os critérios de perfil sanitário, econômico e social do bairro.

Os mapas 02 e 03 a seguir mostram as micro-áreas de atuação da ESF no Bairro Morrinhos e a localização da micro-área I, objeto da pesquisa:



Mapa 02: Área de atuação da ESF Morrinhos dividida em Micro-Área
Fonte: SIST COORDENADAS URM; ZONA 23 DATUM SAD-69; SEPLA, 2005.
Organização: Silveira, (2010).



Mapa 03: Localização da Micro-Área 01 do ESF no Morrinhos
Fonte: SIST COORDENADAS URM; ZONA 23 DATUM SAD-69; SEPLA, 2005.
Organização: Silveira, (2010).

Na micro-Área I, estão cadastradas, de acordo com a pesquisa realizada e dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Montes Claros (2010), 145 famílias, totalizando 525 pessoas, com média de 04 indivíduos por família, distribuídos em 43% do sexo feminino e 57% do sexo masculino, onde a faixa etária com maior quantidade de indivíduos é a dos adultos, totalizando 59%. A partir da pesquisa verificou-se que as famílias vivem em boas condições sanitárias. Sobre a infraestrutura, observou-se que 100% dos pesquisados são abastecidos com água tratada e rede de esgoto; 94% das famílias utilizam a filtração como a única forma de tratamento de água em seus domicílios e, 6% delas, consomem a água sem nenhum tratamento. Ainda, sobre a Micro-Área em estudo verificou-se que 100% dos domicílios se servem da coleta de lixo pública como destino final dos seus resíduos. No que se refere às residências, observou-se que 100% delas são de alvenaria e usam energia elétrica. Das 145 famílias residentes no local, apenas 25% delas possuem planos de saúde particulares, enquanto os outros 75% são atendidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Resultados da pesquisa

No atual momento, as grandes pesquisas químicas e farmacêuticas favoreceram a cura e o alívio para males que assolaram a humanidade por séculos, mas a grande quantidade de remédios alopáticos desenvolvidos não resolveu os problemas de saúde da grande maioria da população segundo Akerele (1993) apud Veiga (2008). Segundo o autor, 80% não possuem acesso ao atendimento primário à saúde, devido a diversos fatores como estarem distantes dos centros de saúde ou não possuírem recursos para adquirirem os medicamentos prescritos. Assim, as terapias alternativas, entre elas as plantas medicinais, apresentam-se como uma das formas de tratamento, fator que pode ser percebido também na pesquisa, onde 63% dos entrevistados declararam fazer uso de alguma planta medicinal.

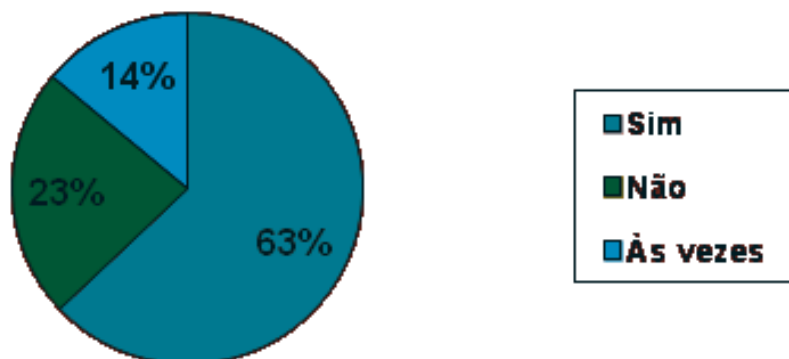


Gráfico 01: Percentual de famílias que utilizam remédios caseiros por residência na Micro-área I.

Fonte: Pesquisa Direta.

Organização: Silveira, 2010.

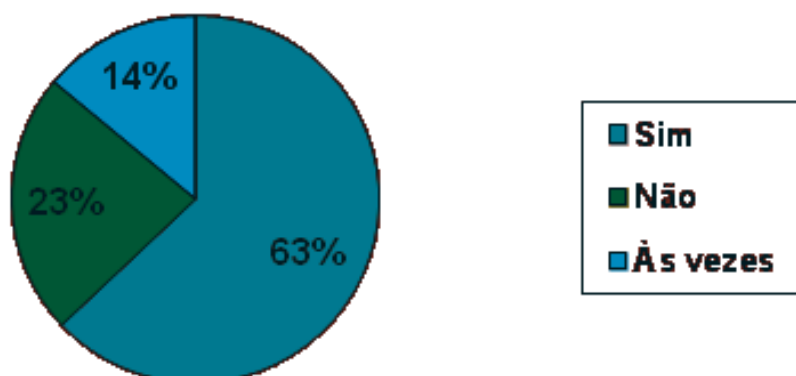


Gráfico 02: Principais usos das plantas medicinais pela população da Micro-Área I.

Fonte: Pesquisa Direta.

Organização: Silveira, 2010.

A figura 01 vem demonstrar a utilização das plantas medicinais pela população da micro-área estudada. A moradora 01 cultiva no pequeno espaço do seu quintal diversas delas em vasos e canteiros, destacam-se: Alecrim, Boldo, Temperão, Alfavaca (denominações populares), dentre outras.



Figura 01: Moradora 01, do bairro, no quintal da sua casa: demonstração do cultivo de plantas medicinais.

Autor: Silveira (2010).

Na figura 02, outra demonstração do cultivo e uso das plantas medicinais no pequeno espaço disponível no quintal da moradora 02, onde se percebem a presença de Trançagem, Alecrim, Boldo, Babosa, Anador (nomes populares) e outras.



Figura 02: Moradora 02, do bairro, no quintal da sua casa: demonstração do cultivo de plantas medicinais.

Autor: Silveira (2010).

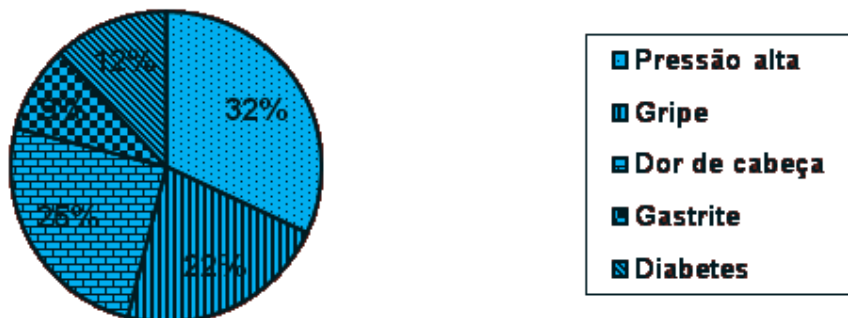


Gráfico 03: Doenças e enfermidades mais comuns na família.

Fonte: Pesquisa Direta. **Organização:** Silveira, 2010.

Segundo Vieira (1992) as plantas medicinais brasileiras não apenas curam, mas realizam “milagres”. Através da pesquisa foi possível verificar que as pessoas entrevistadas costumam fazer uso das plantas medicinais em situações comuns de enfermidades tais como pressão alta (32%), dores de cabeça (25%), gripe (22%) e, em menores percentuais, gastrite e diabetes, como pode ser observado no gráfico 03. Sendo que, em situações de maior complexidade, não se utilizam as plantas medicinais. Outras relatam que não fazem uso de nenhum tipo de plantas medicinais, sob nenhuma hipótese. Deve-se notar, no entanto, que é lamentável o fato de não ocorrer uma maior informação acerca dos benefícios do uso das plantas medicinais para a população. Tal fato pode se dar também por muitas vezes os próprios profissionais da saúde não saberem lidar ou terem informações precisas acerca do uso das plantas medicinais. Uma boa forma de se trabalhar esse assunto com a comunidade juntamente com equipes de PSF seria por meio de um maior provimento de informações a respeito desse tema, adaptando-as a realidade da população local.

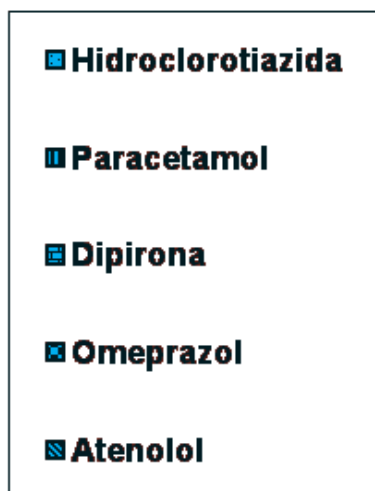
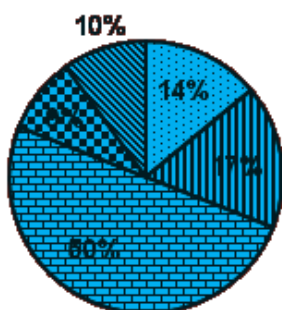


Gráfico 04: Principais remédios farmacêuticos utilizados.
Fonte: Pesquisa Direta. **Organização:** Silveira, 2010.

Pode-se perceber, na análise de dados do gráfico 04, que os remédios mais utilizados pela população pesquisada remetem a medicamentos alopáticos direcionados ao tratamento da hipertensão arterial, de dores em geral e da gastrite.

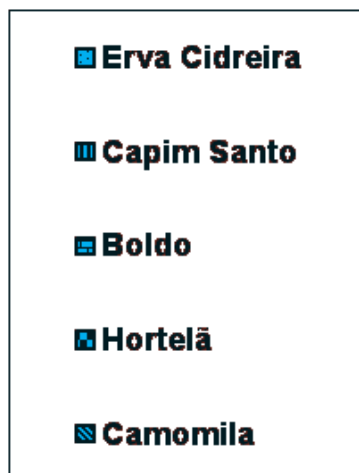
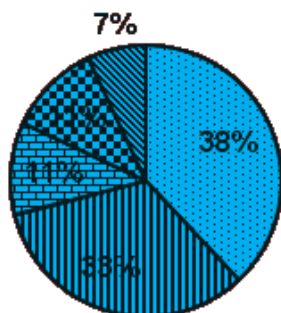


Gráfico 05: Principais plantas medicinais utilizadas por família.
Fonte: Pesquisa Direta. **Organização:** Silveira, 2010.

Após a análise dos dados verificou-se que a utilização de plantas medicinais ocorre de forma mais acentuada por parte da população idosa, fato que

remete à cultura dos antepassados. Os pesquisadores observaram que os adultos jovens e crianças vêm perdendo o hábito de usar as plantas medicinais. Observou-se ainda que: 40% dos idosos da família utilizam com frequência as plantas, 20% os adultos disseram fazer uso principalmente da Camomila (*Matricaria chamomilla*) e apenas 10% dos jovens utilizam-se dessas. Pode-se assim perceber que vem ocorrendo uma perda gradativa da cultura do uso das plantas medicinais por parte da população mais jovem. Faz-se necessária a implementação de programas que tenham como objetivo envolver a comunidade no cultivo e utilização de jardins ou hortas medicinais, priorizando a promoção da saúde através da medicina popular. No entanto, são também necessárias pesquisas que apontem os benefícios de hortas medicinais para promoção e melhoria da saúde pública e, através desses trabalhos, poderia também ocorrer um resgate da cultura popular dessa comunidade.

A figura 03, abaixo, demonstra que mesmo com a perda da cultura do cultivo e uso das plantas medicinais por essa população, esta cultura permanece viva por parte dos moradores mais idosos, da micro-área, como se comprova nas figuras 01, 02 e na figura 03 exposta abaixo. Pode-se verificar novamente a presença de Alecrim, Boldo, Trançagem (nomes populares), além de árvores frutíferas, como Abacateiro, Mamoeiro e Coqueiro Anão.



Figura 03: Bricolagem - Moradora 03, do bairro no quintal da sua casa: demonstração do cultivo de plantas medicinais.

Autor: Silveira (2010).

Segundo Rigueiro (2007), plantas medicinais podem ser entendidas como: “Aqueles plantas cujo princípio ativo é capaz de aliviar ou curar enfermidades”. Segundo o autor, sua utilização data de épocas antigas, quando o homem procurava na natureza por plantas que lhe curassem ou aliviassem sua dor. Por tentativa e erros, o homem descobre a cura, passando esse conhecimento às gerações posteriores. Perguntadas sobre quais as principais plantas medicinais utilizadas por família, 38% das famílias citaram a Erva Cidreira (*Melissa officinalis*), 33% o Capim Santo, 11%, o Boldo (*Peumus boldus*), outras 11%, a Hortelã (*Mentha piperita*) e 7%, a Camomila (*Matricaria chamomilla*). As plantas mais utilizadas pela população da Micro-Área I são aquelas que as pessoas podem cultivar em suas próprias casas e por esse motivo terem um maior acesso as mesmas.

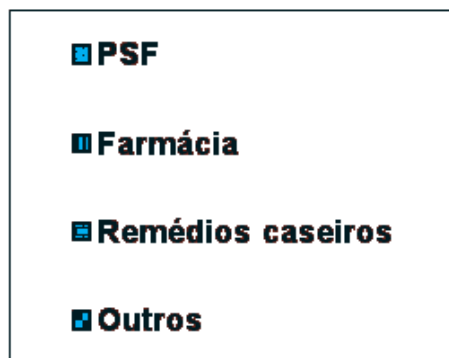
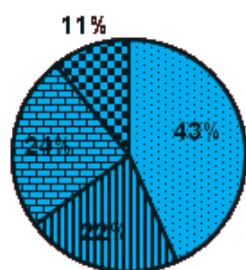


Gráfico 06: Em caso de doença recorre a.
Fonte: Pesquisa Direta. **Organização:** Silveira, 2010.

Baseados em tradições diferentes, os dois tipos de conhecimentos, a medicina científica e a popular, refletem modos específicos de relação com a natureza e de entendimento da saúde. Branquinho (1999) diz que o diálogo entre ambas, revela falsas e antigas oposições, que merecem ser revistas, oposições estas existentes entre a fé e a razão, o mito e o método, a imaginação e a lógica. Pode-se perceber que mesmo que esses dois modos de conhecer e lidar com a saúde sejam caracterizados por sistemas de idéias e práticas que aparentemente se opõem, guardam entre si profundas conexões.

Considerações finais

O uso das plantas medicinais como recurso terapêutico não é saber adquirido por meios científicos. Trata-se de saber oriundo da prática, da história e temporalidade legitimadas e difundidas pelo povo.

Os resultados obtidos demonstram o grande emprego das plantas para o tratamento das diversas doenças, pela população atendida pela Estratégia da Saúde da Família na Micro Área I do bairro Morrinhos. No entanto, percebe-se também que vem ocorrendo uma perda dessa cultura pela população mais jovem, uma vez que poucos indivíduos entre os pesquisados jovens declaram fazer uso desse recurso.

Assim, fica clara a necessidade de um resgate cultural no que se refere ao uso das plantas medicinais, pois representa também a cultura de um povo, além de sua utilização representar benefícios à população tanto no âmbito financeiro, como em qualidade de vida e bem-estar.

A equipe da Estratégia Saúde da Família, na promoção da saúde e atenção integral, poderá incentivar e colaborar com a expansão dessa prática através dos grupos educativos orientando cientificamente para os diversos usos das plantas medicinais.

Referências

ALVIM et al. O uso de plantas medicinais como recurso terapêutico: das influências da formação profissional às implicações éticas e legais de sua aplicabilidade como extensão da prática de cuidar realizada pela enfermeira. *Rev Latino-am Enfermagem*, v.14, n.3, mai./jun. 2006. Disponível em www.eerp.usp.br/rlae. Acesso em 01.set.2007.

BESSEN, B.C. A Estratégia Saúde da Família como Objeto de Educação em Saúde. *Revista Saúde e Sociedade* v.16, n.1, p.57-68, jan-abr 2007.

BORGES, M. D. Processo de re-territorialização do Programa Saúde da família do bairro Morrinhos – Equipe I. Relatório de Estágio Curricular do Curso de Enfermagem. Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências

Biológicas e da Saúde, Departamento de Enfermagem, 2007.

BRANQUINHO, T.F. Da “química” da erva nos saberes popular e científico. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº971, de maio de 2006. Aprova política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, n.84, seção1, 2006.p.19.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1882, de 18 de dezembro de 1997. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

BURKE, P. A cultura popular na idade moderna. S. Paulo, Cia. das Letras, 1989.

CAMARGO, M.T.L. ARRUDA; Medicina popular. Aspectos metodológicos de pesquisa, ALMED, São Paulo. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas Vol.44, n.4, out./dez.1995.

CALDEIRA, A.P. et al. Conhecimentos e práticas de promoção do aleitamento materno em Equipes de Saúde da Família em Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(8):1965-1970, ago, 2007.

CARLINI, E. A. Pesquisas com plantas medicinais usadas em medicina popular. Rev. Ass. Med. Bras., v.29, p.109-110, 1983.

DA ROS, M.A. Políticas públicas de saúde no Brasil. In: BAGRICHEVSKI, M. (Org.). Saúde em debate na Educação Física. Blumenau: Nova Letra, 2006. p.44-66.

FURTADO, C. Cultura e desenvolvimento em época de crise, ed.paz e terra economia 2ºed. Rio de Janeiro, 1984.

LOW, T.; RODD, T.; BERESFORD, R. Segredos e virtudes das plantas medicinais: um guia com centenas de plantas nativas e exóticas e seus poderes curativos. Rio de Janeiro: Reader´s Digest Livros, 1994.

OLIVEIRA, M. D. B.; ASTEGGER, S. K. Secretaria Municipal de Saúde – Montes Claros (MG). Relatório de Territorialização do bairro Morrinhos. Montes Claros, 2008.

RONCOLLETA, A.F.T. et al. Princípios da medicina de família. São Paulo: Sombramfa, 2003.

RIGUEIRO, M.P. Plantas Medicinais. Disponível em < <http://saudealternativa.org/2007/07/23/plantas-medicinais/> >. Acesso em 19/03/2010.

SANTOS, F.S.D. dos. Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. VI (suplemento), 919-939, setembro 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTES CLAROS. Sistema de Informação da Atenção Básica de Saúde de Montes Claros. Montes Claros (MG): Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2010.

VALIATI, P. M. Secretaria Municipal de Saúde – Montes Claros (MG). Territorialização da Unidade de Saúde da Família do bairro Morrinhos – Equipe 03. Montes Claros, 2008.

VEIGA JUNIOR, V.F. Estudo do consumo de plantas medicinais na Região Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro: aceitação pelos profissionais de saúde e modo de uso pela população. Rev. bras. farmacogn., João Pessoa, v. 18, n. 2, Junho 2008 .

VIERA, L.S. Fitoterapia da Amazônia. São Paulo: Ceres, 1992.

Recebido para publicação em março de 2014
Aceito para publicação em junho de 2014

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A DINÂMICA IMOBILIÁRIA NA CIDADE MÉDIA DE MONTES CLAROS/MG

Iara Soares de França¹
Maria Ivete Soares de Almeida²
Ricardo dos Santos Oliveira³
Caroline Gabriele Trindade Queiroz⁴

Resumo: A produção do espaço urbano como um processo dinâmico que permeia a dimensão social, política, cultural e econômica materializa-se na cidade sob diversos aspectos, alterando sua morfologia, sua extensão, paisagem e conteúdo social. O capitalismo moderno como base da produção da cidade atual encontra nos agentes produtores do espaço urbano a condição de moldar este espaço seguindo suas próprias lógicas. Neste contexto, a cidade expande-se horizontalmente a partir da incorporação de novas áreas no tecido urbano e verticalmente por meio da construção dos edifícios. Nessa perspectiva, este artigo analisa a produção dos condomínios fechados e loteamentos fechados e o processo de verticalização na cidade média de Montes Claros/MG, após a década de 1970. Para isso, procura-se problematizar a atuação dos agentes produtores do espaço urbano no surgimento desses novos padrões de moradia, negócios, ou ambos, e, conseqüentemente, na expansão desta cidade, na especulação imobiliária, assim como na mudança

1 Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU e Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. isfufu@yahoo.com.br

2 Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Mestre em Geografia - UFG. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial - Pontifícia Universidade Católica - PUC Minas. ivetegeo@yahoo.com.br

3 Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Professor da Rede Pública Estadual de Montes Claros/MG e atualmente cursa a Especialização em Geografia Escolar (2013-2014). ricardoliveira.port@hotmail.com

4 Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Bolsista de Iniciação Científica da FAPEMIG - UNIMONTES. carolinetrindade14@yahoo.com.br

dos seus conteúdos espaciais, infraestruturais e socioeconômicos.

Palavras-Chave: Produção do Espaço Urbano. Expansão Urbana Horizontal e Vertical. Dinâmica Imobiliária. Montes Claros/MG.

PRODUCTION OF URBAN SPACE AND THE REAL ESTATE DYNAMIC IN MONTES CLAROS/MG

Abstract: The production of urban spaces as a dynamic process that permeates the social, political, cultural and economical dimensions materializes in the city in many aspects, changing its morphology, extent, landscape and social content. Currently, the modern capitalism, as a production basis in the city, finds in its actors and agents involved in the construction of urban spaces the conditions of shaping those spaces following their own perspectives. In this context, the city expands horizontally from the incorporation of new areas into the urban fabric and vertically through the construction of buildings. In this perspective, this article examines the production of closed condominiums and enclosed lots, as well as the process of verticalization in the medium city of Montes Claros / MG after 1970. Therefore, it aims at questioning the role of the agents of urban spaces concerning the emergence of these new patterns of housing, business, or both, and, consequently, in the city expansion, real estate speculation, as well as changing their spatial, infrastructural and socio-cultural contents.

Keywords: Production of Urban Space. Horizontal and Vertical Urban Expansion. Real Estate Dynamic. Montes Claros/MG.

Introdução

O fenômeno da expansão territorial das cidades faz parte de sua própria lógica de desenvolvimento que cresce horizontalmente, a partir da formação de novos loteamentos em suas periferias e, verticalmente, com a produção ampliada do solo urbano e guiada por lógicas, onde, de acordo com Silva (2006) “a produção e reprodução do espaço urbano contemporâneos é produto, condição e meio das relações capitalistas nela existentes”. Essas

transformações no espaço urbano, antes vivenciadas, sobretudo, nas grandes cidades, atualmente se materializam também nas cidades médias, revelando sua importância demográfica e dinamismo econômico.

Acompanhando esse processo, Moraes et al(2007, p.15) afirmam que “[...] a expansão urbana horizontal das cidades é impulsionada pela ampliação do crédito imobiliário que também propiciou a expansão vertical, colocada como um marco revolucionário na paisagem urbana [...]”.

O Município de Montes Claros está situado na Bacia do Alto Médio São Francisco ao Norte do Estado de Minas Gerais possuindo uma área territorial de 3.576,76 km² e 361.971 habitantes (IBGE, 2010). Montes Claros é classificada como cidade média conforme demonstraram os estudos de Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982), Andrade; Lodder (1979); França (2012, 2007); Pereira e Lemos (2004) e Pereira (2007).

Nas últimas três décadas ocorreu um aumento de 31% no crescimento populacional de Montes Claros impulsionado pelo seu fortalecimento econômico e a expansão de centros universitários e técnicos, atraindo populações de outras cidades e regiões, além do Norte de Minas.

O PIB total de Montes Claros, conforme o IBGE (2010) é de R\$ 4.501.662, estruturado em 62% no setor de serviços, 25% industrial e 3% agropecuário. Esses dados evidenciam a grande importância do setor terciário na economia municipal, sendo um pólo regional em comércios atacadistas e varejistas e prestação de serviços como educação superior, técnica e saúde especializada.

Essa cidade média vivencia importantes modificações na sua estrutura urbana, econômica, social, ambiental e política. Do ponto vista territorial, verifica-se em Montes Claros novas formas de uso e ocupação do solo urbano. Destacam-se os empreendimentos construídos em sistema de condomínios horizontais e verticais e loteamentos fechados⁵, foco deste estudo.

5 A instituição de sistema de condomínios é regulamentada pela Lei Federal nº 4.591, de 16 de Dezembro de 1964, onde diz no Art. 7º o condomínio por unidades autônomas instituir-se-á por ato entre vivos ou por testamento, com inscrição obrigatória no Registro de Imóvel, dele constando; a individualização de cada unidade, sua identificação e discriminação, bem como a fração ideal sobre o terreno e partes comuns, atribuída a cada unidade, dispensando-se a descrição interna da unidade.

Desse modo, este artigo⁶ analisa a produção dos condomínios horizontais e verticais e os loteamentos fechados⁷ na cidade média de Montes Claros/MG, após a década de 1970.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do artigo consistiu em revisão bibliográfica de autores que discorrem sobre as temáticas: produção do espaço urbano, cidades médias, expansão urbana vertical e horizontal, dentre eles, destacam-se: CORRÊA (2001), SOBARZO (1999, 2006), MAIA (2006), SPÓSITO (2006), FRANÇA (2007), MORAIS et al (2007), BOTELHO (2007). Posteriormente, realizou-se pesquisa documental no 1º. e 2º. Cartórios de Registro de Imóveis de Montes Claros, Construtoras Civis que atuam na cidade, Feirão Imobiliário da Caixa Econômica Federal (2013) e Catálogos Telefônicos 2008/2010, além de pesquisa in loco com registro iconográfico.

Referencial Teórico

A cidade cresce como reflexo das relações capitalistas de produção, portanto, ela é também o palco que materializa as características sociais apresentada pela diferenciação das classes econômicas. A expansão urbana decorre da atuação dos agentes que controlam e promovem as relações capitalistas nas cidades. Na produção deste espaço ocorrem conflitos decorrentes de interesses divergentes entre os agentes, refletindo, sobretudo, na configuração espacial das cidades, palco de todos esses acontecimentos. Dessa forma, para o entendimento da dinâmica estabelecida na expansão urbana torna-se necessário a análise da atuação dos agentes que produzem e reproduzem o espaço urbano e as relações estabelecidas entre eles. Corrêa (2001, p. 122) identifica esses agentes:

6 Este artigo resulta da pesquisa Novas Formas de Consumo Residencial e Comercial e a Dinâmica Espacial da Cidade Média de Montes Claros: O Processo de Verticalização e os Condomínios Horizontais após a Década de 1990 desenvolvida pelos autores na Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Aprovação: RESOLUÇÃO Nº 034 - CEPEX/2012.

7 Neste artigo considera-se como empreendimentos horizontais os condomínios horizontais e os loteamentos fechados. É importante mencionar que o mercado imobiliário tem utilizados indiscriminadamente a expressão condomínio, quer seja horizontal ou vertical, independente de haver o sistema condominial. Tal fato ilustra Montes Claros também, isso ocorre para efeito de marketing no processo de venda, já que o sistema condomínio vende a idéia de segurança, qualidade de vida, além de status econômico, derivados das metrópoles. Sobre os termos loteamentos, loteamentos fechados e condomínios horizontais, Guimarães (2012, p.7) esclarece que [...] diferença mais chamativa entre os “condomínios” horizontais, loteamentos fechados e os loteamentos é exatamente essa: nos condôminos horizontais e nos loteamentos fechados existe uma parte de uso comum que pertence ao condomínio, enquanto que nos loteamentos propriamente ditos, o sistema viário, arruamento, os equipamentos urbanos e também os comunitários, assim como as vias, praças, espaços livres e áreas destinadas a edifícios públicos, constantes no projeto e no memorial descritivo, serão transferidos à municipalidade, desde a data de registro do loteamento, passando desde aquele momento integrar aquilo que se reconhece como patrimônio afetado à finalidade pública.

Os agentes que modelam o espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, proprietários de terras, empresas imobiliárias, e de construção, associadas ou não ao grande capital: o Estado. Sendo que cada ator tem sua estratégia, e os conflitos existentes entre os três primeiros são resolvidos pelo Estado, simultaneamente ator e árbitro destes conflitos.

A atuação conjunta desses agentes no processo de expansão urbana está relacionada ao mercado de terras urbano. Assim, o processo de expansão territorial urbano resulta de estratégias espaciais de agentes imobiliários que atuam sobre o mercado de terras urbanas. Isto é, o movimento dos capitais imobiliários que abrem novas frentes para o crescimento da cidade e o direciona espacialmente. (MELLAZO, 2006, p. 109). Com isso, existe uma complexa rede de interações entre o poder público e o setor privado. Sobre a atuação do poder público, Bernadelli (2006, p. 121) discorre que:

A análise do modo como o poder público intervém na dinâmica da (re) estruturação do espaço urbano coloca-se como fundamental para a discussão dos processos de produção e apropriação da cidade. A sua intervenção na produção do espaço revela-se bastante complexa, uma vez que o mesmo desempenha diversos papéis, interferindo direta e indiretamente na orientação dos usos do solo. O poder público é o agente que determina a instalação do conjunto de infra-estruturas e equipamentos coletivos, interferindo, portanto, sobre a territorialidade que esses benefícios irão tomar, de que forma o novo (e também o velho) espaço urbano será (re) estruturado e, conseqüentemente, todo o processo de urbanização não pode ser entendido sem a compreensão do papel do poder público.

A complexidade da intervenção do poder público na produção do espaço urbano é justificada pela autora em virtude da diversidade de papéis por ele desempenhado, pois o Estado é simultaneamente um agente capitalista, ou seja, investidor, mas é também o legislador, orientando o modo como o espaço urbano se reproduz. Soma-se a isso, a função de árbitro nos conflitos de interesses envolvendo os agentes de produção do espaço urbano, onde o

próprio poder público se inclui. Além disso,

O Estado (poder público) configura-se como o principal produtor, transformador e regulador do espaço urbano capitalista, sendo de suma importância abordá-lo, juntamente, ao capital como categorias de análise, para melhor compreensão do processo de produção das cidades. É o principal agente, pois detém o instrumento de regulação das leis. (TÖWS, 2009, p. 62).

O que se evidencia, então, é que a produção do espaço urbano ocorre de forma diferenciada, devido à atuação também diferenciada dos atores responsáveis por esse processo. Neste contexto, a segregação socioespacial se materializa, por exemplo, quando há o privilégio de determinadas áreas para a implementação dos bens de consumo coletivo, em geral aquelas ocupadas pelas classes de elevados rendimentos. Por outro lado, as áreas reservadas à maior parte da população (classes de menor poder aquisitivo), geralmente, não contam com uma ampla rede de benfeitorias (BERNADELLI, 2006, p. 121).

Nesta conjuntura, o espaço urbano é ocupado seletivamente, refletindo na sua configuração espacial. Isso se materializa pela diferenciação das classes, condicionada pela renda que é um instrumento econômico de reprodução da divisão social e econômica do espaço, assegurando a adequação dos usos do solo e das classes sociais aos distintos lugares do aglomerado urbano. (BOTELHO, 2007).

Nas cidades, em geral, os diferentes usos do solo pelas classes sociais são percebidos pelas formas de morar da população que concretizam a materialização das desigualdades ali expostas. Essa materialização decorre dos diversos padrões residenciais, assim como infraestruturais onde estão localizadas as residências. Estas condicionam-se a valorização diferenciada do solo urbano que no âmbito de nossa sociedade constitui-se de mercadoria.

De acordo com Freire (2012) o loteamento é modalidade de urbanificação. É uma forma de ordenação urbanística do solo ou atividade deliberada de beneficiamento ou rebeneficiamento do solo para fins urbanos. Nesta conjuntura, o processo de lotear direciona espacialmente o crescimento das

idades e a forma que o mosaico urbano se estruturará e constituirá a matriz de um novo bairro.

Uma modalidade de loteamento que vem se tornando comum nas grandes e médias cidades brasileiras são os loteamentos fechados e os condomínios horizontais.

Os loteamentos fechados são configurações espaciais decorrentes da produção do espaço urbano contemporâneo, provocando modificações nas cidades e em suas periferias. De acordo com Melazzo (2001), essas configurações espaciais surgem como resultado de estratégias de agentes imobiliários que atuam no mercado de terras urbanas como os proprietários de terras, as imobiliárias, as incorporadoras e as construtoras civis. É o movimento dos capitais imobiliários que abre novas frentes para o crescimento da cidade e o direciona espacialmente.

Esse padrão de loteamento define-se:

Assim, já se reconheceu que onde havia um empreendimento dotado de apenas uma via de acesso, com cercas divisórias nos seus limites, sem prolongamentos das ruas internas e sem exposto conhecimento de que tais vias seriam de domínio municipal, estar-se-ia diante de um condomínio fechado. (FREIRE, J.C. 2012).

Geralmente esses empreendimentos caracterizam-se cercados por muros com suas entradas providas de guaritas, acesso controlado por cancelas e vigiados por seguranças e câmeras de vídeo. O ingresso nestes espaços ocorre por meio da identificação e autorização do morador. Assim, são espaços urbanos sem a livre circulação do público.

Observando os anúncios das imobiliárias interessadas na venda desses empreendimentos, nota-se que apresentam, além de um espaço físico para moradia, a idéia de segurança, qualidade infraestrutural e ambiental. Isso se justifica pela proliferação dos problemas urbanos principalmente nas grandes e médias cidades. Tal fato explica também o intenso surgimento desses empreendimentos.

Maia (2007, p. 163) ao denominar de “enclaves fortificados” os loteamentos fechados afirma que cinco elementos os caracterizam: exclusividade social, sistema de segurança, qualidade ambiental, funcionalidade e autonomia administrativa.

Os empreendimentos horizontais em cidades médias, foco deste estudo, apresentam especificidades em relação às grandes metrópoles:

O preço mais baixo das terras disponíveis ainda não loteadas é, a nosso ver, uma das especificidades da produção do espaço urbano em cidades de porte médio. Esse fator possibilita que a implantação dos loteamentos urbanos fechados de grande porte ocorra muito próxima ou mesmo na área urbana já constituída, fazendo com os “enclaves”, nos termos descritos por Caldeira (2000), sejam muitas vezes internos aos tecidos urbanos. (SPÓSITO, 2007, p. 182).

Ainda de acordo a autora:

Diferentemente, do que se observa nas metrópoles, é possível se ter acesso aos loteamentos fechados, nessas cidades, sem que sejam necessários grandes percursos e tempos de deslocamentos diários entre o local de moradia e os locais onde se realizam as outras dimensões de existência social. (SPÓSITO, 2007, p. 192).

Todos estes fatos discutidos pela autora são elementos condicionantes para o desenvolvimento dos loteamentos fechados nas cidades médias brasileiras.

Outra forma de expansão urbana se dá por meio da verticalização. A verticalização é concebida como um marco revolucionário na paisagem urbana, já que ocasiona transformações profundas nas cidades. O crescimento vertical das cidades produz significativos impactos em suas estruturas sociais e econômicas, tais como as mudanças na distribuição das classes sociais fortemente influenciadas pelas alterações de valor e de uso do solo urbano. (SAHR, 2000, p. 10).

O processo de verticalização insere-se dentre as inúmeras estratégias para a

reprodução do capital que ao longo de seu processo, vem alterando a paisagem urbana e o modo de viver nas cidades.

Töws et al (2009) definem o processo de verticalização como construir novos solos sobrepostos, habitações dispostas em diversos andares, possibilitando, assim, a moradia em uma área que, sem esse artifício, não comportaria o mesmo contingente de pessoas. A verticalização apresenta-se como um processo de construção, onde são criados novos solos que se encontram sobrepostos e dispostos em andares sob a forma de um edifício. Portanto, a verticalização urbana constitui-se num estágio avançado de apropriação do solo urbano, por meio de técnicas modernas. Representa um símbolo da modernidade, sendo um marco revolucionário na paisagem urbana. Sobre isso, Moraes et al (2007, p. 1-2) afirmam que a verticalização é:

Colocada como um marco revolucionário na paisagem urbana, a verticalização surge nas cidades como uma nova ideologia, uma nova concepção de morar, onde ter boa localização, infra-estrutura e segurança passam a ser sinônimo de “status” para os segmentos nele inseridos.

O processo de verticalização representa ainda um estágio avançado nas estratégias de multiplicação e produção do capital, já que “essa configuração permite uma maior extração de lucro do solo, pois, dessa forma, é possível construir muito mais habitações ou salas comerciais em um espaço relativamente pequeno”. (TÖWS et al, 2009, p. 96).

Considerada um estágio avançado do capitalismo moderno, a verticalização era vista, sobretudo, nas grandes metrópoles, que eram o lócus da reprodução máxima do capital financeiro e industrial no Brasil. No entanto, após a década de 1970, os espaços não metropolitanos passaram por profundas reestruturações intra e interurbanas, atraindo capitais e investimentos diversos, culminando no surgimento de processos urbanos espaciais e sociais, dentre eles, a verticalização. Assim:

O processo de expansão vertical observado na maioria das cidades brasileiras, antes visto apenas nas grandes metrópoles nacionais e regionais, passa agora habitualmente, a ser visto também em cidades médias e até mesmo

em pequena, e sugere que seu entendimento esteja contextualizado ao processo de urbanização de uma cidade. (MORAIS et al, 2007, p. 1- 2).

Neste contexto se insere a cidade média de Montes Claros que vem passando por profundas transformações intra e interurbanas, refletidas em novos conteúdos sociais e econômicos.

Resultados e Discussão

O surgimento dos empreendimentos horizontais em Montes Claros/MG datam a partir da década de 1970. Vale resaltar que neste período a cidade passava por um intenso processo de urbanização. Em Montes Claros no setor industrial ganha impulso com a atuação da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, por meio de sua política desenvolvimentista na década de 1960. Na década de 1970, Montes Claros, assim como outras cidades médias brasileiras foram beneficiadas pelo Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – PNCCPM, que fazia parte do II Plano Nacional de Desenvolvimento – IIPND, do governo federal. O II PND foi uma política de cunho desenvolvimentista que objetivava a descentralização econômica e populacional das grandes metrópoles promovendo um maior equilíbrio urbano regional. (FRANÇA, 2007).

Com isso, o ano de 1980 representou o auge do processo de industrialização em Montes Claros e, por isso, assiste-se nesse período uma rápida evolução demográfica na cidade. Na década de 1960 a população urbana era de 46.531 habitantes; em 1970, 85.154 habitantes, que representa um aumento de 83% em relação à década anterior. Em 1980 a população era de 155.313, aumento de 82%; em 1990, 227.295, aumento de 46%; em 2000 a população urbana era de 289.006 habitantes, representando um aumento percentual de 27% e em 2010 era de 344.427 habitantes, representando um aumento de 19% em relação à década anterior. (IBGE, Censos Demográficos, 1960 a 2010).

Verifica-se com estes dados que Montes Claros apresentou um rápido crescimento nas décadas de 1960, 1970 e 1980, contexto no qual surgiram os primeiros condomínios horizontais na cidade. O gráfico 1 mostra essa evolução entre os anos de 1980 a 2011.

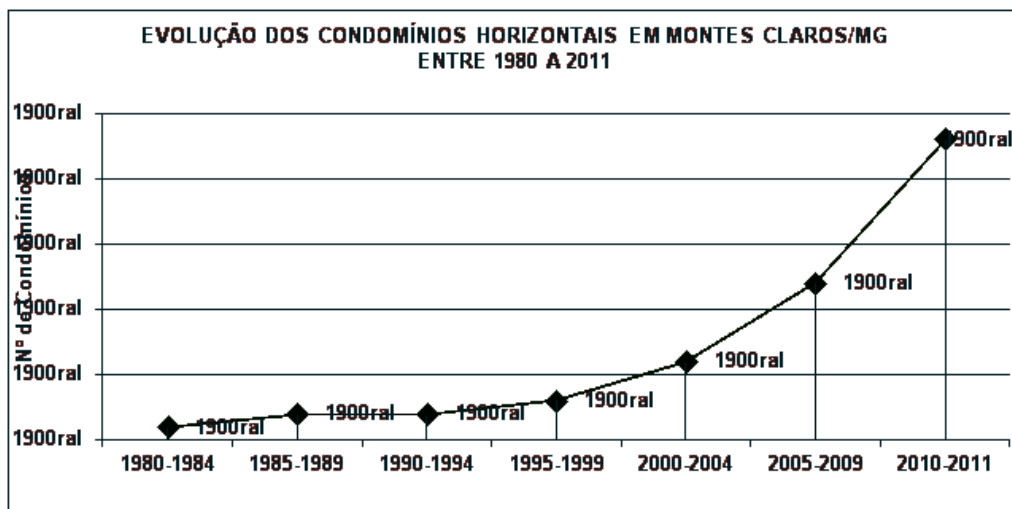


Gráfico 1: Evolução dos Condomínios Horizontais em Montes Claros/MG entre 1980 e 2011.

Fonte: 1º e 2º cartórios de Registro de Imóveis Cíveis de Montes Claros/MG, Pesquisa direta.

Org.: OLIVEIRA, R.S. Agosto/2011.

No período de 1980 a 1999 foram construídos apenas três condomínios fechados. A construção de condomínios fechados na cidade média de Montes Claros/MG ganhou impulso após o ano 2000. No período compreendido entre 2000 a 2004 foram construídos três condomínios na cidade (total de seis); entre 2005 a 2009 foram construídos seis condomínios (12 condomínios construídos no total) e em apenas três anos, entre 2010 e 2013 foram construídos 13 desses empreendimentos, (totalizando 25 empreendimentos horizontais em Montes Claros).



Foto 1: Condomínios Localizados na Região Oeste de Montes Claros:

A: Condomínio Portal das Acácias. B: Condomínio Portal da Serra.

C: Condomínio Portal das Arueiras. D: Condomínio Portal das Arueiras.

Autor: FERREIRA, C. S.; Abril/2010.

O quadro 1 apresenta o levantamento desses empreendimentos em Montes Claros, construídos entre 1975 e o período atual. Atenta-se para os anos de construção e localização, pois estes dois indicadores permitem uma análise entre a categoria temporal e espacial do processo urbano.

ANO DA CONSTRUÇÃO	NOME	LOCALIZAÇÃO
1975	Condomínio Panorama	Panorama (Zona Oeste)
1986	Condomínio Portal das Arueiras	Ibituruna (Zona Oeste)
2000	Condomínio Portal das Acácias	Ibituruna (Zona Oeste)
2000	Condomínio Portal da Serra	Ibituruna (Zona Oeste)
2004	Condomínio de Saint Germain	Morada do Parque (zona Sul)
2006	Condomínio Vivendas do Lago	Ibituruna (Zona Oeste)
2007	Condomínio Itapoá	Edgar Pereira (Zona Norte)
2009	Condomínio Vila Gardens	Ibituruna (Zona Oeste)
2009	Condomínio Monte Olimpo	Planalto (Zona Leste)
2010	Condomínio Moradas Montes Claros	Acácias (Zona Leste)
2010	Condomínio Recanto do Sol	São Judas (Zona Sul)
2011	Condomínio Lagos de Belvedere	Belvedere (Zona Leste)
2011	Condomínio Portal do Itamarati	Planalto (Zona Norte)
2011	Condomínio Bosque do Belvedere	Belvedere (Zona Leste)
2011	Condomínio Cittá Universitário	JK (Zona Norte)
2011	Condomínio Ideale Mais	São Judas (Zona Sul)
2011	Condomínio Gran Royale Pirâmide	BR 365 (Zona Sul)
2011	Condomínio Villa Verde	Ibituruna (Zona Oeste)
2012	Condomínio Parque Viver	Novo Delfino (Zona Leste)
2012	Condômino Parque Monte Fiore	Belvedere (Zona Leste)
2012	Condomínio Ideale Vitta	Belvedere (Zona Leste)
2012	Condomínio Portal Cidade Jardim	Jardim Olímpico (Zona Leste)
2012	Condomínio Serra do Mel	Ibituruna (Zona Oeste)
2013	Condomínio Villa dos Ipês	Vila Ypê (Zona Norte)
2013	Condomínio Pampulha Tennis Residence	Avenida Magalhães Pinto (Zona Leste)
Total	25	

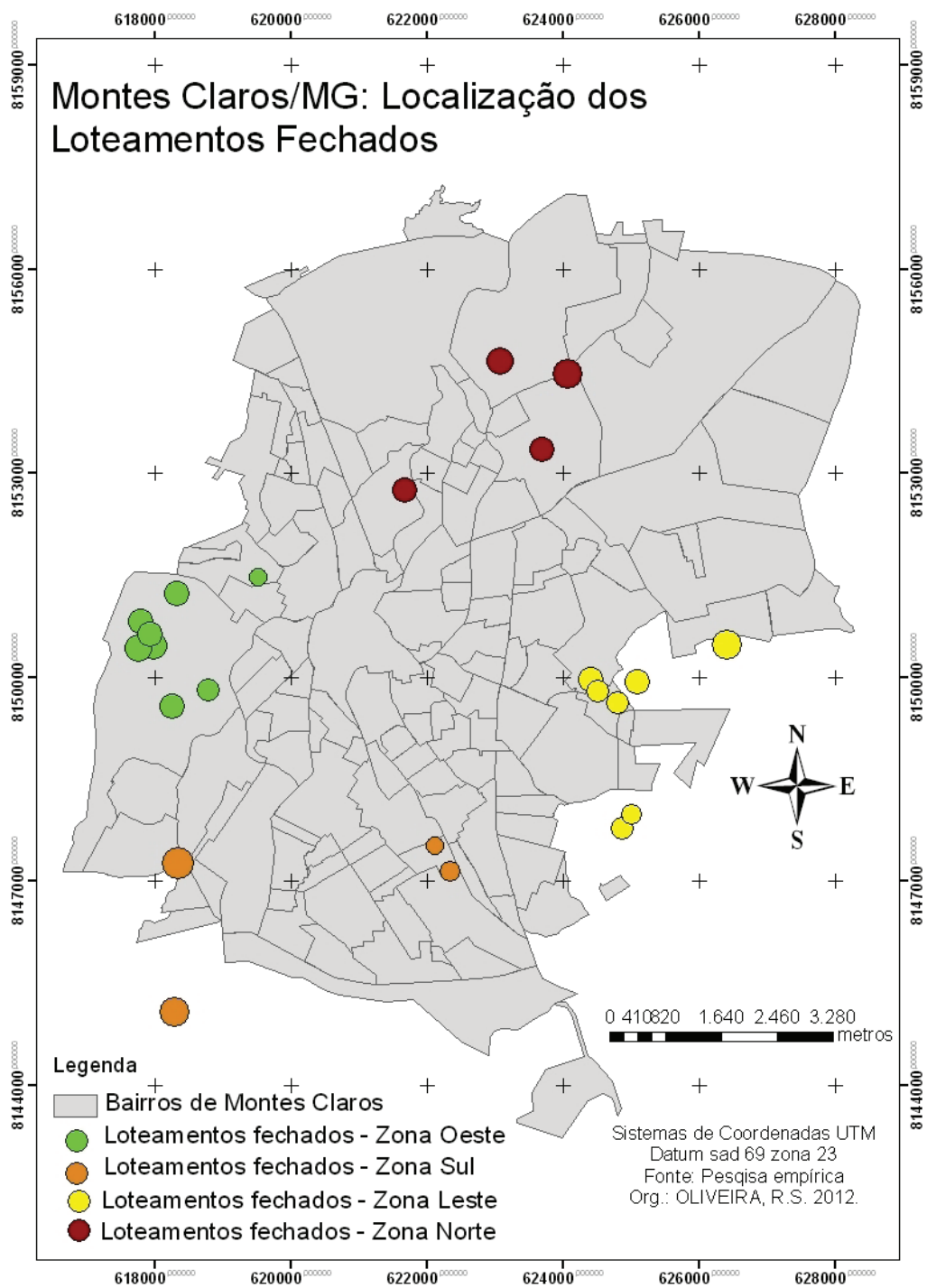
Quadro 1: Empreendimentos Horizontais em Montes Claros/MG

Fonte: 1^o e 2^o Cartórios de Registro de Imóveis de Montes Claros/MG, Feirão da Caixa Econômica Federal, Construtoras Civis e Pesquisa Direta.

Org.: FRANÇA, I, S.; OLIVEIRA, R. S. 2013.

A construção dos empreendimentos horizontais em Montes Claros iniciou-se no ano de 1975 com o Condomínio Panorama, localizado no bairro Panorama, Zona Oeste de Montes Claros. A partir desse ano, a implantação desses empreendimentos foi inexpressiva até o ano 2000, quando o processo ganha intensidade.

A distribuição espacial dos empreendimentos horizontais no espaço urbano de Montes Claros se configurou a partir das seguintes características: segurança, amenidades ambientais e infraestrutura urbana. Neste aspecto, a zona oeste de Montes Claros configura-se como a área de maior concentração desses empreendimentos. (Mapa 1).



A zona oeste caracteriza-se por empreendimentos de alto padrão de constru-

ção, voltados para uma classe de maior renda. Os loteamentos implantados em outras áreas de Montes Claros (zonas sul, leste e norte) caracterizam-se, predominantemente, por um padrão de ocupação da população de menor renda, inclusive estimulados pelo Programa Minha Casa Minha Vida/PMCMV do Governo Federal.

A localização desses empreendimentos em Montes Claros é determinada por uma complexidade de fatores como características físicas do terreno e posição estratégica, além da ação dos agentes produtores do espaço urbano: Estado, construtoras, imobiliárias, capitalistas, industriais, entre outros.

Concentram-se nas áreas periféricas da cidade, locais de extensões territoriais maiores com localização de fácil acesso. Existem 25 empreendimentos horizontais na cidade de Montes Claros espalhados em diversas áreas: 17% na zona Norte, 21% na Sul, 29% na Leste e 33% na Oeste. Não foi encontrado nenhum empreendimento horizontal na zona central, isso porque normalmente sua construção ocupa grande extensão de terras e acarreta vários impactos ambientais, sociais, estruturais e outros.

Neste aspecto Braga, (2013, p.103) aponta que um dos impactos mais evidentes no processo de construção de empreendimentos horizontais refere-se aos muros na paisagem e na mobilidade urbana que traz reflexos na diminuição do convívio social e no aumento da sensação de insegurança nas cidades.

O processo de verticalização em Montes Claros é recente. Até o final do século XX a verticalização era incipiente e concentrava-se na área central. Após o ano 2000 verifica-se o aumento do número de construções verticais, bem como o espraiamento para as áreas periféricas de Montes Claros. O gráfico 2 mostra a evolução do processo de verticalização na cidade no período de 1980 a 2010.

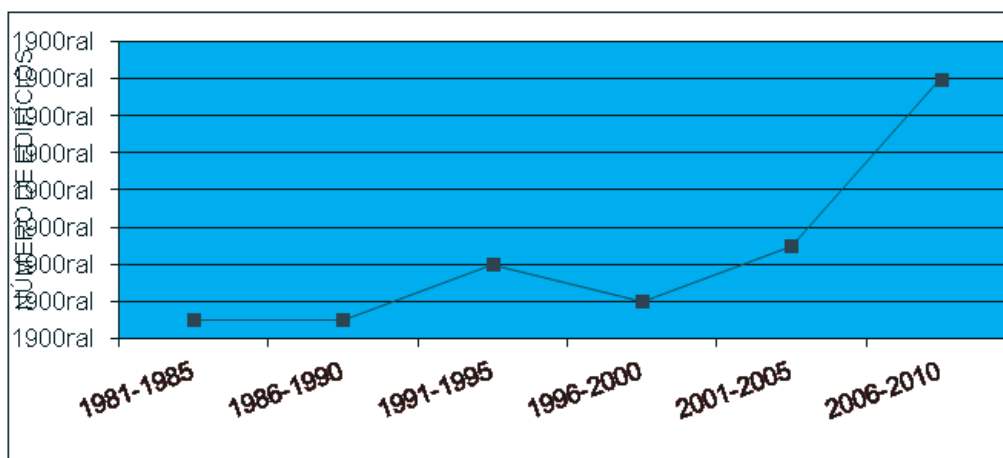


Gráfico 2: Evolução no processo de verticalização em Montes Claros no período de 1981-2010⁸.

Fonte: 1^o e 2^o cartórios de registro de imóveis de Montes Claros.

Org.: OLIVEIRA, R. S, Março/2010.

No ano de 1983, existiam três edifícios construídos; em 1990 esse número passou para 11; em 2000, 30 edifícios; em 2010, 95 edifícios. O critério utilizado para caracterizar uma construção como edifício foi os prédios superiores à cinco pavimentos. Desse total, 50% se localiza na área central e os demais estão distribuídos em bairros como: Vila Santa Maria, Ibituruna, Cândida Câmara, Morada do Sol, Todos os Santos, São José, Vila Guilhermina, Santo Expedito, Augusta Mota, Cidade Nova, Funcionários, Jardim Panorama, Melo, Vila Mauricéia e Vila Ramiro Higino. A foto 2 mostra o processo de verticalização na área central de Montes Claros.

⁸ Foram considerados os edifícios averbados junto aos cartórios de registro de imóveis e aqueles cujas obras foram realizadas por empresas especializadas em construção civil. Foram considerados como processo de verticalização, os edifícios superiores a cinco pavimentos.



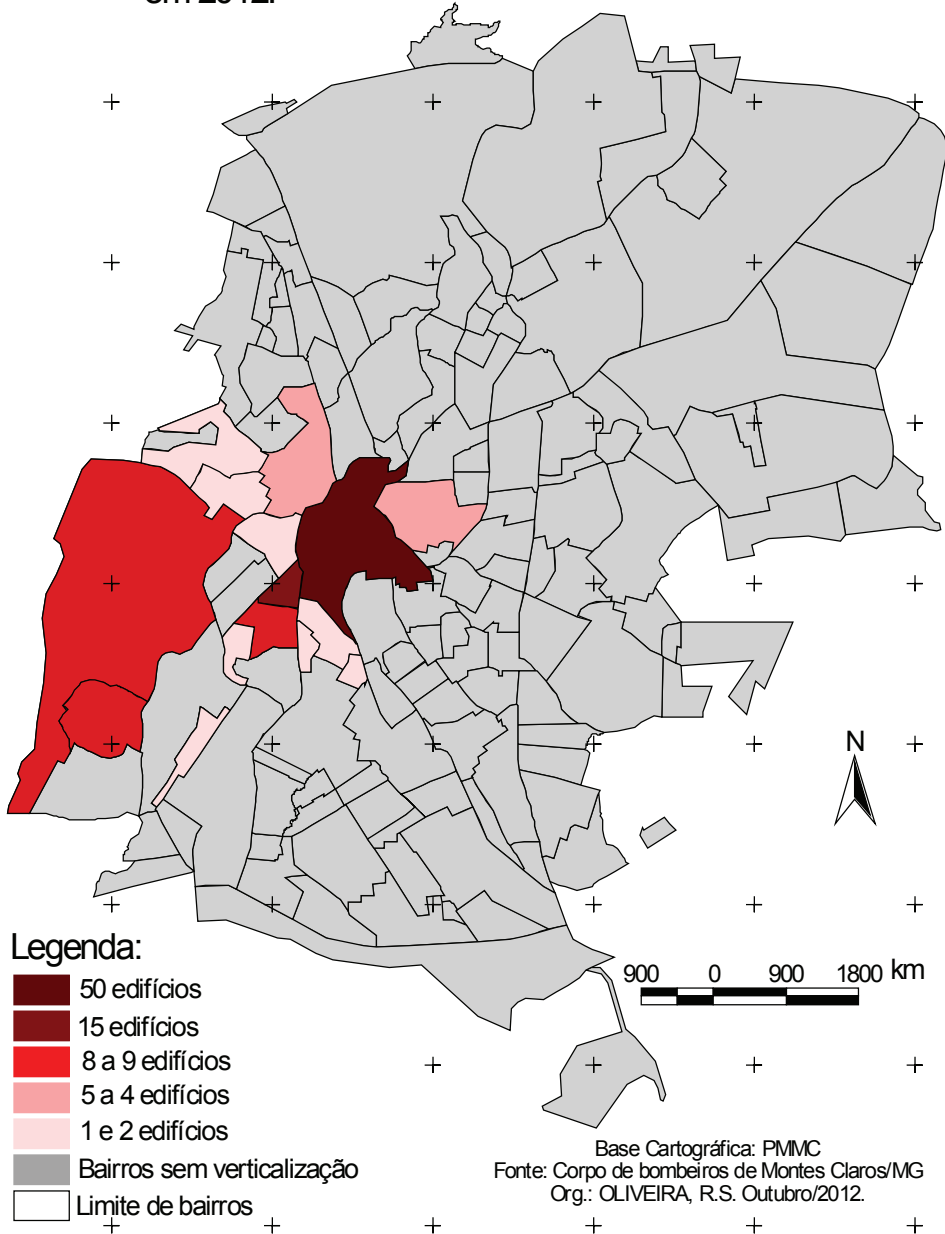
Foto 2: Processo de verticalização na área central de Montes Claros.
Autor: OLIVEIRA, R.S. Junho/2012.

Após o ano 2000, os empreendimentos verticais em Montes Claros estão sendo implantados próximos ao núcleo central em áreas dotadas de infraestruturas em educação, comércios e lazer, no entanto, ocupam uma área territorial menor. Atualmente, as populações de classe alta estão abandonando as zonas centrais e deslocando-se para áreas periféricas, mantendo um padrão de segregação em relação à população de menor poder aquisitivo.

Em Montes Claros isto não é diferente, a área central se tornou um espaço destinado quase que exclusivamente aos setores de comércios e prestação de serviços, sendo bastante movimentado durante o período diurno e vazio no noturno. Neste aspecto, Sahr (2010, p.103) entende que a classe alta abandona os prédios verticais da área central e busca condomínios periféricos que ofereçam melhor qualidade de vida, tais como: proximidade às áreas verdes, sem problemas de trânsito e poluição sonora.

Existem 145 empreendimentos verticais em Montes Claros atualmente, sendo que 45% está concentrado na zona central e 46% na zona Oeste, locais que possuem excelente infraestrutura urbana e diversificados setores de comércios e prestação de serviços como educação, saúde e lazer. (Mapa 2).

Densidade da verticalização em Montes Claros/MG em 2012.



Um importante eixo de verticalização em curso em Montes Claros abrange as Avenidas Mestra Fininha, Santa Maria, Cula Mangabeira e Deputado Esteves Rodrigues. (PESQUISA DIRETA, 2013).

Chama à atenção na zona Oeste a construção do empreendimento vertical “Medical Center” vinculado à Construtora Strutral. Esta obra está prevista para terminar em 2014 e será composta por 18 pavimentos destinados somente a salas comerciais/serviços. (PESQUISA DIRETA, 2013).

Verificou-se ainda, que o setor imobiliário de Montes Claros possui um excelente sistema de marketing com a utilização de técnicas e métodos destinados à venda de loteamentos e condomínios horizontais e verticais. Além disso, vários meios de comunicação, tais como: internet, televisão e rádio são grandes propulsores na divulgação desses empreendimentos. Os agentes imobiliários distribuem faixas de propagandas em pontos estratégicos no perímetro urbano, enfatizando que tais construções irão proporcionar aos futuros proprietários qualidade de vida, lazer e segurança. (PESQUISA DIREITA, 2013).

Além disso, a atuação dos agentes imobiliários, em especial a partir do ano 2000, torna-se marcante no processo de expansão urbana desta cidade média. Nesse caso, destaca-se a implantação de infraestruturas como redes de água, esgoto e energia elétrica, além de incentivos governamentais por meio de créditos imobiliários. Montes Claros se encontra em processo de atração de empresas nacionais e internacionais aplicando seus investimentos na construção civil.

Considerações Finais

O crescimento das cidades tem sido condicionado, sobretudo, pelas lógicas do capital. As grandes metrópoles brasileiras são os espaços onde o capital tem sua reprodução ampliada, por serem o lócus da intensa produção, consumo e especialização dos espaços urbanos.

Após a década de 1970 os espaços não metropolitanos no Brasil também têm atraído investimentos, capitais e, com isso, profundas transformações socioeconômicas foram verificados nestes espaços. Neste sentido, políticas públicas de desenvolvimento foram alavancadas pelo governo federal para

as cidades de porte médio, visando descentralizar as grandes metrópoles e reduzir o constante fluxo migratório metropolitano.

Assim, as cidades médias passaram a exercer novos papéis no cenário urbano brasileiro. Como consequência do crescimento apresentado por essas cidades, as mesmas passam a vivenciar novas formas de expansão urbana até então materializadas, sobretudo, nas grandes metrópoles.

A expansão urbana horizontal e vertical caracteriza um estágio do desenvolvimento urbano marcado por mudanças estruturais nos aspectos funcionais, econômicos, sociais e culturais das cidades.

Nesse estudo de caso, a análise realizada enfatizou a dinâmica imobiliária na cidade média de Montes Claros/MG a partir da expansão desses empreendimentos promovendo profundas transformações do seu espaço urbano. O vertiginoso crescimento demográfico que essa cidade vem apresentando após a década de 1970, vinculado ao processo de industrialização e urbanização contribuem com o surgimento de novas modalidades de moradias, consumo e negócios.

Esses dois processos são decorrentes de várias conjunturas econômicas, sociais e culturais que a cidade se encontra. Com isso, assiste-se a atuação dos vários agentes que produzem e reproduzem o espaço urbano dessa cidade média. O poder público atua como “elemento regulador” desta expansão, além de oferecer as condições básicas para a atuação do capital imobiliário, por meio da criação de infraestruturas necessárias para a expansão imobiliária.

Outra atuação do poder público que tem causado grande impacto na expansão imobiliária na cidade se dá por meio do crédito imobiliário. O Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal oferece as condições de crédito para a população adquirir imóveis. Os agentes imobiliários privados comercializam o produto, aquecendo o mercado imobiliário e alterando profundamente a paisagem urbana.

A instalação dos empreendimentos horizontais nas regiões leste, oeste, sul e norte da cidade refletem esse processo. O setor oeste passou a concentrar o maior número desses empreendimentos devido à implantação de uma boa infraestrutura como vias de acesso, além de espaços de comércios e serviços,

tais como o Ibituruna Shopping Center. Além disso, é nesta região onde se encontra a população com a maior renda per capita da cidade.

Já o processo de verticalização em Montes Claros caracteriza-se pela expansão para áreas da cidade com melhor infraestrutura, não restritas ao núcleo central. Há uma relação entre o aumento da verticalização com o período em que as construtoras se instalam na cidade após a década de 1980. Nesse contexto, a verticalização era incipiente no núcleo central onde predominava construções de até cinco pavimentos e de uso misto, ou seja, residencial e comercial.

Atualmente, observa-se que os edifícios residenciais apresentam um ritmo de crescimento acelerado e isso reflete a expansão nas novas formas de morar na cidade.

Esse cenário se explica em função do dinamismo econômico e do consumo atrelado aos novos padrões e estilo de vida e ao franco desenvolvimento do setor terciário, culminado na intensificação do processo de verticalização no período de 2000 a 2010.

A correlação entre a expansão horizontal e vertical permite observar que os dois processos seguem a mesma tendência de crescimento na última década, a partir de estratégias públicas e privadas atuando de modo a impulsionar sua intensificação em áreas não centrais em Montes Claros.

Isso mostra que a Montes Claros vive um momento de forte dinamismo imobiliário que reflete na produção do espaço, promovendo transformações na estrutura urbana, econômica e sociais dessa cidade média.

Referências

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno, BUENO, Maria Elizabeth Taitson; ABREU, João Figueiredo. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. In: Boletim de Geografia Teorética. Rio Claro/SP, v. 2, n. 23-24, 1982. p. 33-46.

ANDRADE, Thompson, LODDER, Celsius. A. Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil. IPEA. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

BERNADELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. Programa Cura III em Presidente Prudente: uma porta para a cidade, in. Cidades médias: Produção do espaço/ Eliseu Savério Spósito, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Oscar Sobarzo (org.). 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BOTELHO, Adriano. A Produção do Espaço Urbano e da Moradia Através das Práticas do Setor Imobiliário: três casos paulistanos. Cidades, v.4, n. 6, 2007, p. 11-43.

BRAGA, Jorge Luiz. Condomínio Horizontal e Vertical: diferenças. Teresina, Ano 11, Nº. 1172, 16set.2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/8931>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

CORREIA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FRANÇA, Iara Soares. Aglomeração Urbana Descontínua de Montes Claros/MG: Novas Configurações Socioespaciais. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Uberlândia: UFU, 2012. 393f.

FRANÇA, Iara Soares de. Cidade Média e Suas Centralidades: O Exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) - Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/ Uberlândia, 2007.

FREIRE, José Carlos de. Promotor de Justiça em São Paulo. Da legalidade dos Condomínios Fechados. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/sitioslagos/documentos/ilegalidade.html>

Acesso em: segunda-feira, 16 de abril de 2012.

GUIMARÃES, Hilário Espírito Santo. “Condomínios” Atípicos. A Privatização e a Feudalização dos espaços Públicos Disponível em: <http://www.conteudo-juridico.com.br/?artigos&ver=1055.31503>. Acesso em: 05/09/2012.

LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4591.htm. Acesso em 10/04/2012.

MAIA, Doralice Sátyro. Lotes e Ruas: componentes para a análise da produção dos loteamentos fechados. In: Cidades médias: Produção do Espaço/ Eliseu Savério Spósito, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Oscar Sobarzo (org.). 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MELLAZO, Everaldo Santos. Expansão Territorial e Mercado Imobiliário em Presidente Prudente. In. Cidades médias: Produção do Espaço/ Eliseu Savério Spósito, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Oscar Sobarzo (org.). 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MELAZZO, Everaldo Santos. Expansão Territorial e Mercado Imobiliário em Presidente Prudente. In: Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média. Maria Encarnação Beltrão Spósito. (org.). Presidente Prudente: [S.N.], 2001.

MORAIS, Lailson Souza de.; et al. Análise do Processo de Verticalização na Área Urbana do Município de Mossoró-RN: Aspectos Jurídicos e Ambientais. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável/Grupo Verde de Agricultura Alternativa (GVAA). Mossoró/RN, Brasil v.2, nº.2, Julho/dezembro de 2007. , p.171-182.

PEREIRA, Anete Marília. Cidade Média e Região: O significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Programa de Pós - Graduação em Geografia. Uberlândia/MG, 2007.

PEREIRA, Fabiano Maia; LEMOS, Mauro Borges. Cidades médias: uma visão nacional e regional. Anais do XI Seminário sobre economia mineira. Diamantina, 24 a 27 de Agosto de 2004..Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br>.

SAHR, Cicilian Luiza Lowen. Dimensões de análise da verticalização: exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR: Revista de História Regional, vol.5, nº1, 2010.

SILVA, Willian Ribeiro da. Centralidade e Produção de Loteamentos Fechados na Cidade de Londrina/PR. In: Cidades médias: Produção do Espaço/ Eliseu Savério Spósito, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Oscar Sobarzo (org.). 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOBARZO Oscar. A Segregação Socioespacial em Presidente Prudente: Análise dos Condomínios Horizontais. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 1999.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Loteamentos Fechados em Cidades Médias Paulistas, Brasil. As Especificidades dos Loteamentos Fechados em Cidades de Porte Médio. In: Cidades médias: Produção do Espaço/ Eliseu Savério Spósito, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Oscar Sobarzo (org.). 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TOWS, Ricardo Luiz. Atuação do Capital Imobiliário na Produção Vertical e a Legislação Urbanística na Avenida Brasil, em Maringá (PR) In: A Geografia da Verticalização Urbana em Algumas Cidades Médias no Brasil/ Cesar Miranda Mendes, Ricardo Luiz Tows (org.). Maringá: Eduem, 2009.

Sites Consultados

<http://www.fjp.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.ipea.gov.br>

Recebido para publicação em março de 2014
Aceito para publicação em junho de 2014

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) EM 2000 E 2010 DA MICROR- REGIÃO DE SALINAS – NORTE DE MINAS

Maria Ribeiro dos Santos¹
Gildette Soares Fonseca²

Resumo: O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global é considerado excelente indicador das condições de vida da população, pois agrega as dimensões renda, longevidade e educação. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) permite conhecer o nível do desenvolvimento em escala menor, não significando necessariamente que cobre todas as particularidades. Neste contexto, este estudo tem como objetivo analisar o IDH-M dos municípios da Microrregião de Salinas em 2000 e 2010, localizada na Mesorregião do Norte de Minas. A abordagem metodológica constituiu-se em pesquisa bibliográfica e elaboração de mapas. Os resultados encontrados apresentaram evidências de baixo desenvolvimento humano na Microrregião de Salinas, apesar de que ocorreram melhorias.

Palavras-chave: Norte de Minas. Microrregião de Salinas. IDHM.

1 Pós-graduada em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional/UNIMONTES - mary.moc2007@hotmail.com
2 Professora Mestre do Departamento de Geociências/UNIMONTES - Doutoranda em Geografia - Tratamento da Informação Espacial - PUC-MG - gildettes@yahoo.com.br

MUNICIPAL HUMAN DEVELOPMENT INDEX (IDHM) IN 2000 AND 2010 IN THE MICROREGION OF SALI- NAS - NORTHERN MINAS

Abstract: The human development index (HDI) global is considered an excellent indicator of the living conditions of the population, as it aggregates the dimensions income, longevity and education. The Municipal Human Development index (IDHM) lets you know the level of development on a smaller scale, not necessarily meaning, that covers all points of interest. In this context, this study aims to analyze the IDH-M of the municipalities of Microregion of Salinas in 2000 and 2010, located in the Mesoregion of North of Minas. The methodological approach consisted in bibliographical research and prepared maps. The results showed evidence of low human development in Microregion of Salinas, although there have been improvements.

Keywords: Northern Minas. Microregion of Salinas. IDHM.

Introdução

Mensurar o desenvolvimento humano da população não é tarefa fácil, porém há indicadores que possibilitam analisar as condições de vida, a saber, nível de escolaridade, saneamento básico, expectativa de vida, entre outros. Assim, os resultados do IDHM servem para identificar setores que devem receber maior atenção dos governantes e da sociedade civil, pois pode-se comparar a evolução ou não dos subíndices no decorrer do tempo.

Este estudo tem como objetivo analisar o IDHM dos municípios da Microrregião de Salinas em 2000 e 2010. Para tanto, fez-se levantamento bibliográfico, após a compilação dos dados elaborou-se mapas. Os municípios da Microrregião de Salinas apresentam pequeno número de habitantes, mas também baixos indicadores socioeconômicos, características que requer políticas para melhorar as condições de vida da população.

Nos períodos analisados o IDHM da Microrregião de Salinas teve melhoria na sua composição. Na dimensão Educação em quase todos os municípios o índice duplicou. No que se refere à renda per capita, os municípios apre-

sentam acréscimo, acredita-se que isso se deve a efeitos dos programas do Governo Federal, além da emigração temporária de trabalhadores, fenômeno comum na Microrregião conforme Santos e Fonseca (2012) e Silva (1999). O IDH Longevidade apresentou melhoria de 2000 para 2010, uma vez que aproximou da média estadual e nacional.

Considerações sobre IDH e IDHM

Na década de 1990 o economista paquistanês Mahbud ul Haq com contribuições do economista indiano Amartya Sen criaram e elaboraram o IDH, com o objetivo de compreender a média das conquistas do desenvolvimento básico das populações. Para tanto, estabeleceram três dimensões mensuráveis: renda; saúde - vida longa e saudável; conhecimento e informação. A ideia foi produzir um Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) disponibilizando, assim informações sobre os vários países. O mesmo serviria de referência na execução de ações que oportunizasse melhorias nas condições de vida da população. Desde 1998 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publica e divulga o RDH.

No Brasil, o PNUD, em parceria com Fundação João Pinheiro (FJP) e com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) disponibiliza o IDHM de todos os municípios.

O IDH é um indicador sintético ou social, que varia de 0 a um (1), quanto mais próximo de um, melhor IDH. A variação se configura em: Baixo (0 a 0,499); Médio (0,500 a 0,799) e Alto (0,800 a 1). Através do IDH pode-se mensurar as condições de vida da população a partir dos subíndices: Índice de Desenvolvimento Educação (IDHE), Índice de Desenvolvimento Longevidade (IDHL) e Índice de Desenvolvimento Renda (IDHR).

Freire Júnior et al. (2010, p. 34)apontam:

O IDH-E é obtido a partir da taxa de alfabetização e o número médio de anos de estudos convertidos em índices. Já, o IDH-L é obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $(\text{valor observado do indicador} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25

e 85 anos. Por fim, o IDH-R é obtido a partir da renda familiar per capita através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$, onde os limites inferior e superior são equivalentes à R\$ 3,90 e R\$ 1.560,17, respectivamente.

O IDHE incorpora a escolaridade da população adulta (peso 1) e de fluxo escolar da população (peso 2). “O acesso a conhecimento é fundamental para expandir as escolhas das pessoas. É assim determinante para o bem-estar e essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e autoestima” (PNUD; FJP; IPEA, 2013 p.32).

O IDHL inclui a esperança de vida ao nascer, o número de anos que as pessoas viverão a partir do nascimento, portanto,

[...] uma vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir de tábuas de sobrevivência padrão, que consideram informações disponíveis de registros, bem como dos Censos Demográfico [...]. O indicador sintetiza o nível de mortalidade e os riscos de morte que podem atingir a população dos municípios e reflete com bastante aproximação as condições socioeconômicas da população. Também contribui para avaliar a tendenciada dinâmica demográfica. (PNUD; FJP; IPEA, 2013 p.25).

Em relação ao IDHR inclui a renda per capita, ou seja, a capacidade de aquisição de bens e serviços. No entanto, pode ser considerada a dimensão mais frágil do IDHM, pois, não é possível mensurar a desigualdade de renda dentro do município.

O IDHM é um ajuste metodológico do IDH global, também varia de 0 a um (1), visa apresentar a complexidade e particularidade de cada município.

O IDH foi inicialmente idealizado para ser calculado para uma sociedade razoavelmente fechada, tanto do ponto de vista econômico (no sentido de que os membros da sociedade são os proprietários de, essencialmente, todos os fatores de produção) como do ponto de vista demográfico (no sentido

de que não há migrações temporárias). Municípios, no entanto, são espaços geopolíticos relativamente abertos e por esse motivo foram realizadas algumas adaptações nos indicadores (KAWANO, 2006 p. 22).

Apesar de o IDHM variar de 0 a um (1) e os subíndices serem os mesmos, utiliza-se outro parâmetro de análise: Muito Baixo (0 a 0,499); Baixo (0,500 a 0,599); Médio (0,600 a 0,699); Alto (0,700 a 0,799) e Muito Alto (0,800 a 1).

O IDHM é sem dúvida um importante indicador para avaliar o progresso da sociedade no acesso a bens básicos, no entanto, é válido pontuar que não pode medir por completo o desenvolvimento humano, uma vez que é dinâmico e depende do processo construído pela população e pela ação governamental.

Microrregião de Salinas e o IDHM em 2000 e 2010

Com base na regionalização do IBGE (1990), o Estado de Minas Gerais compreende doze Mesorregiões, dentre elas a Mesorregião Norte de Minas delimitada pelas coordenadas geográficas 14° 13' 00" e 18° 00' 00" de Latitude Sul e 41° 20' 00" e 46° 00' 00" de Longitude Oeste. Abrange área de 128.454,108 km², com oitenta e nove municípios, distribuídos em sete Microrregiões: Montes Claros, Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Janaúria, Pirapora e Salinas.

A Microrregião de Salinas compreende área de 17.824,413 Km², distribuída em dezessete municípios: Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo (Figura 01).

A maior parte dos municípios que constituem essa Microrregião emancipou na década de 1990. A emancipação ocorreu em muitos casos, devido a razões políticas como a tentativa de grupos locais formarem núcleos de poder e o incentivo dos mecanismos de repartição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

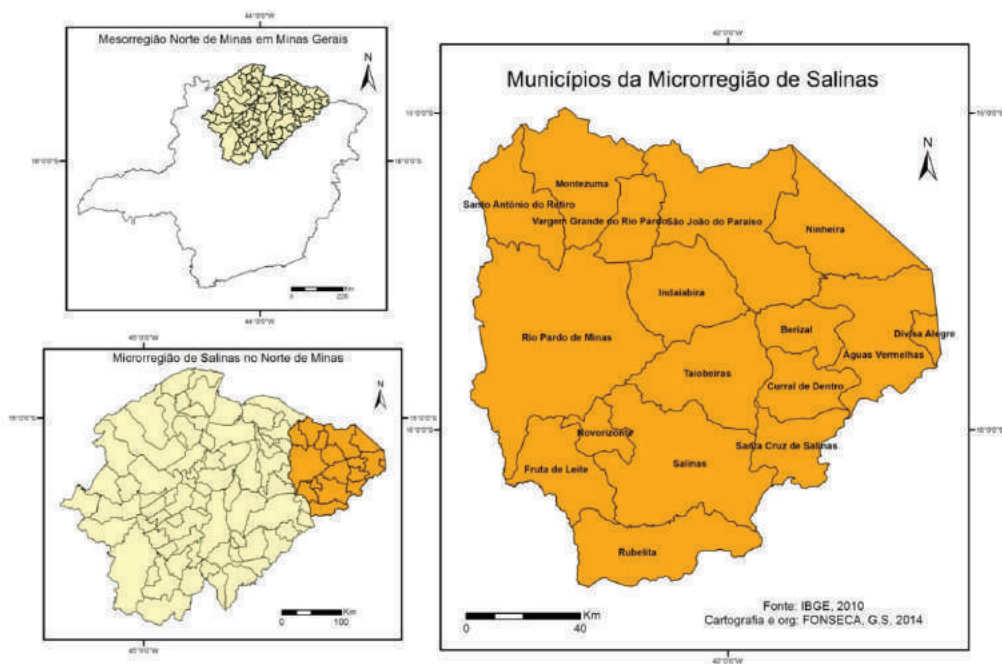


Figura 1: Mapa dos Municípios da Microrregião de Salinas

A maioria dos municípios da Microrregião de Salinas teve a emancipação política na década de 1990, portanto são novos (Figura 2).

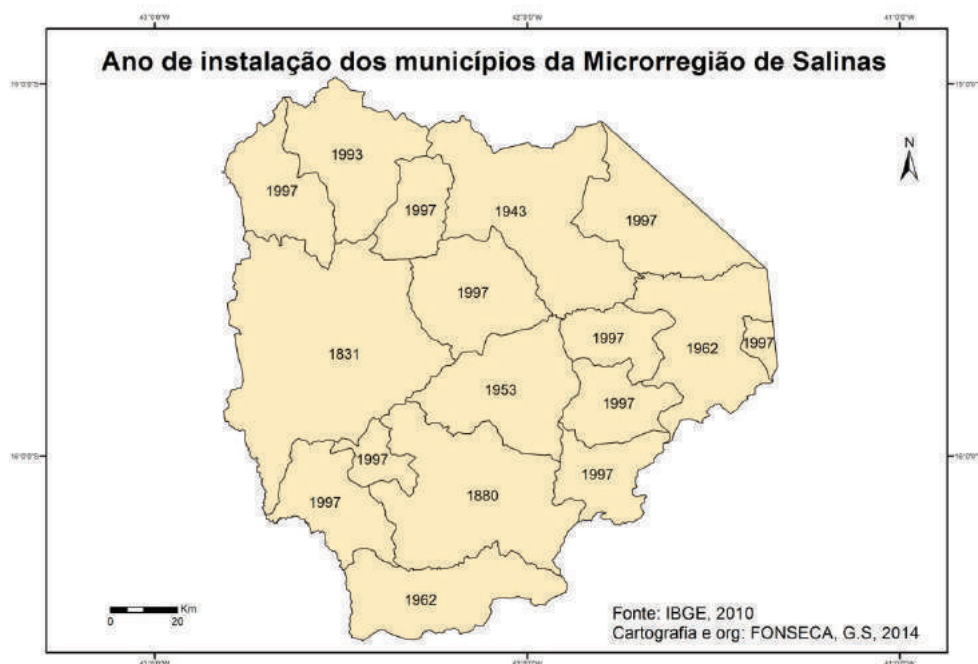


Figura 2: Mapa da emancipação dos municípios da Microrregião de Salinas

No século XIX, emanciparam dois municípios, Rio Pardo de Minas (1831) e Salinas (1880). Os demais foram no decorrer do século XX, em 1943 São João do Paraíso; em 1953 Taiobeiras; em 1962 Águas Vermelhas e Rubelita; em 1993 Montezuma; em 1997 Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Ninheira, Novorizonte, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro e Vargem Grande do Rio Pardo.

A emancipação política nem sempre significa autonomia por completo, pois, municípios com pouca arrecadação dependem do repasse de recursos do governo estadual e federal. O fato de o município ter poucos ou muitos anos de emancipação não justifica necessariamente seu alto ou baixo desenvolvimento socioeconômico, mas sim, o processo que foi criado, o aproveitamento de suas potencialidades, associado à boa gestão pública, que infelizmente é raridade no Brasil.

Quanto ao número de habitantes dos municípios da Microrregião de Salinas, apenas Salinas e Taiobeiras apresentam mais de trinta mil habitantes, sendo

que nos demais municípios o este número é baixo. Os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 apresentam aumento relativamente pequeno na população dos municípios da Microrregião. Em dez anos, o aumento populacional foi de 11.741 indivíduos, sendo muito desproporcional ao analisar por município. Fruta de Leite, Rubelita e Santa Cruz de Salinas não tiveram aumento, mas sim redução no número de habitantes.

Os municípios de Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo, tiveram acréscimo que pode ser pelo crescimento vegetativo ou por imigração (Figura 3).

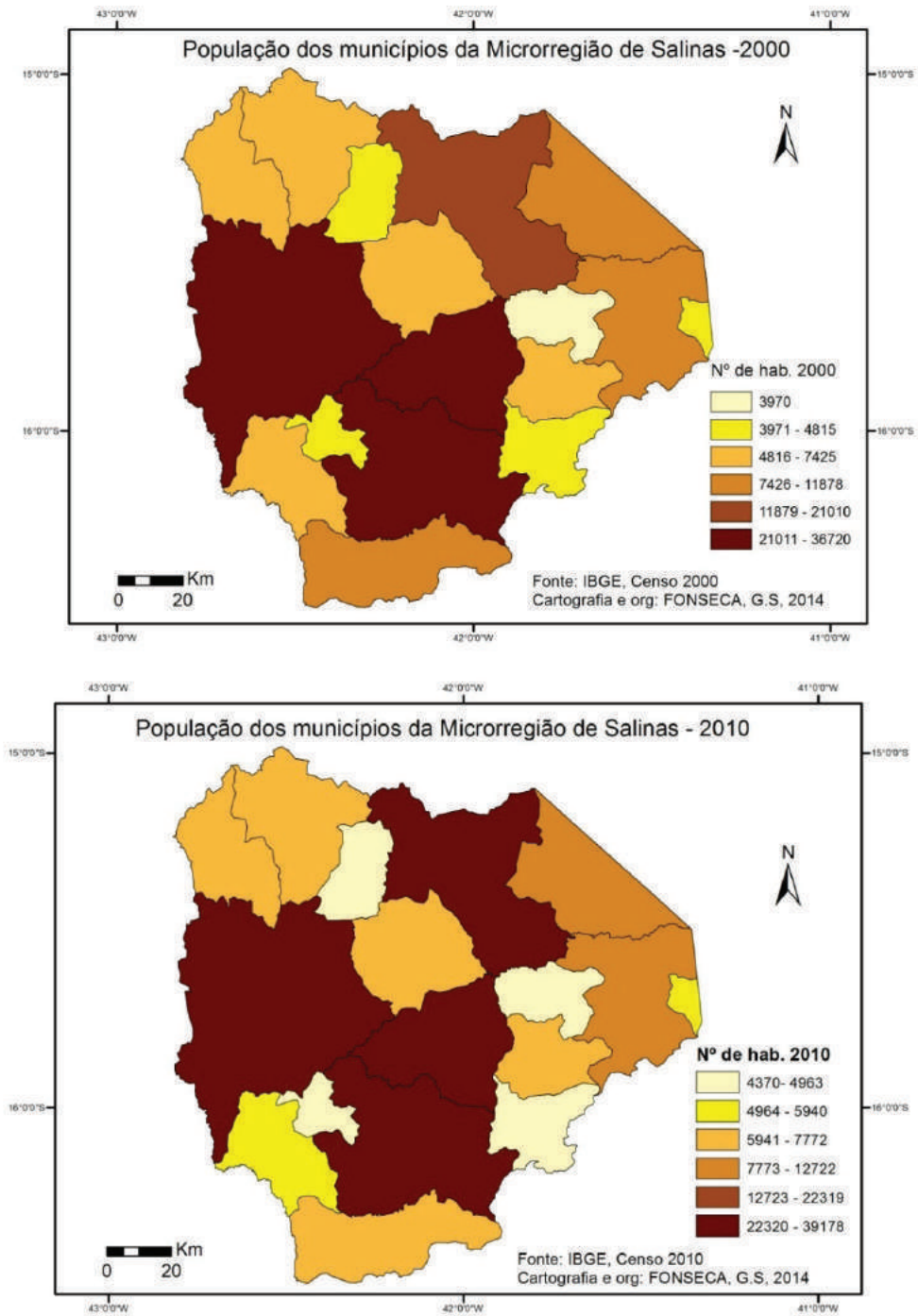


Figura 3: Mapa da População dos municípios da Microrregião de Salinas, 2000 e 2010

O número de habitantes é muito desigual nos municípios da Microrregião, em relação ao local onde reside a população, espaço rural ou urbano, desde 2000 há o predomínio de habitantes na área urbana (100.636 pessoas). Entretanto, onze dos dezessete municípios tinham mais pessoas vivendo no espaço rural: Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso e Vargem Grande do Rio Pardo. Em 2010, a situação apresentou pouca alteração, pois da população total 210.720 habitantes, residem no espaço urbano 120.544 pessoas e 90.176 na área rural (IBGE, 2010). No entanto, permanecem com maior número de habitantes no espaço rural os municípios supracitados, com exceção de Vargem Grande do Rio Pardo. Nos municípios de Salinas e Taiobeiras existe maior concentração de habitantes no espaço urbano.

Os municípios da Microrregião de Salinas fazem parte da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), além de integrarem a área do Semiárido Mineiro. O critério para a inserção na área do Semiárido Mineiro foi à irregularidade pluviométrica, temperatura elevada, baixo desenvolvimento econômico, deficiência de oferta de água e estrutura fundiária de latifúndios. Apesar de serem características marcantes na realidade da população, que requer intervenção dos governantes em todas as esferas, no intuito de melhorar as condições de vida.

Ao analisar a inserção dos municípios na área do Semiárido Mineiro, pode-se observar que não foi no mesmo período. Os municípios de Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Salinas Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo passaram a fazer parte do Semiárido Mineiro em 1995, já Rubelita, Santa Cruz de Salinas, apenas em 2005 com a nova delimitação do Semiárido Mineiro (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005).

No que se refere à intervenção da SUDENE na Microrregião, pode-se destacar ações bem pontuais, a saber, a implantação da monocultura de eucalipto, ampliação da rede de energia elétrica e pavimentação da rodovia 251, ações importantes, no entanto poucas para o pleno desenvolvimento econômico e social, especialmente se for considerado que o reflorestamento ocorreu em

função da devastação do cerrado para o carvoejamento. O carvão serviu como fonte de energia para abastecer siderúrgicas do Estado, sendo que a destruição do cerrado comprometeu a sustentabilidade de varias famílias, que sobreviviam dos frutos do bioma. Também deve-se considerar o impacto negativo nos recursos hídricos, nascentes foram destruídas, cursos de rios perenes passaram a ser temporários, entre outros problemas. No período de 2000 para 2010 ocorreu pequena melhoria no IDHM (Figura 4), apesar de que grande parte dos municípios teve sua instalação na década de 1990, como já foi mencionado.

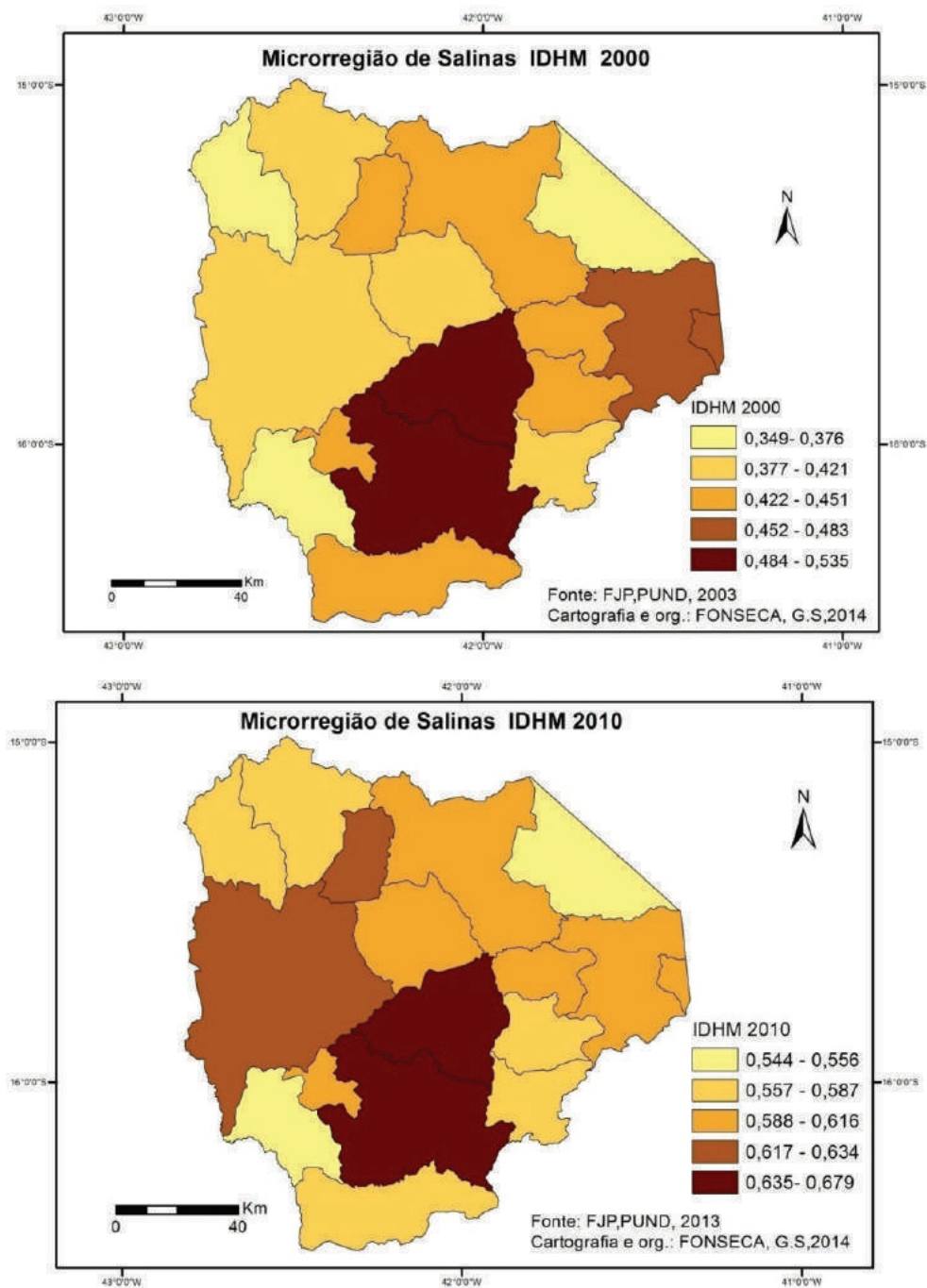


Figura 4: Mapa do IDHM dos municípios da Microrregião de Salinas, 2000 e 2010

Em 2000, quinze municípios apresentavam IDHM Muito Baixo, sendo eles: Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novo Horizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso e Vargem Grande do Rio Pardo.

Os municípios de Salinas e Taiobeiras tinham IDHM Baixo, portanto, em nenhum município foi registrado IDHM Médio, Alto e Muito Alto. O IDH do Brasil e de Minas Gerais em 2000 eram respectivamente, 0,612 e 0,624, portanto bem superior aos municípios da Microrregião de Salinas.

Em 2010, foi registrado IDHM Médio em dez municípios: Águas vermelhas, Berizal, Divisa alegre, Indaiabira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Vargem Grande do Rio Pardo, Salinas e Taiobeiras. Nos outros sete ainda impera o IDHM Baixo. Em relação a Minas Gerais e o Brasil, o IDH foi respectivamente 0,730 e 0,739.

Apesar de não haver IDHM Alto ou Muito alto, ocorreu no período de dez anos taxa de crescimento, logo incremento no IDHM (Figura 5).

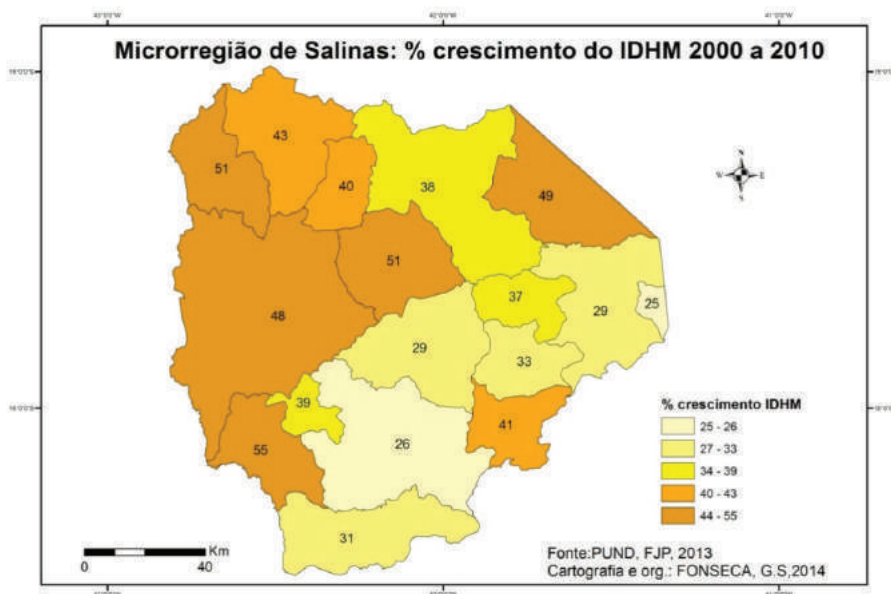


Figura 5: Crescimento do IDHM dos municípios da Microrregião de Salinas, 2000 e 2010

O município que apresentou maior taxa de crescimento foi Fruta de Leite, assim como melhor incremento. Por outro lado, o município de Divisa Alegre apresentou menor taxa de crescimento.

Para entender melhor o acréscimo no IDHM, procurou-se analisar os subíndices: IDHE; IDHL e IDHR. Entre as políticas sociais, a educação escolar ocupa posição especial, pois ela exerce um papel fundamental para o desenvolvimento econômico. Nos últimos anos a educação tem sido apresentada como o principal instrumento para solucionar os problemas de pobreza, desigualdade e falta de oportunidade que afetam os segmentos mais pobres da Microrregião. O IDHE considera:

A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental – 6º ao 9º ano –, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo (PNUD, FJP, IPEA, 2013, p.32).

Conforme definido pela Constituição de 1988, a educação passou a ser responsabilidade direta do Estado e tornou-se prioridade social. Assim, observase importante alteração nas políticas públicas voltadas para a educação, devido ao papel de provedor direto atribuído aos estados.

O conhecimento aumenta as possibilidades das pessoas, permite viver uma vida mais longa e confortável, auferir maiores salários e obter melhores empregos. O acesso à educação consiste num importante meio para a liberdade de escolha, pois, permite que, além do capital humano, possibilita aos indivíduos desfrutarem de liberdades substantivas para buscarem avanços sociais e políticos.

No Brasil, em 2000, o IDHE era de 0,456, sendo que atingiu 0,637 em 2010, já em Minas Gerais, em 2000 registrou 0,470 e 0,638 em 2010. Nos municípios da Microrregião de Salinas também ocorreu aumento, porém, não foi tão expressivo (Figura 6).

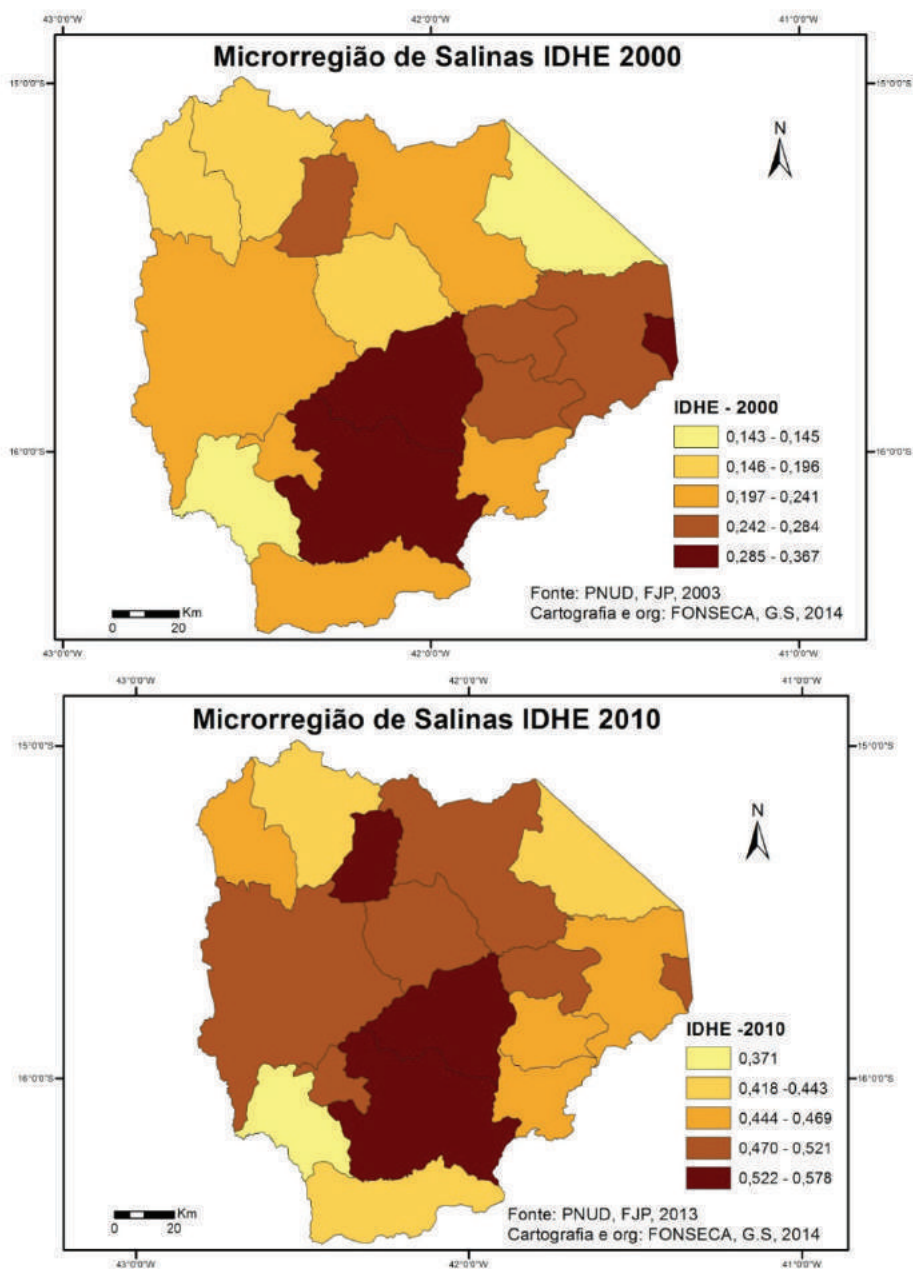


Figura 6: Mapa do IDHE dos municípios da Microrregião de Salinas, 2000 e 2010

As políticas educacionais possibilitaram que pessoas que estavam foram do ambiente escolar retornassem, e retomassem seus estudos através da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além dos incentivos financeiros para que crianças e jovens concluíssem a educação básica, a saber, Bolsa Escola que consiste na transferência de renda para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

Outro fator importante é a escola de nove anos que obriga os pais matricularem a criança aos seis anos de idade, a mesma cursa o primeiro ano do ensino fundamental, além do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) de Minas Gerais, que assegura o acompanhamento do desempenho escolar ao longo do ano com atividades extraclases.

Em relação ao subíndice IDHR, indica a renda média dos indivíduos residentes no município expressa em reais, os valores são extraídos dos questionários da amostra do Censo Demográfico. Representa a soma de todo tipo de renda, inclui-se salários, pensões, aposentadorias e transferências governamentais, entre outros.

A somatória é dividida pelo número total de habitantes do município, o resultado é a renda municipal per capita. O IDHR dos municípios da Microrregião de Salinas, em 2000 oscilou de 0,418 a 0,565; já em 2010 a variação foi de 0,504 a 0,697, portanto, aumento (Figura 7). No entanto, apesar da melhoria no IDHR, não significa erradicação da extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a 70 reais). A Agenda 21 resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, no capítulo 03 trata o combate à pobreza como:

A pobreza é um problema complexo e multidimensional, com origem ao mesmo tempo na área nacional e na área interacional não é possível encontrar uma solução uniforme, com aplicação universal para o combate à pobreza. Antes é fundamental para a solução desse problema que se desenvolvam programas específicos para cada País; com atividade internacionais de apoio às nacionais e com um processo paralelo de criação de ambiente internacional de apoio. A erradicação da pobreza e da fome, maior equidade na distribuição da renda e desenvolvimento de recursos humanos: esses desafios continuam sendo consideráveis em toda parte; O combate à pobreza é uma responsabilidade conjunta de todos os países (ONU, 1992 pg. 27).

Assim, pode-se pontuar que a erradicação da pobreza significa acesso à educação, lazer, bens de consumo e alimentação de qualidade por meio do fortalecimento dos programas de emprego e geradores de renda.

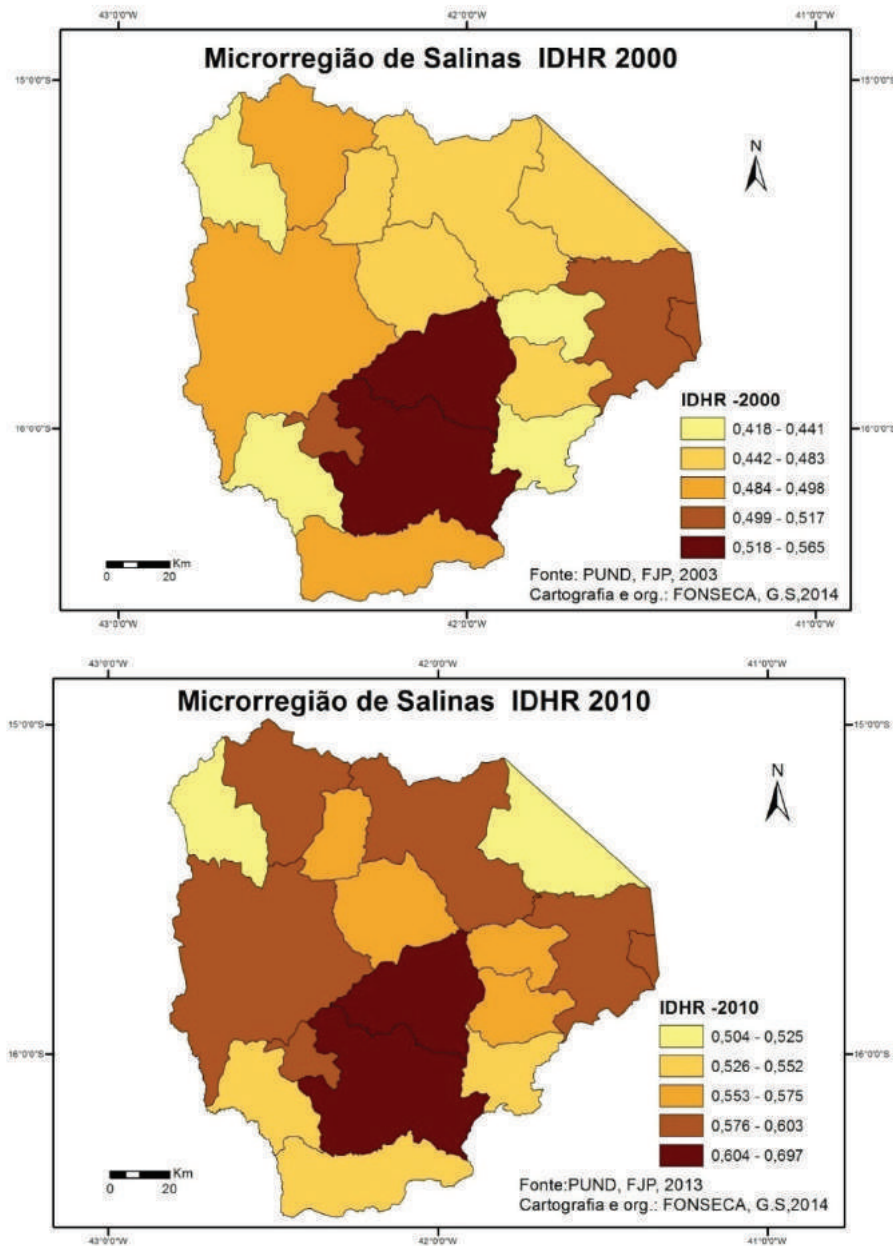


Figura 7: Mapa da Microrregião de Salinas, IDHR 2000 e 2010

Em 2000, os municípios que apresentam melhor IDHR foram Taiobeiras (0,557) e Salinas (0,565), sendo que em 2010 foi registrado IDHR, respectivamente de 0,639 e 0,697. Apresentam menor acréscimo de IDHR, os municípios Ninheira (0,481, em 2000) e Rubelita (0,498, em 2000); em 2010 passaram para 0,525 e 0,552. Ao se comparar o IDHR dos municípios da Microrregião com o de Minas Gerais e do Brasil, percebe-se, grande diferença, pois, em 2000 o IDHR nacional era 0,692, já em 2010 atingiu 0,739. O estadual ficou pouco abaixo, 0,680 em 2000 e em 2010 chegou a 0,730.

No que se refere ao IDHL é um indicador que mostra a esperança de vida ao nascer, assim, pessoas com acesso a bens e serviços como água tratada, rede de esgoto, atendimento médico hospitalar, alimentação saudável, entre outros, tem a perspectiva de viver mais.

No que se refere ao IDHL é um indicador que mostra a esperança de vida ao nascer. Assim, pessoas com acesso a bens e serviços como água tratada, rede de esgoto, atendimento médico hospitalar, alimentação saudável, entre outros, tem a perspectiva de viver mais.

O Índice de Longevidade é um índice cuja tendência é sempre aumentar, pois os investimentos mundiais em saúde colaboram para que isso aconteça, além de ser uma cobrança crescente da população, que necessita de políticas adotadas relacionadas à saúde preventiva. Políticas essas em sua grande maioria voltada à reeducação de hábitos alimentares, incentivos à amamentação, campanhas de vacinação, dentre outras.

Nesse contexto, o indicador avalia as condições sociais, de saúde e de salubridade por considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto as ocorridas em função de doenças quanto às provocadas por causas externas como violências e acidentes.

O IDHL dos municípios da Microrregião de Salinas (Figura 8) em relação a Minas Gerais e ao Brasil é menor, mas as diferenças não são tão grandes como no IDHE e no IDHR, uma vez que a longevidade aumentou a nível nacional. O IDHL de Minas Gerais foi 0,759 em 2000, em 2010 passou para 0,838. O Brasil apresentou IDHL de 0,727 em 2000 e em 2010 atingiu 0,816.

Ao se analisar a evolução do índice observa-se que esta foi bastante significativa, e os programas do governo voltados para a saúde importantes no

sentido de prevenção, reeducação, informação. Os programas sociais de saúde, equilibrados com o aumento no acesso a educação e de renda oferecem expectativas de melhora em longo prazo.

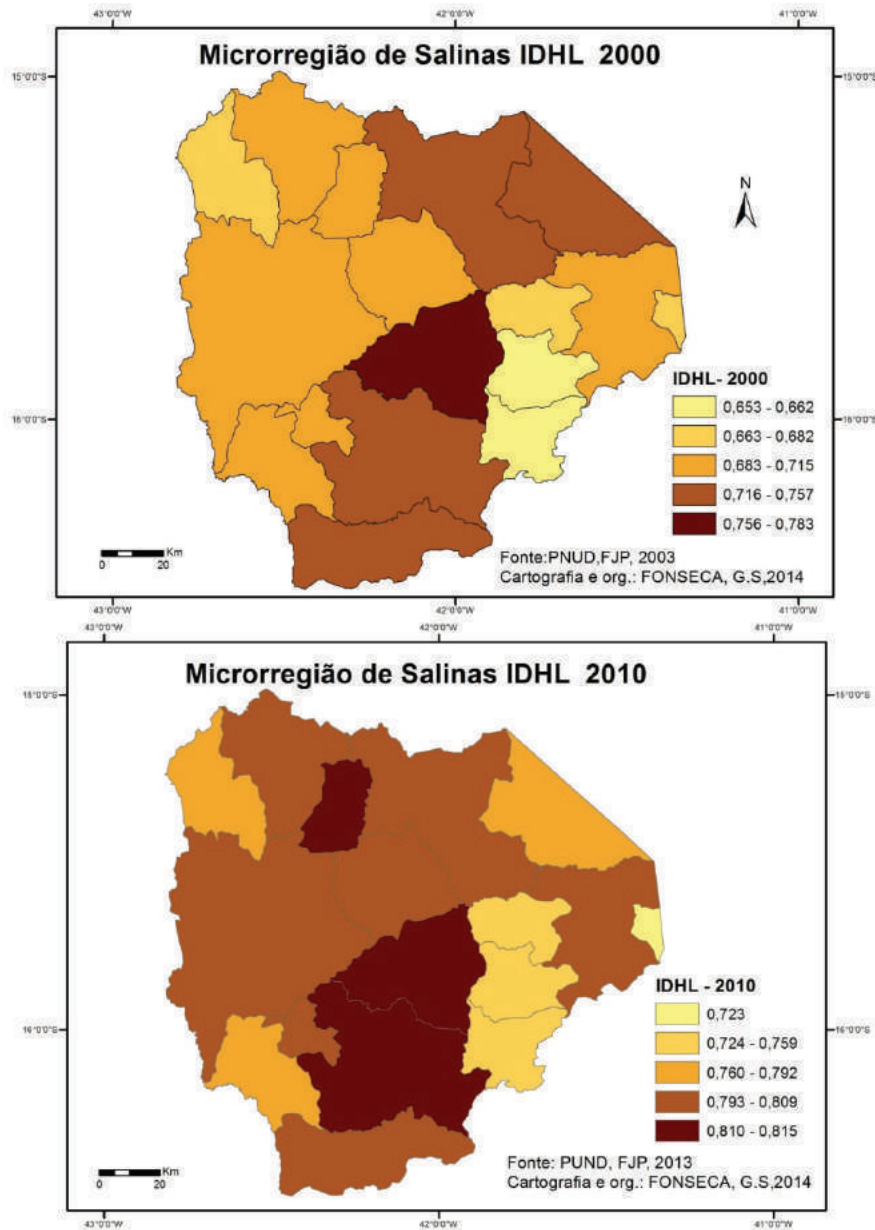


Figura 8: Mapa da Microrregião de Salinas, IDHL 2000 e 2010

A esperança de vida ao nascer em Minas Gerais em 2000 era de 70 anos, sendo que em 2010 foi registrada 75 anos, no Brasil em 2000 era de 68 anos e em 2010 chegou a 74 anos. Também foi significativo o aumento nos municípios da Microrregião de Salinas (Gráfico 1).

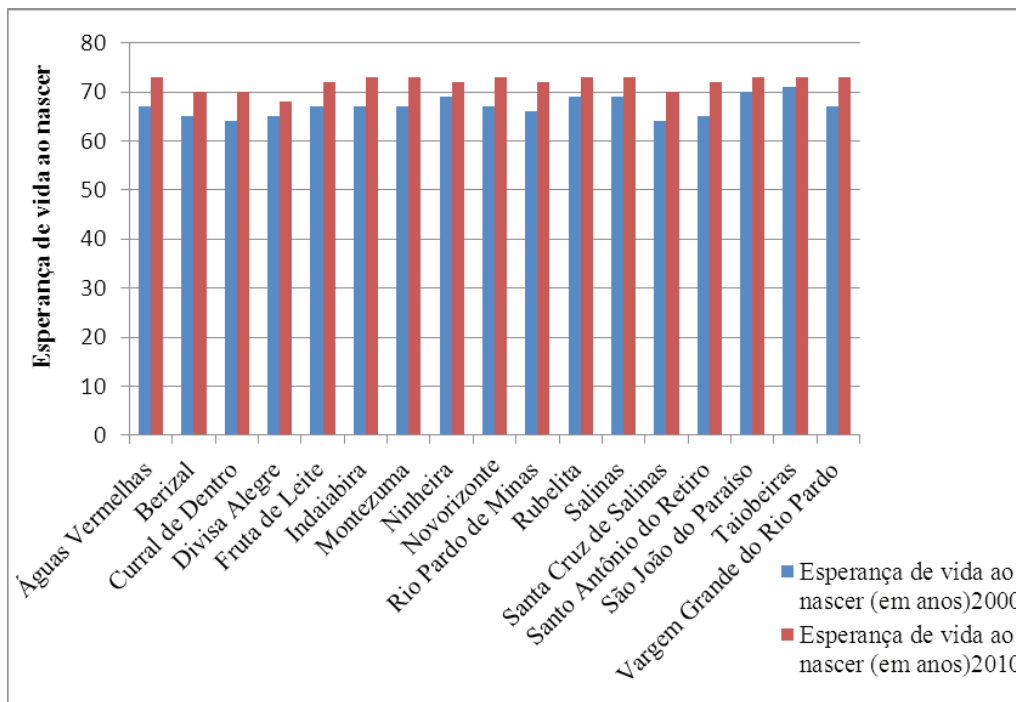


Gráfico 1: Esperança de vida ao nascer da população dos municípios da Microrregião de Salinas, 2000 e 2010

Fonte: IBGE: Censos de 2000, 2010. Org: SANTOS, 2014

Ao comparar o IDH Longevidade dos municípios em 2010 com os dados de 2000 verifica-se que todos tiveram elevado aumento no índice de longevidade de sua população. A expectativa de vida desses municípios passou de 64 anos para uma média de 75 anos, essa melhora se deve ao avanço na medicina e melhorias na saúde pública, o aumento de renda e a elevação no índice de escolaridade também contribuem para o aumento dessa expectativa de vida, somando todos esses fatores verifica-se sinal de vida longa e saudável. Assim, pode-se pontuar a necessidade de conhecer os indicadores apresentados para auxiliar na adoção de políticas que melhorem cada vez mais a qualidade de vida da população.

Considerações finais

O IDHM é uma importante ferramenta utilizada para compreender a média das conquistas do desenvolvimento básico da população, assim como setores que requer maior investimento. Registre-se, todavia, que os municípios que compõem a Microrregião de Salinas, no Norte de Minas alcançaram, ao longo dos anos, uma melhora contínua e consistente em todas as dimensões do IDHM.

Nos períodos analisados o IDHM da Microrregião de Salinas teve melhoria na sua composição. Na dimensão Educação, quase todos os municípios duplicaram o índice, aspecto que pode contribuir para o aumento da renda, maior dignidade básica, uma vez que os indivíduos terão possibilidade de inserir no mercado de trabalho. No que se refere à renda per capita, os municípios apresentam acréscimo, acredita-se que isso se deve a efeitos dos programas de bem-estar social do Governo Federal, como o

Programa Bolsa Família que consiste na ajuda financeira às famílias pobres e indigentes do país, investimento na qualificação profissional, criando mais oportunidades de emprego e o aumento de pessoas idosas que recebem benefício da aposentadoria.

Outro fator importante para o aumento da renda é a emigração temporária de trabalhadores, fenômeno comum na Microrregião. Por sua vez, o IDHM Longevidade apresentou melhoria de 2000 para 2010, uma vez que aproximou das médias estadual e nacional. O aumento do nível de escolaridade e renda, das taxas de educação e renda que implicam diretamente na longevidade da população, pois reflete de forma positiva no acesso à saúde, alimentação de qualidade e lazer, itens importantes para um envelhecimento saudável. É importante que a sociedade participe diretamente das ações governamentais, pois assim há maiores possibilidades de melhor investimento de recursos públicos.

Ao se comparar os dados do censo do ano de 2010 com os de 2000, verifica-se que todos os municípios da Microrregião estudada apresentaram melhora no desempenho do IDHM, o que equivale dizer que futuramente há possibilidades da população viver mais e com maior qualidade de vida.

Referências

FREIRE JÚNIOR, José et al. Indicadores demográficos e sociais. IPECE. Fortaleza. 2010. Disponível em: http://www.ipece.ce.br/publicacoes/entendendo_os_principais_indicadores_sociais_e_economicos.pdf . Acesso em 26/03/2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Volume 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. Censo Demográfico de 2010 de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 2010.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> . Acesso 15/08/2014

_____. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/o_atlas/o_atlas_ . Acesso 15/08/2014

KAWANO, Marcos Akira. Análise dos Critérios do IDH da ONU. Florianópolis, 2006.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro. Brasília/DF 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2003. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> > . Acesso 01/09/2014.

_____. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>> . Acesso 01/09/2014.

SANTOS, M. R.; FONSECA, G. S. Migrações temporárias e as implicações para a população itinerante de Salinas-MG. Montes Claros-MG, 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: UNESP, 1999.

SCHWARTZMAN. Educação e pobreza no Brasil. Cadernos ADENAUER.
São Paulo, 2006.

Recebido para publicação em outubro de 2014
Aceito para publicação em novembro de 2014

IMIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL

Gildette Soares Fonseca¹
Duval Magalhães Fernandes²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a imigração de haitianos em nações da América Latina, especialmente para o Brasil. Para compreendê-la faz-se necessário refletir sobre alguns aspectos históricos, a saber, o longo período de dominação dos colonizadores, a intervenção militar estadunidense, as ditaduras, eleições fraudulentas, distúrbios iniciados em 2004 e o terremoto de 2010, enfim, os fatores que impulsionaram (e ainda impulsionam) as emigrações. No Haiti a emigração é histórica, representa alternativa para melhorar as condições de vida, oportunidade de trabalho para sobreviver. Dentro da América latina o Brasil tem-se destacado como espaço de atração de haitianos, em 2011 o governo concedeu 720 vistos e em 2012 foram 4820, um aumento significativo. No entanto, a quantidade não é alta ao considerar outros fluxos de latinos americanos, é válido ressaltar que os dados não incluem os haitianos irregulares, mas colocam em foco desafios para os governantes e toda a sociedade. No Brasil, a maioria dos imigrantes haitianos é do sexo masculino em idade produtiva que busca trabalho, o intuito é garantir sua sobrevivência e de familiares que ficaram no Haiti.

Palavras Chave: Migrante. Haiti. Brasil. Trabalho. Precariedade.

1 Doutoranda em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG). (gildettes@yahoo.com.br). Agradecimento à FAPEMIG-MG pelo apoio financeiro.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia Tratamento da Informação da PUC-MG (duvalfernandes@hotmail.com)

HAITIAN IMMIGRATION TO BRAZIL

Abstract: This article has the purpose to analyze the immigration of Haitians nations of Latin America, especially Brazil. To understand it is necessary to reflect some historical aspects, namely, the long period of domination of the colonizers, the US military intervention, dictatorships, rigged elections, disturbances started in 2004 and the earthquake of 2010, ultimately the factors that drove (and still drive) emigration. Haiti's historic emigration represents an alternative to improve the living conditions, job opportunity to survive. Within Latin America, Brazil has been highlighted as an area of attraction of Haitians, in 2011 the government granted 720 visas were 4820 in 2012, a significant increase. However, quantity is not high when considering other flows to Latin Americans, it is important emphasize that information do not include illegal Haitians, but pose challenges in focus for governments and society. In Brazil, the majority of Haitian immigrants are male working age seeking work, the aim is to ensure their survival and family members who were in Haiti.

Keywords: Migrante. Haiti. Brazil. Work. Precarity.

Introdução

Pesquisar a mobilidade populacional facilita entender a sociedade, origem, destino, as transformações nos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. Nas palavras de Lee (1980, p.99),

[...] para analisar as teorias de migração não devem aplicar limitações com respeito à distância do deslocamento, ou a natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa ou interna, o que importa é entender os aspectos que levam a saída do lugar de origem e os atrativos do espaço receptor.

Nos países da América da Latina as migrações se fazem presente desde o período colonial, portanto é de extrema importância estudá-las. Assim, independentemente das migrações internas e ou internacionais, as pesquisas não devem deixar de tratar a (des)organização econômica e política, ou seja, as implicações sociais no

(re)arranjo territorial. Nas palavras de Fonseca (2009, p.20):

As migrações resultam em transformações geográficas e culturais, ao migrar o sujeito pode melhorar ou não as relações na sociedade e para com a natureza; neste sentido, o ato de migrar pode ser concebido como ganho ou perda em todos os aspectos sociais, econômicos, políticos [...].

Neste contexto, este trabalho tem por objetivo analisar a imigração de haitianos para o Brasil, o caminho metodológico consistiu em levantamento bibliográfico e de pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Estudo Distribuição Espacial da População vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Tratamento da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (GEDEP/PPGG/PUC-MG).

O Haiti é um dos países da América Latina com histórico de dominação e péssimos indicadores socioeconômicos, aspectos que contribuem para a emigração. Apesar de ter sido o segundo país a tornar-se independente no continente americano, a situação política nunca foi estável, os diversos conflitos e os problemas causados por catástrofes naturais fizeram parte da vida dos seus habitantes, agravada em 2010 por um terremoto de grande magnitude. Fernandes, Milesi e Farias (2006, p.79) comentam:

Em janeiro de 2010, um forte terremoto assolou o país, matando mais de 150.000 pessoas, criando um grande número de desabrigados e reduzindo a escombros parcela importante da infraestrutura habitacional e governamental, agravando profundamente a situação humanitária desta que é a mais pobre nação do continente americano.

Além das mortes, ocorreu aumento dos problemas socioeconômicos já existentes, assim, os haitianos visualizaram a migração como solução para a sobrevivência, buscam espaços onde possam sobreviver. Fernandes, Milesi e Farias (2006, p.79) afirmam:

A mais numerosa comunidade está nos Estados Unidos, seguida pela República Dominicana. Outros países da América e Caribe também recebem um grande contingente

de haitianos com destaque para o Canadá, Cuba e Venezuela. Na Europa, o país de maior afluência é a França.

Na América Latina, os espaços mais atrativos para os haitianos tem sido a República Dominicana, Venezuela, Chile, Equador, Guiana Francesa³ e o Brasil. “[...] mais de 6.000 haitianos ingressaram no Brasil desde o início de 2010” (FARIAS, 2012 p.88). O Brasil ocupa na América Latina uma posição econômica bem expressiva em relação aos demais países, a estabilidade econômica desde a década de 1990, a oferta de emprego e a repercussão internacional de economia emergente dá a impressão de espaço de oportunidade de sucesso.

Haiti um país marcado pela dominação

O continente americano, por critérios históricos e econômicos, é regionalizado em América Anglo Saxônica (compreende os territórios dos Estados Unidos e Canadá) e América Latina (que abrange os demais países). O território da América Latina após a 2ª guerra mundial se consolidou como o conjunto de países com menor desenvolvimento econômico do continente.

É válido considerar também a divisão geográfica da América, sendo: América do Norte (Estados Unidos, Canadá, México, Saint Pierre e Miquelon, Bermudas e Groenlândia); a América Central que engloba o istmo e a porção insular, dentre as várias ilhas, tem-se o Haiti, e por fim, a América do Sul que abrange os demais territórios inclusive o Brasil.

O Haiti é banhado pelo Oceano Atlântico, limita a leste com a República Dominicana, é um país de pequena extensão territorial (27.750 km²), com população de apenas 10.255.644 habitantes (em 2012), sendo que mais de 40% é desnutrida. Apresenta baixo Índice de Desenvolvimento Humano (0,456), em 2011 possuía o Produto Interno Bruto (PIB) de 6.731 milhões de dólares (IBGE⁴ Países, 2013).

Para os colonizados espanhóis o Haiti e a República Dominicana foram denominados de Hispaniola, que tinha na produção de cana de açúcar a sua

3 Por medidas de segurança fechou as fronteiras e intensificou o monitoramento, uma vez que o objetivo dos haitianos é ir para o território da Guiana Francesa e posteriormente para a França.

4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

maior riqueza econômica. Farias (2012, p.54) pontua:

Inicialmente, os espanhóis buscaram minerais preciosos na ilha, à custa da escravidão e do uso compulsório da mão de obra indígena. Em pouco tempo, este processo dizimou a população nativa. O insucesso da atividade mineradora deu lugar, já no século XVI, à produção de cana-de-açúcar. Com a escassez da mão de obra na ilha, o tráfico de escravos africanos para trabalhar nas lavouras foi impulsionado.

A exploração espanhola aconteceu de 1493 a 1697, pois em 1697 o Tratado de Ryswick⁵ oficializou a concessão do território à França. Como colônia francesa a produtividade de cana de açúcar elevou com o intenso uso da mão de obra escrava, a ilha passou a ser conhecida como a Pérola das Antilhas.

Na segunda metade do século, o melhor açúcar do mundo brotava do solo esponjoso das planuras da costa do Haiti, uma colônia francesa que nessa época se chamava Saint Domingue. Ao norte e a oeste, Haiti converteu-se em sorvedouro de escravos: o açúcar exigia cada vez mais braços. Em 1786, chegaram à colônia 27 mil escravos, e no ano seguinte 40 mil. (GALEANDO, 1994 p. 47).

Todavia, a riqueza produzida era apenas da elite e da metrópole, pois, para a maioria da população, escrava, a situação era degradante, assim, aconteceu o inevitável, rebeliões da população escrava e dos brancos pobres que reivindicavam dignidade. Neste contexto, acontecia na França a Revolução Francesa (1789) que determinava o fim da escravidão nas colônias. Entretanto, a demora na circulação das informações e a efetivação nas determinações da metrópole, além da resistência dos ricos em acabar com a escravidão, favoreceram a Rebelião dos Escravos em 1791 liderada por Toussaint L'Ouverture, no Haiti. Nas palavras de Galeano (1994, p.57):

No outono de 1791, explodiu a revolução. Num só mês, setembro, duzentas plantações de cana foram tomadas pelas chamas; os incêndios e os combates sucederam-se sem trégua à medida que os escravos insurretos iam empurrando os exércitos franceses até o oceano. Os barcos

⁵ Acordo de paz celebrado entre os países europeus após a Guerra da Liga de Augsburgo (1688-1697).

zarparam carregando cada vez mais franceses, e cada vez menos açúcar. A guerra derramou rios de sangue e devastou as plantações. Foi longa. O país, em cinza, ficou paralisado; em fins do século a produção caiu verticalmente.

Foram doze anos de luta, em 1801 Toussaint L'Ouverture se tornou governador geral, contudo, foi deposto e morto pelos franceses. Em 1804 foi proclamada a independência política, mas somente “[...] em 1825, a França reconheceu a independência de sua antiga colônia, mas em troca de uma gigantesca indenização em dinheiro” (GALEANO, 1994, p.57). Assim, a França mais uma vez saqueou a população empobrecida do Haiti.

Em função da luta dos escravos, o Haiti foi o segundo país da América a se tornar independente (depois dos Estados Unidos), o que não significou grande avanço, uma vez que a maioria da população vive na pobreza. Matijascic (2010, p. 05) aponta:

Proprietários das terras e líderes da revolta que levaram à independência do país, os mulatos foram os que assumiram o poder no Haiti. Todavia, não mudaram a estrutura social do país: constituíram-se como elite e mantiveram os negros (ex-escravos) no trabalho das lavouras de produtos primários. Isso frustrou muito os ex-escravos que lutaram pela emancipação do país e acreditaram que este seria o primeiro passo para libertarem-se da condição na qual se encontravam durante o período colonial. A ausência de convergência dos interesses desses segmentos sociais resultou em disputas internas pelo poder do país.

Além das disputas internas, o bloqueio comercial dos Estados Unidos instaurado em 1806 e a proclamação da independência da República Dominicana (1844), enfraqueceu mais a economia e empobreceu a população. A vida da população da ilha tornou-se mais difícil com as retaliações comerciais e as disputas internas, assim, governantes foram depostos ou assinados.

No período de 1915 a 1934 o Haiti foi ocupado por forças militares dos Estados Unidos, a intervenção promoveu algumas melhorias, a saber, construção de estradas, hospitais, escolas, pequena rede de saneamento básico, contudo as medidas não solucionaram a segregação e a instabilidade política

e socioeconômica, aspectos que impulsionavam a emigração dos haitianos. Farias (2012, p. 57) enfatiza,

[...] entre 1913 e 1931, emigraram para a província Leste de Cuba entre 30.000 e 40.000 trabalhadores haitianos. A República Dominicana, cuja produção açucareira era menor do que de Cuba, também recebeu um número representativo de haitianos, até que em 1919, o governo militar americano introduziu o sistema de contratos, regulamentados para a importação de trabalhadores. Embora não exista um número exato de trabalhadores empregados, estima-se que nas duas décadas, após 1919, tenham sido contratados 5.000 haitianos por ano.

Grande parte da população do Haiti diante da dominação e miséria considerava a emigração a alternativa de sobrevivência, a escolha inicial era migrar para território próximo, uma vez que os recursos financeiros eram escassos para deslocamento de longa distância. Pizarro e Villa (2006, p.119) abordam a migração do Haiti para a República Dominicana.

A migração de haitianos para a República Dominicana é uma das correntes intra-regionais de maior destaque no Caribe e na América Latina. Até meados do século XX, foram registrados importantes fluxos populacionais que se dirigiam principalmente do noroeste do Haiti, densamente povoado e com uma base de recursos a zonas situadas além do limite internacional, cujo maior potencial produtivo deixava para trás a imagem de uma fronteira agrícola.

Em geral as causas das migrações estão ligadas aos aspectos econômicos. “[...] à busca por trabalhos mais remunerados e atraentes do que os disponíveis nos locais de nascimento” (RAVENSTEIN 1980, p. 126). Ao longo dos séculos a mobilidade humana moldurou a configuração de muitas nações em todos os continentes e sem dúvida a procura por melhores condições de vida tem sido a mola propulsora. No entender de Patarra, (2012, p.86):

As migrações internacionais representam a contradição entre os interesses de grupos dominantes na globalização e os Estados nacionais, com a tradicional ótica de sua

soberania; há que se levar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local.

No caso da população do Haiti, apenas uma minoria tem acesso a uma vida digna, a violação dos direitos dos haitianos é recorrente, portanto, existe uma pressão histórica em buscar outros locais para viver, uma vez que a intervenção externa também não soluciona os problemas. Farias (2012, p.58) afirma:

O período de 1934-1956 foi marcado pela instabilidade política. Stenio Vincent, último presidente do período da ocupação norte americana, implantou medidas autoritárias, centralizou o poder e estendeu seu governo até 1941. Não bastasse a desordem interna, em 1937, o ditador chefe da República Dominicana, Rafael Trujillo (1930-1961) mandou matar todos os estrangeiros, isto é haitianos, que não pudessem comprovar o status de dominicanos nas províncias fronteiriças. Estima-se que o exército tenha matado de 20.000 a 35.000 haitianos ao longo de seis dias, a partir da noite de 02 até 08 de outubro. Com o intuito de disfarçar o envolvimento do exército, os militares usaram facões, ao invés de armas de fogo. O massacre, conhecido como El Corte, injustificado e sem precedentes mostrou-se claramente racista e anti-haitiano.

A ação do ditador da República Dominicana mencionada por Faria (2012) é apenas mais um exemplo das atrocidades vividas pela população do Haiti no país vizinho. No auge da Guerra Fria foi instaurada a ditadura no Haiti, financiada pelos Estados Unidos. Em 1957, com apoio da Igreja Católica e dos militares, foi eleito François Duvalier (1957-1971), mais um tirano centralizador. Mesmo com sua morte em 1971, a população não teve paz, pois seu filho, Jean-Claude Duvalier, outro ditador, assumiu o poder.

Em 1962, François Duvalier instalou um regime autoritário de governo no Haiti: eliminou a oposição política, criou uma força sob seu comando, os Voluntários da Segurança Nacional, e assegurou que o poder fosse transferido a seu filho, Jean-Claude Duvalier, em 1971. O desgaste político causado por tantas medidas centralizadoras e a falta de habilidade política de Jean-Claude Duvalier resultaram no fim do regime duvalierista em 1986 (MATIJASCIC, 2010 p.03).

No governo dos Duvalier (1957 a 1986), muitos haitianos emigraram, outros não tiveram a oportunidade foram massacrados ou queimados vivos. Farias (2012, p. 59) ressalta: “Os quase trinta anos da ditadura dos Duvalier foi provavelmente o período mais doloroso e sangrento da história do Haiti”. O país perdeu parte da População Economicamente Ativa (PEA), especialmente aqueles de maior escolaridade, o que restou foi muita dor, desolação e pobreza.

As bases desse regime foram impostas por François Duvalier com adesão dos setores conservadores da sociedade haitiana: militares, Igreja Católica e elite mulata. O regime duvalierista também amparava os interesses dos Estados Unidos no contexto bipolar, pois afastava a possibilidade de acontecer revoltas populares e a expansão da ameaça comunista no Haiti. (MATIJASCIC, 2010 p.12)

A história dos povos da América Latina, (e o Haiti estava inserido neste contexto) foi marcada pela omissão da Igreja Católica, injustiça de reis, autoritarismo de militares e a intervenção externa, assim os interesses do povo ficaram sempre em último plano. No ano de 1990, com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) foram realizadas eleições, no Haiti, o ex- padre Jean-Bertrand Aristide foi eleito, mas em 1991 foi deposto por um golpe do general Raoul Cedras. Novamente as disputas internas intensificam, assim como as sanções internacionais, e em 1994 Jean-Bertrand Aristide voltou ao poder com o apoio de 20 mil militares de várias nacionalidades.

Eleito democraticamente, René Préval governou o Haiti de fevereiro de 1996 a fevereiro de 2001, tentou estabelecer reformas políticas, combater a corrupção, a violência e miséria, porém não obteve sucesso diante do caos. Em 2001, novamente Jean-Bertrand Aristide voltou ao poder através de eleição fraudulenta, a população se revoltou, muitos conflitos ocorrem no país, aspectos que contribuíram para a diáspora haitiana, em 2004. No mesmo ano a ONU, através da Resolução 1542 criou a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Farias (2012, p.62) afirma que:

Diferentemente das outras operações, esta força passou a ter o comando de países em desenvolvimento, tais como Brasil e Chile, respectivamente com os comandos militar e civil. A intervenção contou ainda com o apoio de tropas

provenientes da Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Croácia, Equador, Estados Unidos, França, Filipinas, Guatemala, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Sri Lanka, e Uruguai.

No entanto, a atuação da MINUSTAH foi tão violenta como outras operações militares de intervenção internacional, a força de paz não garantiu por completo os direitos humanos, uma vez que os conflitos são históricos e a solução requer ação conjunta do governo e da sociedade.

Estabelecer a ordem e a paz no Haiti tem sido um desafio constante, principalmente depois do terremoto⁶ de magnitude 7.0 (escala Richter) de janeiro de 2010. A tragédia haitiana repercutiu no mundo todo, a comoção foi internacional. Para Saraiva (2010, p.21) foi mais uma oportunidade de nações demonstrarem liderança:

Politiza-se a ajuda internacional, como no caso do clima, dos direitos humanos, e outros temas da agenda renovada das relações internacionais, quando o que importa é o esforço de salvar vidas. Os chineses foram os primeiros a chegar à ilha caribenha. Inflacionaram o aeroporto combalido da capital do país e deixaram apenas espaço modesto para aeronaves dos Estados Unidos, da Europa, do Canadá e do Brasil. Os Estados Unidos correram atrás dos chineses uma vez que o Caribe é área natural de hegemonia natural e concêntrica dos ianques. Apresentaram-se como os únicos capazes de salvar os flagelados.

Depois do terremoto o sofrimento dos haitianos passou a ser noticiado internacionalmente, mas mesmo antes desta catástrofe existiam pessoas sendo exploradas, torturadas, assassinadas por ditadores, sob o julgo dos interesses do capital e da intervenção internacional. Somente depois do terremoto o mundo passou a conhecer o Haiti, a difundir a ideia que é preciso combater a violência, a fome, melhorar os indicadores sociais, mudar o quadro caótico no qual o país estava, marcado índices de pobreza similares à maioria dos países da África.

A coordenação dos esforços de construção do Haiti deve
⁶ O epicentro foi próximo da capital Porto Príncipe que foi devastada pela força da natureza.

ser multinacional, a recordar que o esforço humanitário é apenas uma etapa para o longo prazo, de fortalecimento das instituições e da cidadania, ao lado da reconstrução social e econômica do país. Passada a comoção do momento, valerá acompanhar o dia seguinte. O esquecimento é em geral o que se espera. Pois que se tome uma lição do Haiti para a política internacional: o pêndulo está excessivamente angulado no realismo global e nos egoísmos nacionais. Era hora de movê-lo para a dimensão humana das relações internacionais, que prescinde do humanitarismo, para ser apenas humana a face desejável dos sonhos de um mundo melhor. (SARAIVA, 2010, p.22).

No final de 2010, outro fato marcou a população, um surto de cólera, de acordo com dados da ONU em junho de 2010 mais de 65 mil pessoas vivia em acampamentos precários, no final do mesmo ano mais de 7.000 haitianos morreram de cólera, em 2012 mais de 400 mil vivia nos acampamentos de forma inadequada. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

Historicamente o Haiti dependente economicamente de ajuda de outros países, assim como outros países da América, África e Ásia, necessita de ação humanitária, mas requer também políticas de desenvolvimento social que possibilite oferta de trabalho, moradia, saneamento, enfim, dignidade humana. A economia estagnada, a falta de infraestrutura básica, a ineficácia dos governantes, as catástrofes naturais, fazem do Haiti um espaço que “expulsa” a população.

Imigrações de haitianos na economia globalizada

Para entender a mobilidade populacional e as transformações ocorridas (independente da escala e do tempo), seja de ordem política, econômica, socioambiental, é necessário conhecer as relações estabelecidas pelas sociedades e as implicações em suas territorialidades; o jogo político, o cenário comercial entre as nações centrais, emergentes e periféricas.

No caso dos haitianos é notório que desde o século XVIII, com a chegada de

européus, os fatores econômicos, sociais e políticos favoreceram a migração internacional, pois como o território é pequeno e condições de vida são ruins em todo o país, a emigração é expectativa de melhorar de vida.

Independente das causas e das consequências em qualquer tipo de migração, Silva (1999) salienta que não deve apenas associar a migração aos fatores meramente econômicos, uma vez que existe um conjunto de relações sociais e culturais que envolvem cada mobilidade. A busca humana em obter novas terras, riquezas, fugir de conflitos, ter acesso a uma vida com mais recursos financeiros, sempre impulsionou e impulsiona a mobilidade, como expõe Santos (1997, p. 39):

A evolução global da população mundial só pode ser completamente entendida se considerarmos ao menos três dados essenciais: primeiro, a distribuição da população entre as diversas áreas do Globo e dentro de cada país evolui de maneira desigual. Depois, como isso não é apenas o resultado do excesso de nascimentos sobre o de mortes, temos de levar em conta as migrações internas e internacionais, cada vez mais frequentes [...].

De forma sucinta, Santos (1997) analisa o significado das migrações na expansão mundial e a heterogeneidade na espacialidade geográfica. Com a internacionalização do capital surgem novas leituras das migrações, principalmente pelo acentuado crescimento da exclusão social, como é o caso dos haitianos. Assim, cabe aos estudiosos pesquisar a migração na sua essência. Oliveira (2011, p.13-14) pontua:

[...] algumas contribuições tem surgido, no sentido de permitir uma reflexão sobre qual a melhor perspectiva, para apreender a manifestação do fenômeno migratório. [...] É importante o ponto de vista que busca compreender o fenômeno migratório mais além da mera descrição ou como algo capaz de receber modelagens matemáticas. Como também é salutar observá-lo como processo, porém não apenas àqueles restritos ao indivíduo, mas também aqueles que envolvam os indivíduos de um modo geral a sociedade onde ele vive e se reproduz.

As pesquisas sobre migrações tende a apresentar cada vez mais uma radiografia da realidade produzida pelo homem em sociedade e a construção das redes que se estabelecem no fenômeno migratório. Para Campos (2011, p. 77): “A presença de imigrantes internacionais e de retornados no domicílio que “forneceu” emigrante internacional pode ser um indicativo da operação de uma rede social de migração”. Não se trata apenas das redes sociais que se formam pelo avanço da tecnologia, mais a rede de amigos, solidariedade, resistência, de fluxo, dentre outros.

No entender de Fonseca (2009, p.12): “É válido mencionar que não se deve pensar a organização das redes apenas pela falta de dinheiro, da vulnerabilidade e exclusões que normalmente perpetuam por gerações, mas como articulação que estimula a cidadania e fortalece as relações entre os envolvidos”. Deve-se ficar atento ao desempenho das redes na vida dos migrantes e as mudanças em cada territorialidade.

No caso dos haitianos há redes que favorecem a migração para outros países da América Latina e posteriormente para os Estados Unidos, Europa, especialmente para a França. Migrar para França tem a vantagem do domínio da língua, uma vez que no Haiti o idioma oficial é o francês, além do crioulo haitiano. No processo de migração internacional ter conhecimento do idioma do país de destino pode ser bastante favorável no processo de inserção no mercado de trabalho. Para os haitianos que vivem em péssimas condições socioeconômicas no seu país, emigrar e trabalhar significa possibilidade de mudança para o migrante e seus familiares, pois parte da população do Haiti vive das remessas de recursos enviadas pelos migrantes.

Todos los años, millones de hombres y de mujeres abandonan sus hogares y cruzan las fronteras nacionales en busca de una mayor seguridad humana para ellos mismos y para sus familiares. A la mayoría le mueve el deseo de conseguir salarios más altos y mejores oportunidades, pero otros se ven obligados a abandonar sus hogares debido al hambre y la pobreza, calamidades naturales y el deterioro

del medio ambiente, conflictos violentos o persecución. La mayor parte de las migraciones tiene lugar entre países vecinos pero, gracias a un acceso más fácil a la información a escala mundial y a los precios más bajos de los medios de transporte, las coordenadas geográficas suponen ahora menos dificultades para los desplazamientos. La migración afecta hoy a un número creciente de países, ya sean países de emigración, de inmigración o de tránsito, o todo ello a la vez. (OIT, 2004 p. 03)

Na economia globalizada a emigração laboral é cada vez mais crescente, especialmente em locais de instabilidade socioeconômica, como é o caso do Haiti. No entanto, alguns países não aceitam como comenta Tomaz (2013, p.132),

[...] apesar dos discursos públicos e das ações que buscavam aliviar o sofrimento da população haitiana e contribuir para a reconstrução do país devastado, uma postura menos generosa foi geralmente adotada para com os haitianos que atravessaram fronteiras internacionais em busca de segurança e sobrevivência. Dois exemplos que se destacam, nesse sentido, correspondem às atitudes assumidas pelos Estados Unidos e pela França. No caso do primeiro, apesar de se constituir no principal provedor de ajuda ao Haiti após o terremoto, ele não aceitou os migrantes forçados que se seguiram ao desastre em seu território com base no argumento de que eles não correspondiam à definição de refugiado presente na lei estado-unidense. No caso do segundo, também um doador de destaque, a postura foi bastante próxima, chegando a providenciar o fechamento das fronteiras da Guiana Francesa – um de seus departamentos ultramarinos na América Latina – de modo a inibir o que é considerada uma rota ilegal em direção a suas fronteiras europeias. (grifo nosso)

A postura da França e dos Estados Unidos é cada vez mais comum no mundo globalizado, oferecem ajuda financeira, mas condenam a migração de haitianos para seus países. A população do Haiti é muito vulnerável, são muitas mulheres e crianças que sofrem estupros, há, inclusive, denúncias de que alguns membros de força da paz são responsáveis por tal barbárie; o

número de gravidez na adolescência é elevado; a contaminação com doenças sexualmente transmissíveis também é grande, enfim, o que existe é uma sociedade marcada pela dor e que encontra na migração uma alternativa de mudança (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

Na América do Sul três países não exigem visto de entrada para os haitianos quando em viagem de turismo, são eles o Chile, o Equador e a Argentina. Em 2009 ingressaram no Chile 477 haitianos, em 2010 foram 820 e 1369 no ano de 2011, o município de Quilicura, localizado a leste da Grande Santiago, tem sido o principal destino. Os haitianos desconhecem as características do lugar, mas encontram outros compatriotas que já estão há mais tempo e tentam ajudar uns aos outros, porém, quando a promessa de prosperidade não se concretizada, alguns migram novamente para outros países. Um movimento recorrente é de haitianos que saem do Chile para o Equador. Mesmo sendo o primeiro país mais desenvolvido social e economicamente que o segundo, quando as expectativas da migração não são atendidas no Chile, o Equador serve de válvula de escape principalmente porque sua Constituição reconhece o direito à migração.

Em 2009 chegaram oficialmente no Equador 1258 migrantes e 1687 em 2010, valores maiores que o do Chile. Outro fato que contribui para a migração em direção a este país, são as redes de coiotes, já estabelecidas, que usam o Equador como porta de entrada para o Brasil.

A população migra, deixa seu lugar de origem, a família, pois acredita no sonho de uma vida melhor, porém sabe-se que há muitos obstáculos, a saber, o custo do deslocamento, a concessão do visto, adaptação aos costumes, valores, idioma, entre outros.

Haitianos no Brasil

Como já mencionado não faltam razões para a emigração dos haitianos, mas depois de 2010 o fluxo intensificou. “Em 2010, o relatório global (Global Trends) do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) contabilizou um total de 25.892 refugiados haitianos, 312 contando com a assistência da agência e 7.202 solicitantes de asilo com casos pendentes”. (TOMAZ, 2013 p. 133). É evidente que a economia globalizada facilita a circulação de infor-

mação, capital e pessoas, oportuniza aos indivíduos fazerem novas escolhas, romperem com situações lastimáveis de miséria, tentarem construir uma vida com melhor padrão socioeconômico.

O Brasil se insere como espaço de atração populacional, pois, “[...] as medidas tomadas pelo governo brasileiro para combater a crise, que tinham como prioridade a manutenção da capacidade produtiva e do emprego no País, funcionavam como fator de atração para aqueles que viviam em dificuldades no exterior (FERNANDES, MILESI E FARIAS 2006, p.75).

A implantação do Plano Real (1994) foi o início de uma nova história para a economia brasileira, pois a redução dos déficits orçamentários, o controle da inflação, privatizações de serviços, melhorias sociais, ampliação das relações comerciais (...), propiciaram a integração na economia globalizada.

É fato que a sociedade convive ainda com desigualdades sociais, onde a minoria da população concentra a riqueza, além dos elevados indicadores de violência, carga tributária e corrupção política, entretanto, o Brasil é considerado uma próspera economia emergente. Para Hurrell (2009, p.10) os países emergentes apresentam a “[...] capacidade de contribuir para a gestão da ordem internacional em termos regionais ou globais, além de algum grau de coesão interna e capacidade de ação estatal efetiva”.

O Brasil apresenta aspectos que o tem colocado em destaque no cenário internacional, como grande extensão territorial, riquezas minerais, reserva de combustíveis fósseis, mercado consumidor e mão de obra relativamente barata em comparação com os países centrais, fatores estes que propiciam investimentos e a chegada de imigrantes internacionais.

Em função da extensão territorial do país, do tamanho e composição de sua população, da atual etapa de seu crescimento econômico, entre outras especificidades, pode-se afirmar que os relativamente recentes movimentos de brasileiros ao exterior, bem como a entrada de novos imigrantes, principalmente sul-americanos e africanos, não causam um impacto significativo no desenvolvimento nacional. De modo geral, nem a saída de brasileiros nem a entrada de estrangeiros no Brasil atual assumem uma dimensão assustadora ou podem colocar em xeque os esforços de desenvolvimento do país. (PATARRA, 2012, p. 88).

Obviamente deve-se considerar que também existem inúmeras características distintas entre as nações emergentes, assim não são todas locais de grande atração populacional. Hurrell (2009, p.15) pontua: “Existem, claramente, diferenças substanciais entre esses países – em termos de poder e importância geopolítica; peso econômico e grau de integração à economia global; trajetórias culturais e históricas distintivas; e sistemas políticos domésticos”.

O desenvolvimento econômico do Brasil pode ser considerado recente, assim, o país ainda não tem políticas consolidadas no tocante às imigrações internacionais, acredita-se que tal fato se deve pelo longo período em que se configurou como espaço de emigração. No que se refere aos haitianos no Brasil Fernandes, Milesi e Farias (2006, p.80) enfatizam:

Apesar de não ser um dos destinos de maior afluência, na verdade é um dos menores, a presença de migrantes haitianos no Brasil vem se ampliando rapidamente. Mesmo não sendo estes números representativos frente ao volume da diáspora daquele país, o fato deste novo destino estar sendo incluído na rota do fluxo migratório e, sobretudo, a forma que tomam estes deslocamentos vem chamando a atenção da mídia e das autoridades.

Conforme o Conselho Nacional de Imigração⁷(CNIg) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no ano de 2009, foram concedidas somente seis autorizações para os haitianos, em 2010 o número também não foi elevado apenas quatro, mas a partir de 2011 a quantidade aumentou consideravelmente foram 709, e em 2012 chegou a 4.865 e em 2013 foram 2.072. Moraes et al. (2013, p. 100) pontuam:

[...] estimativa Ministério das Relações Exteriores – MRE o montante de haitianos em território brasileiro já supera a marca de 10.000, sendo que, até 30 de junho de 2013, 6.052 estavam com seus vistos permanentes regularizados, segundo o Memorando nº 907/2013 da Secretaria Nacional da Justiça do MJ.

⁷ Criado em 1980 com organização e funcionamento regulamentado pelos Decretos nº 840, de 22 de junho de 1993, e nº 3.574, de 23 de agosto de 2000.

A Resolução 97 do CNIg, publicada pelo Diário Oficial da União em 13 de janeiro de 2012, estabeleceu medidas de concessão de vistos humanitário para haitianos, válida até janeiro de 2014, porém a mesma foi ampliada para janeiro de 2015, o que aumentará o número de imigrantes. Além da possibilidade de regularizar a situação migratória dos solicitantes de refúgio, a medida permitiu a concessão de vistos pelas representações consulares brasileiras. Em um primeiro momento foi fixado o montante de 1200 ao ano, excluído os vistos para reunião familiar, mas em 2013 este limite foi revogado (RNnº 102).

Sobre a rota de entrada dos haitianos no Brasil, Farias (2012, 86-87) esclarece que a trajetória é,

[...] por via aérea, partem de Porto Príncipe e fazem escalas nas cidades de São Domingo (República Dominicana) e Cidade do Panamá (Panamá). Da Cidade do Panamá, alguns partem para Quito (Equador) e outros partem diretamente para Lima (Peru). Como estes países não exigem vistos para haitianos, estes não encontram dificuldades na entrada.⁸ De Quito ou Lima, por trajeto terrestre ou fluvial, chegam à fronteira do Brasil em diferentes pontos. Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC) e Brasília (AC) são os mais freqüentes [...]. Em alguns casos, a chegada ao território brasileiro se dá através da fronteira com a Bolívia. A entrada, neste ínterim, ocorre principalmente pelos municípios de Epitaciolândia (AC) e Corumbá (MS). Acredita-se que a maioria dos haitianos que percorre esta rota provém do Chile.

No Brasil, as fronteiras territoriais são extremamente vulneráveis, uma ameaça a segurança nacional.

O debate e as propostas de políticas de imigração, o tratamento específico de áreas de fronteiras transnacionais, bem como a necessidade de se estabelecer juridicamente o acesso dos migrantes e de suas famílias, documentados ou não, aos serviços públicos, principalmente na área de saúde e de educação, são temas hoje recorrentes e de intensa discussão e ação no contexto regional. (PATARRA 2012, p.85).

⁸ Peru e Brasil passaram a exigir o visto dos haitianos somente em janeiro de 2012. (nota da autora)

Assim, a falta de controle nas fronteiras contribuir para a precariedade nas condições de vidas de muitos migrantes. Neste contexto, é urgente e necessário que as autoridades competentes do Brasil, Peru, Equador e da Bolívia adotem medidas para coibir o tráfico de imigrantes.

Deve-se ter sempre em mente que outras rotas surgem a partir do momento que intensifica a fiscalização, pois a atuação dos aliciadores (coiotes) é extremamente dinâmica.

[...] tem relatos de dois novos trajetos para adentrar o território brasileiro. Em uma, por via aérea, os haitianos vão até a República Dominicana e deste para Bolívia, no município de Ibéria. De Ibéria caminham por aproximadamente oito quilômetros na Floresta Amazônica até chegarem ao município de Cobija, e deste fronteiro município boliviano, cruzam uma das duas pontes sobre o Rio Acre, chegando a Brasiléia. Na outra rota, faz-se um deslocamento aéreo até São Domingo e daí para Quito. De Quito, através de ônibus, dirigem-se a Letícia, na Colômbia, e deste município para Tabatinga (AM). (FARIAS, 2012 p.89).

O custo do deslocamento não é barato, porém não se pode precisar o valor exato, uma vez que nem todos saem do Haiti para o Brasil de forma regular. Tal situação compromete mais ainda a vida dos haitianos que se endividam com os coiotes.

Em relação ao sexo dos haitianos que chegaram ao Brasil no período de 2011 a 2012, pode-se pontuar que a maioria (4614) é do sexo masculino; quanto ao nível de instrução 48 são analfabetos; 1272 apresentam o ensino fundamental incompleto; cursaram o ensino fundamental completo (245); em relação ao ensino médio incompleto são 1604; com o ensino médio completo são 495 migrantes; com ensino superior completo tem-se apenas 104 haitianos e 262 com ensino superior incompleto (MTE/CNIg, 2013). Os dados deixam claro que não se trata de mão de obra altamente qualificada, mas também não são indivíduos iletrados.

Em relação a faixa etária estão dentro do grupo de População Economicamente Ativa, sendo que a mão de obra dos haitianos é absorvida no setor

terciário, alimentação (lanchonetes, supermercados); hotelaria, comércio e principalmente na construção civil. Para Moraes et al. (2013 p.106):

Muitos deles possuem curso técnico, curso superior e falam até três idiomas, entre eles o espanhol e o francês. O mercado de trabalho brasileiro, entretanto, os exploram, principalmente aqueles que aqui estão em condição ilegal, como mão de obra barata e, não raramente, com poucos direitos trabalhistas empregados.

Apesar de existirem pesquisas significativas sobre as migrações internacionais no Brasil, há um problema a ser considerado, a dificuldade de mensurar a quantidade de emigrantes e de imigrantes. Campos (2011, p.72) comenta: “Os registros administrativos não dão conta desses números [...]”. No censo de 2010 o panorama das estimativas das migrações internacionais foi mais preciso, pois o IBGE introduziu no questionário questões relacionadas à temática, como descrito no modelo aplicado.

O objetivo desse bloco de questões é obter o perfil, por sexo e idade, dos brasileiros que se mudaram para o exterior, bem como captar os fluxos migratórios internacionais. Além disso, a partir dessas informações, será possível conhecer o perfil familiar e socioeconômico desses emigrantes (IBGE, 2011, p. 8-9) (grifo nosso).

Os fluxos migratórios internacionais devem ser acompanhados pelo governo, principalmente pela necessidade de avaliar os impactos positivos e negativos para a territorialidade. Nas palavras de Sprandel (2012, p. 100),

A Política Nacional de Imigração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes, estratégias e ações em relação aos fluxos migratórios internacionais, com vistas a orientar as entidades e órgãos brasileiros na atuação vinculada ao fenômeno migratório, contribuir para a promoção e proteção dos direitos humanos dos migrantes e incrementar os vínculos das migrações com o desenvolvimento.

Os haitianos encontram dificuldades para chegar ao Brasil, alguns são roubados, tem problemas com documentação, passam fome, além dos atritos com os coiotes. Para Silva (2013, p.6):

The routes used by Haitians to reach Brazil have changed over time, perhaps due to the costs of the trip or the role played by the coyotes. The Haitians in Brasília have denounced the greed and violence of some Peruvian police officers, who, in addition to money, usually seize personal belongings, like clothes and sneakers, and threaten them with imprisonment.

Mesmo diante de tantas dificuldades, a esperança de encontrar trabalho, estudo e melhores condições de vida no Brasil favorecem a imigração, pois no imaginário dos migrantes do Haiti, assim como de outros migrantes, o local de destino apresentará oportunidades não usufruídas nos países de origem. Entretanto, no Brasil e em outros territórios, os migrantes enfrentam dificuldades: no atendimento médico-hospitalar; no acesso a moradia; na formação educacional; na assistência social; na regularização migratória; em adaptar ao idioma. É válido ressaltar que muitas situações de vulnerabilidade são minimizadas pelas igrejas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e rede de amigos do país de origem.

Caberia ao governo ter maior controle da situação, contudo, de acordo com Fernandes, Milesi e Farias (2006, p.80):

[...] no plano internacional, o Brasil toma medidas para a implantação de acordos bilaterais de livre trânsito entre os países do Mercosul e, em 2009 entra em vigor o acordo multilateral de livre trânsito de nacionais entre os países do membros e associados deste bloco regional, acordo este ampliado em 2011 com a adesão do Equador e Peru. Também em 2009, o governo brasileiro concede uma anistia aos estrangeiros em situação irregular no país, o que permite a regularização de 45.008 imigrantes.

As ações governamentais só aumentam a pressão por vistos, a entrada irregular de migrantes, torna o país; espaço de atração populacional, inclusive

de retornados brasileiros. Acredita-se que migração de haitianos, bem como de outros povos para o Brasil, deve ser avaliada com cautela, uma vez que a estabilidade da economia não significa grande expansão da oferta de trabalho.

Cabe aos líderes governamentais atentar para as questões recorrentes às migrações internacionais, pois é fundamental o crescimento econômico associado ao social, respeitando os direitos de todos, brasileiros e imigrantes.

As políticas para as migrações internacionais estão pautadas no processo de assimilação dos imigrantes na sociedade receptora, no controle dessa população. Esse contingente somente passará a ter direitos à medida que se “integrar”, se “assimilar” à sociedade de destino. Tais políticas seguem estatutos de legalização e proteção jurídica a estrangeiros, concedendo, quando assim o fazem, direitos restritos. (BAENINGER, 2012 p.93)

As migrações internacionais podem promover cidadania ou aglomerados de exclusão, pois a mobilidade financeira e da força de trabalho propiciam choques de interesses, daí a importância do Brasil rever suas políticas de migrações, caso contrário reproduzirá a discriminação de indivíduos que buscam apenas a sobrevivência, ou ainda a promoção de mais exclusão de brasileiros.

A população do Brasil já enfrenta disparidade social, violência, precariedade nas relações trabalhistas, entre outros problemas, por isto, caso o governo federal não reveja as políticas de migrações, inúmeros outros desafios nos próximos anos, seja em escala local ou nacional.

Considerações Finais

O Haiti é um país historicamente dependente nos aspectos econômicos e políticos, fatores estes que o torna no cenário internacional, “expulsor” da população, que migra especialmente para outras nações da América Latina. Os haitianos abandonam seu país em busca de trabalho, segurança, dignidade, mas nem sempre seus sonhos são concretizados, pois boa parte da população que migra não possui o Ensino Médio concluído, portanto inserir-se

no mercado de trabalho da economia globalizada, altamente competitivo, e ter uma remuneração justa, não é fácil.

O Brasil tem ocupado lugar de destaque como país emergente, receptor de haitianos, porém muita coisa ainda precisa ser feita para atender esta população de imigrantes, cabe ao governo federal, juntamente com os órgãos competentes, adotarem políticas de proteção e melhoria das condições de vida. Para que a migração não promova mais exclusão social da população, acredita-se que os governantes devem aumentar os investimentos na educação, eliminar a corrupção, reduzir as redes ilícitas e a violência, enfim, adotar medidas que reduzam a vulnerabilidade social.

Referências

BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais e cidadania. In: TURRA, Cássio Maldonado. CUNHA, José Marcos Pinto da (Orgs.). População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 2012. p. 93-95.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Finalidade do Conselho Nacional de Imigração. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>. Acessado em 20 de dezembro de 2013.

_____. Ministério do Trabalho. Conselho Nacional de Imigração. Brasília: Base Estatística. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm>>. Acesso em: 10 janeiro de 2014.

_____. Ministério do Trabalho. Conselho Nacional de Imigração. Brasília: Resolução Normativa nº97. Brasília: Diário Oficial da União. 10 de janeiro 2014, p.59, 2012

_____. Ministério do Trabalho. Conselho Nacional de Imigração. Brasília: Resolução Normativa nº102. Brasília: Diário Oficial da União. 13 de janeiro, p.96, 2013

CAMPOS, Marden Barbosa de. Estimativas de migração internacional no Brasil: os velhos e os novos desafios. In. OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto. OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro (Org). Reflexões sobre os deslocamentos

populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

FARIAS, Andressa Virgínia. A diáspora haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012). 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG. Belo Horizonte, 2012.

FERNANDES, Duval. MILESI, Rosita. FARIAS, Andressa. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. In. Cadernos de Debates Nº 6. Brasília (DF): Instituto Migrações e Direitos Humanos ACNUR, 2011. p. 73 -97.

FONSECA, Gildette Soares. Espacialidade das migrações temporárias de mirabelenses – implicações na territorialidade local. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo-SP, 2009.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HUMAN RIGHTS WATCH. Haiti. Disponível em:

<<http://www.hrw.org/es/world-report-2013/informe-mundial-haiti>> Acesso em 06/01/2013

HURRELL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes? In. HURRELL, Andrew et al. Os Brics e a ordem global. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

IBGE Países. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados do Haiti 2013. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php> Acesso em 22 de dezembro 2013

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011.

LEE, Everett. Uma teoria sobre a migração. In. MOURA, Hélio Augusto (Org). Migração interna. Textos selecionados. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980.

MATIJASCIC, V. B. Haiti: uma história de instabilidade política. In: Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. Franca(SP): ANPUH/SP – UNESP, 2010. p. 1-15. Disponível em <<http://www.anpuhsp.org.br/>> Acesso em 22 de dezembro 2013.

MORAES, Isaias Albertin de et al. A imigração de haitianos para o Brasil: Causas e efeitos. In: Revista Conjuntura Austral | ISSN: 2178-8839 | v. 4, n. 20 | Out. Nov. Porto Alegre (RS): UFRGS, 2013.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro (Org). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIC, Nelson Bacic. Geopolítica da América Latina. São Paulo: Moderna, 1992. (Coleção Polêmica).

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. En busca de un compromiso equitativo para los trabajadores migrantes en la economía globalizada. In: Conferencia Internacional del Trabajo. 92ª Reunión. Ginebra, 2004.

PATARRA, Neide Lopes. Políticas e gestão das migrações internacionais: entre direitos humanos e soberania nacional. In: TURRA, Cássio Maldonado. CUNHA, José Marcos Pinto da (Orgs.). População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 2012. p.85-92.

PIZARRO, Jorge Martinez. VILLA, Miguel. Panorama sobre a migração internacional na América Latina e no Caribe. In: BRASIL, Ministério da Previdência Social. Migrações internacionais e a Previdência Social. Brasília: MPAS, SPS, CGEP, 2006.

RAVENSTEIN, E. G. As Leis de Migrações. In: MOURA, Hélio Augusto (coord). Migração interna. Textos selecionados. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A, 1980.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Haiti: Humanitarismo e Política Internacional. In Boletim Meridiano 47.Nº. 114, jan. 2010. Brasília (DF): UNB, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: Unesp, 1999.

SILVA, Sidney Antônio da. Brazil, a new Eldorado for Immigrants?: The Case of Haitians and the Brazilian Immigration Policy. In: Urbanities, v. 3 · Nº 2. November, 2013.

SPRANDEL, Márcia. As pautas externas e as pautas internas das migrações internacionais. In. TURRA, Cássio Maldonado. CUNHA, José Marcos Pinto da (Orgs.). População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 2012. p. 97-101

TOMÁZ, Diana Zacca. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. In: Revista Primeiros Estudos, n. 4, São Paulo: USP, 2013. p. 131-143.

Recebido para publicação em outubro de 2014
Aceito para publicação em novembro de 2014

COMÉRCIO INTERNACIONAL, REDES DE TRANSPORTES E FLUXOS DAS EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS EM MONTES CLAROS – MG

Luiz Andrei Gonçalves Pereira¹
William Rodrigues Ferreira²

Resumo: No comércio internacional, a infraestrutura das redes de transportes e dos sistemas de comunicações tem um papel muito importante na viabilização dos fluxos de mercadorias e de informações no espaço geográfico. Este trabalho busca analisar a inserção do município de Montes Claros nos fluxos de comércio internacional, considerando a configuração espacial das redes de transportes responsáveis pelo escoamento das exportações destinadas ao exterior, no período de 1999 a 2011. O trabalho foi desenvolvido por meio da revisão de literatura, da coleta e da análise de dados de fontes secundárias. Nas trocas econômicas internacionais, os fluxos ocorrem através dos terminais portuários, aeroportuários e pontos de fronteiras articulados espacialmente as matrizes de transportes internacionais marítima, aérea, rodoviária, ferroviária e postal.

Palavras-chave: Comércio internacional. Redes de transportes. Exportações. Mercadorias.

1 Doutorando em Geografia – UFU; Professor do Departamento de Geociências – UNIMONTES, luizandreigoncalves@yahoo.com.br

2 Doutor em Geografia – USP; Professor do Instituto de Geografia – IG/UFU; wferreira@ufu.br

INTERNATIONAL TRADE, TRANSPORT NETWORKS AND FLOWS EXPORTS OF GOODS IN MONTES CLAROS-MG

Abstract: In international trade, the infrastructure of transport networks and communications systems has a very important role in facilitating the flow of goods and information in the geographic space. This paper seeks to analyze the insertion of Montes Claros in international trade flows, considering the spatial configuration of transport networks responsible for the flow of exports abroad, in the period 1999-2011. The work was development through literature review, collection and analysis of data from secondary sources. In international economic exchanges, flows occur through port terminals, airports and border points spatially articulated arrays international maritime transport, air, road, rail and postal.

Keywords: International trade. Transport networks. Exports. Goods.

Introdução

No comércio internacional, a infraestrutura das redes de transportes e dos sistemas de comunicações tem um papel muito importante na viabilização dos fluxos de mercadorias e de informações no espaço geográfico. No cenário econômico internacional, como Montes Claros está inserida no comércio internacional exportando mercadorias? Como a rede de transportes promove as interações espaciais dos fluxos de mercadorias exportadas entre Montes Claros e os mercados mundiais? O objetivo deste trabalho é analisar a inserção do município de Montes Claros nos fluxos de comércio internacional, considerando a configuração espacial da rede de transportes responsáveis pelo escoamento das exportações destinadas ao mercado internacional, no período de 1999 a 2011.

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio da revisão de literatura e da coleta de dados secundários sobre exportações disponibilizados pela instituição governamental Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC/ALICEWEB2. As informações extraídas possibilitaram a confecção de mapas temáticos, utilizando software ARCGIS 9.3, uma vez que este recurso permitiu a análise espacial dos fluxos de mercadorias exportadas, que foram realizados pelos modais de transportes internacionais e por terminais alfandegados marítimos, aeroviários e terrestres. Os fluxos de bens exportados tiveram como destino os

blocos econômicos regionais (internacionais), agrupados em União Europeia; Acordo de Livre-Comércio da América do Norte – NAFTA –; Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC –; Mercado Comum do Sul – MERCOSUL – e outros países/blocos regionais.

Os estudos dos transportes e do comércio internacional na ciência geográfica

Os estudos dos transportes na ciência geográfica levam-nos compreender o processo de transformações e/ou de interações espaciais dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informações no espaço geográfico. A inter-relação espacial das redes de transportes e de comunicações contempla o dinamismo socioeconômico dos fluxos entre os setores de comércio/consumo, de produção e de circulação. Para Ullman (1954), os estudos dos transportes na ciência geográfica surgiram quando a Geografia passou a se preocupar com as conexões e as interações espaciais dos meios de transportes e de comunicações, levando à compreensão dos processos e fornecendo uma visão nova e aprofundada nas interpretações dos conjuntos de mercadorias e de passageiros que estão em constante movimento na superfície terrestre.

Considerando o constante movimento no espaço geográfico, a Geografia dos Transportes está focada nos estudos dos sistemas de transportes e nos seus impactos socioespaciais, levando em consideração os aspectos que envolvem os movimentos e as constantes transformações por meio da dinâmica espacial da estrutura de organização das redes, dos fluxos de pessoas, de mercadorias e de informações; e também dos impactos ambientais provocados pelos sistemas de transportes (HOYLE; KNOWLES, 2001. PONS; REYNÉS, 2004. RODRIGUE; COMTOIS; SLACK, 2006).

A Geografia dos Transportes foi definida pela essência dos estudos relacionados aos aspectos espaciais dos sistemas de transportes, sendo que o transporte algo é inerentemente espacial e desenvolve-se a partir das necessidades de localização das pessoas e de mercadorias em determinados lugares no espaço geográfico. É importante destacar que as pessoas raramente estão localizadas nos mesmos lugares nos quais se encontram as coisas/objetos que elas querem ou que necessitam. Os sistemas de transportes são expressões das necessidades de vincular a

oferta e a demanda através da manifestação do desejo das pessoas de ter acesso aos bens e aos serviços, e até mesmo de manter as relações econômicas e sociais entre elas (SHAW; KNOWLES; DOCHERTY, 2008). Nas atividades comerciais, os sistemas de transportes têm a função de viabilizar espacialmente os fluxos de matérias-primas, de bens acabados e de bens semiacabados na esfera local, regional, nacional e internacional.

O comércio internacional é caracterizado pelo sistema de trocas representado pelas compras e pelas vendas internacionais de bens e de serviços que são realizadas por dois ou mais agentes econômicos residentes em países distintos. Além da negociação das mercadorias, ocorre também a utilização do transporte internacional e das operações financeiras (SOARES, 2004).

No comércio internacional, as trocas ultrapassam as fronteiras nacionais dos países por meio das exportações e das importações de mercadorias e de serviços. Nesse contexto, Ratti (2000) destaca que a exportação é caracterizada pela remessa de mercadorias de um país para outro, que inclui a venda de bens e também os serviços ligados à exportação, como fretes, seguros e serviços bancários.

Para explicar os princípios das trocas internacionais na economia mundial, é importante frisar que nenhum país é autossuficiente em produção para abastecer seu mercado interno, tornando-se necessárias as trocas de bens e de serviços entre os países envolvidos nas relações econômicas internacionais. Considerando que cada país está envolvido em diferentes níveis de comércio internacional, vendendo a sua produção para o exterior e também comprando no mercado externo o que não é produzido no seu mercado interno, constituindo assim, uma flexível e complexa rede de trocas comerciais no espaço geográfico mundial (RODRIGUE; COMTOIS; SLACK, 2006). A heterogeneidade na distribuição espacial das atividades produtivas mantém as inter-relações das compras e das vendas de bens e de serviços no cenário internacional.

O crescimento do comércio internacional eleva também a demanda por meios de transportes, de preferência, rápidos, seguros e de baixo custo, para a promoção dos fluxos de mercadorias, que são viabilizados por uma complexa rede de transportes. Na Geografia, as redes de transportes são formadas por um quadro de rotas em um sistema de localizações, que são identificadas como nós, sendo as rotas constituídas por uma ligação mínima entre dois nós, que são parte de

uma grande rota, referindo-se às rotas mais tangíveis, formadas pelas rodovias e ferrovias; ou rotas menos tangíveis, formadas pelos corredores aéreos e marítimos (RODRIGUE; COMTOIS; SLACK, 2006).

Na estrutura das redes de transportes, as ligações são as próprias instalações viárias, constituídas pelas hidrovias, rodovias, ferrovias e aerovias; enquanto os nós são representados por cidades ou por terminais de cargas e/ou de passageiros que são interconectados através de um determinado conjunto de ligações. Estas ligações e os nós promovem acessibilidade aos lugares, e também viabilizam os fluxos de veículos, de passageiros e de mercadorias, que circulam constantemente ou em determinado período, nos sistemas de transportes (TAAFFE; GAUTHIER; O' KELLY, 1996). Essas redes de transportes são constituídas por um sistema arterial de organização espacial, por meio de rotas viárias que articulam os arcos e os nós na estrutura da rede, tornando-se um foco de atração, de geração e de distribuição dos fluxos que, conseqüentemente, viabilizam também a circulação de pessoas, de bens e de serviços pelas diversas redes (PONS; BEY, 1991. PONS; REYNÉS, 2004). Nas redes de transportes, as ligações, os nós, a acessibilidade aos nós e os fluxos promovem as interações espaciais, estruturando as ligações dos sistemas de fluxos de pessoas, de bens e de serviços no espaço geográfico da escala local à internacional, ou vice e versa.

Na formação estrutural das redes de transportes, cada modalidade de transporte forma ou tem a sua própria rede, que pode ser caracterizada de forma segmentada, como rede rodoviária, ferroviária, marítima, aeroviária, hidrovieira e dutoviária. No processo de interação espacial, no qual ocorre a conexão de duas ou de mais modalidades de transportes, encontra-se constituída a complexa rede de transporte intermodal, que é muito utilizada no transporte internacional de cargas no cenário internacional, principalmente entre as regiões intercontinentais.

Considerando o transporte de cargas, Hoyle e Knowles (2001) destacam que o transporte intermodal é caracterizado através dos fluxos de mercadorias, que envolvem uma interação espacial de origem e destino, na medida em que uma unidade de carga é transportada em pelo menos dois modos de transporte diferentes, com contrato para transpor o espaço geográfico. A sua principal finalidade é a de fornecer um sistema de serviços para fluxos contínuos, em que as vantagens relativas de cada modo de transporte são combinadas para produzir, de forma mais eficiente e com menor custo, a prestação dos serviços, de porta

em porta, nos deslocamentos de mercadorias.

As redes de transportes nas formas segmentadas e/ou intermodais dão vitalidade aos sistemas de trocas de bens e de serviços na esfera internacional, principalmente por causa da concentração ou da dispersão das atividades produtivas – do setor primário, secundário e terciário – no espaço geográfico, aproveitando as vantagens comparativas em termos de recursos, capital e trabalho em diferentes localidades mundiais. Nesse cenário, na seção seguinte, buscou-se mostrar a organização da rede de transportes que inseriu Montes Claros (Minas Gerais – Brasil) nos fluxos do comércio internacional por meio das exportações de mercadorias.

Montes Claros/MG no comércio internacional: redes de transportes e exportações de mercadorias

A implantação das redes de transportes terrestres modernos em Montes Claros/MG, especialmente a ferrovia e as rodovias pavimentadas, foi importante para impulsionar o processo de desenvolvimento do comércio, das atividades produtivas e dos meios de circulação, facilitando, assim, o intercâmbio socioeconômico entre esse município e os demais mercados brasileiros, e até mesmo aos mercados internacionais, em um período mais recente. Pereira e Lessa (2012) destacam que, em 1926, a chegada da infraestrutura ferroviária a Montes Claros dinamizou os fluxos de pessoas, de mercadorias e de serviços, uma vez que o terminal ferroviário – a estação ferroviária – e a ligação ferroviária atraíam e distribuíam os fluxos de passageiros e de cargas, oriundos de e para Montes Claros, das grandes cidades do Centro-sul do Brasil (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outros). Em 1950, a rede ferroviária foi ampliada, ao interligar, por ferrovia, também a cidade de Montes Claros a Salvador (BA), expandindo, assim, as rotas de fluxos dessa cidade com outros municípios do Norte de Minas, da região Nordeste e do Centro-sul do Brasil.

Na década de 1960, as políticas de desenvolvimento regional, implantadas em Montes Claros por instituições governamentais, passaram a subsidiar o processo de modernização econômica. A inserção desse município na área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil – BNB –, em 1955, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, em 1963, foi um instrumento importante na concessão de incentivos fiscais e financeiros para investimentos

na área de infraestrutura econômica (transportes, energia e comunicações) e para a modernização das atividades agrícolas, pecuaristas, agroindustriais e industriais. A atuação conjunta do BNB e da SUDENE, como instituições de fomento ao desenvolvimento regional, contribuiu para a expansão do capital privado no espaço geográfico montes-clarense. Além da participação federal, a atuação do estado de Minas Gerais e do próprio município de Montes Claros teve e/ou tem um papel importante no processo de modernização econômica (OLIVEIRA, 2000. PEREIRA, 2010. PEREIRA; LESSA, 2011). Nesse contexto, os meios de transportes passaram pelo processo de modernização, tendo um papel extremamente importante nas interações espaciais de Montes Claros com os mercados brasileiros.

Até o início da década de 1970, o transporte ferroviário era o principal meio de transporte que interligava Montes Claros aos grandes centros comerciais/urbanos do Brasil. No final dos anos de 1960 e no início dos anos de 1970, o sistema ferroviário passou pelo processo de modernização do material rodante e das vias permanentes da malha ferroviária, o qual buscava ampliar a participação desse modal de transporte nos fluxos de cargas e de passageiros. No início dos anos de 1970, ocorria o processo de modernização da infraestrutura rodoviária, com a pavimentação de rodovias, o que levou o sistema ferroviário à crise; por conseguinte, o transporte rodoviário passou a ser o principal meio de transporte no contexto local, regional e nacional.

Em um período mais recente, na tentativa de reestruturar o transporte ferroviário, em 1996, o sistema ferroviário regional foi repassado à iniciativa privada, através do sistema de concessão, por período de 30 anos, prorrogável por um período igual, dedicado exclusivamente ao transporte de cargas. Mas, atualmente, são escoados por ferrovias apenas combustíveis, percurso Betim/MG a Montes Claros/MG, e a ferrovia tornou-se um ponto de passagem na ligação Sudeste e Nordeste do Brasil. Pouca coisa mudou no sistema ferroviário, sendo que a maioria das mercadorias continua sendo escoada pelo sistema rodoviário.

Para Pereira (2010), o município de Montes Claros está localizado em posição geográfica estratégica, em um importante entroncamento de rodovias federais, possibilitando a interligação entre as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-oeste do Brasil, principalmente por meio do transporte rodoviário. As rodovias federais promovem as articulações espaciais intra e inter-regionais, com destaque para a

BR 135, que faz a ligação entre Montes Claros e Belo Horizonte, podendo atingir São Paulo e o Rio de Janeiro; a BR 251, que liga Montes Claros à BR 116 (Rio-Bahia) e, conseqüentemente, ao Nordeste brasileiro; e a BR 365, que realiza as ligações entre Montes Claros, Triângulo Mineiro e Brasília (DF). As articulações espaciais através das rodovias e da ferrovia são uma possibilidade de escoar os fluxos das mercadorias produzidas em Montes Claros, e também podem trazer matérias-primas e produtos de outras regiões, intensificando as atividades de produção, de comércio e de circulação. Nesse contexto, a atividade industrial localizada em Montes Claros – setor das indústrias químicas, têxteis e aparelhos, etc. – concentrou a maioria dos fluxos das exportações de mercadorias.

O dinamismo econômico levou à ampliação das relações socioeconômicas entre as empresas localizadas em Montes Claros e os mercados internacionais, por meio das exportações e das importações de mercadorias. A Tabela 1 mostra a inserção de Montes Claros nas redes de comércio internacional, uma vez que as exportações, em valores financeiros (US\$/FOB), apresentaram crescimento contínuo no período de 1999 a 2011. Enquanto que, na política de importação, de 1999 a 2001, se tem um crescimento, apresentando queda em 2002; voltando a crescer novamente de 2003 a 2008; e com crescimento acentuado entre 2007 e 2008. Em 2009, ocorreu a redução nas importações; e, a partir de 2010, as exportações voltaram a crescer de forma contínua.

Tabela 1 – Participação de Montes Claros/MG no comércio exterior: exportações e importações de mercadorias; acumulado do período de 1999 a 2011

Período	Exportação	Importação	Balança comercial
1999	5.518.074	25.680.203	-20.162.129
2000	17.820.666	16.096.562	1.724.104
2001	20.387.170	19.093.669	1.293.501
2002	49.629.605	15.781.427	33.848.178
2003	63.349.947	23.032.638	40.317.309
2004	72.963.489	29.974.013	42.989.476
2005	85.652.063	52.233.353	33.418.710
2006	147.425.370	56.597.478	90.827.892
2007	161.742.110	90.646.719	71.095.391
2008	176.519.958	123.470.597	53.049.361
2009	215.933.874	92.329.444	123.604.430
2010	330.818.171	144.342.625	186.475.546
2011	420.101.100	159.003.321	261.097.779
Total	1.767.861.597	848.282.049	919.579.548

Fonte: MDIC/ALICEWEB2, 1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011.

Org.: PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves, 2012.

No comércio exterior montes-clarense, as exportações superaram as importações em todos os anos analisados, exceto em 1999, o único ano em que as importações foram superiores, tendo déficit na balança comercial. A partir de 2000, a balança comercial montes-clarense apresentou sempre o superávit. No contexto das trocas comerciais internacionais, os fluxos acumulados no período de 1999 a 2011 foram agrupados em subsetores das mercadorias exportadas por empresas localizadas em Montes Claros. Na política de exportação, os valores financeiros totais dos produtos exportados foram de quase 1,8 bilhões de dólares, e próximos de 143 milhões de quilogramas. De forma mais específica, nos valores financeiros exportados (US\$/FOB), o subsetor das indústrias químicas representou 63,36%; das indústrias têxteis e de suas obras, 34,05%; máquinas, aparelhos e instrumentos, 2,46%; e outros subsetores, 0,13%. Enquanto nos valores percentuais da quantidade/quilograma exportados por subsetor, as indústrias químicas representaram apenas 6,19%; as indústrias têxteis e suas obras, 88,94%; máquinas, aparelhos e instrumentos, 1,97%; e outros subsetores, 2,90%. Essas informações são mostradas na tabela 2.

Tabela 2 – Montes Claros no comércio internacional: exportações de mercadorias por subsetores produtivos (US\$/FOB – kg)

Subsetores/produtos	Exportação			
	US\$/FOB	%	kg	%
Indústrias químicas	1.120.133.709	63,36	8.840.329	6,19
Têxteis e suas obras	601.876.009	34,05	127.056.350	88,94
Máquinas, aparelhos e instrumentos	43.484.033	2,46	2.816.126	1,97
Outros subsetores	2.367.846	0,13	4.138.090	2,90
Total	1.767.861.597	100	142.850.895	100

Fonte: MDIC/ALICEWEB2, 1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011.

Org.: PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves, 2012.

No comércio exterior montesclarenses, as exportações das indústrias químicas foram responsáveis pela maioria das exportações de produtos farmacêuticos (insulinas, enzimas, vacinas, entre outros), que apresentam elevado valor financeiro e baixo peso/volume. Já as indústrias têxteis foram o segundo subsetor que mais exportou; sendo os produtos de valor agregado relativamente mais baixo se comparados, por exemplo, aos produtos da indústria química. Após a caracterização dos subsetores no comércio internacional, na próxima seção discute-se a organização das exportações de mercadorias por terminal alfandegado e por meios de transporte internacional, que são destinadas ou originárias dos blocos econômicos regionais internacionais.

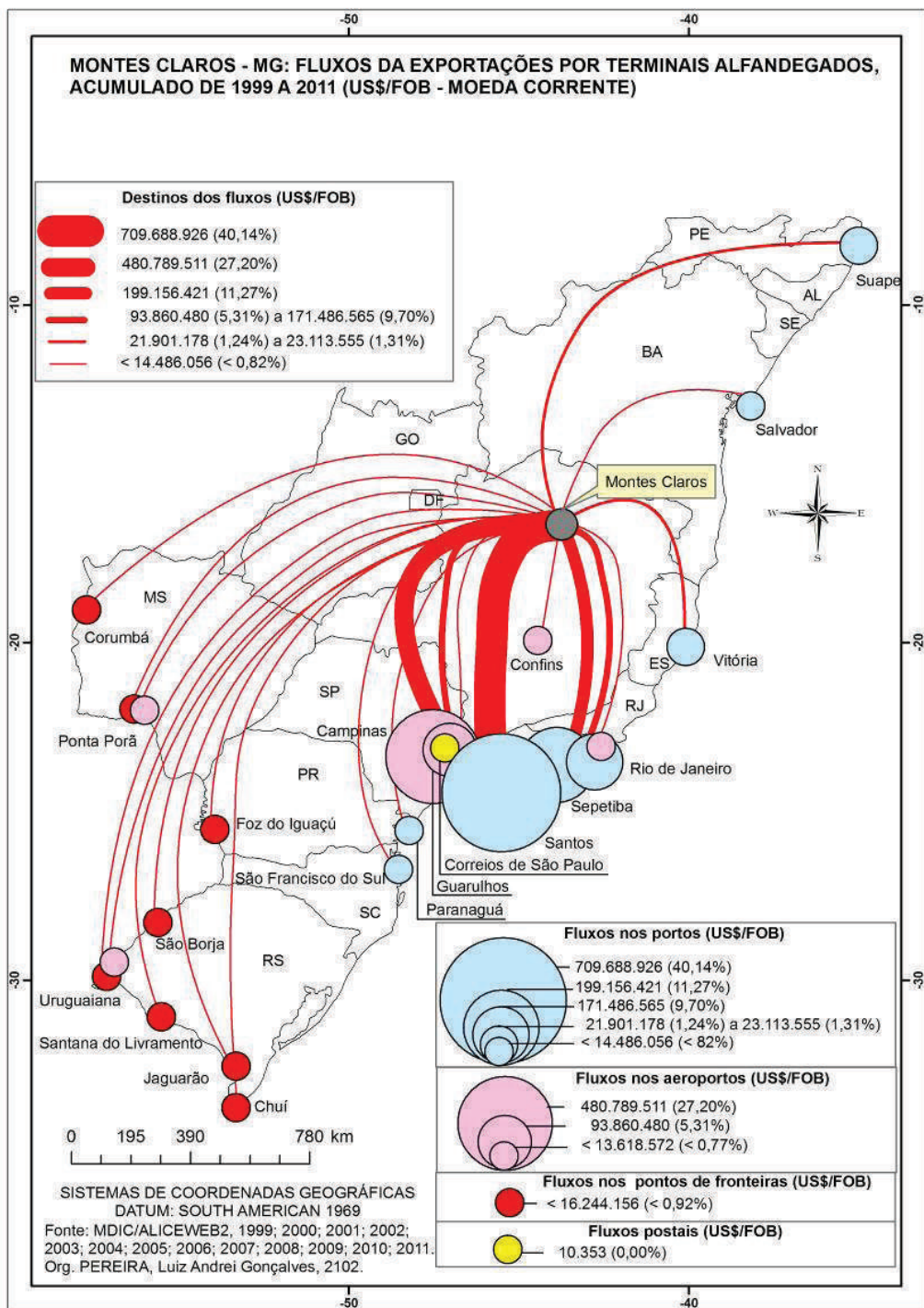
Exportações de mercadorias: recintos alfandegados e transportes internacionais

No comércio internacional, a flexibilidade na estrutura de produção e nas redes possibilitou vender e/ou adquirir produtos em diferentes escalas geográficas, uma vez que as atividades econômicas comerciais dependem da infraestrutura e dos fluxos das redes de transportes, que atuam articuladas com canais de comunicações e de informações. A rede de escoamento de mercadorias exportadas é constituída pelos terminais de cargas (portos, aeroportos, pontos de fronteiras,

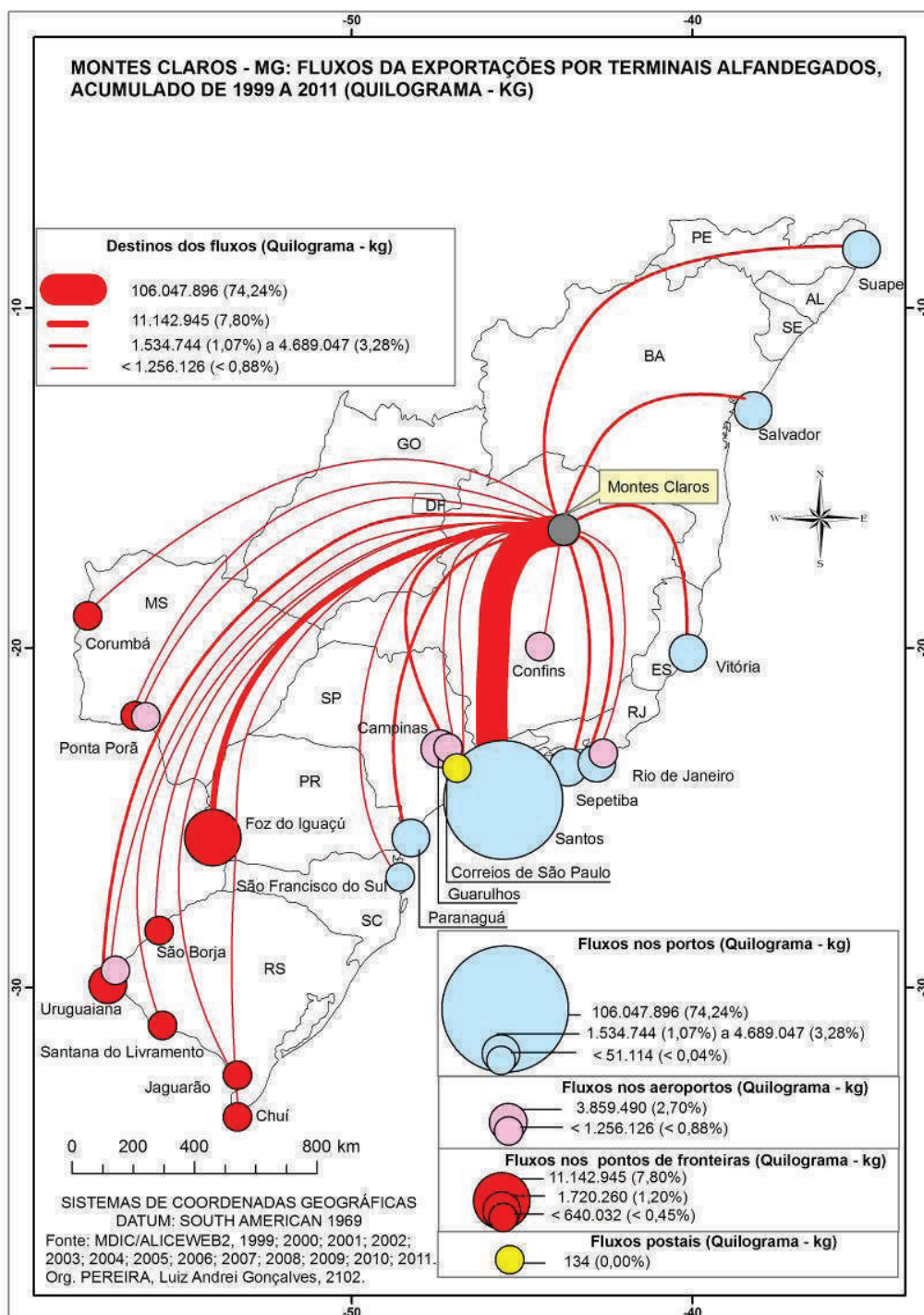
etc.) e pelos meios de transportes aquaviário (marítimo e hidroviário), terrestre (rodoviário, ferroviário e dutoviário) e aéreo. As relações espaciais do comércio global, representadas pelas exportações, ocorrem através do transporte intermodal, principalmente para os fluxos intercontinentais. Mas, quando os países possuem fronteiras e vias de acessos terrestres, os fluxos podem ocorrer por meio de um único meio de transporte terrestre.

Na política de exportação, as redes de transportes estão inseridas em uma estrutura espacial constituída por transporte nacional, que é responsável em levar a mercadoria do local de produção até o terminal alfandegado. Os terminais alfandegados de cargas – portos, aeroportos, pontos de fronteiras, portos secos, entre outros – recebem os fluxos do transporte nacional e também são responsáveis pelo embarque das mercadorias na matriz de transporte internacional. As matrizes de transportes internacionais realizam os deslocamentos das mercadorias no percurso entre os terminais alfandegados nacionais e os terminais alfandegados de cargas no exterior.

Para a compreensão da dinâmica dos fluxos internacionais, as empresas exportadoras – com domicílio fiscal no município de Montes Claros – foram organizadas a partir dos fluxos estruturados em valores financeiros (US\$/dólar), em quantidade em quilograma (kg) por terminais alfandegados e por matriz de transporte internacional, no período de 1999 a 2011. Na distribuição dos fluxos de mercadorias exportadas, o porto de Santos (SP) concentrou 40,14% dos fluxos em valores financeiros, e 74,24% da quantidade em peso/volume. Seguido pelo aeroporto de Campinas (SP), que escoou 27,20% dos valores financeiros e apenas 2,70% da quantidade quilograma. O porto de Sepetiba (RJ) realizou o escoamento de 11,27% dos valores financeiros e 1,07% da quantidade em quilograma. O porto do Rio de Janeiro (RJ) escoou 9,70% dos valores financeiros e 1,16% da quantidade em peso/volume. O aeroporto de Guarulhos (SP) realizou os fluxos de 5,31% dos valores financeiros e de 0,88% da quantidade quilograma. O porto do Suape (PE) movimentou 1,31% dos valores financeiros e 2,57% do peso/volume. O porto de Vitória (ES) atraiu 1,21% dos valores financeiros e 3,28% da quantidade quilograma. Os demais terminais escoaram valores financeiros inferiores a 1%, enquanto o ponto de fronteira Foz do Iguaçu (PR) escoou 7,80% da quantidade quilograma, seguido pelo porto de Salvador, movimentando 2,03%; pelo porto de Paranaguá (PR), que movimentou 1,89%; pelo ponto de fronteira de Uruguaiana (RS), que escoou 1,20%; e pelos demais terminais, que movimentaram valores inferiores a 1%. Essas informações podem ser observadas na Figura 1.



Mapa 1: Montes Claros/ MG: fluxos das exportações por terminais alfandegados; acumulado de 1999 a 2011 (US\$/FOB – moeda corrente X quantidade quilograma - kg)



Fonte: MDIC/ALICEWEB2, 1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011.

Org.: PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves, 2012.

A partir dos terminais alfandegados as mercadorias foram embarcadas nas matrizes de transportes internacionais e direcionadas aos mercados localizadas nos blocos econômicos regionais. No cenário econômico internacional, Montes Claros/MG realizou operações comerciais com diferentes mercados internacionais no processo de interação espacial da circulação de bens; após a transposição das fronteiras brasileiras, os fluxos das mercadorias, em valores financeiros, foram destinados aos blocos econômicos regionais: União Europeia³, NAFTA⁴, APEC⁵ (excluso países do NAFTA), MERCOSUL⁶ e outros.

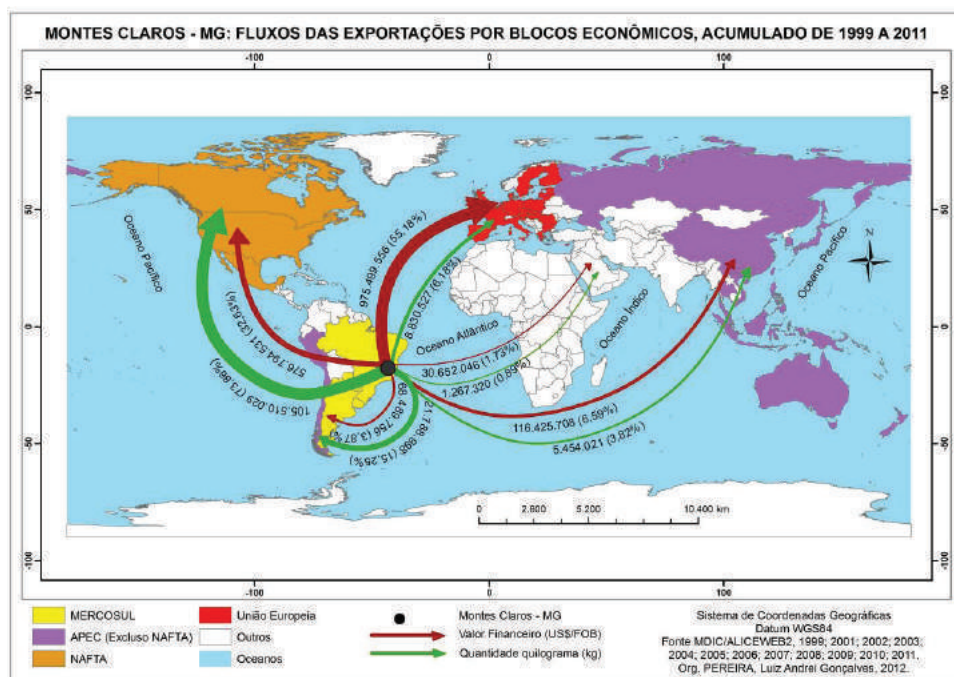
Os fluxos das exportações de Montes Claros (MG), 55,18% dos valores financeiros e 6,18% dos volumes em peso/volume, foram destinados à União Europeia. Com relação ao NAFTA, foram exportados 32,63% dos valores financeiros e 73,86% dos volumes em peso/volume. Para a APEC (excluso NAFTA), foram direcionados 6,59% dos fluxos financeiros e 3,82% da quantidade em peso/volume. Para o MERCOSUL, foram exportados 3,87% dos fluxos financeiros e 15,25% dos volumes em peso. Para os outros blocos/países, Montes Claros exportou 1,73% dos valores financeiros e 0,89% da quantidade em peso/volume. Essas informações podem ser visualizadas na Figura 2.

3 União Europeia - Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, Irlanda, Dinamarca, Grécia, Portugal, Espanha, Finlândia, Suécia, Áustria, Eslovênia, Eslováquia, República Theca, Polônia, Chipre, Malta, Estônia, Lituânia, Letônia, Hungria, Romênia e Bulgária.

4 NAFTA - Estados Unidos, Canadá e México.

5 APEC - Austrália, Brunei, Chile, China, Cingapura, Coreia do Sul, Filipinas, Hong Kong (China), Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Papua de Nova Guiné, Peru, Rússia, Tailândia, Taiwan, Vietnã e os países do NAFTA.

6 MERCOSUL - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.



Mapa 2 – Montes Claros/MG: fluxos das exportações por blocos econômicos; acumulado de 1999 a 2011.

Fonte: MDIC/ALICEWEB2, 1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011.

Org. PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves, 2012.

No comércio exterior montesclarenses, considerando-se os fluxos em valores financeiros exportados, é possível observar que os seus principais mercados estão localizados nos países da União Europeia, concentrando grande parte dos fluxos em mercadorias de valor agregado mais elevado, principalmente os produtos do subsetor das indústrias químicas. Enquanto os mercados do NAFTA, leiam-se: os Estados Unidos, concentram grande parte dos fluxos em quantidade peso/volume, que são produtos de valor agregado relativamente baixo, uma vez que, na exportação, se concentraram os produtos das indústrias têxteis.

Considerações Finais

A infraestrutura das redes de transportes tem seus reflexos no ordenamento espacial das atividades econômicas, uma vez que é observada uma concentração dessas atividades em pontos dinâmicos e estratégicos no espaço geográfico, principalmente naqueles que apresentam maior acessibilidade ao mercado nacional e ao internacional. Em Montes Claros, o processo de modernização econômica foi influenciado pelas ações estatais, através dos incentivos fiscais e financeiros que favoreceram a modernização da infraestrutura, a atração do capital privado e a expansão das atividades produtivas, principalmente as atividades industriais – empresas de grande porte –, que têm uma maior participação no mercado internacional, exportando mercadorias. Ao longo do período estudado, de 1999 a 2011, a balança comercial montesclarensense apresentou superávit, exceto no ano de 1999, quando se observou déficit. No comércio internacional, as exportações em valores financeiros concentraram-se no subsetor das indústrias químicas, e a quantidade em quilograma das mercadorias concentrou-se no subsetor das indústrias têxteis.

No processo de interação espacial, o comércio internacional é realizado por meio das redes de transportes nacionais, dos terminais alfandegados e dos transportes internacionais. Os fluxos dos produtos exportados concentraram-se nos terminais portuários e no transporte marítimo, para produtos de valor agregado relativamente baixo, principalmente os das indústrias têxteis, que foram escoados mais pelo porto de Santos. Os terminais aeroportuários e o transporte aéreo internacional foram responsáveis pelo deslocamento de produtos de alto valor agregado, principalmente os produtos das indústrias químicas, que se concentraram no aeroporto de Campinas.

Os fluxos em valores financeiros exportados ficaram concentrados nos países da União Europeia. Tratam-se, em sua maior parte, dos fluxos de mercadorias de valor agregado mais elevado, principalmente os produtos do subsetor das indústrias químicas. Já nos mercados do NAFTA, leiam-se: os Estados Unidos, concentrou-se grande parte dos fluxos exportados em quantidade peso/volume, que são produtos de valor agregado relativamente baixo, representados por produtos das indústrias têxteis.

Agradecimentos

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

Referências

HOYLE, B. KNOWLES, R. Modern transport geography. 2 ed. Chichester-UK: John Wiley & Sons Ltd, 2001. 374 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC/ALICEWEB2. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 2011. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 2010. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 2009. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 2008. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 2007. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 2006. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 2005. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 2004. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 2003. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 2002. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

aliceweb2.mdic.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 2001. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 2000. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. Exportação municípios. Brasília: MDIC, 1999. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

OLIVEIRA, M. F. M. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, M. F. M. RODRIGUES, L. (Org.) Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2000. p. 13-103.

PEREIRA, L. A. G. Planejamento e desenvolvimento: Logística de transportes e exportações na mesorregião norte de Minas Gerais. 2010. 172 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, UNIMONTES, Montes Claros, 2010.

PEREIRA, L. A. G. LESSA, S. N. Processo de planejamento e desenvolvimento da logística de transportes. In: Revista Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 22, p. 37-56, 2011.

_____. O primeiro centenário da infraestrutura ferroviária no Norte de Minas Gerais: processo de implantação, auge, crise e concessão. In: Revista Cerrados, Montes Claros, v. 10, n. 1, p. 135-153, 2012.

PONS, J. M. S. BEY, J. M. P. Geografía de redes y sistemas de transporte. Madrid: Editorial Síntesis, 1991. 231 p.

PONS, J. M. S.; REYNÉS, M. R. M. Geografía de los transportes. Palma de Mallorca: Universitat de les illes Balears, 2004. 444 p.

RATTI, B. Comércio internacional e câmbio. 10 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2000. 539 p.

RODRIGUE, J. P.; COMTOIS, C.; SLACK, B. The geography of transport

systems. 2 ed. Abingdon, Oxon, England; New York: Routledge, 2006. 352 p.

SHAW, J. KNOWLES, R. DOCHERTY, I. Introducing transport geographies. In: KNOWLES, R. SHAW, J. DOCHERTY, I. (Ed.). Transport geographies: mobilities, flows and spaces. Chichester-UK: Blackwell Publishing Ltd, 2008.3-9 p.

SOARES, C. C. Introdução ao comércio exterior: fundamentos teóricos do comércio internacional. São Paulo: Saraiva, 2004. 256 p.

TAAFFE, E. J.; GAUTHIER, H. L.; O`KELLY, M. E. Geography of transportation. 2. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1996. 422 p.

ULLMAN, E. L. Transportation Geography. In: JAMES, P. E. JONES, C. F (Ed.). American Geography: Inventory and Prospect. Seattle: Association of American Geographers, Syracuse University Press, 1954 p.p. 310-332.

Recebido para publicação em outubro de 2014
Aceito para publicação em novembro de 2014

A NECESSIDADE DA UNIÃO EPISTEMOLÓGICA GEOGRAFIA FÍSICA – GEOGRAFIA HUMANA: UMA REFLEXÃO

Marina de Fátima Brandão Carneiro¹
marina.carneiro@unimontes.br

Resumo: Atualmente, verifica-se uma grande pluralidade no pensamento e na prática da Geografia, apesar das tentativas de unificação paradigmática das últimas décadas. Sabe-se que, em geografia, não existem sistemas fechados e é falso dizer que a ideia sistêmica é uma ideia positivista. Não é uma ideia totalitária. A geografia tem um caráter interdisciplinar e holístico, oposto à excessiva especialização. Neste sentido, o presente estudo apresenta como tema “a necessidade da união epistemológica Geografia Física – Geografia Humana”, e tem por objetivo refletir sobre a importância desta unificação epistemológica para que a ciência geográfica guarde sua identidade, sua unidade e possa contribuir com análises mais completas e eficientes sobre as relações da sociedade com a natureza e sobre os graves problemas ambientais. A abordagem metodológica privilegiou um estudo analítico-sintético com base no conteúdo da disciplina Evolução do Pensamento Geográfico, ministrada durante o curso de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial – DINTER, realizado na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, na cidade de Montes Claros – MG, em 2012, além da realização de leituras adicionais de autores que discutem e escrevem sobre o tema.

¹ Profª. Doutoranda – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial – PUC Minas, Dinter, professora do Departamento de Geociências, do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes.

Palavras-chave: Epistemologia. União Geografia Física – Geografia Humana. Identidade da Ciência Geográfica.

THE NEED OF EPISTEMOLOGICAL UNION PHYSICAL GEOGRAPHY – HUMAN GEOGRAPHY: A REFLECTION

Abstract: The currently, there is a great diversity in thought and practice of geography, despite attempts of unification paradigm in recent decades. It is known that, in geography, there are no closed systems and is false to say that the idea is a systemic positivist idea. It's not a totalitarian idea geography has an interdisciplinary character and holistic, opposite to excessive specialization. In this sense, the present study has as its theme “the need of the epistemological union physical geography-human geography”, and aims to reflect on the importance of this epistemological unification to geographical science save your identity, your unit and can contribute with more complete and efficient analysis on relations of society with nature and on the serious environmental problems. The methodological approach has opted analytic-synthetic study based on the contents of the subject Geographic Evolution of Thought, given during the Postgraduate course in Geography - Treatment of Spatial Information – DINTER, held at State University of Montes Claros - Unimontes, in the city of Montes Claros-MG, in 2012, in addition to conducting additional readings of authors who discuss and write about the topic.

Keywords: Epistemology. Union Physical Geography – Human Geography. Identity of Geographical Science.

Introdução

Atualmente a geografia é uma ciência em crescimento e expansão, cuja vitalidade é a pluralidade de abordagens que coexistem em seu interior. Cada abordagem representa “um acréscimo ao instrumental de que dispõem os homens para conhecer melhor suas múltiplas e variadas realidades geográficas” (AMORIM FILHO, 2012), com suas teorias, metodologias e técnicas.

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento do ensino da geografia dependem da capacidade, do treinamento e do interesse do professor em buscar sempre melhorar o seu conhecimento sobre a evolução da ciência geográfica. De acordo com Amorim Filho (1982, p. 17),

Cabe ao professor responder ao desafio que representa o ensino da disciplina geográfica na atualidade [...], compatibilizando e operacionalizando a pluralidade de orientações teóricas e metodológicas, as técnicas numérico-cartográficas, uma visão segura do mundo, dos problemas locais e nacionais e o espírito crítico.

Portanto, verifica-se uma grande pluralidade no pensamento e na prática da Geografia, apesar das tentativas de unificação paradigmática das últimas décadas. Na pós-modernidade uma sucessão paradigmática linear não se sustenta. Em geografia não existem sistemas fechados e é falso dizer que a idéia sistêmica é uma ideia positivista. Não é uma ideia totalitária (se uniformizar tudo, não é sistema). A geografia tem um caráter interdisciplinar e holístico, oposto à excessiva especialização.

Neste sentido, este estudo apresenta como tema “a necessidade da união epistemológica Geografia Física – Geografia Humana”, e tem por objetivo refletir sobre a importância desta unificação epistemológica para que a ciência geográfica guarde sua identidade, sua unidade e possa contribuir com análises mais completas e eficientes sobre as relações da sociedade com a natureza e sobre os graves problemas ambientais.

Neste contexto, a abordagem metodológica privilegiou um estudo analítico-sintético com base no conteúdo da disciplina Evolução do Pensamento Geográfico, ministrada pelo professor Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho durante o curso de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial – DINTER, realizado na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, na cidade de Montes Claros – MG em 2012, além da realização de leituras adicionais de autores que discutem e escrevem sobre o tema.

União epistemológica geografia física – geografia humana

Partindo do pressuposto de que a Geografia é uma ciência que tem como objeto de estudo o espaço geográfico, percebemos que ela é uma “ciência de síntese”, no sentido de que o espaço geográfico compreende tanto os aspectos, fenômenos, elementos, fatores e fatos do ambiente natural (fauna, flora, recursos naturais, clima, relevo, hidrografia, solos, enfim, os elementos do espaço físico da Terra, como um todo), quanto do ambiente humano, ou seja, do homem enquanto ser/indivíduo e social, onde se estabelecem relações sociais, humanas, políticas, econômicas e culturais, que, por sua vez, interage com as relações naturais. Portanto, sendo o espaço geográfico bastante complexo e dinâmico, faz-se necessário, para melhor compreendê-lo e analisá-lo, uma união epistemológica geografia física – geografia humana, e desta forma possibilitar a manutenção da unidade e identidade da ciência geográfica.

Nesse contexto, segundo Amorim Filho (s/d):

Apesar de suas origens antigas a geografia tem um caráter holístico (logo, oposto à excessiva especialização) e fundamentalmente interdisciplinar, na medida em que procede através de sínteses sucessivas de conhecimentos produzidos em diferentes disciplinas e que têm como marca registrada da geografia seu caráter territorial e espacial e, desse modo, a possibilidade de projeção e representação cartográfica, cada vez mais informatizada, graças aos recentes Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

Para compreendermos e produzirmos o conhecimento geográfico atual, de forma a contribuir para análises mais completas e eficientes sobre as relações da sociedade com a natureza e sobre os graves problemas ambientais, é fundamental não perdermos de vista a Geografia Clássica, pois ela é a base da geografia como ciência, especialmente a partir do século XIX com Alexander von Humboldt e Carl Ritter quando ocorre a primeira revolução científica em geografia. Com eles as bases teóricas e metodológicas da geografia foram formuladas.

Alexander von Humboldt, naturalista, viajante e explorador, fazia uma geografia de campo, científica, tinha uma visão global, holística e uma capacidade de fazer correlações em todas as escalas e seu método científico era empírico e indutivo e sua geografia era tanto física quanto humana, embora tenha dado grande ênfase à geografia física.

Carl Ritter, historiador e filósofo, fazia uma geografia acadêmica, também holística, desenvolveu um método comparativo quando fez uma geografia da Terra considerada em suas grandes regiões, trabalhou com mesorregiões e fez sua própria cartografia. Ritter se preocupava com processos históricos, regionalizados, ao descrever uma região além do espaço físico, do ponto de vista da ocupação humana e histórica em que os processos culturais são centrais, sua principal obra foi uma geografia geral comparada. Ambos eram influenciados pelas ideias positivistas e pelas ciências naturais e propuseram uma série de princípios para a geografia, os quais se configuram como epistemologia pura.

No final do século XIX e no início do século XX, a geografia clássica alemã começa a ser transformada no interior mesmo da geografia alemã. Dos autores que complementam a Escola Alemã merecem destaque Frederich Ratzel e Alfred Hettner, os quais desenvolveram certas orientações que desembocaram em novas direções paradigmáticas.

Ratzel era geógrafo, pesquisador, jornalista e professor, era determinista, tinha influência de Darwin, foi o pioneiro da geografia humana e da geopolítica. Estudou as características dos diferentes grupos humanos, o conjunto de valores de uma civilização sobrepondo a de outra. Daí uma das razões de dominação ser um conceito ratzeliano. As bases da distinção entre a geografia humana e a geografia física foram fixadas com Ratzel.

Hettner era professor. Com ele solidifica-se uma segunda divisão interna da geografia, uma profunda reação aos fundamentos geográficos fixados por Humboldt e Ritter. Identifica uma geografia geral e uma geografia especial ou regional (“Landerkunde”), com maior ênfase a esta última. Para ele o objeto privilegiado da geografia é o espaço concreto, a paisagem, e a diferenciação regional desse espaço. Desenvolveu também uma geografia cultural.

De acordo com Amorim Filho (2012),

no final do século XIX e durante toda a primeira metade do século XX, uma geografia tipicamente francesa, desenvolvida por Paul Vidal de La Blache e seus discípulos, dominou o cenário da geografia mundial. Trata-se dos famosos estudos de geografia regional, isto é, análises detalhadas de todos os elementos e fatores possíveis que, através de uma interação dinâmica, caracterizam e explicam a personalidade própria de cada região estudada.

A Escola Francesa da Geografia era marcada pelas ideias humanistas, profundamente crítica e conhecida como o “paradigma regionalista da geografia”. Adota um encaminhamento indutivo como metodologia adequada para a geografia, e ideias possibilistas. Desenvolve o estudo da região de forma coesa (conexão): elementos físicos, humanos, econômicos, urbanos, etc (estudo da paisagem). Nos estudos regionais é que se daria a unidade da geografia, análise sistêmica, integrada.

As Escolas baseadas nas orientações do paradigma clássico alemão ou no paradigma regionalista francês: descritivos, regionalista, indutivos, excepcionistas etc, se interagem, são as maiores Escolas de todos os tempos, são completas e formam as bases da Geografia Moderna.

Entretanto, em meados do século XX, houve um retorno do “utilitarismo” da atividade geográfica (típico da geografia primitiva e tradicional, que antecederam a geografia científica do século XIX e início do século XX), com o desenvolvimento da geografia aplicada, para atender às novas exigências da sociedade moderna, industrializada, tecnológica e economicista.

Surgem, também, “sinais de insatisfação com a geografia praticada e ensinada”, e de como:

a organização e os resultados das pesquisas geográficas se distanciavam em termos teóricos e metodológicos da maior parte das outras ciências [...] e que nem sempre forneciam subsídios para uma aplicação prática imediata e a promoção de sua integração em estudos mais amplos. (AMORIM FILHO, 1982, p. 11).

Atualmente, inúmeros e importantes trabalhos ainda são desenvolvidos dentro do paradigma quantitativo, teórico, positivista, sistêmico e especialista que passa a se desenvolver em meados dos anos 1950, mas com mais prudência, pois os excessos e deficiências dessa primeira revolução quantitativa na geografia provocaram uma crise paradigmática. Pouca coisa se fazia no sentido da compreensão dos processos em ação no espaço geográfico.

O início dos anos 1980 foi caracterizado por certa perplexidade dos geógrafos diante da pluralidade de orientações da geografia, uma diversidade de linhas de pesquisas, com o desenvolvimento da Geografia Crítica, da Geografia Humanística, Fenomenológica, Cultural, bem como o retorno da Quantificação em bases mais modernas, com a utilização do Sistema de Informação Geográfica – SIG, de alta tecnologia digital, que possibilitam as análises espaciais com maior eficiência e diversidade de aplicações. No final do século XX e início do novo milênio passam a coexistir uma complexidade e variedade tipológica dos espaços dos geógrafos e de especializações na geografia.

Nesse contexto, a divisão da ciência geográfica em geografia física e humana se tornou mais evidente, especialmente a partir dos anos 1990 e início deste século, com uma intensificação da proliferação de especializações na ciência geográfica. Assim, conforme nos diz MORIN (2005), não se deve descartar a hipótese da existência de um chamado ‘neo-obscurantismo’ generalizado produzido pelo movimento de exacerbação das especializações na ciência. Essas fragmentações são originárias de matrizes filosóficas da modernidade, que pautam a ciência através da compartimentação.

Este fato tem contribuído para uma alienação de grande parte dos geógrafos atuais, pois estes têm perdido a capacidade de fazer análises mais aprofundadas e mais completas dos problemas das realidades econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, vivenciados e enfrentados pelas sociedades no/do espaço mundial ou mesmo regional e/ou local.

Entretanto, atualmente, verificam-se uma tendência a crescentes tentativas de integração dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais àqueles físicos, naturais pela ciência geográfica. Conforme Mendonça (2004), a contemporaneidade tem imposto desafios cada vez mais complexos, apontando que as divisões disciplinares não dão mais conta da compreensão da realidade

em sua plena multiplicidade. Neste sentido, recentemente, alguns geógrafos têm tentado recuperar “um olhar mais complexo para a compreensão da realidade, o que sugeriria não apenas a dissolução da divisão entre Geografia Física e Geografia Humana, mas uma superação das estruturas disciplinares, rumando para concepções mais complexas” (MENDONÇA, 2004).

Este ponto de vista já havia sido abordado por Moreira (1991, 1997a apud MOREIRA, 2002) da seguinte forma,

Não mais servem os registros puros de geografia física diante de uma natureza hibridamente socializada. Também não servem os de uma geografia humana pura, diante de uma cultura técnica que tem que dar conta do metabolismo reconsiderado. Não serve mais a velha cartografia.

O atual mundo globalizado passa por uma multiplicidade de crises – do conhecimento, da ciência, da modernidade, do capitalismo, dos problemas ambientais – o que exige um projeto de desenvolvimento sustentável e que atenda os ditames para o século XXI, tais como, uma preocupação com a conservação da natureza e a preservação dos recursos naturais, com a correção dos desequilíbrios regionais, sociais e econômicos, com uma distribuição mais justa da renda e da terra, com um firme combate à pobreza e más condições de vida de grande parcela da população mundial.

Nesta perspectiva, as dinâmicas do meio físico (clima, relevo, biomas, etc.) e socioeconômico (incluindo aspectos da cultura, da política, da produção e circulação de bens e serviços) estão de tal modo integrado que acaba por superar o sentido da divisão de temas entre geografia física e humana.

Ao considerarmos a crise ambiental contemporânea, verificamos que ela requer “de toda a sociedade, e da ciência geográfica em particular, uma reflexão profunda acerca de sua trajetória” (MENDONÇA, 2002, p. 142) e a necessidade de acabar com a divisão, compartimentação do conhecimento geográfico em geografia física – geografia humana, pois é a relação dialética entre eles que dá sustentação ao espaço geográfico, objeto de estudo da geografia, além de contribuir para que a ciência geográfica guarde sua identidade, sua unidade. O mundo atual demanda a produção de um conhecimento

geográfico mais amplo e integrado, inter-relacionado, e que possa contribuir para análises mais completas e eficientes sobre as relações da sociedade com a natureza e sobre os graves problemas ambientais.

Considerações Finais

Hoje, se faz cada vez mais necessário a compreensão de que a Terra é um sistema complexo composto por vários subsistemas (geossistemas) que estão em permanente interação, são interdependentes, tanto entre eles próprios e em relação com as sociedades mundiais. Se um destes subsistemas é afetado por uma intervenção errônea, provoca alterações em todos os outros. A intervenção do homem de forma irracional e descontrolada tem provocado alterações nos componentes terrestres como um todo, e com isto promovido os desequilíbrios que muitas vezes se tornaram irreversíveis, gerando graves problemas no meio ambiente e colocando em risco o futuro da humanidade e da própria Terra.

Daí a grande importância de voltarmos aos clássicos da geografia para buscar os fundamentos básicos da ciência geográfica como uma unidade, e assim recuperarmos a visão holística sobre a Terra, o espaço geográfico e, com isto, possamos contribuir com análises mais completas e eficientes sobre as relações das sociedades com a natureza e os graves problemas ambientais. Para tanto, o caminho é a união da geografia física e a geografia humana.

Referências

AMORIM FILHO, O. B.. A evolução do pensamento geográfico e suas consequências para o ensino da Geografia. *Revista Geografia e Ensino*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-18, março 1982.

AMORIM FILHO, O. B. “A Evolução do Pensamento Geográfico”. Montes Claros: Unimontes, 2012. Notas de aula.

AMORIM FILHO, O. B. Geografia: síntese. PUC-Minas, s/d. Xerox.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salete. Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea.

Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

_____. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salete. Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea. 2 ed.- Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

MOREIRA, R. Velhos temas, novas formas. In: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salete (Org.). Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea. – Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Recebido para publicação em outubro de 2014
Aceito para publicação em novembro de 2014

CAPITAL NATURAL – PECADOS E VIRTUDES HUMANAS

Gy Reis Gomes Brito¹
Juliana de Jesus Alves da Silva²

Resumo: O nosso interesse neste artigo é simplesmente procurar entender e visualizar a terra como uma espécie de superorganismo, um ecossistema global em todos os seus ecossistemas verdadeiramente integrados, propiciando, assim, uma compreensão mais cosmológica do todo em busca de uma verdadeira consciência planetária para sua proteção, conservação e sustentabilidade. Pensando no ecossistema brasileiro, podemos também refletir um pouco mais sobre o planeta Terra, pois ações destrutivas causadas no Brasil pelo homem são realidades vigentes também há tempos em outros territórios. A década de 80 considera-se significativa por ter alavancado muitas lutas sociais em defesa de políticas de sustentabilidade do meio ambiente.

Palavras-chave: Cosmologia. Sustentabilidade. Destruição. Gaia.

1 Doutor em História, professor de Antropologia no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

2 Acadêmica do 5º período de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

NATURAL CAPITAL - SINS AND HUMAN VIRTUES

Abstract: Our interest in this article is simply an attempt to understand and visualize Earth as a kind of superorganism, a global ecosystem in all its truly integrated ecosystem, thereby providing a more cosmological understanding on the whole in search of a true world consciousness to its protection, conservation and sustainability. Thinking about the Brazilian ecosystem, we can also reflect a bit more about the planet Earth, for destructive actions caused by men in Brazil has been a reality for a long time in other territories. In the 80s many social struggles in defense of policies for environmental sustainability started, thus considered a landmark.

Keywords: Cosmology. Sustainability. Destruction. Gaia.

Introdução

Tempos complexos estes em que vivemos: a um só tempo, entre o estado de natureza e o de cultura, avanços e retrocessos, com muitas facilidades e dificuldades, maravilhas e dramas, progresso e barbárie. Enfim, um mundo de grande riqueza e diversas possibilidades de aprendizado. Dentre todas as riquezas ao nosso redor, sobre o tablado da vida, talvez a mais consistente e eficaz seja a de podermos escolher sermos os personagens principais do “drama” de nossa vida, tornando-nos protagonistas, com poderes de mudar a ação e o diálogo ou simplesmente nos posicionarmos como espectadores, passivos diante do andar da carruagem ou do trem da história.

Entendemos que o cidadão não pode ser simplesmente o indivíduo que vive na cidade, mas o indivíduo que assume perante os outros uma postura ativa na vida, agindo sobre e agindo com, pois ser cidadão é participar do processo de construção, é responsabilizar-se pelo planeta no qual vivemos. Não podemos nos perder em nossos próprios labirintos morais, nem nos distanciarmos de nossas reais necessidades, nem tampouco escondermo-nos em subterfúgios, muitas vezes destrutivos e cruéis. É preciso, urgentemente, corrigir os erros de um passado não tão distante – o qual substituiu coisas por pessoas – e não deixar permanecer coisas no lugar de pessoas, pois coisas

são coisas e pessoas são pessoas.

Ao olharmos para nós mesmos, o que vemos? Vemos em todos os lugares do planeta terra homens aflitos, angustiados e inquietos para com a dinâmica do movimento da terra. Tudo se move rapidamente; a lentidão ou a ordem natural dos movimentos foi alterada pela ação destrutiva do homem sobre a natureza. Pensar sobre os efeitos climáticos e a origem do mundo não é tarefa muito fácil, mesmo porque homens de todos os tempos se debruçaram e ainda se debruçam sobre métodos de pesquisas e planos de sustentabilidade, se dedicando horas a pensar sobre o destino deste planeta.

O nosso interesse neste artigo é simplesmente procurar entender e visualizar a Terra como uma espécie de superorganismo, um ecossistema global em todos os seus ecossistemas verdadeiramente integrados, propiciando, assim, uma compreensão mais cosmológica do todo em busca de uma verdadeira consciência planetária para proteção, conservação e sustentabilidade do mesmo. Pensando no ecossistema brasileiro, podemos também refletir um pouco mais sobre o planeta Terra, pois ações destrutivas causadas no Brasil pelo homem são realidades vigentes também há tempos em outros territórios.

Pecados e virtudes humanas

No Brasil, a década de 80 considera-se significativa por ter alavancado muitas lutas sociais em defesa de políticas de sustentabilidade do meio ambiente. Em 1986, o naturalista Ibsen Gusmão Câmara já denunciava o caos brasileiro proveniente da precária situação em que se encontravam parcelas representativas da natureza brasileira. A entrada das empresas transnacionais em nosso território já era visível, explorando desordenadamente, sem nenhum princípio de sustentabilidade, as espécies regionais não selecionadas que dão origem às variedades de sementes de grande utilidade para a reprodução da cadeia alimentar humana.

O processo de desertificação e o assoreamento em todo o território nacional vão se consolidando paulatinamente; algumas áreas mais agressivas do que outras, sendo as ações dos homens responsáveis pela diminuição ou estreitamento da distância dos efeitos do clima, como chuvas ácidas, motivadas pelo

crescimento sem limites das sociedades de livre empresa.³ Os modelos expansionistas desencadeados desde as invasões germânicas na Europa e importados por diversas nações têm sido a mola propulsora desse desequilíbrio ambiental que se instalou em todo o planeta. Diante desses fatos até aqui expostos, percebemos que, para muitos líderes do mundo, a Terra tem sido vista como algo exterior ao indivíduo, mesmo estando umbilicalmente conectado a ele e nele imerso, traduzindo-se, assim, uma verdadeira dicotomia humana.

Sabemos que não é bem assim, pois dependemos integralmente da natureza, já que a vida começa com as plantas, nos antecedendo; e terminamos também com elas; sem estes seres vivos e o ecossistema a vida para nós não teria sentido. A função da planta para os humanos sempre foi e será questão de vida ou morte. O exercício pró-humano que as plantas fazem com a produção da fotossíntese é sensacional, inacreditável, pois as plantas captam energia solar, retiram do ar gás carbônico, que elas combinam com água para fazer substâncias orgânicas, liberando assim o mais precioso produto que a natureza nos oferece, e de graça: o oxigênio.

Todos os animais, para sobreviverem, necessitam de energia e sabemos que a única fonte inesgotável de energia existente na Terra é a radiação solar, a qual não se sabe precisar até quando vai durar. Conforme Carlos Minc (1997)⁴

A Terra abriga 30 milhões de espécies de vida vegetal e animal, das quais apenas 2 milhões são conhecidos e estudados. Existem atualmente 5.500 espécies animais e 4 mil espécies vegetais seriamente ameaçadas de extinção, sendo que 450 dessas espécies animais e vegetais são do Brasil (MINC, 1997, p.15).

A humanidade já consome 25% mais recursos naturais do que a capacidade de renovação do planeta Terra. Acreditamos que, se o homem não criar mecanismos eficazes para o controle e a desaceleração do consumismo, em menos de 50 anos serão necessários mais de um planeta Terra para atender

³ Sobre o assunto, ver: *O estudo de impacto ambiental (EIA), sua importância, aplicação e controle como uma ferramenta legal de defesa dos recursos naturais e paisagísticos é o tema abordado por Paulo Affonso Leme Machado, analisando a Lei 6.803/80, sobre Zoneamento Industrial; a Lei 6.938/81, sobre Política Nacional de Meio Ambiente; e o Decreto 88.351/83, mostrando que textos legais não faltam, e sim, o seu cumprimento, como em relação à projetada expansão do Polo Petroquímico do Rio Grande do Sul. Ver: Lutzemberg&Lewgoy, Política e meio ambiente. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986. 116 p. (Tempo de Pensar, 6).*

⁴ Minc, Carlos, *Ecologia e Cidadania*, São Paulo: Moderna, 1997 – (Coleção Polêmica).

as nossas reais necessidades, como água potável, energia e alimentos. A partir do aquecimento global a que já estamos assistindo, são visíveis as desigualdades de acesso à água, à energia e à produção de alimentos.

Essa situação de destruição que vemos ao nosso lado pode sim dificultar e comprometer a vida de todos os seres vivos do planeta e, provavelmente, a espécie mais frágil seja a humanidade. Todos estes consumos causam enormes impactos na natureza, seja (positivo ou negativo) nos setores da economia, nos setores sociais e em todos os indivíduos onde quer que estejam. Já é de conhecimento de grande parcela da humanidade a importância que têm as árvores, florestas, pradarias, os banhados, as algas microscópicas dos oceanos como órgãos interdependentes do homem.

São externos é verdade, mas têm a mesma ou mais importância do que os nossos órgãos internos. A matemática é muito simples, somos cúmplices uns dos outros, a terra mãe precisa de todo esse conjunto integrado de seres vivos. É clássica a ideia de valor que temos sobre a complementariedade e interdependência de fotossíntese e respiração, de sedentariedade e mobilidade, pois este processo vital é apenas uma entre a infinidade de interações que integram a grande razão da vida.

A agressão ao meio ambiente precede o capitalismo; nas sociedades primitivas, encontramos práticas humanas de destruição da natureza em torno dos territórios conquistados ou não, seja em busca de caças ou de plantio para a alimentação dos nossos antepassados. Sabemos que a população era escassa, a tecnologia era rudimentar, e o que entendemos de meio ambiente era percebido e tratado como fator primordial para a alimentação da comunidade. A divisão de trabalho era simples e, mesmo assim, os aldeamentos humanos buscavam a geração de excedente na alimentação, já produziam e armazenavam para o sustento em períodos de chuvas intermitentes ou secas.

Entendemos que, nos primeiros agrupamentos humanos, o excedente era uma garantia para enfrentar períodos difíceis de caça e de pesca. A partir dessas experiências, foram acumulados conhecimentos, viabilizando, assim, excedentes consideráveis por meio da domesticação animal e do aumento de áreas irrigadas, constituindo, dessa maneira, as estruturas necessárias ao bom desempenho da base comercial, manufatureira e escravista, fortalecendo

definitivamente as sociedades de classes.

Com o advento da sociedade industrial capitalista, sabemos que houve impactos ambientais em um patamar com intensidades já mais conhecidas anteriormente pela humanidade. A densidade demográfica ampliou-se, as áreas rurais foram diminuindo, a mobilidade urbana andou a todo vapor, produzindo substanciais impactos frente ao processo civilizatório, substituindo florestas naturais por pastagens, aumentando as extrações minerais e abastecendo as já conhecidas manufaturas de armas de guerras. Como consequências iniciais, houve e ainda há os desequilíbrios ambientais que assustam a todos os humanos, como a peste negra, a malária, a dengue, a leptospirose, a hepatite, o sarampo e, como se não bastasse, surgiu o ebola, ocorrendo seriamente o risco de extermínio de grande parcela de seres humanos pelo planeta.

A mineração pelo mundo trouxe consequências destrutivas irreparáveis aos povos nativos; mensurar seria impossível, dado ao alcance dessa atividade exploratória pelo planeta. Junto com o processo desordenado de mineração, tivemos também o escravismo colonial, destruindo os povos nos continentes africano, americano e alhures. Paralela a este processo, a destruição de matas nativas inteiras. Segundo Carlos Minc:

O mesmo sistema que extraiu do continente a força de trabalho escrava dizimou 90% da Mata Atlântica em 490 anos de colonialismo e de latifúndio pecuarista e monocultor integrado ao capital comercial. Em seu monumental livro *A ferro e fogo – a história da devastação da Mata Atlântica*, Warren Dean, historiador e brasileiro americano tragicamente morto no Chile em 1994, mostra como nesse período a Mata Atlântica foi implacavelmente reduzida de um milhão e 84 mil km² em 1500 para 95 mil km² em 1990 (MINC, 1997, p.37).

Os pecados sociais continuam e se fundem nas agressões ambientais, trazendo resultados devastadores aos mundos, humano, animal e vegetal, sem com isto sensibilizar as inúmeras agendas econômicas acordadas pelas potências mundiais. As condições em que nos encontramos são lamentáveis; a cidade, o grande organismo vivo que abriga homens de diversas etnias, está no fundo do poço, doente e sem o devido cuidado necessário para a sua recuperação.

Entendemos que, para cada necessidade, existe uma função, e o pensador francês Émile Durkheim é quem nos mostra, cientificamente, que cada indivíduo tem sua singularidade, havendo ainda uma necessária interconexão entre os indivíduos para compor o todo; dentro desse todo, cada um teria sua função social, e o que nós assistimos hoje em dia é uma verdadeira falta de solidariedade e comprometimento para com o planeta Terra, ou melhor, com Gaia, a mãe de todos nós.

Para compreendermos melhor a importância que o planeta Terra tem para todos os seres vivos, é bom lembrarmos as discussões que o naturalista Lutzemberg aborda sobre e Gaia, a qual recebe esta nomenclatura e possui um sentido etimológico muito mais profundo. Lutzemberg inicia sua abordagem partindo de uma linha de raciocínio intitulada por ele de pensamento cartesiano, cujo olhar projetado sobre o meio ambiente tem o efeito de fazer a separação entre homem e natureza. Neste sentido, o homem moderno pouco tem exercitado o olhar para o meio ambiente, a concentração de maior interesse tem sido os horizontes tecnológicos, bem como a economia. Já que o pensamento inicial atesta de um lado o homem e de outro a natureza, o comportamento moderno pode levar o homem a imaginar habitando um planeta sem a presença de vegetação ou plantas.

Lutzemberg faz essa reflexão a partir de um experimento feito por Eisten, com a intenção de questionar ou provocar o homem a imaginar viver em um planeta vivo como o nosso sem a presença de plantas. Seria possível? No entanto, diante dessa ideia ilógica, Lutzemberg adianta-se em responder à questão levantada por ele. Com o objetivo de atestar a sua resposta, faz uma seleção de cadeia alimentar entre animais, os quais são classificados de acordo com a alimentação, iniciando pelos carnívoros até chegar aos herbívoros, de onde se pode dar continuidade ao ciclo. A ideia transmitida por Lutzemberg é a de que o processo termina na planta, não existindo, portanto, alimentação sem passar pela planta.

A justificativa para esse marco está relacionada com a capacidade que o vegetal possui de realizar a fotossíntese. Por outro lado, o autor ressalta a importância dos animais na alimentação das plantas; após o processo respiratório, os animais, por sua vez, devolvem o gás carbônico ao meio ambiente, consumido pelas plantas. Analisando essa relação, fica clara a dependência

de ambos para se manter vivos.

Com o objetivo de levar o leitor a adentrar os pormenores sofridos pela natureza, ou seja, o grau de agressão provocado pela modernidade ao planeta Terra, usando o método historiográfico, o autor demonstra as principais partes formadoras do planeta, bem como as etapas em que houve alterações que modificaram a sua dinâmica entre essas alterações climáticas. A devastação sofrida é incalculável, até parece irreversível; contudo, a unidade planeta Terra tem capacidade de se autorregenerar.

Nesse sentido, o autor discute que, para o sucesso desse equilíbrio, depende em muito da visão diferenciada do homem pesquisador. Lutzemberg apresenta dois tipos de biólogos: o primeiro, de acordo com o autor, é o naturalista: “Para o naturalista, a Natureza não é simples objeto de estudo e manipulação, é muito mais. Ela é algo divino” (LUTZEMBERG, 1986, p.16). O segundo biólogo é o científico. Sendo assim, entende-se que, para compreender o meio ambiente, é preciso deixar-se transcender para além da visão pura e científica. Com referência à posição do biólogo naturalista, é possível que haja uma demanda de mudança de comportamento para com a natureza.

O homem, ao unir o sagrado com o racional, amplia a capacidade de reconhecer a si mesmo como parte desse grande corpo que é a sua casa, o planeta Terra. Subtende-se que a consequência seja a integração de forma naturalizada. É inevitável fazer essa síntese, pois como diz o autor, “o planeta Terra é um ser vivo, um ente vivo com identidade própria, o único de sua espécie que conhecemos” (LUTZEMBERG, 1986, p, 23). Por isso é urgente entrar em ação para proteger esse único exemplar; é tarefa desafiadora, mas inadiável, vencer as barreiras das tecnologias geradoras de lucro e superar o orgulho do homem empreendedor é parte do processo.

Entendemos sim, que se comparada a Terra como os órgãos do corpo humano, veremos que todos os seus órgãos estão inflamados; ela sofre de conjuntivite, amnésia, estresse, ebola, traumatismo craniano, fratura dos membros, câncer, obesidade, depressão e, como se não bastasse tudo isto, Gaia ainda sofre de falocracia aguda (violência machista): as ruas, as praças, os becos, as áreas de lazer e de trabalho em diversos lugares do planeta se transformaram em palcos com cenas dramáticas de estupros diários, com su-

plementos eróticos patrocinados pelas revistas pornô e pela mídia televisiva em horários não muito recomendados para a juventude.

As agressões contra negros, pobres, homossexuais, brancos, índios, pardos, mulheres, idosos e portadores de necessidades especiais invadem incontáveis labirintos das metrópoles e áreas rurais. A cidade do cidadão está se desfigurando; o direito do vizinho está de muda; o veneno está na mesa e no ar. A violência a que assistimos a todo instante dilacera a cidadania.

Os lixos provenientes da cultura do consumismo desenfreado estão por todos os lugares. É necessário e urgente mudar os rumos da história dos homens. É preciso substituir valores e, no lugar de coisa, colocar pessoas. Para que tudo isto aconteça, só precisamos cultivar e dinamizar a educação, fazer desabrochar o amor para com o próximo, desenvolver a criatividade, envolver o povo, educando e proporcionando a dignidade humana, conquistar a inovação saudável e estimular a capacidade de interação.

O lixo é a nossa sobra, e todo ele tem uma origem, ele pode ser separado e ter um rumo certo e ter um valor agregado, com grandes vantagens da sua redução e eliminação. O lixo é sempre um desperdício, na maioria das vezes, das nossas usuras. Repensar o consumo é fundamental para todos nós, pois é repensando o consumo que praticaremos o consumo consciente, desvinculado da pressão da mídia.

Considerações Finais

Precisamos nos educar para a sustentabilidade, criar novos mecanismos de responsabilidade na produção industrial, responsabilizando quem produz, consome, fornece, revende e importa ou exporta. Os resíduos, em geral, são perigosos, quando em função de suas características físico-químicas ou infectocontagiosas podem apresentar riscos inumeráveis à saúde pública. E só teremos um mundo melhor e com qualidade de vida quando olharmos para todos os lados e vemos crianças, velhos e os doentes mentais recebendo e participando de uma distribuição de renda mais equitativa e dando um rumo certo aos rejeitos da cidade. E lixo nada mais é do que matéria prima fora do lugar. Vamos, definitivamente, substituir coisas por pessoas.

Referências

LUTZEMBERG&LEWGOY. Política e meio ambiente. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 116 p. (Tempo de Pensar, 6).

MINC, Carlos. Ecologia e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica).

Simpósio da Sociedade Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental (4: 2008: Belo Horizonte, MG). História ambiental e cultura da natureza: resumos do IV Simpósio da Sociedade Latino Americana e Caribenha de História Ambiental. Regina Horta Duarte, José Newton Coelho Meneses (Org.) – Diamantina: Maria Fumaça, 2008.

TERRA, Revolta da Natureza. Revista PUC Viva. Ano 8, nº 29, janeiro a março de 2007.

MELO,Luis Gonzaga de. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas – Petrópolis, Vozes, 1987, 528p.

GOMES, Ana Paula Fonseca. O homem e o meio ambiente. Belo Horizonte: SENAC/MG/SEMD, 2003. 67p.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006. 150 p.

Recebido para publicação em outubro de 2014
Aceito para publicação em novembro de 2014

A HIDROGRAFIA NA TRAJETÓRIA DE RIOBALDO EM “GRANDE SERTÃO: VEREDAS”¹

MSc. CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão²

Resumo: Na narrativa de Grande Sertão: veredas percebe-se a grande importância da hidrografia revelando os caminhos percorridos por Riobaldo, ao ziguezaguear pelos sertões dos Gerais, desde menino e, especialmente, com os bandos de jagunços e seu grande amor, Diadorim. Nesse espaço ficcional se destacam três bacias hidrográficas de Minas Gerais: a do Rio São Francisco, que parte sua vida ao meio; a do Rio Pardo e a do Rio Jequitinhonha onde vários episódios de sua vida se desenrolam. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a importância e a função da hidrografia como suporte para o espaço ficcional da obra Grande Sertão: veredas de João Guimarães Rosa, dando sentido à complexa e conflituosa trajetória do seu principal personagem, Riobaldo. A abordagem metodológica privilegiou um estudo analítico-sintético com a realização de leituras e análises da obra já citada e de outros autores que analisaram e escreveram sobre o tema.

Palavras-chave: Hidrografia. Trajetória de Riobaldo. Grande Sertão: veredas. Literatura brasileira

1 O Texto é parte do Relatório Final de Pesquisa: “Pelo Sertão”: geografia, aforismos e filosofia na obra de Guimarães Rosa, Montes Claros, 2012. Financiada pela FAPEMIG.

2 Prof^a. Doutoranda – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial – PUC Minas, Dinter, professora do Departamento de Geociências do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Nonada – GPIN. marina.carneiro@unimontes.br marinabcarneiro@yahoo.com.br

HYDROGRAPHY IN THE TRAJECTORY OF RIOBALDO IN “GRANDE SERTÃO: VEREDAS”

Abstract: In the narrative of Grande Sertão: veredas realizes the great importance of hydrography revealing the paths traversed by Riobaldo, the zigzag by hinterlands of General, since he was a kid and, especially, with the gangs of roughnecks and his great love, Diadorim. In this fictional space are three watersheds of Minas Gerais: the São Francisco River, that part your life in half; the Rio Pardo and the Jequitinhonha River where several episodes of his life unfold. In this context, this work has as objective to analyze the importance and role of hydrography as support for the fictional space work Grande Sertão: veredas by João Guimarães Rosa, giving meaning to complex and contentious trajectory of its main character, Riobaldo. The methodological approach has opted analytic-synthetic study with readings and analysis of the work already cited and other authors who analyzed and wrote on the subject.

Keywords: Hidrography. Trajectory of Riobaldo. Grande Sertão: veredas. Brazilian literature.

Introdução

Na narrativa do Grande Sertão: veredas, além de apresentar com clareza múltiplos espaços inter-relacionados: geográfico, físico, social, mítico, religioso, filosófico, psicológico e literário, percebe-se, a partir de uma realidade regionalizada, a grande importância da hidrografia como suporte para o espaço ficcional da obra, emoldurando, balizando e revelando os caminhos percorridos por Riobaldo, desde menino e, especialmente, como jagunço, ao ziguezaguear pelos sertões dos Gerais com os bandos de jagunços e seu grande amor, Diadorim.

Ao longo da narrativa são citados, nominalmente, mais de noventa rios, ribeirões, córregos e riachos, sendo que quase a totalidade destes é possível de ser geograficamente cartografada. Entre estes, cerca de 27 são citados mais de uma vez, dentre eles destacam-se: o Rio São Francisco (em torno de 38 vezes), o Rio Urucúia (36 vezes), o Rio Paracatu (15), o Rio “de-Janeiro”

(11), o Rio das Velhas (8), o Rio Jequitaiá (8), o Rio Carinhonha (7), o Rio Abaeté (6), o Rio Pardo (4), o Rio Riachão (4), o Riacho das Almas (3), o Riachinho do Jio (3), o Rio Verde Grande (3), o Rio do Sono (3) e os rios Piratinga, Acari, Borá, Arassuaí, Jequitinhonha, Canabrava, Preto, Formoso, Gameleiras, Jordão, São Marcos, os ribeirões Traçadal e da Barra (ou do Barro) e o Córrego Dinho são citados duas vezes cada. As referências a todos os rios, ribeirões, córregos e riachos que têm nomes próprios somam em torno de 245 citações.

As veredas aparecem, aproximadamente, 70 vezes ao longo da narrativa, dentre estas, umas dezenove, são citadas por nomes próprios, tais como: Vereda-da-Vaca-Mansa-de-Santa-Rita, Vereda do Burití Pardo, Vereda-da-Vaca-Preta, Buritit Altos, Vereda-do-Vitorino, Vereda do Alegre, Vereda Saco dos Bois, Veredas Tortas/Veredas Mortas na verdade Veredas Altas, Vereda Funda, Vereda da Ratragagem, Vereda do Enxú, Vereda Grande, Vereda do Ouriço-Cuim, Vereda-da-Aldeia, Vereda-Meã, Vereda do Saz, Vereda do Burití Pardo.

As veredas, assim como os rios,

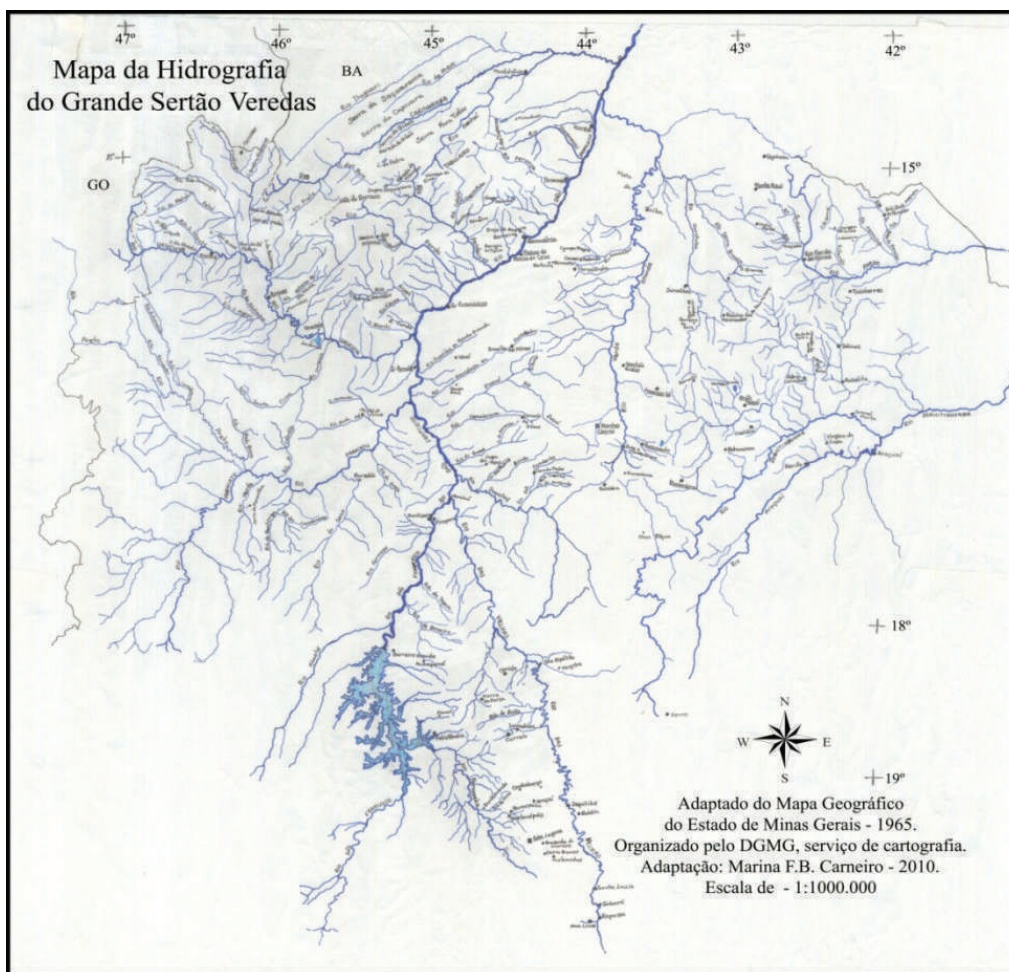
refletem e dão sentido à vida de Riobaldo, seus conflitos interiores, suas lutas, seu amor por Diadorim. Elas são os canais através dos quais Riobaldo busca um sentido para o vivido e o esclarecimento para suas experiências, suas travessias, caminhos da imaginação e da reflexão. São lugares onde os planos geográficos e psicológicos se sobrepõem e se entrelaçam na estrutura narrativa do Grande Sertão: veredas (CANEIRO, 2003).

Além disso, Riobaldo afirma que existem muitos rios e veredas com o mesmo nome, como descrito a seguir:

E tanta explicação dou, porque muito ribeirão e vereda, nos contornados por aí, redobra nome. Quando um ainda não aprendeu, se atrapalha, faz raiva. Só Preto, já molhei mão nuns dez. Verde, uns dez. Do Pacarí, uns cinco. Da Ponte, muitos. Do Boi, ou da Vaca, também. E uns sete por nome de Formoso. São Pedro, Tamboril, Santa Catarina, uma porção. O sertão é do tamanho do mundo (ROSA, 2001, p. 89).

Vários outros elementos ligados à hidrografia do “Grande Sertão: veredas” são citados com bastante frequência e têm grande relevância no espaço ficcional da obra sem qualquer denominação específica, são eles: brejos, lagoas, regos, riachos, buritizais (aludindo às veredas), poços, cachoeiras, corgos, corguinho, resfriado, marimbús, brejão, ribeirão, aguada, cacimba d’água, bacia, varjal, várzea, dentre outros.

O Mapa 1, a seguir, representa as principais bacias hidrográficas que foram os palcos da vida e atuação dos jagunços do Grande Sertão: veredas, emoldurando e dando sentido à complexa e conflituosa trajetória do seu principal personagem, Riobaldo; abrangendo largos espaços dos sertões dos Gerais; no Norte, Noroeste e parte do Jequitinhonha em Minas Gerais e na divisa com o Sul/Sudoeste da Bahia.



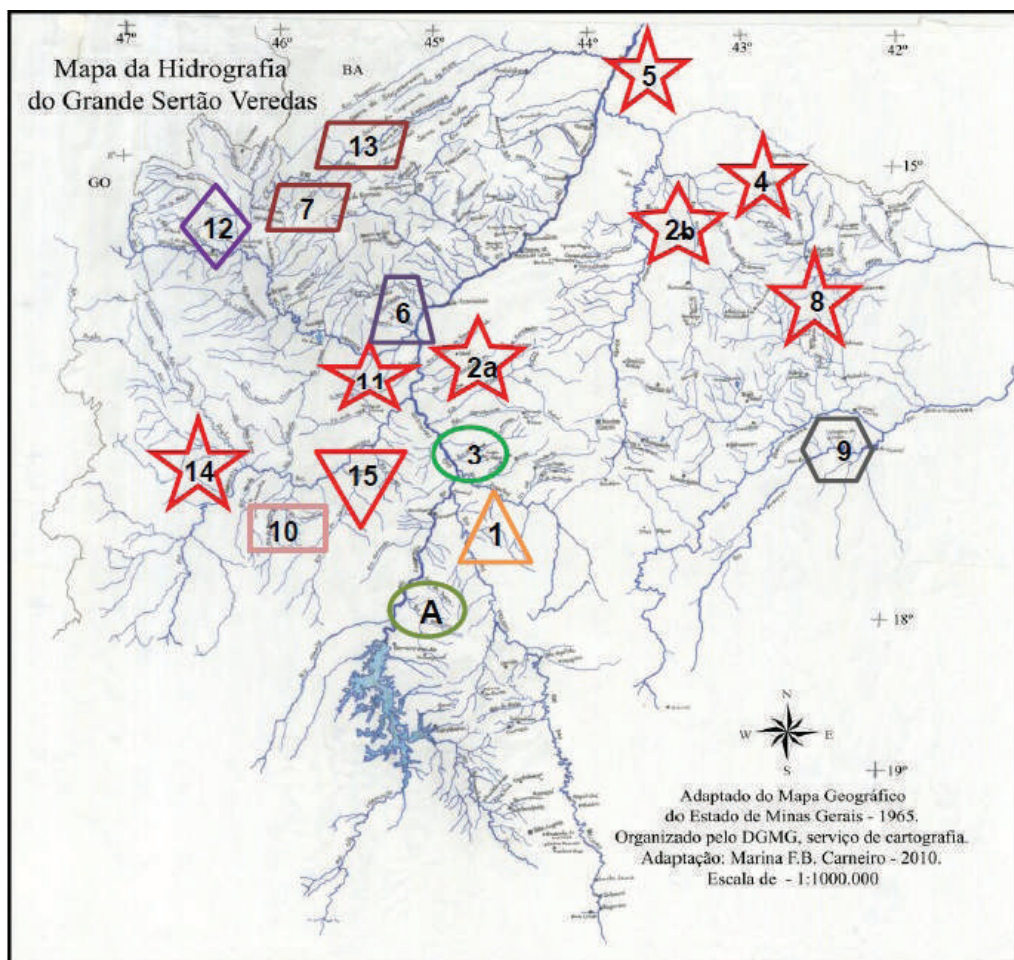
A trajetória de Riobaldo

A trajetória do jagunço Riobaldo está ligada aos rios e veredas que se configuram como seus verdadeiros caminhos, os quais possibilitam e permeiam a sua travessia pela vida e pelos sertões dos Gerais. Neste sentido, destacam-se as bacias do Rio São Francisco, a mais importante, uma vez que este rio é referência principal na trajetória dos grupos de jagunços e, especialmente na do Riobaldo; a do Jequitinhonha, especialmente na área do seu alto médio curso, margem esquerda; e a do Rio Pardo, na margem direita, região de sua alta bacia. Na bacia do Rio São Francisco salienta-se a importância das sub-bacias do Paracatu, das Velhas, do Jequitaí, do Verde Grande, do Carinhanha e do Urucúia – uma de suas paixões.

Neste contexto, Riobaldo afirma, em dado momento da narrativa, que “o São Francisco partiu minha vida em duas partes” (2001, p. 326). Desta forma, pode-se perceber, em toda a narrativa, que do lado da margem direita do São Francisco desenvolve-se a sua vida antes e depois da jagunçagem, além de alguns combates entre sua vida de jagunço contra os homens da Lei, soldados, policiais. O lado da margem esquerda é o grande espaço de lutas, tanto de seus conflitos pessoais, internos, existenciais, quanto de perseguições entre grupos de jagunços; os grupos de Riobaldo e Diadorim contra os judas, grupos do Hermógenes e Ricardão, para vingar a morte do grande chefe Joca Ramiro, pai de Diadorim.

Entretanto, a sua grande paixão é o Rio Urucúia. Ele expressa essa paixão em vários momentos da narrativa, como por exemplo: “[...] meu, em belo, é o Urucúia – paz das águas...É vida!” (p. 43); “Viemos pelo Urucúia. Rio meu de amor é o Urucúia. O chapadão – onde tanto boi berra. Daí, os gerais, com o capim verdeado” (p. 89); “Ah, o meu Urucúia, as águas dele são claras certas” (p. 322).

As bacias hidrográficas com suas redes de drenagem e as veredas são elementos de grande relevância no espaço ficcional da obra, sempre presentes na narrativa, ao emoldurar e revelar vários momentos importantes da vida de Riobaldo, antes e durante o tempo em que foi jagunço, conforme enumerados no Mapa 2, e descritos a seguir.




A Região em que Riobaldo viveu sua adolescência e onde encontra, pela primeira vez, com o “menino”: Diadorim/Reinaldo, no Porto do Rio-de-Janeiro, afluente do rio São Francisco.


1 Início da vida de jagunço. Margem do rio das Velhas, na barra do córrego Batistério, município de Várzea da Palma.


2a e 2b Começam os combates contra Zé Bebelo que é ajudado pelos soldados do governo.


Em sucessivos combates estes vão empurrando os jagunços para o norte, paralelamente ao rio Verde Grande até a divisa com a Bahia,


onde os “zebebelos” são finalmente derrotados, Zé Bebelo é julgado e cada grupo de jagunços toma um rumo. Riobaldo e Diadorim com outros jagunços voltam em direção ao rio Jequitaiá.


 3 Guararavacã do Guaicui: local onde os destinos de Riobaldo foram fechados, onde se revela o seu amor por Diadorim, o qual é reprimido por achar que estava apaixonado por outro homem. Aí permanecem por dois meses até a chegada da notícia do assassinato de Joca Ramiro, pai de Diadorim e grande chefe dos jagunços.

 4 e 5 Tentativa de reunir os bandos de jagunços no Alto do Amoipira, município de Grão Mogol, para vingar a morte de Joca Ramiro combatendo os judas – bandos do Hermógenes e Ricardão, mas são dispersos, mais uma vez, pelos soldados, rumo ao norte. Encarniçados combates à altura do rio Verde-Pequeno nos municípios de Espinosa e Monte Azul e do córrego da Malhada Grande, na Bahia, junto ao rio São Francisco, próximo à cidade de Carinhanha.

 6 Parte do bando de jagunços foge rumo à barra do Urucúia e atravessa para a margem esquerda do rio São Francisco para encontrar o bando de Medeiro Vaz, que comanda o grupo, e juntos, seguem rumo ao norte para combater os judas. No distrito de Serra das Araras, fazenda Santa Catarina, Riobaldo conhece Otacília, por quem se apaixona, e que vem a ser sua esposa ao deixar a jagunçagem.

 7 No alto Carinhanha ocorre a primeira tentativa de atravessar o Liso do Sussuarão para combater “os hermógenes”; não conseguem; em seguida têm notícias da perda de companheiros importantes: Sô Candelário, Alípio e outros.

 8 Voltam para a margem direita do São Francisco, lutam novamente com os soldados, nos municípios de Itinga, Salinas e Rio Pardo de Minas, perdendo a luta, pois estavam inferiorizados em homens e munições; dispersam-se em grupos de dois ou três homens para safar-se.

 9 Riobaldo segue com Sesfrêdo para a região de Arassuaí, onde permanecem durante um tempo trabalhando como garimpeiros, no córrego do Cansação. Daí retornam rumo ao Urucúia para encontrar

o bando de Medeiro Vaz; não o encontrando, seguem rumo ao Paracatu.

10 Na beira do rio do Sono encontram o chefe já quase morto. Aqui chega Zé Bebelo, que entra na jagunçagem para ajudar a vingar a morte de Joca Ramiro. Antes de morrer, Medeiro Vaz indica Riobaldo como chefe do grupo, mas este não aceita; Zé Bebelo assume o comando.

11 Num combate contra os judas, no município de São Romão, próximo ao ribeirão Galho da Vida, Riobaldo é ferido.

12 O bando segue para o chapadão do Urucúia e se perde até encontrar o arraial dos catrumanos e o do Sucuriu. Em seguida ocupam uma fazenda abandonada, que pertencia a um tal de seo Habão. Ali, próximo às “Veredas Mortas” (na verdade Veredas Altas), o bando fica vários meses e Riobaldo, doente entra em crise, decide depor Zé Bebelo e assume a chefia com o nome de Urutú-Branco. Faz um suposto pacto com o Diabo e passa o resto da vida a interrogar da sua existência ou não.

Das margens direita do Paracatu, com seu exército organizado, Riobaldo decide subir rumo ao norte para atravessar o Liso do Sussuarão e atacar a fazenda do Hermógenes, na Bahia, e voltar através de Goiás para surpreender o inimigo.

13 O bando chega ao Liso do Sussuarão e o atravessa sem problemas. Ataca a fazenda do Hermógenes e aprisiona sua mulher e a trazem junto para atrair o assassino de Joca Ramiro.

14 Entre Paracatu e João Pinheiro acontece o primeiro encontro dos dois bandos, num lugar chamado Vereda do Tamanduá. Aí morre um dos judas, Ricardão. Riobaldo parte para a localidade de Paredão onde aguarda o Hermógenes para enfrenta-lo.

15 No Paredão, às margens do rio do Sono, afluente do Paracatu, acontece o combate final e Diadorim morre ao lutar corpo a corpo com o Hermógenes. Terminado o combate, se revela o seu segredo: Diadorim era uma jovem que foi criada como homem, desde menina, para enfrentar as duras guerras no sertão. Riobaldo se desespera, extremamente triste por ter perdido o seu grande amor; resolve deixar a vida de jagunço.

A partir de então, Riobaldo procura conhecer alguém que tenha conhecido Diadorim quando menina; nesta busca, encontra o seu batistério na Igreja Matriz de Itacambira e relata o fato da seguinte forma:

Da matriz de Itacambira, onde tem tantos mortos enterrados. Lá ela foi levada à pia. Lá registrada, assim. Em um 11 de setembro da era de 1800 e tantos... O senhor lê. De Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins – que nasceu para o dever de guerrear e nunca ter medo, e mais para muito amar, sem gozo de amor... Reze o senhor por essa minha alma. O senhor acha que a vida é tristonha? (2001, p. 620-621).

Considerações Finais

Riobaldo termina a sua longa trajetória, cheia de conflitos interiores, de dúvidas, de indagações, de mitos, de temores, de amores, de lutas e de vivência pelos sertões dos Gerais, “quase barranqueiro”, “com ordem e trabalho”.

Referências

CARNEIRO, M. de F. B.. Veredas: as “veias abertas” do grande sertão rosiano. 2011. Resumo apresentado ao III Seminário de Pesquisa em Literatura e Criação Literária, Montes Claros, 2011. Não publicado.

MARTINS, Nilce Sant’Anna. O Léxico de João Guimarães Rosa. – 3. ed. revista – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

NETO, Germano; MENESES, Adélia Bezerra de (seleção de textos). Saudades de Rosa e Sertão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: veredas. 19 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Recebido para publicação em setembro de 2014
Aceito para publicação em novembro de 2014



*RESUMOS DE TESES/
SUMMARIES OF THESES TESE TES*

TESE: AGLOMERAÇÃO URBANA DESCONTÍNUA DE MONTES CLAROS/MG: NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS

DOUTORA: Iara Soares de França

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Beatriz RibeiroSoares.

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal deUberlândia - UFU/MG - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Geografia e Gestão do Território.

DATA DE DEFESA: 29 de fevereiro de 2012

Resumo: O processo de expansão das cidades envolve o seu crescimento e das áreas do entorno apresentando ou não continuidade na ocupação. Isso demonstra que não somente os critérios políticos administrativos levam a formação de áreas de concentração populacional e econômica. As interações que se desenvolvem entre cidades de uma mesma região impactam a organização do território, ao passo que a cidade núcleo atrai população, investimentos, fluxos de mercadorias, circulação, transporte e bens, de forma que seu raio de atração extrapola os limites políticos administrativos do território. A intensificação da urbanização é um aspecto relevante nesta análise, pois atinge áreas circunvizinhas tornando a cidade dispersa espacialmente com uma concentração da população e das atividades econômicas. Nesta perspectiva, este estudo analisou a aglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG, composta por esta cidade média e pelos municípios do seu entorno.No Norte de Minas manifesta-se a integração espacial e socioeconômica e não político-administrativa entre a cidade média de Montes Claros e as pequenas cidades que com ela fazem limite territorial. Identificou-se essas interações a partir da intensidade de deslocamentos de pessoas entre os municípios em busca de serviços de saúde, educação superior e comércios especializados e diversificados, além de local de trabalho. Para a consecução deste estudo, a pesquisa se estruturou em três etapas básicas: A primeira consistiu em pesquisa e análise bibliográfica. Após a delimitação da área de estudo foi realizada a pesquisa documental. O trabalho de campo baseou-se na utilização de fontes primárias: pesquisa de campo na área de estudo e entrevistas estruturadas aplicadas a gestores públicos, empreendedores comerciais, taxistas e população dos municípios.

Em seguida, as informações secundárias foram consorciadas ao conteúdo das fontes primárias para redação e apresentação dos resultados desta pesquisa sobre o processo de aglomeração urbana em cidades médias.

Palavras-chave: Aglomeração urbana. Rede urbana. Hierarquia urbana. Urbanização. Montes Claros/MG.

Abstract: The process of expansion of the cities involves their growth and the growth of its surrounding areas presenting, or not, continuity in the occupation. This demonstrates that the political and administrative criteria lead to formation of areas of economic and population concentration. The interrelationships developed between cities of the same region impact the territory organization, whereas the core city draws population, investments, flow of goods, circulation, transportation and estate so that its attraction radius extrapolates the territory political and administrative boundaries. The intensification of urbanization is a relevant aspect in this analysis since it reaches surrounding areas making the city spatially dispersed with population concentration and economic activities. This study analyzed the discontinuous urban agglomeration of Montes Claros/MG and its surrounding municipalities. It is observed, in the North of Minas Gerais, spatial and socioeconomic integration, and not political/administrative between the medium city of Montes Claros and its surrounding municipalities. These interactions were identified from the intense commute among those cities in search of health services, higher education, specialized and diversified trade, and workplace. This research was structured in three steps: the first one was research and literature review. Documentary research was carried out after delimitation of study area. The third step of the research was based on use of primary sources: field research in the area of study and structured interviews applied to public managers, business entrepreneurs, taxi drivers and population of the municipalities. Afterwards, the secondary information was added to the content of primary sources for writing and presentation of outcomes of this study regarding the process of urban agglomeration in medium cities.

Keywords: Urban agglomeration. Urban network. Urban hierarchy. Urbanization. Montes Claros/MG.

TESE: AGRICULTURA FAMILIAR COMO SUSTENTABILIDADE: ESTUDO DE CASO DO PLANALTO RURAL DE MONTES CLAROS - MG

DOUTORA: Ana Ivania Alves Fonseca

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, SP.

DATA DE DEFESA: 20 de setembro de 2013

Resumo: A partir dos anos 1960, a agricultura brasileira passou por um processo de modernização que levou os pequenos agricultores a abandonarem suas propriedades, por não terem condições de concorrer com os grandes latifundiários. Viram-se, então, obrigados a buscar novas alternativas para produzir e sobreviver no novo mercado. Neste contexto de modernização, os médios e grandes produtores rurais passaram a utilizar intensivamente o solo com modernas técnicas de cultivo e de colheita, e a aplicarem fertilizantes e insumos para aumentar a produção sem, na maioria das vezes, se preocuparem com o meio ambiente e sua sustentabilidade. O resultado foi o agravamento dos problemas ambientais que, conseqüentemente, levou os agricultores e a sociedade a repensarem algumas práticas agrícolas e a pensarem novos modelos de exploração do solo. Nessa linha de pensamento, a agricultura familiar apresenta-se não só como opção de organização e de produção menos agressiva ao meio ambiente, mas também como meio de conservar diversos recursos naturais; porque sua relação com a terra não é simplesmente capitalista, levando em conta um tipo de convivência pacífica com seus diversos fenômenos, tanto naturais quanto humanos. O presente trabalho objetivou estudar esse cenário e se coloca como forma de entendimento dessas relações diversas e singulares. A pesquisa buscou a compreensão sobre a dinâmica, a manutenção e a resistência da prática da agricultura familiar na região Norte mineira. A conclusão da pesquisa aponta para o fato de que a agricultura familiar, no Norte de Minas, exerce um papel fundante para a economia local e para a manutenção dessas populações na área rural. A investigação partiu da premissa de que, por mais intensa que tenha sido a modernização no campo, ela não foi suficiente para extinguir esse modelo usado no Norte de Minas; além disso, muitos agricultores, além

de o manterem, inventaram novas formas para preservar seu uso nessas áreas. A metodologia utilizou o estudo de caso, a revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo in loco; esta última para se entender como a agricultura familiar estrutura-se na região. Também foram usados o método qualitativo e o quantitativo de análise. O qualitativo enfocou o modus vivendi das populações; e o quantitativo incluiu entrevistas semiestruturadas cujo objetivo foi entender como essas famílias vivem da agricultura e como elas se mantêm, isto é, sobrevivem com essa prática. A disposição dessas comunidades em torno de um núcleo central facilita o contato social, o que se reflete em outros setores, como a Associação, a qual mantém uma regularidade das reuniões; a colheita e o escoamento da mercadoria para o consumidor; e a reprodução cultural baseada nas manifestações da igreja católica. Percebe-se que a região Norte mineira possui um tradicionalismo no modo de fazer do rural, sobretudo no que tange às pequenas propriedades. Tudo isto permite uma unidade na organização. A relação do rural com o urbano ocorre pela extensão da feira; é nesta que, claramente, o urbano e o rural se completam; a feira e o mercado fazem, pois, parte da história das cidades do Norte de Minas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Norte de Minas. Sustentabilidade. Feira. Mercado.

FAMILY FARM AS SUSTAINABILITY: A CASE STUDY OF THE HIGHLANDS OF RURAL MONTES CLAROS – MG

Abstract: From the year 1960, Brazilian agriculture has undergone a modernization process that has led small farmers to abandon their properties, because they did not compete with the big landowners. They found themselves, then forced to seek new alternatives to produce and survive in the new market. In this context of modernization, medium and large farmers started to use intensively the soil with modern techniques of cultivation and harvesting, and apply fertilizers and to increase production without, most of the time, worrying about the environment and its sustainability. The result was a worsening of environmental ambient problems, therefore, led farmers and society to rethink some agricultural practices and think about new models of land use. With this in mind, family farming has not only as an option of organizing and producing less aggressive to the environment, but also as

a means of preserving various natural resources, because their relationship with the land is not simply capitalist, taking into account a kind of peaceful coexistence with its various phenomena, both natural and human. The present study investigated this scenario and arises as a way of understanding these relationships varied and unique. The research sought to understand the dynamics, the maintenance and strength of the practice of family farming in the northern region of Minas Gerais. The conclusion of the research points to the fact that the family farm in northern of Minas, plays a fundamental role for the local economy and the maintenance of these populations in rural areas. The investigation started from the premise that a more intense has been the modernization in the field, it was not enough to extinguish the model used in the north of Minas Gerais, in addition, many farmers, and keeping it, invented new ways to preserve their use in these areas. The methodology used the case study, the literature review and field research in situ, the latter to understand how the family farm structure in the region. We also used the qualitative method and quantitative analysis. The qualitative focused on the modus vivendi of the population; and the amount included semi-structured interviews aimed to understand how these families live on agriculture and how they maintain, that is, survive from this practice. The willingness of these communities around a central core facilitates social contact, which is reflected in other sectors, such as the Association, which maintains a regular meetings; collection and disposal of goods to the consumer, and cultural reproduction based on manifestations of the Catholic Church. It is observed that the northern region of Minas Gerais has a way of making the traditionalism of the countryside, especially in relation to small farms. This enables a unit in the organization. The relationship between rural and urban is the extension of the fair, which this is clearly urban and rural are completed, the fair and the market are therefore part of the history of the northern cities of Minas.

Keywords: Family Agriculture. North of Minas Gerais. Sustainability. Fair. Market.

TESE: USOS E GESTÃO DAS ÁGUAS NAS TERRITORIALIDADES DAS COMUNIDADES RURAIS DO NORTE DE MINAS GERAIS

DOUTORA: Priscilla Caires Santana Afonso

ORIENTADOR: Prof. Dr. João Cleps Júnior

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Uberlândia - UFU/MG - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Geografia e Gestão do Território.

DATA DE DEFESA: 27 de maio de 2013

Resumo: A água se tornou um recurso estratégico na sociedade capitalista e, por isso, sua gestão tem sido alvo de vários estudos. Esses alertam para a necessidade de se pensar demandas de grupos que são excluídos do acesso aos recursos hídricos em qualidade e quantidade suficientes que garantam uma vida digna e saudável, apesar de ser um direito previsto na Lei das Águas brasileira (Lei nº. 9433/97). Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo compreender a gestão comunitária da água no território norte-mineiro, tendo como referência as comunidades de Lagoa do Barro, no vale do Riachão, em Montes Claros/MG, e Jacarezinho, no vale do Gorutuba, em Janaúba/MG. Os resultados apontam que o processo de privatização das águas no Norte de Minas tem prejudicado comunidades que deixam de ter acesso ao recurso. Por outro lado, o discurso da escassez muitas vezes se torna parte da dinâmica do capital que transforma a água em mercadoria, torna-a raridade. Nessa linha de análise, as políticas públicas, na prática, tomam posturas unilaterais (de forma contraditória ao próprio discurso da Lei) deixando de considerar formas culturais de apropriação dos recursos naturais, expressas nesta pesquisa sob o ponto de vista dos geraizeiros e gurutubanos. Entretanto, existem resistências à imposição da monetarização desse recurso por parte da sociedade civil organizada (ONGs) e dos líderes comunitários que se organizam em Associação de Moradores. As comunidades rurais norte-mineiras se adequam cotidianamente a novas realidades de acesso à água devido ao comprometimento desse recurso ocasionado pelos impactos ambientais originados das atividades capitalistas e reestruturam suas formas culturais de uso e gestão da água.

Palavras-chave: Uso e Gestão da Água. Território. Hidroterritório. Geraizeiros. Comunidades Rurais. Norte de Minas.

Resumen: El agua se ha convertido en un recurso estratégico en la sociedad capitalista y, por lo tanto, su gestión ha sido objeto de varios estudios. Estos apuntan a la necesidad de pensar las demandas de los grupos que están excluidos del acceso al agua en cantidad y calidad suficientes para garantizar una vida digna y saludable, a pesar de ser un derecho previsto en la Ley de Aguas de Brasil (Ley. No 9433 / 97). En este sentido, el presente trabajo tiene como objetivo comprender la gestión comunitaria del agua en el territorio norte-minero, con referencia a las comunidades de Lagoa do Barro, en el valle de Riachão en Montes Claros/MG y Jacarezinho en el valle de Gorutuba, en Janaúba/MG. Los resultados indican que el proceso de privatización del agua en el norte de Minas ha perjudicado a las comunidades que ya no tienen acceso al recurso. Por otro lado, el discurso de la escasez a menudo se convierte en parte de la dinámica del capital que convierte el agua en mercancía, se convierte en la rareza. En esta línea de análisis, las políticas públicas, en la práctica, tomar posiciones unilaterales (tan contradictorio que el discurso de la ley) no tener en cuenta cómo la apropiación cultural de los recursos naturales, expresados en esta investigación desde el punto de vista de geraizeiros y gurutubanos. Sin embargo, hay una cierta resistencia a la imposición de la monetarización de este recurso por las organizaciones de la sociedad civil (ONGs) y líderes de la comunidad que se organizan en la Asociación de Vecinos. Las comunidades rurales del norte de la minería se dividen en consonancia con las nuevas realidades de acceso diario al agua debido al compromiso de esta característica causada por los impactos ambientales derivados de las actividades y la reestructuración de las formas capitalistas de uso cultural y la gestión del agua.

Palabras clave: Uso y Gestión del Agua. Territorio. Hidroterritório. Geraizeiros. Comunidades Rurales. Norte de Minas.

Abstract: The water has become a strategic resource in capitalist society and, therefore, its management has been the subject of several studies. These point to the need of thinking demands of excluded groups question of access to water in sufficient quality and quantity to ensure a dignified and healthy life, despite being a right provided for in the Brazilian Water Law (Law n°. 9433/97). In

this sense, the present work aims to study the community management of water in Norte de Minas territory, with reference to the communities of Lagoa do Barro, in the valley of Riachão in Montes Claros / MG, and Jacarezinho, in the valley of Gortuba, in Janaúba / MG. The results indicate that the process of privatization of water in Norte de Minas has hurt communities that no longer have access to the resource. On the other hand, paucity of speech often becomes part of the dynamics of capital that turns water into a commodity, becomes the rarity. In this line of analysis, public policy, in practice, take unilateral stances (so contradictory to the very discourse of Law) failing to consider cultural forms of appropriation of natural resources, expressed in this research from the point of view of geraizeiros and gortubanos. However, there is some resistance to the imposition of the monetization of this appeal by civil society organizations (NGOs) and community leaders who organize themselves into Residents Association. Rural communities norte-mineiras suit the new realities of daily access to water due to the commitment of this feature caused by the environmental impacts arising from activities and restructure capitalist forms of cultural use and water management.

Keywords: Use and Water Management. Territory. Hidroterritório. Geraizeiros. Rural Communities. North of Minas.

TESE: A NATUREZA DE UM TERRITÓRIO NO SERTÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS: A ação territorial dos Xakriabá

DOUTOR: Cássio Alexandre da Silva

ORIENTADOR: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Uberlândia - UFU/MG - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Geografia e Gestão do Território.

DATA DE DEFESA: 09 de maio de 2014

Resumo: O projeto de pesquisa intitulado “A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: A ação territorial dos Xakriabá” é a conclusão de doutoramento em Gestão do Território, área de concentração do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. No processo de “movimento” entre o empírico e a teoria, propusemo-nos a estudar o território. A proposta da pesquisa, ora apresentada, permeia duas importantes questões. A primeira abrange o estudo multidimensional do território e a segunda, as relações existentes entre o território e a comunidade na “luta e resistência” constante pela ampliação até o Rio São Francisco, dentro da dimensão espaço-temporal. A tese que construímos e fazemos defesa é a de que o povo Xakriabá constitui ações de multidimensões territoriais, caracterizadas de ação territorial – ato de se organizarem socioespacialmente às margens do Rio São Francisco, no interior do norte de Minas Gerais, desde o século XVIII. O objetivo geral é compreender analiticamente o território Xakriabá a partir das suas multidimensionalidades, bem como a sua constituição territorial nos processos espaço-temporais. Para tal, é importante identificar a dimensão das práticas e das relações sociais; compreender na dimensão das representações e da linguagem a análise de discurso sobre o território na perspectiva geográfica; analisar a dimensão histórica; e mapear os “territórios” reconhecidos. O território apresenta em sua constituição várias territorialidades, sendo de natureza material e simbólica. A justificativa revela-se pelo estudo e análise multidimensional a respeito da categoria território, além de elementos de reconhecimento e representações sociais, econômicas, políticas, ambientais, culturais, geográficas e históricas no território ancestral dos povos Xakriabá às margens do Rio São Francisco.

A metodologia básica é constituída de trabalhos de campo como pesquisador participante; registros fotográficos; entrevistas semiestruturadas, comparações documentais; cartografia de territórios, com destaque para a análise de discurso. O reconhecimento do território ancestral se constitui no regaste das representações culturais, e nas relações dos saberes e fazeres. Esse documento busca contribuir para outras análises das relações indígenas na construção de seu território; territorialidades; e as ações territorializar etnogeograficamente.

Palavras-chave: Território. Xakriabá. Multidimensões. Ação territorializar. Análise de discurso.

Abstract: The research project entitled “The nature of a territory in the sertão of Minas Gerais’ north area: The action ‘territorial’ of the Xakriabá”, is the conclusion of a PhD in Planning Area Management, a concentration area from the Geography Institute’s Graduation Program from the Federal University of Uberlândia – UFU. In the “movement” process between empiric and theory, we proposed to study the territory. The purpose of this research permeates two important issues. The first covers the multidimensional study of the territory and the second encompasses the relationship between the territory and the community in the constant “struggle and resistance” around the expansion to the São Francisco River, within the space – time dimension. The thesis that we constructed and defend is that the Xakriabá people do multidimensional territorial actions, characterized as – “territori’ar” action – which is the act of socio-spatially organize itself at the banks of the São Francisco River, in the north countryside of Minas Gerais since the eighteenth century. The overall goal is to analytically understand the Xakriabá territory from its multidimensionality as well as its territorial constitution in spatial-temporal processes. In order to do so, it is important to identify the extent of the practices and social relations; to understand, through the dimension of representations and language, the discourse analysis about the territory in a geographical perspective; to analyze the historical dimension; and to map the recognized “territories”. The territory presents in its constitution several territorialities of material and symbolic nature. The justification is revealed by the study and multidimensional analysis concerning the territory category, as well as elements of recognition and social, economic, political, environmental, cultural,

geographical and historical representations in the ancestral territory of the Xakriabá people in the banks of the São Francisco River. The basic methodology consists of fieldwork as a participant researcher, photographic records, semi-structured interviews, document comparisons, mapping territories and especially the analysis of discourse. The recognition of ancestral territory constitutes the ransom of cultural representations, as well as the relations between knowledge and practice. This paper seeks to contribute to other analyses of indigenous relations in the construction of its territory, territoriality and the actions “territorial” etno-geographically.

Keywords: Territory. Xakriabá. Multi-dimensions. Territorial action. Discourse analysis.



*NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA
REVISTA "CERRADOS".*

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA “CERRADOS”

Modificado em 2008

INSTRUÇÕES PARA AUTORES

A REVISTA “CERRADOS” é um periódico anual do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES – que visa à publicação de trabalhos de interesse da ciência geográfica e de áreas afins, admitindo-se contribuições de Professores/Pesquisadores, não apenas da Unimontes, mas, também, de outras instituições de ensino ou de pesquisas, nacionais ou estrangeiras.

Serão aceitos somente trabalhos originais e inéditos em forma de artigos e notas de pesquisa, traduções técnicas, resenhas, entrevistas, retrospectivas e resumos técnico-científicos.

O(s) autor(es) deverá(ão) enviar ao Conselho Editorial o trabalho, em CD-ROM, acompanhado de duas cópias impressas, constando, apenas em uma delas, a identificação do(s) autor(es). **Os originais devem ser encaminhados completos, incluindo as figuras (caso haja) e definitivamente revistos (gramática, revisão ortográfica atualizada e digitação).**

Os originais devem ser apresentados em letra tamanho 12, fonte Times New Roman, espaço 1,5, folha A4, margens 2,5 em (superior e inferior) e 3 em (direita e esquerda), versão Word for Windows 8.0 ou inferior. A extensão do texto poderá variar de 10 a 30 páginas para artigos e traduções (as traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e o original do texto), até 7 (sete) páginas para resenhas, notas, resumos e relatórios, e até 8 (oito) páginas para entrevistas e retrospectivas.

Os **originais** devem ser encaminhados **completos e definitivamente revistos**.

Os trabalhos deverão ser estruturados conforme a seguinte seqüência:

1- Título do trabalho (**em português e no idioma do resumo**).

2- Nome(s) do(s) autor(es) por extenso - somente em uma das cópias impressas deve(m) vir à direita da página, acompanhado(s) das referências acadêmicas do(s) autor(es) informadas em nota de rodapé. A remissão dessa nota deve ser feita pela utilização do símbolo asterisco (*), já que as remissões numéricas são reservadas às notas explicativas. Citar o endereço eletrônico.

3- Resumo - os artigos deverão ser acompanhados de resumos com o máximo de 200 palavras, **em português, inglês, francês ou espanhol**, bem como de palavras-chave (Unitermos/Keywords), máximo de cinco palavras. Os resumos e suas respectivas palavras-chave devem ser encaminhados em folhas separadas.

4- Texto - deve ser apresentado dentro da estrutura lógica de um trabalho científico. **Usar para as citações, notas de rodapé** (devem ser usadas somente quando indispensáveis), **bem como para as referências a autores** o sistema autor-data de acordo com as **normas atualizadas da ABNT**. Contribuições de autores nacionais serão exclusivamente em português, permitindo-se aos autores estrangeiros trabalhos em inglês, francês ou espanhol.

5- Figuras (gráficos, mapas, desenhos, esquemas, fotografias, tabelas e outras) devem ser monocromáticas, numeradas consecutivamente, encabeçadas por título, conter legendas informando a fonte de consulta e permitir uma perfeita legibilidade, haja vista a sua redução no texto.

6- Citação textual (caso haja) – até três linhas devem ser colocadas no corpo do texto entre aspas, seguidas da referência entre parênteses. Acima de três linhas, devem vir destacadas do texto, em espaço simples, com recuo de quatro centímetros.

7- Notas de rodapé (caso haja) – devem ser usadas somente quando indispensáveis, colocadas ao pé da página, indicadas por numeração ascendente, na entrelinha superior e citadas de acordo com as normas, atualizadas, da ABNT.

8- **Referências Bibliográficas** – somente as que constarem do corpo do texto, dispostas em **ordem alfabética, de acordo com as normas, atualizadas, da ABNT**.

• As resenhas e notas dispensam o resumo e as palavras-chave. As entrevistas devem seguir a forma pergunta-resposta.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL:

- **Trabalhos entregues fora das normas não serão analisados.**
- Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada.
- O Conselho Editorial acusará o recebimento dos originais.
- Todos os trabalhos entregues à publicação serão apreciados por pareceristas, membros do Conselho Editorial e professores do corpo docente da UNIMONTES ou membros do Conselho Consultivo da Revista "Cerrados", mantendo em sigilo a autoria dos textos.
- Os critérios de seleção serão os seguintes:
 - 1) Escolha do tema, no caso de edições temáticas – dossiês.
 - 2) Relevância do tema.
 - 3) Coerência do artigo.
 - 4) Contribuição geográfica.
 - 5) Atualização geográfica e metodológica.
- O Conselho Editorial não fará tradução de trabalhos ou resumos para outra língua.
- Cabe ao Conselho Editorial a decisão referente à oportunidade da publicação dos trabalhos recebidos, baseado nos pareceres.
- Os trabalhos não selecionados pelo Conselho Editorial serão devolvidos, podendo ser retirados pelo autor no Departamento de Geociências da UNIMONTES, ou requisitados por correspondência, após o recebimento do parecer.
- O envio de qualquer colaboração implica, automaticamente, na cessão dos

direitos autorais à Revista “Cerrados”.

- Todos os casos não previstos serão analisados pelo Conselho Editorial que, além de ser responsável pela decisão final da temática, no caso de edições temáticas dossiês, pela leitura crítica e aprovação/seleção dos trabalhos enviados, ficará encarregado de informar ao(s) autor(es) da possibilidade da publicação, contra os quais não caberá recurso.

Os trabalhos deverão ser enviados para o Departamento de Geociências da UNIMONTES.

ENDEREÇO

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS – CCH, PRÉDIO 2 – UNIMONTES “REVISTA ‘CERRADOS’

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro. Av. Dr. Rui Braga, s/nº – Vila Mauricéia CEP: 39401-089 - Montes Claros, MG.

Telefone: (38) 3229.8238 ou (38) 3229.8309 (GEPSA)

E-mail: depto.geociencias@unimontes.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Marina de Fátima Brandão Carneiro.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA/PERMUTA

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

Centro de Ciências Humanas – CCH – Prédio 2

Departamento de Geociências

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

CEP: 39.401-089 – Montes Claros – MG.

E-mail: depto.geociencias@unimontes.br

Fone: (38) 3229.8238 ou (38) 3229.8309 (GEPSA)

Pede-se permuta

We ask for exchange

Se solicita cange

On demande échange